Relações internacionais do Brasil

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado José Serra
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Ministro Paulo Roberto de Almeida

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

Conselho Editorial da Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Ministro Mauricio Carvalho Lyrio
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa
(org.)

Relações internacionais do Brasil

Antologia comentada de artigos da Revista do IHGB
(1841 - 2004)

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília – 2016

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

André Luiz Ventura Ferreira
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Lívia Castelo Branco M. Milanez
Luiz Antônio Gusmão

Projeto Gráfico:
Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2016

R382 Relações internacionais do Brasil : antologia comentada de artigos da Revista IHGB (1841-2004)/Luiz Felipe de Seixas Côrrea. – Brasília : FUNAG, 2016.

498 p. : il. – (História diplomática)
ISBN 978-85-7631-634-3

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - aspectos históricos. 2. Relações internacionais - Brasil - aspectos históricos. 3. Relações internacionais - Brasil - antologia. 4. Política externa - Brasil - aspectos históricos. I. Côrrea, Luiz Felipe de Seixas. II. Série.

CDD 327.81

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Apresentação

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, durante o período da regência de Araújo Lima, constitui a instituição mais tradicional ligada à organização e à divulgação de documentos relevantes para a história e a geografia do Brasil. Personalidades marcantes do Império e da República exerceram a presidência do Instituto, com destaque para José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. Editada desde 1839, a *Revista do IHGB* é um repositório valioso de ensaios, documentos e ideias, muitos deles de interesse para as relações internacionais e a política externa brasileira.

Por essas razões, reveste-se de especial importância a iniciativa oportuna do embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa de pesquisar na *Revista* textos substantivos que possam enriquecer a visão histórica de períodos, fatos e personagens e permitir ao leitor melhor compreender aspectos da evolução da diplomacia e das relações internacionais do Brasil. Ex-secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Seixas Corrêa tornou-se respeitado por sua capacidade de formulação de política externa, marcada pelo brilho de sua inteligência e por juízos conceitualmente construídos e lastreados no conhecimento histórico. Nos meios acadêmicos,

seu nome evoca ensaios sobre identidade e história diplomática do Brasil, mas, sobretudo, a iniciativa original de compilar e analisar os discursos na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, pronunciados por representantes do país, que, por tradição, inaugura os debates. Repetir o esforço de pesquisa e análise com os ensaios e trabalhos da *Revista do IHGB* augura renovado êxito para esta edição que, estou certo, será bem recebida tanto pela diplomacia quanto pela academia.

Dentre os objetivos institucionais da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) destaca-se a formação no Brasil de uma opinião pública sensível aos problemas de convivência internacional, bem como o propósito de apoiar a preservação da memória diplomática do país. É, assim, com grande satisfação que a Funag renova na edição desta obra sua tradicional parceria com o IHGB no projeto pioneiro de aproveitamento temático da base de informações sobre relações internacionais e política externa que se encontrava dormente em meio a muitos outros artigos de natureza diversa.

A presente compilação começa com um discurso que trata da gênese da *Revista do IHGB* e das preocupações com a necessidade de remediar distorções e erros na concepção da formação histórica do Brasil. Tais fatores teriam orientado a ideia de publicá-la. A coletânea traz à luz, entre outros, cartas de Thomas Jefferson com comentários a respeito do Brasil; juízos do historiador Von Martius e a forma que deveria ter uma História do país; análise de Hipólito José da Costa sobre os EUA e suas perspectivas nacionais, antecipatórias do "destino manifesto"; e, até mesmo, manifestações precoces de preocupação no século XIX, com a sustentabilidade do pau brasil e outras "madeiras de construção" diante da exploração desse comércio para exportação ao mercado internacional.

Outros temas de interesse histórico para as relações internacionais do Brasil são examinados nos ensaios cuidadosamente

pesquisados sobre os problemas de fronteira vistos da perspectiva de 1870; a avaliação de Rio Branco sobre a Doutrina Monroe e as relações Brasil-EUA no início do século XX; a visão apologética do papel do Barão na história da diplomacia brasileira em 1945; o depoimento de Hildebrando Accioly sobre o Visconde de Cabo Frio, encarnação do ideal de profissionalismo no Itamaraty; a transferência da Família Real para o Brasil e a abertura dos portos.

Esses preciosos ensaios tratam também do Libertador Bolívar e o Brasil; das relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX; da política externa do Brasil e a Segunda Guerra Mundial; da Batalha de Monte Caseros e a II Conferência de Paz da Haia (1907). A propósito deste último evento, permito-me recordar a publicação da correspondência entre o chanceler Rio Branco e o chefe da delegação brasileira Rui Barbosa, disponível na Biblioteca Digital no portal da Funag.

A contextualização que Seixas Corrêa faz de cada um dos textos publicados facilita a compreensão do leitor na medida em que situa os temas e seu autor no seu momento histórico e permite refletir com clareza sobre sua importância temporal e circunstancial. Contribui também para o tratamento de uma perspectiva histórica, com ênfase em aspectos políticos, econômicos e sociais, sempre de acordo com a natureza do assunto. Enfim, após a leitura do livro, creio que todos concordarão que dificilmente poderia haver melhor intérprete dos artigos compilados nesta obra.

Por diversas vezes, a Funag e o IHGB atuaram conjuntamente na promoção de aspectos complementares de seus respectivos objetivos. A contribuição do presidente do IHGB ao projeto *Pensamento Diplomático. Formuladores e Agentes de Política Externa (1750-1964)*; homenagens a intelectuais como Helio Jaguaribe, pesquisa e lançamento conjunto de livros e o seminário "Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico" ilustram a longa e profícua parceria entre as duas instituições.

Em memorável discurso na Casa de Rio Branco, Seixas Corrêa explicou que diplomacia tem muito que ver com estilo: "é tão importante saber o que fazer, quanto saber como fazer". O nosso Itamaraty, dizia ele, se distingue por um estilo próprio, em que a eficácia sempre esteve associada à correção formal. Uma certa maneira de ver o mundo e de fazer as coisas que se transmite de geração em geração. Algo que nos confere prestígio e autoridade para bem promover e defender os interesses externos do Brasil. Prosseguia ele chamando a atenção para o quanto de esforços custou construir esse patrimônio moral que é reconhecido internacionalmente e que nos assegura uma singular capacidade de inspirar respeito e irradiar conhecimento.

A recuperação da memória e a reflexão sobre o juízo de outras gerações a respeito de questões da política externa e das relações internacionais do Brasil contribuem não só para a capacitação do profissional das relações internacionais e da historiografia, como também para a consciência da cidadania, a compreensão do significado de princípios, valores, práticas e estilo que marcam a gênese da diplomacia brasileira, expressão da própria identidade do país.

É com essa mesma atitude de reverência à memória e de senso crítico do passado que concluo esta apresentação. Faço-o com o mesmo sentido de humildade subjacente à outra recordação de Seixas de que o Itamaraty evoluiu de um pequeno núcleo na Secretaria de Estado em 1828 e nesse processo enfrenta sempre o desafio à sua capacidade de renovação, que, segundo outro grande diplomata, constitui a melhor de suas tradições.

Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Sumário

Prefácio 13
Arno Wehling

Introdução 15
Luiz Felipe de Seixas Corrêa

1. Discurso 25
   Januário da Cunha Barbosa
2. Cartas de Thomas Jefferson 43
3. Dissertação 57
   Carl Friedrich Philipp Von Martius
4. Memória sobre a viagem aos EUA 85
   Hippolyto José da Costa Pereira
5. Deve o Brasil vender madeira de construção? 105
   Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, 1811

6. Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil 117
Ernesto Ferreira França Filho

7. O Brasil, os EUA e o monroísmo 145
Barão do Rio Branco

8. Rio Branco e a política exterior no Brasil 171
Oswaldo Moraes Correia

9. O visconde de Cabo Frio (Joaquim Thomaz do Amaral) 189
Hildebrando Accioly

10. A abertura dos portos – Cairu 209
Wanderley de Araújo Pinho

11. As vigas mestras da diplomacia brasileira nas Américas 261
Mário Barata

12. A batalha de Monte Caseros ou de Morón..... 285
José Antônio Soares de Souza

13. Buenos Aires e o Brasil..... 307
Pedro Calmon

14. Bolívar e o Brasil..... 317
Vamireh Chacon

15. As relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX..... 337
Arthur Cézar Ferreira Reis

16. A política externa do Brasil e a Segunda Guerra Mundial 383
Maria Cecília Ribas Carneiro

17. O Brasil e a Conferência de Haia 413
Agnello Uchoa Bittencourt

18. A política externa do Brasil nos últimos 50 anos..... 435
Vasco Mariz

19. As recepções do descobrimento: história, memória e identidade no historicismo brasileiro..... 463
Arno Wehling

20. França-Brasil..... 487
Marcos Castrioto Azambuja

Prefácio

O livro organizado pelo embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é resultado de uma cuidadosa seleção de textos publicados na *Revista do IHGB*, que possuem significado para a história das relações internacionais do Brasil e que dizem respeito à construção da memória e do autoconhecimento do país.

A *Revista* é fonte importantíssima para os estudos brasileiros e sua permanência no tempo, com publicação ininterrupta desde 1839, já foi festejada no Brasil e no exterior. A riqueza e variedade temática da publicação permitem recortes como este, no qual determinados assuntos ou questões podem ser lidos transversalmente.

Nos textos selecionados por Seixas Corrêa, vale destacar não apenas o valor intrínseco referente à temática tratada, mas a relevância para o conhecimento da percepção do Brasil sobre si mesmo e, no caso, sobre suas relações externas no decorrer de um longo período.

Cada trabalho/tema é precedido de uma introdução contextual, que localiza época e autoria do texto, constituindo assim o livro guia seguro para o desenvolvimento de reflexão brasileira sobre um assunto que está cada vez mais na agenda do Estado e nas preocupações da sociedade brasileira.

Como o autor já fez em outra obra de natureza semelhante, *o Brasil nas Nações Unidas*, onde foram reunidos os discursos de abertura na Assembleia Geral da ONU, proferidos pelo representante do Brasil, esta seleção permite visão de conjunto sobre a temática das relações internacionais a partir de um ponto de vista privilegiado, a prestigiosa *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

O manancial da *Revista do IHGB* sobre a matéria não se esgota nesta seleção, mas certamente constituirá referência importante para o conhecimento do assunto e talvez venha a estimular o surgimento tanto de desdobramentos desta temática quanto de outros recortes que facilitem o acesso a outros aspectos da formação brasileira.

Merecem, pois, os melhores cumprimentos o embaixador Seixas Corrêa, pela empreitada e a Funag, notadamente seu dinâmico presidente, embaixador Sérgio Moreira Lima, pela compactação em volume dessa produção dispersa ao longo de quase duzentos anos e em mais de quatro centenas de publicações.

Arno Wehling
Presidente do Instituto Histórico
e Geográfico Brasileiro

Introdução

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 18 de agosto de 1839 pelo Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A proposta original, assinada pelo marechal Raymundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, respectivamente, primeiro secretário e secretário adjunto da nova Instituição, assinalava ser "evidente em uma monarquia constitucional [que] os méritos e os talentos devem abrir as portas ao emprego" e que as letras devem conduzir ao "adoçamento dos costumes públicos", principalmente "aquelas que versando sobre a História e a Geografia do país devem ministrar grandes auxílios à pública Administração".

No mesmo documento, propuseram-se as nove bases sobre as quais deveria assentar-se o novo Instituto "sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional", referida no documento como a "mãe do IHGB" e "em sintonia com o Instituto Histórico de Paris".

Aprovada a proposta pela Sociedade Auxiliadora, o IHGB foi formalmente instalado em 21 de outubro de 1839. Foram

eleitos, para presidência, o visconde de São Leopoldo, para a vice-presidência, o marechal Cunha Matos, assim como os demais membros que compuseram a primeira diretoria do Instituto. O cônego Cunha Barbosa – que viria a ter grande influência na consolidação do IHGB – foi eleito primeiro secretário perpétuo.

É pertinente assinalar nos documentos relativos à criação do IHGB, tal como reproduzidos no Volume I (1839) da Revista: 1) a filiação do IHGB à Sociedade da Indústria Nacional, tipificada como "mãe" do Instituto, em cuja sede seria instalada; e 2) a abertura de "correspondência" com o Instituto Histórico de Paris. Nascia, pois o IHGB sob uma vertente nacionalista vinculada à indústria nacional, mas aberto, ao mesmo tempo, à influência cultural francesa, então predominante nos meios brasileiros do século XIX, como uma espécie de contrapeso à influência econômica, financeira e política britânica.

A vinculação externa foi reforçada pelo cônego Januário, no discurso de abertura da sessão inaugural do Instituto no dia de domingo, 25 de novembro de 1839. Ao enfatizar logo no início de seu pronunciamento a ligação com o Instituto Histórico de Paris e singularizar a tarefa de "concentrar em uma literária associação, os diversos fatos da nossa História e os esclarecimentos geográficos de nosso país, para que possam ser oferecidos ao mundo, purificados de erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais quanto estrangeiros".

Fica evidente neste propósito enunciado pelo cônego a preocupação presente até os dias de hoje com a imagem do Brasil no exterior. O Instituto deveria, segundo Januário Barbosa, remediar os males daí provindos ao (reparar) os erros e (preencher) as lacunas que se encontram na nossa história.

Outro ponto ressaltado pelo cônego Januário foi o do nacionalismo com vocação centralizadora, ao definir a tarefa do

Instituto de "reunir e organizar os elementos para a História e a Geografia do Brasil espalhados por suas províncias".

Os discursos fundadores traçam as características de uma sociedade em busca de sua história, ou ainda, de uma narrativa que fizesse sentido para orgulho de seus cidadãos tão cheios de esperança com o alvorecer do novo país em meio a tantas insuficiências e tantas instituições desumanas, como a escravidão, e já então arcaicas no contexto do Novo Mundo, como a monarquia. Mas ao mesmo tempo um país que se definia positivamente na América do Sul por sua grandeza territorial e por sua unidade.

Pensava-se que tudo se resolveria com o tempo. Em se plantando tudo daria, já dizia Pero Vaz de Caminha, responsável original do grandiosíssimo utópico brasileiro.

A verdade é que não foi bem assim. Nosso país continua a lidar com seus gritantes contrastes, com as consequências da escravidão, e com uma inserção internacional ainda pouco significativa. Sem mencionar o tema da corrupção.

O IHGB, na justa avaliação de seu presidente Arno Wehling, ostenta cinco dimensões de significado equivalente: a dimensão ética, ligada aos valores humanistas e da identidade brasileira; a dimensão científica, mediante a discussão e a análise das questões fundamentais brasileiras; a dimensão social, que implica a difusão dos valores e do conhecimento alcançados no Instituto e na sociedade; e a dimensão acadêmica, a cara da memória nacional como diria Pedro Calmon.

Não como uma memória pré-fabricada e imposta, diria eu, mas como fruto de um debate contínuo e de aproximações sucessivas, de recordações, narrativas e convicções sobre as múltiplas realidades de que é feito ou imaginado o Brasil. Sob essa perspectiva poder-se-ia pensar em uma dimensão adicional às cinco propostas por Wehling: a dimensão utópica.

Sem utopia, não se constrói a narrativa histórica de país algum.

E o nosso IHGB, sobretudo nos seus anos iniciais, mas ainda entrando pelo século XX trabalhou muito pela concepção e pela difusão das utopias brasileiras.

A Revista do IHGB vem sendo publicada sem interrupção desde 1839. O Instituto orgulha-se, com toda razão, de editar a publicação científica ainda em circulação mais antiga de todas as Américas. Oliveira Lima dizia sobre a Revista que o "Brasil político, diplomático, comercial, militar em parte alguma melhor se estuda que nos volumes daquela preciosa seleção".

Além da Revista, o IHGB tem publicado numerosos títulos, ora em edições avulsas, ora em séries especiais. Diversos volumes sobre a própria história do Instituto têm vindo a lume ao longo do tempo por conta própria ou em convênio com instituições e entidades.

Realizam-se congressos, simpósios, colóquios, cursos e ciclos de conferências, frequentemente em colaboração com outras entidades brasileiras e/ou internacionais. Tem sido constante ademais a realização de eventos sobre temas internacionais relacionados com efemérides importantes.

A partir do riquíssimo material contido nas centenas de números da Revista já editados pelo IHGB, podem-se organizar diferentes coletâneas analíticas, tal é a diversidade dos temas históricos e geográficos nelas incluídos. A leitura da Revista constitui um passeio imaginário pela história do Brasil, ao longo de quase três séculos em que ficam registrados e conservadas impressões, avaliações e análises sobre cada etapa política, institucional, econômica e social percorrida pela sociedade brasileira desde o Descobrimento em 1500.

Este primeiro volume do que se espera possa constituir uma série refere-se a temas internacionais, mais precisamente a visões oficiais ou não da inserção do Brasil na América e no mundo. Há incontáveis textos sobre estes temas nas páginas da Revista. A escolha por certo oferece sempre muitos riscos. Assumi-os na convicção de que o leitor benevolente entenda o volume como um percurso no tempo – afinal o que é a história senão um percurso? – com 20 artigos que me pareceram bem ilustrar visões históricas sobre temas capitais e relações cruciais na história do Brasil. Não são textos longos, o que torna a publicação manuseável e, espero, útil a acadêmicos, diplomatas, historiadores, estudantes e ao público leitor em geral. Cada artigo é precedido por uma breve contextualização, em que procuro salientar sua originalidade e sua importância.

Não foi fácil selecionar os artigos adiante reproduzidos. Para cada acerto, há certamente várias omissões. Meu critério foi tanto o da originalidade quanto o da contribuição de cada artigo para a compreensão às vezes realista, outra vezes idealista, mas sempre patriótica da narrativa da história, no caso o da História das Relações Internacionais do Brasil.

O IHGB contou para essa iniciativa com o invariável e precioso apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) do Ministério das Relações Exteriores. Registro aqui meu agradecimento muito especial ao presidente da Funag, embaixador Sérgio Moreira Lima e a toda a sua equipe em Brasília e no Rio de Janeiro, em particular à senhora Maria do Carmo Strozzi Coutinho.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Embaixador

Abre-se esta antologia com o discurso proferido pelo secretário perpétuo do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa, na primeira reunião formal do instituto em sua sede original na Sociedade Auxiliar da Indústria Nacional, em 18 de agosto de 1838.

O cônego Januário foi uma das importantes figuras dos primeiros e conturbados tempos da independência do Brasil. Nascido em 1789, recebeu as ordens sacerdotais na Europa em 1803. Com a chegada da corte em 1808, foi-lhe confiado o cargo de preparador régio da Capela Real do Rio de Janeiro. Como maçom, militou no movimento que levou à independência do Brasil em 1822. Em 1824, após um mal-entendido político em que se envolveu em Minas Gerais, D. Pedro I agraciou-o como Oficial do Cruzeiro e o fez cônego da Capela Imperial. Sua vida oscilou sempre entre a política e a atividade intelectual e acadêmica. Foi deputado, diretor da Tipografia Nacional e do Diário do Governo. Durante a regência atuou como diretor da Biblioteca Nacional. Faleceu aos 66 anos de idade em plena atividade.

Seu papel na fundação do IHGB foi primordial. Nasceu com ele a ideia de publicação da Revista do Instituto.

Em seu discurso inaugural adiante transcrito, o cônego Januário explica as circunstâncias que levaram à criação do IHGB sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Enfatiza ademais as preocupações das elites dirigentes e intelectuais do Brasil em agir com patriotismo e mostrar "às nações cultas que também prezamos as glórias da pátria". Seu texto revela uma escrita ao mesmo tempo brilhante e precisa. A exposição é fluente, revelando grande valor literário.

O tema principal é o encontro de características que distingam o Brasil recém-independente e às voltas com diversas atribulações como nação culta e voltada para a interação com o mundo, em particular com a Europa. Ao IHGB atribui a tarefa de "eternizar pela história os 'fatos memoráveis da pátria', assim como corrigir inexatidões sobre os 'fatos memoráveis da pátria'".

Revela-se ordenado defensor da forma monárquica que singularizava o Brasil nas Américas e atribui ao IHGB a missão de descrever os 16 anos passados entre a independência e a fundação do instituto como época memorável "que acrescentou no novo mundo um esperançoso Império no catálogo das nações constituídas".

O IHGB surge, portanto, nas palavras do cônego e certamente no pensamento de seus membros fundadores como dedicado a remediar distorções e erros na concepção da formação histórica do país. Criticou-se o obscurantismo da "passada monarquia" e a submissão da inteligência nacional ao projeto colonial português. E exortou o instituto a externar a herança preciosa que pertence ao Brasil e que nos pode servir na organização de nossa história geral.

Sua visão da história é heroica: "Os caminhos do homem são traçados pelos seus deveres, e, aos olhos da musa severa da história,

o crime sempre deve ser crime". São palavras de grande rigor humanístico, a serem sempre lembradas nos tempos tormentosos pelos quais o Brasil passa periodicamente!

O pensamento do cônego é bem afinado com o movimento romântico então em gestação na Europa e com toda a sua vertente nacionalista. Seu objetivo é de criar heróis, que inspirem o país à grandeza entre as nações, depurar possíveis inexatidões da história do Brasil e construir, o que ele descreve com uma belíssima expressão: a "desejada biografia brasileira".

No pensamento do cônego, esta "tarefa" deve ser levada a cabo por brasileiros, agentes, vítimas ou beneficiários da história do país, pelo "escritor nacional", por oposição ao "gênio especulador dos estrangeiros". Januário atribui essa tarefa ao IHGB: "Erguer à glória do Brasil em um momento que lhe faltava (...) o majestoso edifício da nossa história", com fundamento no amor à Pátria e no amor das letras.

Não se pode deixar de registrar, finalmente, que o cônego Januário, ao referir-se à glória da pátria e seu lugar no mundo, deixa de fazer qualquer referência ao regime servil que ainda permaneceria vigente no Brasil por cerca de meio século. Como se não existisse (...).

1. Discurso*

Januário da Cunha Barbosa

Procura... ressuscitar também as memórias da pátria
da indigna obscuridade em que jaziam até agora.
(Alexandre de Gusmão, na fala à
Academia Real da História Portuguesa)

Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis de sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. Eis o motivo, senhores, por que dois membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos literatos, animaram-se a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, espalhados por suas províncias e, por isso mesmo, difíceis de se colher por

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 1, 1839.

qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história. Esta proposta, vós sabeis, senhores, foi coroada do mais feliz sucesso e de geral aprovação, como se esperava do patriotismo e amor das letras que animam os beneméritos membros da Sociedade Auxiliadora.

Eis-nos hoje congregados para encetar os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e, destarte, mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros.

Basta atendermos o que diz Cícero sobre a história, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um instituto que dela, particularmente, se ocupe e, portanto, de homens, os mais conspícuos por suas letras e por suas virtudes.

A História – escreve aquele filósofo romano – é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida.

Por esta judiciosa doutrina, bem facilmente se conhece quão profícua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens, que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade o espírito de partidos e, até mesmo, a ignorância. Oxalá não tivéssemos nós infinitas provas desta verdade em tantas obras, mormente estrangeiras, que correm o mundo! O nosso silêncio, repreensível, decerto em matéria que tanto nos afeta a honra da pátria, tem dado ocasião a que os historiadores uns de outros se copiem, propagando-se por isso muitas inexatidões, que deveriam ser imediatamente corrigidas.

O coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance de nossas vistas, porque apenas dezesseis anos se têm passado desta época memorável da nossa moderna história, que acrescentou no Novo Mundo um esperançoso Império no catálogo das nações constituídas e já muitos se vão obliterando, na memória daqueles a quem mais interessam, só porque têm sido escritos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.

Não é meu intento, senhores, apontar-vos agora os erros de que estão saturadas muitas obras sobre o Império do Brasil. Esta honrosa tarefa será decerto empreendida pelos membros do nosso Instituto: ela oferece um campo vastíssimo à investigação daqueles sócios que conhecem a necessidade de remediar os males daí provindos. Talvez me fosse mais desculpável deplorar a nossa fria indiferença sobre pontos de tanto interesse à glória nacional; mas, não cabe no abreviado quadro deste mal ordenado discurso a discussão de matéria, que levaria longo desenvolvimento. Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história. Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assinalar, com a possível exatidão, o assento de suas cidades e vilas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras e a capacidade de seus inumeráveis portos. Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem, ainda o mais empreendedor, tornar-se-á fácil pela coadjuvação de muitos brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus

trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e quando os que se reúnem em tão nobre associação aparecem possuídos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconizar um honroso sucesso à fundação do nosso Instituto Histórico e Geográfico.

A nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse nos sábios investigadores da marcha da nossa civilização. Ou ela se considere pela conquista de intrépidos missionários, que tantos povos atraíram à adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulcro do sol; ou pelo lado das ações guerreiras, na penetração de seus emaranhados bosques e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e baías, variedades e pompas de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais e, finalmente, pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patrícios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes ideias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz.

Não têm faltado escritores que se dessem ao trabalho de recomendar à posteridade muitos desses fatos, que são lidos em todos os tempos com justa admiração; mas, espalhados por um tão vasto território como este em que agora o Brasil assenta o seu trono imperial, eles mais escreveram histórias particulares das províncias do que uma história geral, encadeados os acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica e com luz pura da verdade. Ah! Se ainda, assim mesmo, tantos escritos de ilustres

brasileiros fossem dados à luz pública, ou conservados em arquivos para que a posteridade deles se aproveitasse, talvez que então se pudesse realizar em parte a doutrina de Cícero, quando chama a história de *testemunha dos tempos*.

Mas, por desgraça nossa, em dosar o nosso patriotismo, temos visto – e continuamos a ver – sepultarem-se muitos escritores de mérito como abraçados com suas produções literárias. A ignorância ou descuido de seus herdeiros as entrega logo à voragem dos anos: seus nomes vagueiam por algum tempo sobre as suas campas, até que de todo se esvaecem, perdendo-se até a notícia dos lugares em que estes escritores nasceram ou honraram por suas gloriosas fadigas.

Nem pouco influiu para esta lamentável falta de publicação das coisas da pátria o triste fado que sobre nós pesara por mais de trezentos anos, sendo obrigado a mendigar o favor dos tipos da metrópole, não nos consentindo assentar uma imprensa nesta colônia. O intolerante monopólio, mola principal da administração portuguesa nos tempos do absolutismo e com especialidade a respeito do Brasil, estendia-se também à publicação dos escritos dos nossos literatos e, por isso, ou morriam em gabinetes particulares sem verem a luz da estampa, ou eram tão mutilados, para que se acomodassem ao sistema de seu monopólio, como a água tomando a forma do vaso que enche, que pareciam como ideias destacadas, não podendo servir bem de elementos para a história geral brasileira. O que digo, senhores, confirma-se bem claramente pelo ato do governo português, em meio do século passado, mandando destruir a única imprensa brasileira levantada por Antônio da Fonseca nesta cidade, da qual havia saída impressa, com a data de 1747, a *Relação da entrada que fez o bispo D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro, escrita pelo juiz de fora Luiz Antônio Rosado da Cunha*; e sabe-se que dela também saíra disfarçado com o título de impressão de Madri, o livro *Exame de Bombeiros*. Tais eram

as cautelas em que esse industrioso, patrocinado pelos jesuítas, empregava em prol da sua oficina, que, todavia, não escapou à violenta espada da destruição.

Nos tempos da passada monarquia, os escritos brasileiros, que assim então se publicavam, punham a glória de seus autores em comunhão com a dos portugueses; e como, por tantas dificuldades, eram em muito menor número, ficavam absorvidos pelo crédito literário da metrópole, que bem pouco refletia sobre o Brasil. Quem examina a volumosa *Biblioteca Lusitana* do abade Barbosa, encontra aí os nomes de alguns brasileiros preclaros, que provaram, por seus escritos em diversos ramos, gênio fecundo e amor das letras. Pertence agora ao nosso instituto, ou ao zelo de cada um de seus ilustres membros, externar essa herança preciosa, que pertence ao Brasil e que nos pode servir na organização da sua história geral. De todos esses materiais informes, incompletos e mesclados dos prejuízos do tempo, poderemos formar um completo regular [*sic*] de fatos, purificados no crisol da crítica. O talento de historiador, diz o barão de Barante, assemelha-se à sagacidade do naturalista, que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que ressuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em plagas que sofreram cataclismos. A vida moral tem suas condições e suas leis, compõe-se também de circunstancias ligadas por meio de relações quase necessárias, a filosofia pode reconhecê-las e demonstrá-las, e a imaginação, com mais celeridade e certeza, saberá então delas assenhorear-se. A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que acelere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geógrafos é só o que pode oferecer-nos essa galeria de fatos, que sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de lugar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro. A história seria, portanto, incompleta, descoberta

e árida, ocupando-se unicamente de resultados gerais, por uma mal-entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias que desembaracem a inteligência dos leitores. A sorte geral da humanidade muito nos interessa e nossa simpatia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram aqueles que nos precederam na cena do mundo: é isso o que fala a nossa imaginação, é isso o que ressuscita, por assim dizer, a vida do passado e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas. Só destarte a história nos pode oferecer importantíssimas lições: ela não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um maquinismo, que concorrem no desempenho dos fins do seu inventor. A história os deve pintar tais quais foram na sua vida, obrando em liberdade e fazendo-os responsáveis por suas ações. A providência, é verdade, faz muitas vezes sair o bem do seio mal, a ordem das turbulências da anarquia e a liberdade dos terrores do despotismo; mas, é força dizê-lo, senhores, estes caminhos não estão ao nosso alcance, os caminhos do homem são traçados pelos seus deveres e, aos olhos da musa severa da história, o crime sempre deve ser crime.

Conduzido por estas reflexões do barão de Barante, não posso deixar de acrescentar-lhes a expressão dos nobres sentimentos de Plínio, *o Moço*, escrevendo a Tácito sobre a desastrosa morte de seu tio.

"Quanto a mim – diz este filósofo – considero igualmente beneméritos aqueles a quem os deuses têm concedido o dom, ou de fazer coisas dignas de serem escritas, ou de escrever coisas dignas de serem lidas; e muito mais beneméritos ainda os que favorecem o exercício destas duas preciosas faculdades" – e se mais pudesse eu acrescentar à tão animador pensamento, dissera, com o nosso

literato patrício Alexandre de Gusmão, que a história é um fecundo seminário de heróis.

A prossecução do meu discurso me faz chegar a um ponto que, designando bem claramente a grande utilidade que se pode colher dos estudos históricos e geográficos, marca, por isso mesmo, uma época gloriosa em nossa pátria, da qual se descobre a honrosa estrada que podem melhor seguir aqueles dos nossos patrícios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da glória literária. Eles, decerto, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a história da pátria, expurgada de tantos erros, enriquecendo os seus espíritos de conhecimentos interessantíssimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos dos seus concidadãos. Da combinação dessas ideias, assim adquiridas, nascerão princípios de que deduzam novos conhecimentos, que ilustrem a carreira de sua vida, tornando mais profícuos os serviços em benefício da pátria. Não duvidamos, senhores, que as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história. Por isso que a virtude é sempre digna de veneração pública, a glória abrilhanta os honrados cidadãos, ainda mesmo quando pareçam haver sucumbido aos golpes da inveja e da intriga dos maus; a justiça que a posteridade lhes faz, salvando seus nomes e seus feitos de um injusto esquecimento, é forte estímulo para uma patriótica emulação. Os crimes, posto que seguidos de sucesso aparentemente feliz, não deixam de ser detestáveis no tribunal da história, se a imparcial pena de sábios os descreve em verdadeira luz. O circunspecto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que aí termina as suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juízos como austero sacerdote de verdade. A fama dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado a nós com os documentos de seus méritos acrisolados pela história: ela assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo

à veneração dos homens a memória daqueles que dela se fizeram dignos.

Porém, senhores, se em geral são estas as vantagens da história, quais não serão ainda do nosso país, se o amor da glória nacional nos levar a depurá-la de suas inexatidões, e a escrevê-la com essa atilada crítica que deve formar o caráter de um historiador? E será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres brasileiros, que honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços? O desejo de dar vida a beneméritos, que o nosso descuido tem deixado mortos para a glória da pátria e para a estima do mundo, já se tem apoderado de alguns dos ilustres sócios deste nosso instituto. Uma biografia dos mais preclaros brasileiros é tarefa, decerto, mui superior às forças de um só homem, atentas as nossas circunstâncias; mas a glória que deve resultar de uma tal empresa acende o zelo dos que têm encetado em comunhão de trabalho e refletirá também sobre o nosso instituto, porque são do seu grêmio os empreendedores da desejada biografia brasileira; e se a sua modéstia me priva de lhes dar os devidos louvores por obra de honra nacional, a justiça não sofre que eu deixe de publicar os seus nomes em crédito dos membros fundadores deste instituto. Os ilustres srs. visconde de S. Leopoldo, dr. Emílio Joaquim da Silva Maia e outros, já têm coligido muitos elementos para esse importante monumento literário; nem já lhes quebra o ânimo de o levarem ao fim, pois que, de nossa eficaz cooperação e zelo social resultará maior facilidade ao desempenho do seu nobre projeto.

Na vida dos grandes homens se aprende a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causas de maior glória. O livro de Plutarco – diz o barão de Morogues – é uma excelente escola do homem, porque oferece, em todos os gêneros, os mais nobres exemplos de magnanimidade; aí se encontra descoberta toda a antiguidade;

cada homem célebre aí aparece com seu gênio, com seus talentos e com suas virtudes, e com a influência que exercera sobre seu século; aí se aprende como o gênio dá movimento a povos inteiros por suas leis, por suas conquistas, por sua eloquência; aí se conhece a sabedoria dos desígnios, umas vezes profundamente concebidos e amadurados pelos anos, outras vezes como inspirados, admitidos e executados a um só tempo com a energia que domina os maiores obstáculos; aí vidas brilhantes e mortes ilustres ensinam a amar a glória, a apreciar as suas causas, a prover os resultados e a acautelar-nos daqueles perigos que a seguem como sombras, porque – diz M. Thomaz – os homens que pesam sobre o universo também lutam com seu próprio peso: logo após a glória acham-se frequentemente ocultos o desterro, o ferro e o veneno.

E não oferecerá uma história verídica do nosso país essas lições, que tão profícuas podem ser aos cidadãos brasileiros no desempenho de seus mais importantes deveres? No período de pouco mais de três séculos não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diversas qualidades, que mereçam os cuidados do circunspecto historiador e que se possam oferecer às nascentes gerações como tipos de grandes virtudes? E deixaremos sempre ao gênio especulador dos estrangeiros o escrever de nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escritor nacional? Ah! O meu coração se dilata dentro no peito só à ideia de que este Instituto Histórico e Geográfico se ocupará desveladamente em erguer, à glória do Brasil, um monumento que lhe faltava e do qual emanará não pequena honra aos que agora aqui reunidos se oferecem às vistas da nação como opiniões do majestoso edifício da nossa história. O meu coração se dilata, sim, quando observo que só a notícia da fundação deste instituto mereceu o mais honroso acolhimento do público; acolhimento bem fácil de ser previsto pela distinta Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que pronta

nos franqueou a sua respeitável proteção para levarmos a efeito a proposta que lhe havíamos submetido.

Os literatos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os sócios deste instituto não só meditam organizar um movimento de glória nacional, aproveitando muitos rasgos históricos, que dispersos escapam à voragem dos tempos, mas ainda, pretendem abrir um curso de História e Geografia do Brasil, além dos princípios gerais, para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os brasileiros. Este ramo de estudo, tão necessário à civilização dos povos, faltava aos nossos patrícios. Mas consolamo-nos de que um tal descuido, porque também o célebre Rollin, nos tempos em que França já há muito florescia por suas letras, lastimava sacrificar-se o estudo da história nacional ao de outras histórias antigas, como se só na Grécia ou em Roma tivessem aparecido fatos heroicos e varões prestantes que merecessem ser imitados.

> *Eu estou bem longe de pensar – dizia o ilustre filólogo – que seja indiferente o estudo da história nacional; vejo com dor que ele tem sido desprezado por aqueles mesmos a quem fora útil, por não dizer indispensável. Confesso que pouco me tenho dado a ele e envergonho-me de ser como estrangeiro em minha pátria, depois de haver corrido outros muitos países.*

A nossa história abunda de modelos de virtude, mas um grande número de feitos gloriosos morre ou dorme na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brasil, senhores, posto que em circunstâncias não semelhantes à França, pode, contudo, apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e os lugares, para que

sejam melhor apercebidos pelos que anelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional.

A empresa de alguns de nossos escritores, que têm escrito sobre as coisas da pátria, não será perdida para o nosso instituto. Desse cabedal, dificilmente reunido nas províncias pelos incansáveis e distintos literatos Berredo, Rocha Pitta, bispo Azeredo, monsenhor Pizarro, frei Gaspar, Durão, visconde de Cayrú e de S. Leopoldo, conselheiro Balthazar Lisboa, Rebello, Ayres de Casal, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellagarde e outros muitos, se formará no nosso instituto o corpo da história geral brasileira, encendrado pela filosofia de seus membros e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus fatos, a fim de serem dignamente compreendidos.

Eu quisera, senhores, aproveitar-me deste ensejo para lembrar-vos o incansável zelo pela história e geografia do Brasil de alguns dos literatos que honram a matrícula do nosso instituto; mas, se me não é dado tributar-lhes agora os elogios de que são merecedores, eu devo, pelo menos, como órgão da voz pública e dos amigos da pátria, declarar com especialidade o nome do nosso honrado colega e meu particular amigo o general Cunha Mattos. Injustiça fora, senhores, não fazer honrosa menção dos trabalhos históricos já por ele oferecidos ao público e agora mesmo ao nosso instituto. Ouvistes ler a riquíssima memória sobre a navegação dos antigos e dos modernos, da qual resultara a descoberta da América e também do Brasil; bem pouca meditação se precisa para se conhecer logo que seu excelente trabalho forma a introdução da nossa história geral, em que há muito se ocupa o nosso distinto consócio. O seu zelo será decerto imitado por outros; e talvez que o ensaio de um dicionário geográfico brasileiro, com tanto trabalho empreendido pelo ilustre sócio e senador Costa Pereira, agora tome o seu necessário desenvolvimento, aproveitando-se o seu autor dos esclarecimentos que nos é permitido esperar de muitos pontos do Império.

Desculpai-me, senhores, se na fraca exposição das vantagens que podem emanar da fundação do nosso instituto, eu mais tive em vista a glória nacional, que sempre me fez bater o coração em peito brasileiro, do que a dificuldade das empresas a que nos endereçamos. Este majestoso edifício tem por fundamentos o amor da pátria e o amor das letras.

Não seremos menos inflamados deste amor do que aqueles que, em outras nações, lhe têm inaugurado tão glorioso quanto útil monumento. O Brasil guarda nas entranhas de suas terras, e assim também nos peitos de seus filhos e sinceros amigos, tesouros preciosos, que devem ser aproveitados por meio de constantes e honrosas fadigas. Sem trabalho, sem persistência nas grandes empresas, jamais se conseguirá a glória que abrilhanta os nomes dos bons servidores da pátria. A geografia é a luz da história, e a história, tirando da obscuridade as memórias da pátria, honra, por isso mesmo, aos que lhe consagram constantes desvelos. Eia, senhores, não esmoreçamos à vista das grandes dificuldades que sairão ao encontro dos nossos desígnios; fitemos os olhos no bem dos nossos patrícios, na glória da nossa nação, na nossa própria honra, e nós celebraremos todos os anos o dia aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que somos criadores, apresentando ao público relatórios dignos da sua atenção pelos úteis trabalhos que fizermos.

Seja-me ainda permitido terminar este discurso com uma invocação ao Eterno, tomando das palavras do santo Isaías:

> *– E tu, Senhor, ateia, em luzeiro eterno, faíscas tuas já assomadas neste horizonte.*
>
> *E sempre de face haja de encontrar-se nele a verdade.*
>
> *Mimosas esperanças caminham em triunfo de molestas dificuldades.*

Ó quanto, Senhor, tu mandas em assento andamoso montanhas empinadas!

Compraza-te em dar-lhe rego aberto, que engrosse o plantio por ti disposto

(Trad. do Bispo D. frei Manuel do Cenáculo).

Pertence ao tomo terceiro da Revista do Instituto (1841) uma compilação extremamente sugestiva de cartas de Thomas Jefferson a interlocutores no governo norte-americano a respeito do Brasil. Não foi possível, porém, apurar o nome do sócio do Instituto que tomou a iniciativa de publicar a correspondência nem identificar os interlocutores brasileiros com os quais tratou os temas relatados.

Ao apresentar os textos, o autor do artigo revela um certo ranço antirrepublicano e antidemocrático, ao assinalar o interesse americano na independência das colônias sul-americanas. Deixa ao julgamento dos leitores o trabalho de determinar se as apreciações de Jefferson "tinham ou não tinham uma base sólida de conveniência para o nosso país". E ressalta que, ao divulgar tais palavras, está longe de adotar suas opiniões indiscriminadamente". Cita em particular: as invectivas contra Bonaparte, os insultos ao governo inglês, a liga americana tal como entendida por "tão exaltado sectário das mais exaltadas doutrinas democráticas".

O primeiro trecho da correspondência transcrito é de 1787. Está dirigida de Marselha a John Jay, revolucionário, e jurista norte-americano, que viria a ser presidente da Corte Suprema e governador do estado de Nova York. Jefferson, um dos *founding fathers* dos EUA, seria, por sua vez, o terceiro presidente dos EUA. Em 1776 projetava-se como o principal autor da declaração de independência. Em 1787, era embaixador da nova República norte-americana junto ao governo da França. Consta que teria tido contato, então, com estudantes brasileiros em Paris que partilhavam dos ideais independentistas, um dos quais talvez tenha sido o autor de carta transcrita, que pode refletir ideais da Revolução de Minas de 1788. Em Paris, Jefferson foi igualmente ardoroso partidário da Revolução Francesa, que eclodiria em 1789.

A carta de seu correspondente brasileiro é bastante ilustrativa dos sentimentos pré-nacionalistas, então em desenvolvimento no Brasil. Revela, ao mesmo tempo, que desde então os EUA eram vistos no Brasil como representando um caminho a seguir.

As apreciações de Jefferson dão bem a medida de sua benevolente e "paternalista" visão do Brasil, bem como da riqueza mineral do país que poderia eventualmente financiar um hipotético apoio americano à independência do Brasil: "Uma revolução feliz no Brasil não pode deixar de excitar interesse nos Estados Unidos".

Na segunda correspondência (março de 1789), ainda dirigida à John Jay, Jefferson relata conversa com um senhor Pinto, ministro de estado de Portugal e ex-embaixador em Londres. Saíra convencido da conversa de que era do interesse dos portugueses desviar todas as possibilidades de que os EUA poderiam sentir-se atraídos a cooperar para a emancipação de sua colônia.

O terceiro extrato, muito breve, refere-se a uma carta de Jefferson escrita em 1791. Revela que seu interesse pela independência do Brasil continuava aceso. Pede, da Filadélfia, a um

certo coronel Humphry, ex-ajudante de ordens de Washington, que lhe mande cautelosamente "todas as informações possíveis acerca da força, riqueza, recursos, ilustrações e disposições do Brasil".

O quarto extrato é de maio de 1817 em carta dirigida ao marquês de La Fayette, que participara da Revolução Americana como general e liderado a Guarda Nacional da Revolução Francesa. Em 1817, La Fayette já no período da Restauração, era membro da Câmara dos Deputados. Na correspondência, Jefferson antecipou tempos difíceis para a América hispânica e portuguesa: "A ignorância e a superstição, tenho por tão imprópria para se governar, como qualquer outro gênero de loucura". E prevê acertadamente que "os países da região cairão debaixo de golpismo militar e ficarão sendo ensanguentados instrumentos de seus respectivos bonapartes". Profeticamente, porém, admite "não ver a questão sobre o que nós desejamos, porém sobre o que se pode fazer".

Finalmente, o quinto extrato vem de uma carta de 1820 dirigida a William Stuart, antigo secretário de Jefferson em Paris, referido por ele como "meu filho adotivo". Nela, Jefferson prenuncia a Doutrina Monroe, que viria a ser lançada pelo presidente Monroe três anos depois, em 1823. Advoga por um sistema de política americana totalmente independente e desligado da política europeia: "Não está remoto o dia em que há de se lançar uma linha divisória através do oceano que separe os dois hemisférios" e exprime a alegria que teria ao ver as esquadras do Brasil e dos EUA navegando juntas como irmãs e seguindo o nosso destino.

No Brasil de 1787 a 1820, a visão de Jefferson não tinha condições de ser compartilhada. Simplesmente exposta na correspondência, porém, permanece até os dias de hoje como expressão de uma "aliança", que não vingou apesar dos esforços que viriam a ser feitos pelo barão do Rio Branco no início do século XX.

2. Cartas de Thomas Jefferson*

Não será desagradável a nossos leitores o conhecimento de algumas passagens da correspondência de Jefferson relativas ao nosso país. O lugar que extraímos da carta por ele dirigida à M. John Jay, com data de 4 de maio de 1787, é relativo às disposições para a denominada revolução de Minas de 1788; e basta isso para lhe dar grande importância aos olhos dos estudiosos da história pátria. Os outros lugares, que extraímos de outras cartas, mostram quanto se desejava nos Estados Unidos a independência da outra parte do continente americano, ou antes, quanto ali se conheciam as vantagens do comércio e da amizade com o Brasil, e com as mais nações que se fossem levantando na mesma parte do mundo. É curioso ver quais as ideias, quais os sentimentos de Jefferson a respeito desses objetos. Se essas ideias eram inexatas ou verdadeiras, se esses sentimentos tinham ou não tinham uma base sólida e de conveniência para nosso país, deixamos ao julgamento dos leitores. Transladando as palavras do famoso estadista americano, estamos longe de adotar as suas opiniões indiscriminadamente.

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 3, 1841.

As invectivas contra Bonaparte (por exemplo), os insultos ao governo inglês, a liga americana, como parece que ela era entendida por um tão decidido sectário das mais exaltadas doutrinas democráticas, e outros tópicos da correspondência, vão aqui inseridos apenas porque se queria traduzir a íntegra das passagens em que eles se achavam como incidentes.

***

Primeiro extrato

A minha viagem por estes lugares ministrou-me informações, que tomarei a liberdade de levar ao conhecimento do Congresso. Em dias de outubro último (de 1786), recebi com data de 2 deste mês uma carta, cujo signatário dizia ser estrangeiro, acrescentando que tinha negócio de suma importância a comunicar, e que, por isso, pedia que lhe indicasse meio de fazê-lo com segurança. Satisfiz ao pedido e, logo depois, recebi outra carta concebida nos termos seguintes, omitindo os que são de pura formalidade:

> *Eu nasci no Brasil. Vós não ignorais a terrível escravidão que faz gemer a nossa pátria. Cada dia se torna mais insuportável o nosso estado depois da vossa gloriosa independência, porque os bárbaros portugueses, receosos de que o exemplo seja abraçado, nada omitem que possa fazer-nos mais infelizes. A convicção de que estes usurpadores só meditam novas opressões contra as leis da natureza e contra a humanidade, tem-nos resolvido a seguir o farol que nos mostrais, a quebrar os grilhões, a reanimar a nossa moribunda liberdade, quase de todo acabrunhada pela força, único esteio da autoridade dos europeus nas regiões da América. Releva, porém, que alguma potência preste auxílio aos brasileiros, pois que a Espanha, certamente, há de se unir com Portugal; e apesar de nossas vantagens*

em uma guerra defensiva, não poderíamos, contudo, levar sós a efeito essa defesa, ou pelo menos, seria imprudência tentá-lo sem alguma esperança de bom êxito. Neste estado de coisas, senhor, olhamos, e com razão, somente para os Estados Unidos, porque seguiremos o seu exemplo e porque a natureza, fazendo-nos habitantes do mesmo continente, como que nos ligou pelas relações de uma pátria comum. Da nossa parte, estamos preparados a despender os dinheiros necessários, e a reconhecer em todo o tempo a obrigação em que ficaremos com os nossos benfeitores. Tenho-vos exposto, senhor, em poucas palavras, a suma do meu plano. Foi para dar-lhe andamento que vim à França, pois que na América teria sido impossível mover um passo e não suscitar desconfiança. A vós pertence agora decidir se pode executar-se a empresa. Se quereis consultar a vossa nação, pronto estou a oferecer-vos todos os esclarecimentos precisos.

Como por este tempo eu tinha deliberado experimentar as águas de Aix, participei deste desígnio ao escritor da carta e disse-lhe que me desviaria da estrada com o pretexto de examinar as antiguidades de Nîmes, se ele quisesse encontrar-se comigo neste lugar. Assim o fez; e o que se segue é resumo das informações que me deu: o Brasil contém o mesmo número de habitantes que Portugal. São eles portugueses, brancos naturais do país, negros e pardos cativos e índios selvagens ou civilizados. Os portugueses, poucos em número, quase todos casados na terra, têm perdido a lembrança do solo pátrio e o desejo de voltar a ele: estão por isso dispostos a abraçar a independência. Os brancos naturais do país formam o corpo da nação. Os escravos são iguais em número aos homens livres. Os índios domesticados são destituídos de energia e os selvagens nenhum partido tomarão neste negócio. Há vinte mil homens em tropas regulares. A princípio, eram todos portugueses: mas, à proporção que morriam, foram substituídos por naturais do

país, de modo que estes compõem hoje a maior força das tropas e pode contar-se com eles. Os oficiais são em parte portugueses e em parte brasileiros. Seu valor é indubitável, conhecem as manobras, mas ignoram a ciência da guerra e nenhuma predileção têm a favor de Portugal nem são possuídos de algum sentimento forte por outro qualquer objeto. Os sacerdotes são em parte portugueses e em parte brasileiros e não parece que tomem grande parte na contenda. A nobreza é apenas conhecida como tal. Não querem de maneira alguma distinguir-se do povo. Os homens de letras são os que mais desejam uma revolução; o povo não é muito influído pelos padres. Muitos indivíduos sabem ler e escrever, possuem armas e costumam servir-se delas para caçar. Os escravos têm de seguir a causa dos senhores. Numa palavra, pelo que respeita à revolução, não há mais que um pensamento em todo o país; mas, não aparece uma pessoa capaz de dirigi-la ou que se arrisque, pondo-se à frente, sem auxílio de nação poderosa: todos temem que o povo os desampare. No Brasil não há imprensa. Os brasileiros consideram a revolução da América do Norte como precursora da que eles desejam e dos Estados Unidos esperam todo socorro. As maiores simpatias se desenvolvem entre eles para conosco. A pessoa que me dá estas informações é natural e tem residência no Rio de Janeiro, atualmente a capital e que contêm cinquenta mil habitantes. A pessoa a que me refiro, conhece bem a cidade de S. Salvador, antiga metrópole, e as *minas de ouro* que se acham situadas no interior. Todos estes lugares propendem para a revolução e, como constituem o corpo da nação, têm de levar aos outros consigo. O *quinto*, que o rei cobra do produto das minas, anda por treze milhões de cruzados. Ele só tem direito de explorar as minas de diamantes e das outras pedras preciosas, que lhe rendem quase a metade dessa quantia. O produto destas duas fontes de riqueza, somente, deve montar dez milhões de dólares por ano: mas, o remanescente do produto das minas, que sobe a vinte e seis milhões, pode aplicar-se

às despesas da revolução. Afora as armas que estão pelas mãos do povo, há armazéns delas. Há muitos cavalos, mas só uma parte do Brasil admite o serviço de cavalaria. Precisariam de artilharia, munições, navios, marinheiros, soldados e oficiais, e para tudo isso, estão deliberados a recorrer aos Estados Unidos, entendendo-se sempre que os fornecimentos e serviços serão necessariamente pagos. A farinha de trigo custa quase a 20 libras cada cem aurateis. Tem maior abundância de carne e tanta que, algumas partes, matam rezes somente por causa do couro. A pesca da baleia é feita exclusivamente por brasileiros e não por portugueses; mas, em barcos mui pequenos, de maneira que não sabem manobrar com barcos de grandes dimensões. Iriam sempre comprar ao nosso povo navios, trigo e peixe salgado. O último é um gênero importante, que lhes vai de Portugal. Este reino, que não tem esquadra nem exército, não pode invadir o Brasil em menos de um ano. Se considerarmos a maneira porque tem de ser preparada e executada tal invasão, não será ela muito para temer, e se falhar, não tentarão segunda. Na verdade, cortada que seja esta principal fonte de sua riqueza, apenas os portugueses poderão fazer o primeiro esforço. A parte ilustrada da nação conhece tanto isso, que tem por infalível a separação. Há um ódio implacável entre brasileiros e portugueses. Para reconciliá-los, adotou um ministro passado a política de nomear brasileiros para os empregos públicos; mas, os ministros que se lhe seguiram voltaram à política anterior, nomeando para aqueles empregos somente pessoas nascidas em Portugal. Ainda há alguns naturais do Brasil (dos antigamente nomeados) exercendo cargos públicos. Se a Espanha invadir o país pela parte sul, ficará sempre tão distante do corpo dos estabelecimentos, que não poderá chegar até eles, e a tentativa da Espanha não é para recear-se. As *minas de ouro* são entre montanhas inacessíveis a um exército; e o Rio de Janeiro é tido pelo porto mais forte do mundo

depois de Gibraltar. No caso de uma revolução bem-sucedida, há de organizar-se um governo republicano geral para todo o país.

Em toda a conversação, procurei convencer o meu interlocutor de que não tenho autoridade nem instruções para dizer uma só palavra a tal respeito e que apenas poderia comunicar-lhes as minhas ideias como indivíduo; e vem a ser: que não estamos em circunstâncias de comprometer a nação em uma guerra; que desejamos, especialmente, cultivar a amizade de Portugal, com qual fizemos um tratado vantajoso; que, não obstante, o que fica ponderado, uma revolução feliz no Brasil não pode deixar de excitar interesse nos Estados Unidos; que a esperança de consideráveis vantagens chamará para o Brasil a muitos indivíduos em seu auxílio; que por motivos mais nobres, serão atraídos os nossos oficiais, em cujo número há muitos excelentes; e que nossos concidadãos, podendo sair de sua pátria quando querem, sem licença do governo, podem, da mesma sorte, dirigir-se para outro qualquer país (*Carta de 4 de maio de 1787, dirigida de Marselha à M. John Jay*).

***

Segundo extrato

M. del Pinto, há pouco ministro de Portugal em Londres, que fez o tratado conosco, acha-se hoje à frente do ministério português e por isso entendo que se podem renovar utilmente as negociações, se o nosso governo o desejar. Talvez, que se possa obter agora uma admissão de nossa farinha nos seus portos, pois que M. del Pinto parecia tocado pelos nossos raciocínios a respeito e prometia instar com a sua corte, posto que não se atrevesse a introduzir no tratado um artigo daquele sentido. Não há a mesma razão para esperar que nos dê alguma entrada no Brasil, pois que apenas consentiu ele que falássemos nisso. Eu penso que é do interesse dos portugueses desviar todas as tentações que poderíamos sentir de cooperar para

a emancipação de suas colônias: não conheço outro caminho para isso, que não seja fazer-nos conveniente a dependência em que essas colônias estão da mãe-pátria: e para que tal dependência nos convenha é necessário que nos seja permitido comunicar com ela. Contudo, este modo de discorrer não será adotado pelo governo de Portugal (*Carta de 12 de março de 1789, dirigida de Paris à M. John Jay*).

***

Terceiro extrato

Mandai-nos todas as informações possíveis acerca da força, riqueza, recursos, ilustrações e disposições do Brasil. O ciúme da corte de Lisboa a este respeito há de, necessariamente, inspirar-vos as cautelas necessárias no fazer e em comunicar essas averiguações *(Carta de*[1] *11 de abril de 1791, dirigida da Filadélfia ao coronel Humphxeis)*.

***

Quarto extrato

Desejaria dar-vos melhores esperanças de nossos irmãos do sul. Que eles se tornarão independentes da Espanha não entra na questão. A questão, e questão mui séria, consiste em saber qual será o seu futuro. A ignorância e a superstição, tenho por tão impróprias para se governarem, como outro qualquer gênero de loucura. Cairão debaixo do golpismo militar e ficarão sendo ensanguentados instrumentos de seus respectivos bonapartes. Se por isso têm de ser mais felizes, o regime de um só vo-lo dirá. Persuado-me de que ninguém duvida do sincero desejo que nutro de que toda a humanidade governe a si mesma e tenha a capacidade necessária para isso. Mas, não versa a questão sobre o que nós desejamos,

1 No rodapé desta página, onde se quebra o conteúdo entre parênteses: "julho 9".

porém, sobre o que se pode fazer. Como seu sincero amigo e irmão, convenço-me de que o melhor para eles seria um tratado com a Espanha, afiançado pela França, Rússia, Holanda e Estados Unidos, de maneira que à Espanha competisse uma supremacia nominal para a conservação da paz interna, deixando-lhes, aliás, todos os poderes políticos até que, experientes do governo, emancipados da tutela dos padres e progredindo na instrução, se achassem preparados para a completa independência. Eu excluo a Inglaterra desta confederação porque os seus princípios de egoísmo a tornam incapaz de proteger com honra, ou de coadjuvar sem interesse, a menos, com efeito, que uma revolução (o que parece agora provável), lhe dê um governo assaz honesto para consentir que viva em paz o resto do mundo. Portugal, empolgando uma parte dos domínios espanhóis no Sul, perdeu a sua grande província de Pernambuco e não será para admirar que o Brasil todo se levante e mande a família real para Portugal. O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído como a mãe-pátria (*Carta de 14 de maio de 1817, dirigida à M. de La Fayette*).

***

Quinto extrato

M. Corrêa veio fazer-nos a sua visita de despedida. Ele gostou muito do plano e do progresso da nossa universidade e fez alguns reparos de muito valor acerca da Botânica. Vai fazer muito bem a sua nova pátria, pois que a instrução pública pertence à secretaria que se lhe destina. Tem sentido, e com muita razão, as piratarias de Baltimore: mas os seus princípios de justiça e as suas disposições benévolas para conosco, estou certo, que o farão distinguir as iniquidades de alguns salteadores dos princípios firmemente seguidos pelos nossos compatriotas em geral, e com especialidade, pelo nosso governo. As conversações que tive com ele me fazem acreditar que percebe e deseja promover na sua nova situação as

vantagens de uma sincera confraternidade entre todas as nações da América e que sabe apreciar quanto lhes importa unirem-se em um sistema de política americana totalmente independente e desligado da política europeia. Não está remoto o dia em que se há de lançar uma linha divisória através do oceano que separa os dois hemisférios, de maneira que um lado dessa linha não se ouça um canhão europeu, nem do outro lado, se ouça um canhão americano. Então, durante o furor das eternas guerras da Europa, as regiões da América, o leão e o cordeiro estarão juntos. O excesso da população e a escassez de território fazem necessárias as guerras na Europa, segundo aí se pensa. Por cá, a população é diminuta e o terreno extensamente desocupado. A paz nos é necessária para produzir homens, a que o solo abundante oferece os meios de viver, e de viver felizes. Os princípios da sociedade, portanto, cá e lá, são essencialmente diversos: e eu espero que nenhum patriota americano perca de vista o quanto é essencial à nossa política o impedir nos mares e no território de ambas as Américas, as ferozes e sanguinolentas disputas da Europa. Desejo ver começar a aliança. Estou ansioso por um tratado entre potências marítimas da Europa, a fim de expelirem os piratas de seus mares, e da África, o canibalismo, para que nós possamos, igualmente, limpar os nossos mares de semelhantes pragas. Para este fim, quanto folgaria de ver as esquadras do Brasil e dos Estados Unidos navegando juntas como irmãs e seguindo o mesmo destino (*Carta de 4 de agosto de 1820, dirigida de Monticello à M. William Short*).

É do historiador britânico Edward Hallett Carr em seu breve, mas seminal "What is History" (1961) a observação de que "não há indicador mais significativo do caráter de uma sociedade do que o tipo de História que ela escreve ou deixa de escrever".

O texto que se segue é bem ilustrativo de uma visão por assim dizer fundadora e mítica do Brasil. Seu autor, Von Martius, foi o ganhador do concurso estabelecido pelo IHGB em 1843, sobre o tema "Como se deve escrever a História do Brasil?". Naquela altura, Martius achava-se já recolhido a sua casa na Baviera. Foi um sábio à moda antiga. Sentia-se confortável em diversas disciplinas. Passara três anos no Brasil (1817-1820). Havendo viajado por todo o país em busca da diversidade da natureza do país e de um conhecimento apropriado da população silvícola, Martius acumulou um conhecimento tão avantajado que lhe permitiu interpretar à sua maneira as origens e particularidades do país, ainda que ausente.

O Brasil era novo, ingressara tarde na vida independente. Suas dimensões eram enormes e sua diversidade desafiava os observadores a estabelecer qualquer esforço de síntese. Ao IHGB interessava estabelecer alguma espécie de padrão para que se medisse, à luz das percepções vigentes e das circunstâncias até certo ponto anacrônicas, em que se baseara a independência do país sob a forma monárquica.

Em seu ensaio, Martius, membro correspondente do Instituto, soube expressar exatamente o que se esperava naquele momento: a singularidade do Brasil! Acentuou a integração das três raças que interagiam (embora em condições nada similares!), para povoar, explorar e compor a possível originalidade positiva que se esperava do novo país. Sua visão estava certamente acima das concepções então vigentes, segundo as quais os indígenas e os africanos eram seres inferiores e destinados à escravidão. Digno representante do Iluminismo, Martius acreditava na possibilidade do aperfeiçoamento da Humanidade. No caso do Brasil, tudo seria alcançável, pensava, através do equilíbrio entre a diversidade (real) e a unidade (ideal). Nas palavras de Martius, o historiador deveria

> *ser chamado a mostrar como, no desenvolvimento sucessivo do Brasil, se achavam estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que neste país são colocadas uma ao lado da outra, de maneira desconhecida na História Antiga e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim*.

Martius analisa sucessivamente o papel das três raças como parte da História do Brasil. Começa com os indígenas, que identifica como "a raça de cor bronze", apresentando os mistérios em que estavam envolvidas as suas origens primitivas e sugerindo pesquisas que eventualmente pudessem revelar um passado triunfante, como os dos incas e astecas.

Segue-se uma exposição sobre "os portugueses e sua parte na História do Brasil". Assinala o objetivo primordialmente comercial dos primeiros tempos após a descoberta e sugere aos historiadores brasileiros que estudem como no Brasil se desenvolveram as "ciências e artes como reflexo da vida europeia". Não deixa igualmente de aludir, como algo que "excitou muito (sua) atenção, as numerosas histórias e lendas sobre as riquezas subterrâneas do país".

E, finalmente, no capítulo "A Raça Africana em suas Relações para com a História do Brasil", Martius sugere um estudo das circunstâncias das colônias portuguesas na África, de onde provinham os escravos para o Brasil. Assinala não ter dúvida de que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Deixa, porém, de formular juízo sobre a justiça e a moralidade da escravidão.

O ensaio termina com observações gerais sobre "a forma que deve ter uma História do Brasil". Sugere que o Historiador exclua a narrativa da diversidade para concentrar-se no sentido geral dos desenvolvimentos no país como um todo, nas convergências que refletem "o estado do país em geral". Reconhece, porém, que esta seria uma tarefa difícil, já que são poucos os brasileiros "que tenham visitado todo o país (e) por isso formam ideias muito errôneas sobre circunstâncias locais"!

Ao concluir, Martius conclama o historiador a despertar e reanimar em seus leitores brasileiros, amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência: em uma palavra: todas as virtudes cívicas! E não deixa de assinalar a "necessidade de uma monarquia em um país onde há tão grande número de escravos", conclamando os historiadores a que "como um verdadeiro serviço a sua pátria, escreva (...) como unitário, no mais puro sentido da palavra".

O artigo de Von Martius não se refere propriamente à história das Relações Internacionais do Brasil. Julguei, porém, apropriado incluí-lo nesta antologia pelo que representa de seminal para a compreensão da maneira como os historiadores tradicionais brasileiros estabeleceram as premissas, os tons e as singularidades do país e, portanto, da inserção do país no entorno regional e internacional. Não me consta que história alguma do Brasil tenha sido escrita em sua totalidade em função dos lineamentos traçados por Martius. Apenas fragmentos, ideias soltas, premissas, autorreferências frequentes na imaginação da sociedade sempre em busca de justificativas – como até os dias de hoje – para explicar as carências e as desigualdades, ainda vigentes no país. Gilberto Freyre no seu "Casa Grande e Senzala" quase um século depois, porém, perpetuaria boa parte dos mitos preparados por Martius.

Arno Wehling, em seu artigo sobre "a Concepção Histórica de Von Martius", conclui que as ideias por ele formuladas tornar-se-iam emblemáticas por dois motivos:

> *Corresponderam no plano político ideológico aos interesses e ideais de consolidação de estado e da nação no Brasil; no plano científico, embora datadas quanto às soluções, levantaram questões permanentes dos estudos brasileiros nas gerações seguintes em três campos teóricos – a etnografia, a linguística e a história – questões que têm sido permanentemente retomadas pelos cientistas sociais em suas tentativas de explicar o Brasil.*

3. Dissertação

Oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo Dr. Carl Friedrich Philipp Von Martius, acompanhada de uma bibliografia brasileira, ou lista das obras pertencentes à História do Brasil[*].

***

Tive sumo prazer quando li na muito apreciável Revista Trimensal, (suplemento ao tomo 2º, p. 72) que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro lançava suas vistas sobre a composição da História do Brasil e pedia a comunicação de ideias que o pudessem coadjuvar com maior acerto neste tão útil quão glorioso intento.

Muito longe estou de me julgar do número dos muito ilustres literatos brasileiros, habilitados para preencher as vistas do Instituto; mas ainda assim, não quero deixar passar esta ocasião sem testemunhar à tão respeitável associação o meu interesse para com seu meritório assunto, comunicando-lhe algumas ideias sobre aquele objeto, ideias que recomendo ao benigno acolhimento do instituto.

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 6, 1845.

Ideias gerais sobre a História do Brasil

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem.

São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre, ou americana; a branca, ou caucasiana; e, enfim, a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas destas três raças, formou-se a atual população, cuja história, por isso mesmo, tem um cunho muito particular.

Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história deverá desenvolver-se segundo uma lei particular das forças diagonais.

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito, um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso, necessariamente, se segue que o português – que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento – o português que deu condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas, também, de certo seria um grande erro para com todos os princípios da historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados; forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população.

Tanto os indígenas como os negros reagiram sobre a raça predominante.

Sei muito bem que brancos haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo a sua prosápia; mas, também estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiografia filosófica do Brasil*. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrário, acharão na investigação da parte que tiveram – e ainda têm – as raças índia etiópica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo.

Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança à essa mescla dos povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando!

Coisa semelhante, e talvez mais importante, se propõe o gênio da história, confundindo não somente povos da mesma raça, mas até raças inteiramente diversas, por suas individualidades e índole moral e física particular, para delas formar uma nação nova e maravilhosamente organizada.

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluentes das raças índia e etiópica. Na classe baixa tem lugar esta mescla e – como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas, se vivificam e fortalecem – assim se prepara atualmente, na última classe da população brasileira, essa mescla de raças, que daí há séculos influirá poderosamente sobre

as classes elevadas e comunicar-lhes-á aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.

Eu creio que um autor filosófico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade e do cristianismo esclarecido, nada achará nessa opinião que possa ofender a susceptibilidade dos brasileiros. Apreciar o homem, segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Criador, e abstraindo da sua cor ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador. Essa filantropia transcendente, que aprecia o homem em qualquer situação em que se acha destinado para obrar e servir de instrumento à infinitamente sábia ordem do mundo, é o espírito vivificador do verdadeiro historiador. E até me inclino a supor que as relações particulares, pelas quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país, em preferência de outros estados novos do mundo, onde aquelas duas raças inferiores são excluídas do movimento geral, ou como indignas por causa de seu nascimento, ou porque o seu número, em comparação com os dos brancos, é pouco considerável e sem importância.

Portanto, devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como, no desenvolvimento sucessivo do Brasil, se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que neste país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.

Esta reciprocidade oferece na história da formação da população brasileira em geral o quadro de uma vida orgânica. Apreciá-la devidamente será também a tarefa de uma legislação verdadeiramente humana. Do que até agora se fez para a educação moral e civil dos índios e negros, e do resultado das instituições respectivas, o historiador poderá julgar do futuro; e tornando-

-se para ele a história uma Sibila profetizando o futuro, poderá oferecer projetos úteis, etc. Com quanto mais calor e viveza ele defender em seus escritos os interesses dessas, por tantos modos, desamparadas raças tanto maior será o mérito que imprimirá à sua obra, a qual terá igualmente o cunho daquela filantropia nobre, que em nosso século, com justiça, exige-se do historiador. Um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que ele não sabe colocar-se acima de vistas parciais ou odiosas.

Os índios (a raça cor de bronze) e sua história como parte da História do Brasil

Se os pontos de vista gerais aqui indicados merecem a aprovação do historiador brasileiro, ele igualmente deverá encarregar-se da tarefa de investigar minuciosamente a vida e a história do desenvolvimento dos aborígenes americanos; e, estendendo as suas investigações além do tempo da conquista, perscrutará a história dos habitantes primitivos do Brasil; história que por ora, não dividida em épocas distintas nem oferecendo monumentos visíveis, ainda está envolta em obscuridade, mas, que, por esta mesma razão, excita sumamente a nossa curiosidade.

Que povos eram aqueles que os portugueses acharam na Terra de Santa Cruz, quando eles aproveitaram e estenderam a descoberta de Cabral? De onde eles vieram? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*? A resposta a esta e outras muitas perguntas semelhantes deve indubitavelmente preceder ao desenvolvimento de relações posteriores. Só depois de haver estabelecido um juízo certo sobre a *natureza primitiva* dos autóctones brasileiros, poder-se-á continuar a mostrar como se formou o seu estado moral e físico por suas relações com os imigrantes; em que estes influíram por leis e comércio, e comunicação, sobre índios; e qual a parte que

toca aos boçais filhos da terra no desenvolvimento das relações sociais dos portugueses emigrados.

Ainda não há muito tempo, a opinião geralmente adotada era que os indígenas da América foram homens diretamente emanados da mão do Criador. Consideravam-se os aborígenes do Brasil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina e dirigido na vereda das suas necessidades e inclinações físicas unicamente por sua razão instintiva. Enfeitando com as cores de uma filantropia e filosofia enganadora, consideravam este como primitivo do homem; procuravam explicá-lo, e dele derivavam os mais singulares princípios para o direito público, a religião e a história. Investigações mais profundas, porém, provarão ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem e que, pelo contrário, o triste e penível quadro, que nos oferece o atual indígena brasileiro, não é senão o *residuum* de muito antiga, posto que perdida história.

Logo que nós nos tivermos penetrado desta convicção, estende-se o passado da raça americana para uma época encoberta de escuridão e esclarecê-la será tarefa tão espinhosa quão cheia de interesse. A vereda que o historiador deve trilhar neste campo não pode ser outra senão esta: em primeiro lugar devemos considerar o indígena brasileiro, em suas manifestações exteriores, como este físico e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará à esfera da alma e da inteligência destes homens: a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua atividade espiritual e como ela se manifesta por *documentos históricos*.

Como documento mais geral e mais significativo deve ser considerada a *língua dos índios*. Pesquisas nesta atualmente tão pouco cultivada esfera não podem jamais ser suficientemente recomendadas e tanto mais que as línguas americanas não cessam de

achar-se continuamente em uma certa *fusão,* de sorte que algumas delas em breve estarão inteiramente extintas. Muito há que dizer sobre este objeto; mas como devo supor que poucos historiógrafos brasileiros se ocuparão com estudos linguísticos, deixo à parte este assunto; aproveito, porém, esta ocasião para exprimir o meu desejo de que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro designe alguns linguistas para a redação de dicionários e observações gramaticais sobre estas línguas, determinando que estes srs. fossem ter com os mesmos índios. Neste respeito, seria muito para desejar que se investigassem especialmente *as radicais* da língua tupi e dos seus dialetos; desde guarany, nas margens do rio da Prata; até o arino e guez sobre o Amazonas; que para tal dicionário brasileiro servisse de modelo o vocabulário que a imperatriz Catarina mandou esboçar para as línguas asiáticas e que, afinal, e principalmente, se coligassem em primeiro lugar com todos os vocábulos que se referem a objetos naturais, determinações legais (de direito) ou vestígios de relações sociais.

A língua principal falada outrora pelos índios do Brasil em vastíssima extensão, e entendida ainda em muitas partes, é a *língua geral* ou *tupi*. É sem dúvida muito significativo que um grande complexo de raças brasileiras entenda este idioma. Assim como no Peru com as línguas quichua e aymará, que se estendiam sobre vastíssimos territórios, aconteceu no Brasil com a língua tupi; e não podemos duvidar que todas as tribos, que nela sabem fazer-se inteligíveis, pertençam a um único e grande povo, que sem dúvida, possui a sua história própria e que, de um estado florescente de civilização, decaiu para o atual estado de degradação e dissolução; do mesmo modo o observamos entre povos ocidentais, que falavam a língua dos iucas ou aymará. Não deve passar despercebidamente que os caraíbas nas Guianas e nas Antilhas falavam uma língua, por uma sintaxe e vocabulário parente da língua Tupi, fato este tanto mais singular, quanto há muitos vestígios de serem os caraíbas

um povo de piratas, que se estendia da Flórida e das Bermudas para o sul. Assim tornaram-se as investigações sobre a língua dos aborígenes brasileiros um objeto de interesse geral, conduzindo a investigações etnográficas e compreendendo uma grande parte do Novo Mundo.

À língua, devem primeiramente ligar-se os estudos sobre a mitologia, as teogonias e geogonias das raças brasileiras. Um observador filosófico não deixará de descobrir nos restos de mitos e no balbuciamento poético, que ainda hoje encontram-se vestígios muito significativos de uma perdida filosofia natural e de um culto ainda enigmático. Uma indagação superficial do culto atual dos índios do Brasil contenta-se em considerá-lo como uma espécie de xamanismo ou fetichismo; mas com isso não se dará por satisfeito o historiador filosófico que dos restos atuais de ideias e cerimônias religiosas conclua, para noções anteriores mais puras e para formas de um culto antigo, que os sacrifícios humanos dos prisioneiros, o canibalismo e numerosos costumes e usos domésticos devem ser considerados como a mais bruta degeneração e que, somente deste modo, tornam-se explicáveis. Pesquisas tais, necessariamente, nos levarão para estes fenômenos pertencentes a esfera de superstições, de virtudes curativas de taumaturgos índios, feiticeiros e curandeiros; e destas, passamos a investigações sobre o saber dos índios, relativo a fenômenos da natureza; e de outro, sobre o sacerdócio entre eles e todas as relações do pajé (sacerdote), curandeiro e chefe, para a comunidade social.

Mais de um passo nos conduzirá para os vestígios de símbolos e tradições de direito: lançaremos uma vista d'olhos geral sobre as relações sociais e jurídicas destes homens, como membros de uma tribo, e as que existiam entre tribos diversas; e com isso encerra-se o círculo das investigações etnográficas que o historiador deverá fazer.

É inegável que o quadro de todas estas relações será tanto mais perfeito, será tanto mais rico em resultados históricos e filosóficos quanto mais afoito e desprevenido o historiador lançar suas vistas sobre os aborígenes da América, em seu mais extenso esparzimento, quanto com maior diligência comparar os seus materiais brasileiros com os dos outros povos do Novo Mundo.

A coordenação e paralelismo de todas as geogonias e teogonias e tradições de dilúvios gerais e outras grandes catástrofes da natureza de todos os mitos, usanças legais, usos e costumes de aborígenes americanos em geral, seria uma das mais belas e gratas tarefas do historiador filosófico e etnógrafo, e se uma história do Brasil não oferecesse senão esta introdução, ela devia ser saudada com entusiasmo por todos os literatos. Desde a obra de *Lafitau*, o material aumentou de modo tão espantoso, que o autor havia de ser recompensado tanto pelos encantos, como pela abundância da matéria. Mas essa mesma abundância de materiais exige a mais severa crítica e uma multidão de alegações extravagantes, de fatos inteiramente falsos (como, por exemplo, foram espalhados pela obra escandalosa de Mr. de Panu), que deviam ser excluídos de uma vez e estabelecida a verdadeira base e valor histórico e etnográfico dos povos americanos.

Como assunto de suma importância para o etnógrafo, notam-se as indagações sobre as construções americanas que ultimamente excitaram tão vivo interesse. Não poderá o historiador brasileiro deixar de perscrutar igualmente, as ruínas de Pauplata, México, Uxmal, Copan, Quito, Tiaguanaro etc., se quiser formar um juízo geral sobre o passado dos povos americanos. Até agora não se descobriram no Brasil (ao menos que eu saiba) vestígios de semelhantes construções, pois que as notícias manuscritas, das quais dá uma cópia a "Revista Trimensal" do ano de 1839, pág. 181, e que induziram ao sr. Benigno José Carvalho Cunha (ibid., 1841, pág. 197) a suspeitar que há uma grande antiga cidade ao lado do

sul da Serra de Sincorá, sobre o braço esquerdo do Sincorá, são até agora os únicos que se conhecem sobre monumentos brasileiros, que se assemelham em grandeza e solidez com os do México, Cundinamarca e Bolívia. A circunstância, porém, de não se terem achado ainda semelhantes construções no Brasil, certamente, não basta para duvidar que também neste país reinava em tempos muito remotos uma civilização superior, semelhante à dos países que acabo de mencionar. Na verdade, mostra a experiência, que, mormente em países elevados se encontram vestígios de uma tal civilização dos autóctones americanos, mas, apesar disso, não somos autorizados, por argumento algum, a duvidar de sua possibilidade no Brasil. Daí resulta um desejo, que certamente muitos dos membros do instituto partilharão comigo, que se lhes facultassem meios para fazer sacrifícios em favor de investigações arqueológicas: especialmente prestando auxílio à viajantes que procurassem estes monumentos. Se consideramos que em alguns lugares, v. g. em Paupatla, elevam-se matas altíssimas e milenárias sobre as construções de antigos monumentos, não se há de achar inverossímil que o mesmo se encontrará nas florestas do Brasil, tanto mais que até agora elas não são conhecidas nem acessíveis senão em muito pequena proporção.

Os portugueses e a sua parte na história do Brasil

Quando os portugueses descobriram o Brasil e nele se estabeleceram, acharam os indígenas proporcionalmente em tão diminuto número e profundo aviltamento, que nas suas recém-fundadas colônias podiam desenvolver e estender-se quase sem importar-se dos autóctones. Estes exerceram sobre os colonos uma influência negativa tão somente, porquanto só os forçaram a acautelar-se contra as suas invasões hostis, e por isso, criaram uma instituição singular de defesa, o *sistema de milícias*.

A influência destas milícias é grande e importante por dois motivos: por uma parte, elas fortaleciam e conservavam o espírito de empresas aventureiras, viagens de descobrimento e extensão do domínio português; por outro, favoreciam o desenvolvimento de instituições municipais livres e de uma certa turbulência – e até desenfreamento – dos cidadãos, capazes de pegar em armas em oposição às autoridades governativas e poderosas ordens religiosas. De outro lado, achamos também nisso a causa dos sucessos das armas portuguesas contra diversos invasores, os franceses no Maranhão e no Rio de Janeiro, os holandeses em uma grande parte da costa oriental.

O português, estabelecendo-se no Brasil, abandonou de certo modo os direitos que em Portugal possuía para com o monarca, porquanto, em lugar de um rei, recebia um senhor (*Dominus Brasiliae*). Nisso mesmo existia o motivo para colonos de jamais deporem as armas, estarem em cada momento prontos a combater e dirigirem-se sempre armados dos diferentes pontos do litoral, onde em princípio se estabeleceu a civilização europeia mais e mais para o interior, onde a ninguém reconheciam acima de si, venciam os índios à força d'armas, ou induziam-nos com astúcia para servi--los.

Assim vemos que a oposição guerreira em que se colocou o colono português para com o índio, contribuiu muito à rápida descoberta do interior do país, como igualmente, para a extensão do domínio português. A natureza particular do país, principalmente a abundância de ouro, não era de pequeno momento, já que as primeiras viagens de descoberta eram antes incursões de rapina contra os indígenas, a quem escravizaram, ou só tinham por feito a descoberta de riquezas minerais.

Enfim, não devemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil – como ela se operava no século XVI e que lançou os

primeiros fundamentos do atual Império – segundo os princípios que entre nós regulam as empresas de colonização. Hoje em dia, as colonizações são, com poucas exceções, empresas de particulares e nascem quase exclusivamente da necessidade de trocar uma posição pobre e apertada, por outra mais livre e agradável. Estas emigrações quase só têm lugar nas classes dos agricultores e artistas, e quase nunca nas dos nobres ou abastados. Mas, assim não aconteceu nos primeiros tempos da colonização do Brasil. Elas eram então uma continuação dessas empresas afoitas e grandiosas, dirigidas para a Índia e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo; dessas empresas que tornaram a nação portuguesa famosa como rica. Também não nasceu, esse desejo de emigrar, de crises religiosas, como por exemplo, aconteceu na Inglaterra; ele era, antes, uma consequência das grandes descobertas e empresas comerciais dos portugueses sobre a costa ocidental da África, do Cabo, de Moçambique e da Índia. As mesmas razões gerais e poderosas que imprimiram, à uma das nações mais pequenas de Europa, um movimento tão poderoso, que a impeliram para uma atividade que faz época na história universal, induziram-na, igualmente, à emigração para o Brasil.

Com esta observação, quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexo com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que, de modo algum, pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portugueses.

Assim como estas tiveram a maior influência sobre a política e comércio da Europa, aconteceu o mesmo da parte do Brasil.

O historiógrafo do Brasil ver-se-á, arrastado, por tais observações, a jamais perder de vista, na história da colonização

do Brasil e do seu desenvolvimento civil e legislativo (que acompanhava aquela ao mesmo passo), os movimentos do comércio universal de então e incorporá-los, mais ou menos extensamente, a sua história. Ele deverá tratar das diferentes vias comerciais, conduzindo, ou pelo Mar Roxo ou ao redor do Cabo da Boa Esperança, e da influência que tais tiveram sobre o valor de cada um dos produtos e seus preços, conforme a sua condução por mar ou por terra. Embora, não tenham as Índias Orientais produtos iguais aos do Brasil, que eram objetos do comércio, contudo, será difícil não traçar aqui uma *história do comércio comparativo* entre Índia e América, se quisermos conhecer bem as molas que promoviam a emigração das populações europeias para a Índia e o Novo Mundo. Assim, por exemplo, está a história do descobrimento do Brasil intimamente ligada com a história comercial da madeira índia chamada *jappan*, que vulgarmente conhecida pelo nome de pau brasil, *legno brasilo, bresil*, etc. foi a causa principal de dar-se à Terra de Santa Cruz o nome de Terra do Brasil. Também, a história e movimento mercantil dos metais e pedras preciosas, tem as mais estreitas relações com a história do Brasil; e, finalmente, a das plantas tropicais úteis, conhecidas na Europa depois da descoberta do Novo Mundo, jamais poderá ser separada da história da colonização do Brasil.

Mais abaixo falamos da grande influência que deviam exercer sobre o desenvolvimento do Brasil as viagens dos portugueses na África, as suas relações comerciais nesta parte do mundo e a sua conivência no tráfico da escravatura.

O português, que no princípio do século XVI emigrava para o Brasil, levava consigo aquela direção de espírito e coração, que tanto caracteriza aqueles tempos. Exemplo do efeito imediato do cisma luterano, em numerosos conflitos, porém, com a Espanha e mais partes da Europa; talvez então, mais acessível do que depois, ao movimento intelectual geral daquele século, o colono português

deste tempo, distintamente, representa a índole particular desse período e o historiador brasileiro não poderá eximir-se de traçar um quadro dos costumes do século XV, se intentar descrever os homens, tais e quais vieram para além do oceano, fundar um novo Portugal.

Daqui o historiador deverá passar para a história da legislação e do estado social da nação portuguesa, para poder mostrar como nela se desenvolveram, pouco a pouco, tão liberais instituições municipais, como foram transplantadas para o Brasil e quais as causas que concorreram para o seu aperfeiçoamento nesse país. Mostrar em quanto aqui a legislação antiga portuguesa (de D. Diniz) ficou mais isenta da influência do Direito Romano, que os reis de Espanha propagaram em Portugal, seria tarefa de sumo interesse para o historiador, que na legislação reconhece o espelho de uma época.

Aqui merecerão distinto desenvolvimento as relações eclesiásticas e monacais. E isso tanto mais, porquanto, algumas dessas ordens acharam-se muitas vezes (assim como na América espanhola) em oposição com as municipalidades ou povoações, não poucas vezes em favor dos índios. Mas, segundo os meus conhecimentos relativos à constituição eclesiástica do Brasil, tais movimentos não procederam de concílios brasileiros, mas sim, de determinações legislativas vindas, ou da metrópole, ou de Roma.

De todas as ordens religiosas, a dos jesuítas representou o mais notável papel e suas construções são os únicos monumentos grandiosos, ainda existentes daqueles remotos tempos, como também instituições suas que, até o momento, não desapareceram inteiramente nem perderam certa influência. A atividade com que os jesuítas se ocupavam em missões facultou-lhes meios para que possuíssem as mais variadas e, em grande parte, muito importantes notícias sobre a vida doméstica e civil, assim como sobre as línguas

e outros conhecimentos dos índios. Muitas destas notícias ficaram até hoje sem serem aproveitadas e jazem dispersas nos arquivos da ordem, ou nas bibliotecas a que estas tocaram depois da supressão desta ordem religiosa. A Alemanha e Itália são os países que mais aproveitaram desses materiais colhidos pelos jesuítas. Basta-me citar a obra volumosa e *in folio* do P. Stoeckler O. Weltbote (o *Mensageiro Universal*) ou outras publicadas na Itália por Hervas e Muratori. Os jesuítas alemães que se empregaram em missões no Brasil possuíam menos erudição do que os franceses, entre os quais, em geral, aquela Ordem formou os mais distintos sábios. Àqueles, porém, nem por isso, faltava habilidade e, talvez, mais aptos do que os jesuítas franceses para viver entre tão bárbaros neófitas, e as suas relações sobre os costumes morais e civis dos índios tornam-se recomendáveis por sua singeleza e exatidão.

O ramo desta literatura é representado na França pelas *lettres édifiantes*. Sem dúvida alguma, não estão ainda suficientemente exploradas tais fontes jesuíticas e deve ser muito fácil ao historiador do Brasil obter, por intervenção diplomática dos arquivos de Roma, Munique, Viena e da Bélgica, os respectivos extratos das comunicações destes religiosos. Outras ordens monacais, como franciscanos, capuchinhos, agostinhos, carmelitas, paulinos, também se ocupavam em missões no Brasil. Por isso seria possível que também nas suas relações se achassem materiais importantes, tanto para a etnografia dos indígenas quanto para a história dos costumes do habitante europeu. Em geral, devemos reconhecer que a atividade de todas estas ordens não era desfavorável ao Brasil. Nós vemos muitas vezes que elas eram os únicos motores de civilização e instrução para um povo inquieto e turbulento. Outras vezes, nós as vemos proteger os oprimidos contra os mais fortes. Por isso, não podem ser compreendidas as numerosas querelas e rixas nas municipalidades das cidades (como v. g. se acham em grande número referidas na Crônica do Maranhão, por Berredo),

sem referência para com o clero, e especialmente com as ordens, com a fundação de seus conventos (casas conventuais), hospícios, missões no interior do país e especulações mercantis por elas empreendidas. A oposição dos colonos para com estas, em geral, filantrópicas ordens, muitas vezes, nascia do conflito de interesses sociais, nos quais aqueles se consideravam ligados por estas.

O governo português mostrou-se, em geral, muito vigilante da influência das ordens religiosas sobre a população e cuidava dos direitos da Coroa com alguma desconfiança. Daí emanou a proibição de fundarem-se conventos na província de Minas e a história da supressão da ordem dos jesuítas explica-se, no que diz respeito à Portugal, pela posição adquirida pelos jesuítas no Pará; e, no que diz respeito à Espanha, por certas ocorrências em Paraguai, de sorte que este acontecimento, que faz época na história universal, acha-se profundamente enraizado na história do Brasil.

Uma tarefa de sumo interesse para o historiador pragmático do Brasil será mostrar como aí se estabeleceram e desenvolveram as ciências e artes como *reflexo* da vida europeia. O historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; ele deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus criados e escravos e, finalmente, com os fregueses nas transações comerciais. Ele deve juntar-nos o estado da igreja e escola, levar-nos para o campo, fazendas, roças, plantações e engenhos. Aqui, deve apresentar quais os meios, segundo que sistema, com que conhecimentos manejavam a economia rústica, lavoura e comércio colonial. Não é destituído de interesse saber como e onde se introduziram pelos colonos, pouco a pouco, árvores e plantas europeias; como, pouco a pouco, se desenvolveu o sistema presente; qual a parte que em todos estes movimentos tiveram a construção naval, a navegação

e o conhecimento dos mares, principalmente, daqueles que foram sulcados pelos portugueses.

As observações sobre as escolas do Brasil, sobre o método do ensino então aí reinante, o grau de instrução obtido por ele, há de conduzir outra vez a indagação sobre o estado das letras na mãe-pátria. Por isso, pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se, especialmente, com o progresso da poesia, retórica e todas as mais ciências em Portugal, mostrar a sua posição relativa às mesmas no resto da Europa e apontar qual a influência que exercem sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil.

Enfim, pertence também a *vida militar* em Portugal aos assuntos de um perfeito quadro histórico. Qual a maneira e modo empregados no recrutamento, instrução, comando e serviço do exército, os princípios estratégicos, segundo os quais se devia proceder no Brasil, um país tão diferente da Europa: tudo isso deve ser tomado em consideração em uma história pragmática do país. Relativo às guerras com os holandeses, não nos faltam semelhantes notícias. Mas, pelo contrário, o que diz respeito a essas viagens belicosas de descoberta no interior do Brasil, principalmente dos mamelucos de S. Paulo e suas guerras com espanhóis e os missionários em Paraguai, carece ainda de ser esclarecido, por acharem-se os poucos documentos escritos relativos, ainda sepultados, pela maior parte, nos arquivos das diferentes cidades e vilas.

Enquanto as crônicas da maior parte dos lugares mais consideráveis ocupam-se, muitas vezes, com grande monotonia de acontecimentos de nenhuma importância relativos à comunidade, achará o historiador um atrativo variadíssimo na narrativa das numerosas viagens de descobertas e incursões dos diferentes pontos do litoral para os desertos longínquos do interior (os sertões), empreendidas em procura de ouro e pedras preciosas,

ou, com o fim de cativar e levar como escravos os indígenas. Essas *estradas* foram, pela maior parte, executadas, espontaneamente, por pessoas as quais animadas por um certo espírito romanesco e aventureiro, nelas desenvolveram toda a energia, talento inventivo, perseverança e coragem de um Cortéz, Balboa ou Pizarro, e executaram façanhas dignas de admiração da posteridade. É muito para desejar que pesquisas rigorosas nos arquivos das cidades nos subministrassem maior cópia de documentos semelhantes àqueles que se referem às Aventuras Românticas de Bartolomeu Bueno da Silva, descobridor de Goiás, em 19 de setembro de 1740; aventuras dignas de inspirar tanto a fantasia do poeta épico, como a musa mais tranquila do historiador. Para a descrição destas viagens de descoberta, apresenta-se uma grande dificuldade na falta de datas exatas geográficas, que designassem com precisão os caminhos tomados por tais expedições. Custa-nos acreditar que estas incursões percorressem muitos lugares, que, naturalmente, não são mais visitados e inteiramente perdidos para nós; como p.[or] ex.[emplo], esse fabuloso vale pedregoso e riquíssimo em ouro dos *Martírios*; contudo, uma designação em tudo exata da direção dos caminhos então percorridos, não havia de ser sem interesse para a geografia, etnografia e, em alguns casos, também para exploração das riquezas da natureza de muitas regiões ainda hoje desconhecidas.

Uma exposição aprofundada destas viagens para o interior conduzirá necessariamente o historiador a certa particularidade, que excitou muito a minha atenção. Eu falo das numerosas histórias e legendas sobre as riquezas subterrâneas do país, que nele são o único elemento do romantismo e substituem para com os brasileiros os inúmeros contos fabulosos de cavaleiros e espectros, que fornecem aos povos europeus uma fonte inesgotável e sempre nova para a poesia popular. Pareceu-me que a superstição do povo se tinha, por assim dizer, concentrado nesses contos e,

para assinar-lhes seu verdadeiro valor, o historiador não deixará de ponderar em quanto os negros contribuíram para essas, às vezes, sumamente poéticas narrações. O negro gosta de falar, o seu modo africano de pensar, seu fetichismo lhe subministram também diversos pensamentos poéticos sobre acontecimentos sobrenaturais ou milagrosos. Assim, desenvolveu-se nas províncias de Minas, S. Paulo e Goiás, um completo círculo de fábulas de Plutão, que deve ser representado com uma tintura particular nesta população. Nos países limítrofes do Amazonas, onde há maior porção de índios, não há vestígios disso, mas, de outro lado, deleita-se aí o povo em monstros fantásticos de fantasia índia, que, entristecida pela solidão lúgubre dos bosques, e os terrores de uma natureza medonha em suas produções, encontra por todos os lados monstros horrorosos, sátiros e animais fabulosos (míticos), que a nós europeus, pela primeira vez, fez conhecer Walter Raleigh e seus companheiros em suas relações extravagantes.

Um historiador filósofo, familiarizado com todas as direções desses mitos populares, decerto não os desprezará, mas há de dar-lhes a importância particular que merecem: dele concluirá para várias conjunturas na vida do povo e há de pô-los em relação com a essência do grau da civilização intelectual em geral. A diversidade das fontes, de onde emanam esses contos, oferecerá ao historiador a ocasião para variadas observações gerais, tanto históricas como etnográficas.

A raça africana em suas relações para com a história do Brasil

Não há dúvida de que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou o pior, este problema se resolverá para o historiador depois de ter tido ocasião de poder ponderar todas as influências

que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população.

Mas, no atual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias a sua raça em geral etc. etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil. Sendo a África visitada pelos portugueses antes da descoberta do Brasil e tirando eles deste país grandes vantagens comerciais, é fora de dúvida que já naquele período influía nos costumes o desenvolvimento político de Portugal. Por este motivo, devemos analisar as circunstâncias das colônias portuguesas na África, de todas as quais se trafica em escravatura para o Brasil, dever-se-á mostrar que movimento imprimiam na indústria, agricultura e comércio das colônias africanas para com as do Brasil e vice-versa. De sumo interesse são as questões sobre o estado primitivo das feitorias portuguesas, tanto no litoral como no interior da África, e da organização do tráfico de negros. Estas circunstâncias são quase inteiramente desconhecidas na Europa. Só ultimamente foram publicadas notícias sobre este assunto pelos ingleses; contudo, parecem representadas em grande parte de um só lado e não fornecem esclarecimentos suficientes sobre o manejo e procedimento do tráfico dos escravos no interior do país. E se observarmos, pela outra parte, que a literatura portuguesa oferece muito pouco referente à história universal do tráfico da escravatura[1], o autor prestaria um serviço muito relevante se na história do Brasil tratasse cabal e extensamente deste assunto. De si mesmo oferecem então muitas comparações sobre a índole, os costumes e os usos entre os negros e os índios, que, sem dúvida,

1 Um trabalho meritório fundado em experiência, que pertence a este assunto, tem por autor a Luís Antônio Oliveira Mendes, sobre as moléstias dos negros, nas Mem[órias] Econ[ômicas] da R[eal] Acad[emia] de Lisboa; vol. 4, pág[ina] 1- 64. Outros tratados sobre os negros devemos ao insigne visconde de Cayrú.

contribuirão para o aumento do interesse que nos oferecerá a obra. Enfim, será conveniente indicar qual a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português em Portugal.

Nunca, portanto, o historiador da Terra de Santa Cruz há de perder de vista que a sua tarefa abrange os mais grandiosos elementos; que não lhe compete tão somente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscrito em estreitos limites, mas sim, de uma nação cujas crise e mescla atuais pertencem à história universal, que ainda se acha no meio do seu desenvolvimento superior. Possa ele não reconhecer em tão singular conjunção de diferentes elementos algum acontecimento desfavorável, mas sim, a conjectura mais feliz e mais importante no sentido da mais pura filantropia. Nos pontos principais, a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas, se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia.

Sobre a forma que deve ter uma história do Brasil, seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em fatos importantes, esclarecem, até com minucia, muitos acontecimentos; contudo, não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem de mais certo espírito de crônicas. Um grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa, excessiva, de acontecimentos que se desvaneceram sem deixar vestígios históricos, tudo isso recebido em uma obra histórica há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre essencial relação. Avultará repetir o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica,

que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados, etc., ou uma escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, e cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa? Tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluído.

Aqui se apresenta uma grande dificuldade, em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade, no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos, e à composição da população de tão disparatados elementos. Assim como a província do Pará tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros produtos naturais, outra agricultura, indústria, outros costumes, usos e precisões da província do Rio Grande do Sul, assim acontece, igualmente, com as províncias da Bahia, de Pernambuco e de Minas. Em uma predomina quase exclusivamente a raça branca, descendentes dos portugueses, na outra, tem maior mistura com os índios e, uma terceira, manifesta-se a importância da raça africana – em quanto influía, de um modo especial, sobre os costumes e o estado da civilização em geral. O autor, que dirigisse com preferência as suas vistas sobre uma destas circunstâncias, corria perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim, uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro, porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local, que é indispensável, em que se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores.

Para evitar este conflito, parece necessário que, em primeiro lugar, em épocas judicialmente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a mãe-pátria e as mais partes do mundo, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história. Procedendo assim,

não só devia, certamente, principiar de novo em cada província, mas, omitir, pelo contrário, tudo aquilo que em todas, mais ou menos, repetiu-se. Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertençam umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de S. Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará, e à roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será, senão, a da Bahia.

Para um tal trabalho, segundo certas divisões gerais do Brasil, parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses países, que tivesse penetrado com seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim, poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita e colocá-los em um verdadeiro nexo pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e, por conseguinte, outras conjunturas históricas.

Esta diversidade não é suficientemente reconhecida no Brasil, porque há poucos brasileiros que tenham visitado todo o país. Por isso, formam ideias muito errôneas sobre circunstâncias locais, fato este que, sem dúvida alguma, muito concorre para as perturbações políticas em algumas províncias, que só se podiam apagar depois de longo tempo. Não se reconhecerão sempre as verdadeiras causas de um estado achacoso e por isso, às vezes, não foram ministrados os remédios apropriados. Se o historiador se familiarizar bem com estas particularidades e exatamente as apresentar, não poucas ocasiões achará para dar úteis conselhos à administração. No que diz respeito aos leitores em geral, deverá lembrar-se, em primeiro

lugar, que não excitará nenhum interesse vivo nem lhes poderá desenvolver as relações mais íntimas do país sem serem precedidos os fatos históricos por descrições das particularidades locais da natureza. Tratando o seu assunto, segundo este sistema, o que já admiramos no pai da história, Heródoto encontrará muitas ocasiões para pinturas encantadoras da natureza. Elas imprimirão à sua obra um atrativo particular para habitantes das diferentes partes do país, porque nestas diversas descrições locais, reconhecerão a sua própria habitação e encontrarão, por assim dizer, a si mesmos. Desta sorte, ganhará o livro em variedade e riqueza dos fatos, e muito especialmente, em interesse para o leitor europeu.

Por fim, devo ainda ajustar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir, entre os contemporâneos, sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros, amor à pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma expressão: todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto [*sic*] em muitos membros de sua população de ideias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse a história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra, da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada e da necessidade de uma monarquia em um país onde há tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um todo unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa, cada uma das partes do Império deve

tornar-se cara às outras, deve se procurar provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento se chegarem firmes os seus habitantes na sustentação da monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as províncias, relações recíprocas. Enquanto não poucas vezes acontecerá que os estrangeiros tentem semear a cizânia entre os interesses das diversas partes do país, para assim, conforme ao *divide et impera*, obter maior influência nos negócios do estado, deve, o historiador patriótico, aproveitar toda e qualquer ocasião, a fim de mostrar que todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente – que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas. Justamente, na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico e as mesmas esperanças para o futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do país. Nunca esqueça, pois, historiador do Brasil, que, para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria, deverá escrever como autor monárquico constitucional, como unitário, no mais puro sentido da palavra. Daqui resulta a obra, que não devia exceder um só forte volume, deverá ser escrita em estilo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência; por isso, não devia ser escrita em uma linguagem empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, secas e puramente eruditas. Como qualquer história que este nome merece, deve parecer-se com um Epos! Se de um lado é verdadeiro que a Epos popular só é composta onde o povo ainda se acha em desenvolvimento progressivo, então do outro lado, não podemos duvidar que atualmente o Brasil é um objeto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso. Por

isso, uma história popular do país vem muito a propósito e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis que o Brasil oferece, achar um feliz estímulo para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o seu zelo patriótico e aquele fogo poético próprio da juventude, ao mesmo passo que desenvolva a aplicação e profundidade de juízo e de firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil.

Munique, 10 de janeiro de 1843.

O artigo que se segue é, na realidade, um relatório dirigido pelo autor, Hipólito da Costa, ao príncipe regente de Portugal, D. João, em janeiro de 1801, a respeito da missão que lhe fora confiada por sua alteza imperial no sentido de colher informações, dados e conclusões sobre as atividades econômicas prevalecente nos Estados Unidos e secundariamente no México.

Hipólito foi uma figura importantíssima no processo de independência do Brasil, havendo fundado em Londres, onde se refugiou após ser condenado em Portugal por ligações com a maçonaria, em junho de 1808, o primeiro órgão da imprensa brasileira: "O Correio Brasiliense". Ficou na história como o primeiro jornalista brasileiro, logo após a independência foi recrutado pelo governo brasileiro ao qual serviu até sua morte prematura, em 1823, primeiro como auxiliar de legação em Londres e, em seguida, como Encarregado de Negócios. Colaborou ainda solenemente com o processo de reconhecimento da independência do Brasil.

O relatório que enviou para o Príncipe Regente vale especialmente como registro de sua visão prospectiva e clarividente a respeito dos EUA, que mal começava a se desenvolver economicamente. Percorre o país, norte a sul, por dois anos fazendo o que chama de uma *fact-finding mission*. Concentrou-se especialmente em três temas: a cultura do tabaco; a cultura do linho cânhamo; e as árvores cultivadas pelos americanos. Sobre cada tema descreveu suas impressões, os métodos de trabalho dos americanos, apontando sempre as positividades que se abririam ao Brasil (ainda sob a soberania portuguesa) caso fosse capaz de indenizar sua estrutura produtiva.

Hipólito revela grandes conhecimentos sobre comércio e agricultura e, ao mesmo tempo, uma visão adiantada para o tempo do que no meio do século XX viria a se denominar de "substituição de importações".

O texto é rico em informações e avaliações sobre métodos de exploração agrícola e mineira nos EUA em contraste com a precariedade do sistema produtivo brasileiro.

Em despachos subsequentes, Hipólito relatou a D. João os outros aspectos de vida norte-americana que lhe foram dados a conhecer. Seu relatório, em particular este aparecido na Revista do IHGB, dão bem a medida do enorme atraso relativo em que já então se encontrava o Brasil em relação aos EUA, algo, portanto, que em muito influenciaria a lentíssima inserção do país no mundo que se transformava então aceleradamente.

4. Memória* sobre a viagem aos estados unidos**

Hippolyto José da Costa Pereira

Ilmo. e Exmo. Sr.

Chegado da América Setentrional, onde viajei para executar a comissão de que sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor se dignou encarregar-me, e sobre que V. Exa. houve por bem expedir-me as instruções com data de 22 de setembro de 1798 e de 24 de setembro do mesmo ano. Tenho a honra de apresentar a V. Exa. a conta dos meus trabalhos com os mais vivos desejos [*de*] que eles possam ser agradáveis ao Nosso Augusto Príncipe, único voto da minha lealdade, e para cujo alcance empreguei todos os esforços de que fui capaz.

Tendo partido de Lisboa aos 16 de outubro de 1798, cheguei à Filadélfia aos 13 de dezembro, depois de 59 dias de viagem; e nesse mesmo dia entreguei ao nosso ministro residente Cypriano Ribeiro Freire as cartas de V. Exa. e do senhor Luiz Pinto de Sousa, apresentando-lhe, ao mesmo tempo, o meu passaporte. Dois dias depois procurei o dito ministro para conferir com ele sobre a minha

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 21, 1858.

** Manuscrito oferecido ao Instituto pelo Sr. Dr. Manoel Ferreira Lagos.

comissão; expus-lhe circunstanciadamente as minhas instruções, e lhe disse que me sujeitava de todo às disposições de S. S., pois estava persuadido [*de*] que os seus conhecimentos e residência no país o habilitavam para julgar melhor que nenhuma outra pessoa do mais conveniente modo de executar a diligência de que me achava encarregado. Assentamos, portanto, que eu devia demorar-me na Filadélfia todo o inverno, porque neste tempo nenhuma utilidade se me podia seguir de ver a campanha e a residência de alguns meses nesta cidade, onde se achavam – por ocasião da sessão do Congresso – membros de todas as partes da União, procuraria a amizade de pessoas, que fariam, ao depois, mais fácil a aquisição dos conhecimentos que procurava.

A 15 de abril de 1799, deixei a Filadélfia para correr os estados do norte, dirigindo-me à Nova Iorque; e tendo viajado o interior deste estado, fui ao lago Erie, catarata do Niágara, desci pelo rio Cataraquai até Monte Real: e não me sendo possível chegar à Quebec, como pretendia para examinar o baixo Canadá, onde a cultura do cânhamo é maior, subi pelo lago Champlain ao estado de Vermont, e fiz um giro por todos os estados de New Hampshire, Massachusetts e Rhode Island. Embarquei depois para Charlestown e atravessei por terra a Carolina meridional, Carolina setentrional, Virgínia, Maryland e Delaware, recolhendo-me outra vez à Pensilvânia.

Três pontos atraíram principalmente a minha atenção nestas viagens, como os principais objetos da minha missão: 1º) a cultura do tabaco; 2º) a cultura do linho cânhamo; 3º) as árvores cultivadas pelos americanos. Porém, em cada um dos estados me apliquei a observar mais particularmente o gênero de cultura e os artigos principais que formam a base do produto do país. Assim, em Massachusetts e no resto da Nova Inglaterra, os prados, as crias de gado e as pescarias; em Connecticut e outros estados ao longo do mar até Chesapeake, o trigo, o milho e outros cereais; em Maryland

e Virgínia, o tabaco; na Carolina do Norte, as fábricas de breu e pez, as madeiras etc.; na Carolina do Sul e na Geórgia, o arroz e o algodão; e finalmente, nas terras adjacentes ao Mississipi e seus ramos, o cânhamo e os minerais. E entrei, ao mesmo tempo, tudo quanto pude nos princípios de economia, tanto pública como particular, de cada um destes ramos, procurando saber os motivos e fins do governo em todas as operações mercantis, em que achei bastante aprender, principalmente, na administração das alfândegas, direitos de importação e tonelada, e outros regulamentos da marinha mercantil e rendas públicas – compilando, para isto, todos os documentos autênticos que é possível obter. Porquanto, ainda [*que*] em alguns destes pontos parecessem estranhos à minha comissão, contudo, julguei próprio preparar-me para responder a quaisquer questões, que sobre eles V. Exa. houvesse por bem fazer-me.

Primeiro ponto: ainda que achasse tabaco cultivado em quase todo estado da União, contudo, Virgínia e Maryland foram os que me apresentaram mais informação relativa a este artigo, pois são as margens dos rios James e Potomac as que produzem o tabaco de maior valor no comércio, são nestes estados que se encontram as mais antigas plantações e, por consequência, é aqui que se acham cultivadores de maior experiência e que corroborem as suas opiniões com um maior número de fatos. Observei uma grande variedade nesta cultura, não só nos diferentes estados, mas, ainda nos diferentes condados de um estado; e, em Havana e outras colônias de Espanha, onde se fabrica o tabaco mais estimado para cigarros, mesmo entre os americanos, há um método muito particular de cultivar e curar esta planta, e ainda na escolha do terreno. Três espécies de tabaco são as que principalmente se cultivam nos Estados Unidos: *Nicotiana rustica*, *Nicotiana tabacum* e outra espécie, que cuido não estar ainda descrita. Destas espécies há muitas variedades, que alguns agricultores me informaram

serem procedidas pela diferença do clima e terreno, e desta opinião era o falecido general Washington, que me asseverou ter plantado da mesma semente em diversos campos e obter variedades bem distintas. A cada agricultor a que fui introduzido apresentei uma série de questões escritas; as suas respostas, algumas publicações que se têm feito no país e as minhas próprias observações serão compiladas em forma de memória assim que o tempo permitir, e apresentarei à V. Exa.

No segundo ponto, que é o linho cânhamo, me foi sumamente útil a viagem pelos estados setentrionais e interior da Pensilvânia. A marinha mercantil e o tráfico de fazer navios são tão extensos na América, que as sociedades de agricultura têm promovido este artigo mais que nenhum outro, ainda que a quantidade que o país produz não é de modo algum proporcional ao consumo, pois os americanos importam todos os anos do Báltico perto de 150 quintais de cânhamo. A carestia de mão de obra, ocasionada pelo imenso papel moeda, ou notas do banco em circulação é tal, que esta cultura de sua natureza laboriosa, não pode ter grandes aumentos. Na Europa se é, geralmente, de opinião que o cânhamo americano é inferior ao que vem do Báltico, porém, nos portos da América, o cânhamo do país tem maior valor que o russo e alguns mestres cordoeiros me informaram que para fazer mais fortes as cordas manufaturadas com o cânhamo do norte, ajuntam-lhe alguma parte do americano, e devo notar aqui, que as cordoarias são as mais belas e bem ordenadas manufaturas que os americanos possuem.

A escolha das sementes, que é sempre, ou quase sempre, importada da Rússia, constitui uma interessante parte na cultura do linho cânhamo. E, com efeito, estou persuadido da necessidade de importar as sementes para plantação, porque, se o cânhamo se deixa chegar a um estado de madureza tal que as sementes fiquem assaz perfeitas e boas para serem plantadas, a casca adquire demasiada rijeza e fica incapaz de servir para teias, produzindo o

linho quebradiço; se, pelo contrário, se colhe antes de chegar a este ponto de madureza, a semente não dá plantas assaz vigorosas, o que é natural.

Como esta cultura é tão essencial, não julguei próprio reduzir à ordem conhecimentos que adquiri sobre ela antes de deixar a América, pois, que até a última partida, esperava obter materiais com que pudesse formar um breve, mas completo sistema sobre a cultura e tratamento do cânhamo, o que espero fazer agora, e apresentar à V. Exa., com toda a brevidade possível, segurando, entretanto, à V. Exa. que se esta cultura for própria e devidamente animada no Brasil, nos países que ficam desde a latitude 25 graus ao sul em diante, não teremos necessidade de importar do Báltico um só arrátel de cânhamo, pelo contrário, chegaremos a exportá-lo de Lisboa para as outras nações. Tudo quanto vi, ouvi e aprendi dos americanos a este respeito confirmou-me mais e mais nesta opinião.

Quanto ao terceiro ponto – as árvores cultivadas pelos americanos – achei que os habitantes dos Estados Unidos têm adiantado muito pouco a cultura das preciosas árvores que possuem e de que outra qualquer nação, inclinada à agricultura, tiraria grandes proveitos.

A primeira destas árvores é, sem dúvida, o ácer açucareiro. À V. Exa. remeti da Filadélfia uma memória contendo a descrição, úteis, cultura, etc. desta árvore e nela exprimi a opinião, em que estou, de que a cultura desta árvore deve ser de um grande proveito. Pelo cálculo que nessa memória desenvolvi, me parece ter demonstrado que 160 homens, empregados a coligir o açúcar das árvores que ocuparem uma milha quadrada, fariam o ganho líquido de 10:752$000 rs.

A *Bobinia pseudo-acacia* – entre os americanos, *Locustrec* – é também assaz importante, pelo uso que tem na construção de

navios. Eles atestam que não conhecem melhor madeira para tornos das embarcações e a grande exportação para a Inglaterra é mais uma prova que tenho de sua utilidade. Todos os carpinteiros de navios concordam que em muitas embarcações que se têm desmanchado, por estar o tabuado todo podre, acharam-se os tornos, que eram feitos desta madeira, perfeitamente sãos.

As diferentes espécies de *Rhux* ou *Sumagre* que os americanos possuem, principalmente, o *Rhux vernix* (que segundo a descrição de Kempfer nas suas viagens ao Japão, é o mesmo que produz o precioso verniz que ali se fabrica) merecem muito a nossa atenção. As espécies desta planta, que possuímos no Algarve, me provam bem, que aquela província é propriíssima para esta cultura e, quanto à sua utilidade, é bem sabido o grande uso que as espécies de *Rhux* tem nas tinturarias e cortumes.

A árvore da cera, *Mirica cerifera* – vulgarmente *candleberry tree* – produz uma quantidade tal de cera, que não posso deixar de supor proveitosa a cultura desta árvore. Ainda que não obtivesse todos os dados suficientes para fazer um juízo de valor certo, pela falta que há de experiências a este respeito, devo, porém, notar, que esta minha opinião é contrária à da maior parte da gente do país, mesmo daqueles camponeses, que aproveitam em pequena quantidade esta cera para seus usos domésticos.

Os pinheiros e muitas outras árvores de construção que têm os americanos são absolutamente selvagens, pois, na América não se conhecem bosques ou matos artificiais, mas as sementes podem ser facilmente transportadas a este reino, sempre que se empreenda formar uma mata artificial. O pinhal de Leiria, que o senhor rei dom Diniz plantou e que é hoje tão útil, seria propriedade de incalculável valor se naquele tempo pudessem ter feito boa escolha de sementes das melhores qualidades de pinheiros. Eu remeti à V. Exa., de Boston, pela Ilha da Madeira, dois barris de sementes

dos famosos pinhos de Weimouth, que servirão para experimentar como se darão no nosso clima – a carta com que acompanhei esta remessa para o governo da Madeira é datada de Boston, 13 de setembro de 1799.

Outro objeto que V. Exa. me encarregou examinar, foram os prados artificiais. Sobre este artigo, remeti já a V. Exa. uma memória que acompanhei com minha carta n. 7, datada de Nova Iorque, de 15 de junho de 1799, e, desde este tempo, pude coligir mais informações nesta parte da agricultura, que os americanos trataram seriamente pela necessidade em que os põem os rigorosos invernos. V. Exa. lembrou, particularmente, dos *guinea-grass* e as informações que achei foram sumamente em favor desta planta. Na América, obtiveram a semente da Jamaica, tendo vindo para aquela ilha das costas da África. Produz bem em terras baixas, resiste aos calores ardentes do verão e requer muito pouco cuidado. Na Jamaica há um agricultor que faz todos os anos mil libras esterlinas nos prados que cultiva com *guinea-grass*. Os estados setentrionais e ainda médios, não são próprios para esta planta, porque ela não pode resistir aos grandes frios.

As sementes para todos os outros prados são ordinariamente importadas da Inglaterra e as rotações que fazem com as batatas e diversos cereais são, sem dúvida, dignos de que se imprimam em folhetos breves e adaptados à compreensão dos nossos agricultores em geral e que se distribuam pelas províncias: e não tenho a menor dúvida de que este objeto seja muito digno da atenção da Real Junta do Comércio.

Ninguém ignora a necessidade em que estamos de importar carnes de países estrangeiros e eu conheço, por observação própria, que há muitos terrenos em Portugal absolutamente incultos, onde se podiam, com pouco custo, plantar grandes prados, que sustentariam numerosos rebanhos e manadas. Os conhecimentos,

que adquiri neste artigo e as ideias que sobre isso tenho, formaram o objeto de uma pequena memória, que farei pública por meio da imprensa, ou da Real Junta do Comércio, ou de outro qualquer modo que V. Exa. julgar mais conveniente e próprio.

Na viagem pelos Estados Unidos meridionais foram o algodão e o índigo que me ocuparam principalmente. A cultura do algodão, que data de uma época muito recente nos Estados Unidos, cresce todos os dias a passos agigantados e promete ao agricultor uma riqueza quase incrível. O coronel Wade Hampton, na Carolina do Sul, fez ano passado 18:000 libras esterlinas de lucros no algodão de suas plantações. Quatro espécies são as que se cultivam na Geórgia e Carolina: *Gossipum herbaceum, hirsutum, barbadense, arboreum* e os americanos apresentam diferentes espécies no mesmo terreno até acertar com a que se dá melhor. Esta planta é alternada e algumas vezes plantada juntamente com o maiz; e o algodão produzido na beira do mar e ilhas adjacentes às costas da Geórgia é o que tem maior valor no comércio.

Indaguei a respeito desta cultura tudo quanto me foi possível, não só sobre o modo de preparar e adubar as terras, escolher as sementes, tratar as plantas e moléstias à que são sujeitas, com os curativos que se têm descoberto; mas, também, procurei obter todas as noções que podem conduzir ao cálculo provável do rendimento e despesas, máquinas para descaroçar etc., etc., e não duvido que a exposição destes fatos seja agradável e interessante aos nossos agricultores do Brasil.

O índigo não me oferece o mesmo agradável prospecto. A cultura desta planta diminui todos os anos e quase todos os agricultores com quem falei concordavam que a pouca quantidade que se fabrica no presente é inferior em qualidade ao que se fabricava antigamente, ainda que não achei quem me pudesse explicar este fenômeno satisfatoriamente. Contudo, o que se faz

nas Flóridas é igual em bondade ao melhor do mundo e lamento que a minha situação não me permitisse visitar esta parte da América, donde tiraria mais informações sobre o índigo do que de qualquer outro país.

Na Geórgia e Carolina preparam muito mal as terras para plantar o índigo, de modo que a planta cresce imperfeitamente, o que é o primeiro mal; em segundo lugar, não o mondam suficientemente nem segam as plantas a tempo; depois disso, empregam água de cal na depuração, mas as partículas calcárias se unem com a parte colorante amarela da planta, combinando-se ao mesmo tempo com a fécula azul e produzindo, por isso, um anil esverdeado, que na Inglaterra não empregam senão em tintura de panos grosseiros. Em uma palavra, achei mais erros a notar que descobertas a aprender nesta parte da agricultura dos americanos.

O modo que plantam, regam e cuidam do arroz na Carolina e na Geórgia é diferente do que se pratica no Brasil. Não posso julgar qual dos métodos seja preferível, porém, suponho que deve ser vantajoso fazer saber aos nossos agricultores brasileiros, outro método diferente do que eles usam, deixando à sua experiência determinar qual é melhor. Os diferentes engenhos, porém, que os americanos têm inventado para descascar o arroz, não podem deixar de ser aceitáveis aos nossos agricultores do Brasil, pois sei que eles não conhecem outro método para esta operação além do pilão, sempre movido a braço de homens. Estes mesmos pilões, sendo trabalhados por moinho de água, quebram muito menos o arroz [*do*] que quando são moídos a braço; e isto pela uniformidade do movimento, condição tão necessária, que é bem sabido que um bom batedor quebra, ao descascar, 1/20 parte e o mau batedor desperdiça, ou quebra, 1/10 do grão, o que lhe diminui consideravelmente o valor.

As diferentes gramas comestíveis e cereais que os americanos usam merecem a mais particular atenção: o seu *buckwheat*

(*polygonum fagopyrum*), que têm muitas variedades: doze espécies de painço, principalmente, o *panicum italicum*, que os alemães na Pensilvânia cultivam; a *zizania aquatica* e *palustris;* o seu *partridge pea* ou *bay-bean* da Virgínia, de que dizem maravilhas, como um restaurador das terras fracas, e outros muitos. As rotações em que plantam o maiz, alternando-o em razão do muito que cansa as terras, já com prados, já com outros cereais, são certamente objetos da primeira importância. O arroz selvagem, que cuido ser a mesma planta a que os canadenses chamam *folle-avoine*[1], é tão saboroso e nutritivo como o arroz comum. Pode naturalizar-se na Europa com toda a facilidade, pois se produz espontaneamente nas margens dos lagos do Canadá e subministrará à gente pobre um barato e abundante mantimento.

No meio das minhas indagações sobre a agricultura, não deixei de observar, quanto pude, a hidráulica e a mecânica do país. Naquela, não achei muitas coisas peculiares aos americanos, contudo, é digno de saber-se a respeito dos canais que têm feito para evitar as cachoeiras ou cataratas dos rios e comunicar uns ribeiros com outros. A simplicidade destas obras e facilidade com que as executam são, sem dúvida, mais notáveis que a estabilidade com que são feitas, porque a madeira é o principal material que empregam para os diques.

Em mecânica, são os moinhos de trigo que constituem a melhor parte e cuido que os americanos têm conduzido esta máquina ao maior ponto de perfeição. Um moinho, que faz 120 barris de farinha por dia, ocupa somente seis pessoas; e máquinas movidas por água ventilam, limpam, joeiram e moem o trigo, peneiram e esfriam depois a farinha, movendo de um lugar para outro, tudo por meio da água, de modo que os seis homens se empregam em receber o trigo dos carros ou batéis e embarricar depois a farinha.

1 *Folle-avoine* (*Avena Fatua*) = aveia selvagem.

Os engenhos de fazer papel, serrar madeira, fabricar pólvora e outros são movidos sempre por água, e muitas das descobertas e melhoramentos nestas obras merecem atenção.

Uma máquina para limpar os cais que vi em Boston me pareceu sumamente fácil a trabalhar, e a descrevi e desenhei. Esta descrição remeti à V. Exa. na minha carta n. 11, datada de Boston, 13 de setembro de 1799.

As pontes de madeira fazem uma parte da arquitetura peculiar a este país e com a minha carta n. 7, datada [*de*] New York, 15 de junho de 1799, remeti a V. Exa. uma memória sobre o método, que julguei mais conveniente e fácil, de entre as invenções dos americanos a este respeito. Outras máquinas e invenções de menor entidade, mas não menos úteis, relativas a vários objetos que desenhei e trouxe, julgo não serão desestimadas pelo público.

Os Estados Unidos são sumamente abundantes em minerais, porém as minas de ouro e prata, que aqui se têm descoberto, são muito pobres, de modo que não faz alguma conta cateá-las; as minas de chumbo e cobre prometem alguma vantagem, porém, ainda assim, muito poucas são cateadas, seja porque não se tenham achado suficientemente ricas, seja porque a carestia dos jornais não permita ser o trabalho das minas assaz lucroso.

Em New River, na Virgínia, perto de Austinville, há uma grande mina de chumbo, tão abundante como rica. Em geral, 75 libras de chumbo se tiram de cada cem libras de mina, que ordinariamente é composta de um agregado de granitos, quartzo e argila, e se acha também alguma prata na proporção de 35 até 100 onças em cada duzentos quitais de chumbo.

Mas, não obstante estar muito à superfície da terra, pois que o mineral se acha com o demonte [*sic*] de dez até cem pés de profundidade, quando muito, e estar situada na estrada geral que

vai de Filadélfia para Knoxville, capital do Tennessee, não há quem queira aproveitar o produto destas minas.

Quanto ao cobre, as minas de Paterson, perto de New Brunswick, em New Jersey, são as melhores que vi e de que tive notícia. Esta mina, que foi pela primeira vez aberta em 1750, por companhia associada para este efeito, tem sido por várias vezes abandonada, ainda que o cobre seja de excelente qualidade.

Em geral, o modo que usam para principiar o cateio das minas novas é estabelecer uma companhia incorporada por lei e cujas ações são muito pequenas, de modo que estejam ao alcance de quase todos. Os fundos ajuntados por este modo animam, porque caso o projeto falhe ou a mina não seja rendosa, a perda que cada um sente é suportável; e se a mina é abundante, os mais ricos da companhia compram ações, concentrando em poucos a propriedade da administração das minas. Este método é certamente o mais apropriado para animar os princípios e descobertas.

O ferro é sumamente abundante em quase todos os estados da União e esta qualidade de minas é suficientemente bem cuidada. Quase todas as pessoas, que se têm empregado a trabalhar as minas de ferro têm feito grandes fortunas; é verdade que a pedra de que extraem o ferro é ordinariamente tão rica deste metal, que produz muitas vezes 4/5 de ferro e são encontradas muito à superfície da terra. O modo por que cateiam as minas é sumamente simples e a grande quantidade de ribeiras que têm os habilita a mover por meio de água as rodas, martelos e outros aparelhos necessários nas fundições de ferro. A grande abundância deste metal tem uma influência indizível na agricultura do país, na navegação e outras artes; as obras de ferro abundam na cabana do mais pobre lavrador. Muitas rodas e outras partes dos moinhos de trigo e de serrar são feitas de ferro fundido, quando em outro país seriam de madeira

por falta daquele metal. As manufaturas de armas de fogo e outras recebem, por isso, cada dia novos aumentos.

Finalmente, as pescarias [*sic*] é o último objeto de que me resta falar. Desde que os holandeses deixaram as suas pescarias pelo risco a que os navios estão expostos de serem tomados pelos ingleses, os americanos suprem a Europa com azeite de peixe, espermacete e barba[2] de baleia, além da grande quantidade de peixes salgados que exportam para Portugal, Espanha e portos do Mediterrâneo.

No artigo das baleias, se nos propusermos a estabelecer os mesmos regulamentos e leis que eles têm, é indubitável que este extenso ramo de comércio cairá exclusivamente em nossas mãos, porque nós temos sobre eles estas vantagens:

1º A maior barateza nas soldadas dos marinheiros, porque achando-se entre nós bastantes a oito ou dez mil réis por mês, nos portos da América é preciso pagá-los a dezesseis e vinte mil réis; e ainda as mais das vezes custa a encontrá-los.

2º Os americanos têm de fazer a sua viagem da América à costa do Brasil, onde fazem principalmente as pescas, e depois a volta. A demora, a despesa, o risco e o empate de dinheiro que há durante este tempo são salva para nós, que fazemos a pesca ao pé das nossas costas.

3º Os nossos navios que pescam pelas costas do Brasil têm lá os nossos portos, onde podem facilmente acolher-se para se repararem, ou proverem do que houverem mister; comodidade que falta também aos americanos, pois, precisam estar sobre a vela desde que saem até o final a pescaria.

Os americanos, porém, estão de tal modo experimentados neste tráfico, que o meu plano seria convidar um número de

2 Barbatana.

famílias de pescadores na América, das que vivem principalmente em Nantuket, fazê-las estabelecer em dois pontos diferentes no Brasil, adir-lhes marinheiros portugueses e associá-las aos fundos negociantes do país; usando, depois disto, para com os pescadores as mesmas liberdades e isenções que os americanos têm. Não pode haver menor dúvida que, em dois anos e não mais, o comércio das baleias estará inteiramente nas mãos de Portugal.

Quanto ao peixe salgado, há toda a probabilidade que o bacalhau se encontrará em abundância nas costas do sul de S[anta] Catarina para baixo; mas, ainda, caso não se ache, temos a miraguaia, um peixe de arribação de que o Rio Grande de S[ão] Pedro, e outros portos imediatos, abundam em tal quantidade, que podem suprir Portugal de peixe salgado, com toda a fartura e mais barato do que o importam os ingleses e americanos. Se V. Exa. supuser que este artigo merece alguma atenção, terei grande satisfação em reduzir à ordem as minhas ideias sobre isto e de ter a honra de apresentar à V. Exa. ou à Real Junta do Comércio, ou mesmo, de conferir e explanar, circunstânciadamente, com qualquer pessoa que V. Exa. queira encarregar com a execução do projeto.

A última parte da minha comissão é a cochonilha do México. O primeiro passo que dei a este respeito foi pedir ao nosso ministro residente, Cypriano Ribeiro Freire, que houvesse de saber do ministro da Espanha na Filadélfia, com quem ele tinha amizade, se era possível obter o seu passaporte para viajar pelas colônias da Espanha, existentes nas costas do Golfo do México, e assentou o dito senhor Freire comigo que eu passaria por um naturalista, que desejava ver o físico do país. O ministro da Espanha não só lhe disse que me daria o passaporte como prometeu cartas de recomendação para todos os governadores das cidades que eu pretendesse visitar. Porém, quando chegou o tempo da minha partida, recusou dar o passaporte e asseverou mais ao dito ministro, que foi sempre quem lhe falou a este respeito, que não podia nem me recomendar ao

governo de Havana para que me deixasse passar ao México, dando simplesmente duas cartas de introdução para os governadores de Havana e Nova Orleans. Esta discórdia e os termos em que as cartas se exprimiam, foram-me tão suspeitos, que procurei saber por uma terceira pessoa as ideias que ele tinha a meu respeito e achei que me supunha uma pessoa ministerial, que tinha vistas particulares. Desta circunstância, concluí que não devia, de modo algum, aproveitar-me das cartas que ele me deu, e embarquei ocultamente em um navio americano que ia com licença à Vera Cruz vender fazendas. Este navio, em vez de aportar em Vera Cruz, entrou em outro pequeno porto na baía do México, chamado Puerto Falso, e eu, em quatorze dias que o vaso se demorou, fui ao interior da campanha em muitas plantações onde cuidam da cochinilha, para tirar a informação de que a brevidade do tempo me permitisse; e, ainda, que neste lugar não se produz a cochonilha tão boa como a do interior da Guacaxa. Contudo, vi assaz para formar um juízo sobre a matéria (ao que me parece), e a minha opinião é que no Rio de Janeiro, S[anta] Catarina ou Rio Grande pode-se obter boa tinta como no México.

Observei três ou mais variedades do inseto *coccus* e o que eles supõem ser o melhor, pareceu-me idêntico ao que temos no Brasil. A planta, porém, em que ele se nutre, é absolutamente diferente da que possuímos: a cor da flor e fruto é bastante para decidir que o inseto criado na *opuntia* do México deve dar melhor cor que o que se nutre com a *opuntia* ou urumbeba do Brasil, porque esta tem a flor amarela clara, e aquela tem a flor ou fruto carmesim escuro. É por isso, a minha opinião que se o inseto do Brasil for sustentado com a *opuntia* do México, dará melhor tinta que a que produz no presente. Porquanto, não pode duvidar-se da influência que terá na cor do sangue do inseto a qualidade da *opuntia*, quando seus efeitos são tão sensíveis nas pessoas que comem dos frutos.

Nenhuma dificuldade se me ofereceu em trazer uma das plantações três caixões de *opuntias* para Puerto Falso e, pegadas

a algumas delas, muitos insetos que cobri com vidros para os abrigar, e nenhum dos guardas que estavam a bordo me pareceu refletir sobre as plantas, que eles olhavam como coisa de mera curiosidade, e isto apesar das ordens, que me dizem haver, proibindo estritamente sua exportação.

Chegando de Puerto Falso à Filadélfia, avisei imediatamente à V. Exa. que esperava a sua resolução sobre o modo de conduzir ao Brasil as plantas que tinha comigo; porém em breve tempo, morreram o resto dos insetos que não tinham morrido no mar, como avisei também à V. Exa. na minha carta n. 13, datada de Filadélfia, 3 de dezembro de 1799. Não tenho, porém, a menor dúvida de que seja possível obter outra vez do México a mesma planta, sempre que se tenha previamente ajustado o plano de a conduzir ao Brasil.

A inspeção e o exame da flor e do fruto das *opuntias* me fez supor ainda mais que obtida a planta se poderá fazer a tinta mesmo sem ter o inseto, porque os sais que constituem a fécula colorante existem, sem dúvida, na planta, e sendo comidos pelo inseto se neutralizam com o ácido particular que este contém. Portanto, se por meio da análise pudermos descobrir qual é este ácido (que provavelmente é ácido fórmico), não há mais que obter os sais da planta por meio da pressão, e combiná-los depois com o ácido, que o resultado deve se produzir a tinta da cochinilha ou carmim.

A verificar-se esta minha hipótese, se reduzirá o trabalho à simples cultura das plantas, poupando o criar os insetos, que será, sem dúvida alguma, por extremo vantajoso nesta fábrica, pois o inseto é pensado e cuidado quase como os bichos da seda, ainda que o seu manejo seja mais fácil.

Quanto à utilidade que a cultura desta planta pode dar, refere-se bem no alto preço que a cochinilha tem nos mercados da Europa e cuido que todo outro governo que não fosse o espanhol, tiraria desta cultura imensa vantagem. Os agricultores das *opuntias* e

fabricadores de tinta são, ordinariamente, os índios, os quais trabalham debaixo da inspeção de um administrador nomeado pelo governo, mas que de ordinário é assaz ignorante, trata aos índios muito mal, cuida pouco do melhoramento da cultura, e falsifica muitas vezes a cochinilha, misturando-lhe insetos que se acham no ventre de um peixe muito comum nas costas e rios do México.

Além do mau modo por que a cultura e fábrica da cochinilha é administrada, o governo espanhol tem aumentado por muitas vezes os pesados direitos de exportação que esta droga paga, o que me faz supor que se nós obtivermos cultivá-la, os espanhóis não poderão de modo algum concorrer conosco nos mercados da Europa.

Estes são, Exmo. Senhor, em breve os passos que dei na execução das Reais Ordens, em uma diligência tão superior às minhas forças, que só a obediência, que é devida a Augusto Trono, me obriga a empreender; restando-me, contudo, a satisfação interna de ter empregado incessantemente os meus acanhados talentos e toda a atividade de que fui capaz, até arriscando, no laborioso período de mais de dois anos, a própria vida, que ainda assim, supunha pequeno sacrifício para o que devo ao meu soberano. E espero que V. Exa. julgue que obrei em tudo conforme as instruções, ficando-me somente dever apresentar à V. Exa., por escrito e em diversas memórias, as informações que obtive sobre os diferentes objetos que V. Exa. houve por bem fixar-me, o que farei com a maior brevidade que a matéria o permitir.

Deus guarde a V. Exa.

Lisboa, 24 de janeiro de 1801.

De V. Exa.

Hippolyto José da Costa Pereira

Ilmo. e Exmo. Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho

O texto a seguir, produzido pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, de 1811, antes, portanto da independência do Brasil e três anos, aproximadamente, depois da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, foi transcrita em 1870, na revista do IHGB.

Trata com extrema objetividade de duas questões: (1) se convém ao Brasil vender madeiras de construção às nações estrangeiras; e (2) se no Brasil há abundância de madeiras preciosas de construção que podem vender-se sem dano ou falta das mesmas para a nossa marinha real e mercante.

Sua inclusão nesta Antologia deve-se sobretudo à qualidade da análise feita pela Marinha portuguesa que conclui ser evidente o interesse que há no Brasil de promover a "exportação de suas belas madeiras de construção e de toda outra qualidade de madeiras".

O raciocínio é extremamente preciso e coerente com uma lógica capitalista, àquela altura não muito evidente em Portugal:

> *O sistema de limites a venda das madeiras só ao consumo nacional... de estender as matas reais são as verdadeiras causas da falta e alto preço que se experimenta de madeiras e fazem com que... só se cuida em destruir com queimadas as árvores de lei... e se perde uma útil produção que daria uma grande riqueza nacional.*

O texto é também precursor de uma certa mentalidade "ambientalista":

> *É visível a incúria que existe na sementaria, criação e reprodução das belas árvores que dão madeira de lei... onde não se cuidou até aqui em reconhecer, nem o modo de aí semear, nem a sua duração... e poderiam ter dado desde que a Coroa de Portugal possui o Brasil, duas ou três ricas produções e que..., pela maior parte, se tem deixado ou apodrecer ou queimar.*

O autor examina os casos das capitanias do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Maranhão, do Piauí e do Pará. E conclui:

> *É, pois, evidente... que no Brasil não pode haver falta de madeiras por grande quantidade que vende a estrangeiros... O único modo de fazer que a madeira se venda a melhor preço é livrá-la do sistema restritivo, que faz com que os proprietários não procurem a reprodução das árvores, antes, se esmerem na sua destruição.*

O pau-brasil então já havia se esgotado ou estava prestes a desaparecer. Outras madeiras corriam o mesmo risco. Muitas continuam a corroer. O texto a seguir transcrito dá-nos a ideia de que mesmo durante o sistema colonial era possível antever os riscos de exploração indiscriminada das matérias primas. E, no entanto, pouco ou nada foi feito

5. Deve o Brasil vender madeira de construção?*

Memória sobre a questão

1ª Se convém ao Brasil vender madeiras de construção às nações estrangeiras.

2ª Se no Brasil há abundância das suas madeiras preciosas de construção que possam vender-se sem dano ou falta das mesmas para a nossa marinha real e mercante.

Parece demonstrado em economia política que é sempre do maior interesse para o estado, em geral, promover a venda das suas produções, quaisquer que sejam, pois do maior valor dos seus produtos é que essencialmente se deriva a riqueza nacional, a qual serve de base ao sustento de grande parte da população; e segundo é maior ou menor, assim a população é mais ou menos feliz. Não é menos evidente que, se um território produz um gênero, que por sua natureza tem qualidades superiores, dependentes do seu clima e situação, o interesse público exige que se promova a sua exportação e que do seu alto valor se tire partido a favor do território ou país que a natureza favoreceu com esse dom especial. Se estes dois princípios são em economia política tão certos e demonstrados, como qualquer teorema geométrico, então parece que seja evidente o interesse que há no Brasil de promover a exportação das

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 33, 1870 (parte 1).

suas belas madeiras de construção e de toda a outra qualidade de madeiras, pois, sendo elas de uma reconhecida qualidade superior, grande há de ser o seu valor e, consequentemente, mui atendível o rendimento que deve ter à riqueza nacional. Nem pode haver outro meio de segurar o valor deste gênero, pois que, enquanto limitado ao simples consumo nacional é mui estreito o mercado e, por consequência, ninguém cuida em aumentar a sua produção e, antes destrói as árvores, do que procura criá-las e aumentar a sua produção para tirar de tal objeto uma grande renda. O sistema de limitar a venda das madeiras só ao consumo nacional, de dar sesmarias com as reservas dos paus reais e de estender as matas reais são as verdadeiras causas da falta e do alto preço que se experimenta de madeiras e fazem com que, não sendo do interesse particular atender a semelhante produção, só se cuide em destruir com queimadas as árvores de lei; e que, por tal motivo, apesar das leis restritas, que exigem para favorecer e conservar a sua produção, cada dia se degradam mais as matas e arvoredos, e se perde uma útil produção, que daria uma grande renda e riqueza nacional. Acresce ainda uma consideração muito especial e é que, para tirar partido das matas e arvoredos que dão boas madeiras: é necessário cortar as matas com bons caminhos para segurar e facilitar a sua condução; é necessário plantar máquinas de serrar; é necessário destinar gados onde não há rios para arrastar e conduzir madeiras; e ninguém há tão falto de juízo que vá assim empregar o seu cabedal, quando há leis restritivas que o põem em risco de perder, a cada momento, o cabedal empregado em semelhante objeto.

A incúria que há, necessariamente, em alimpar matas e arvoredos de uma imensa extensão, dá lugar a que, crescendo mato virgem, haja até necessidade absoluta de se servir do fogo para abrir caminhos para a descoberta das belas árvores de construção, e, consequentemente, de destruir pequenas e belas árvores de lei, que vêm nascendo e que hoje é constante e certo, pela experiência,

existirem até no meio das capoeiras, onde são destruídas pelos fogos que lhes lançam e que privam o estado da futura riqueza que delas havia de dimanar quando grandes e de atendível valor.

Como indireta demonstração destes princípios, é visível a incúria que existe na sementeria, criação e reprodução das belas árvores que dão madeira de lei e que não mereceu ainda atenção, nem mesmo nas matas reais, que existem por todo o Brasil, onde não se cuidou até aqui em reconhecer, nem o modo de as semear, nem a sua duração, até chegarem à sua perfeita vegetação, e de onde principiam declinar; nem a grandeza e a força a que podem chegar, o que tudo são objetos do maior interesse e poderiam ter dado, desde que a Coroa de Portugal possui o Brasil, duas ou três ricas produções, por aquelas mesmas pouco produtivas que tem havido e que, pela maior parte, se tem deixado ou apodrecer ou queimar.

Se os princípios até aqui expostos são de reconhecida verdade, então creio que está resolvida a primeira questão e que convém ao Brasil vender as suas preciosas madeiras de construção para tirar delas uma grande renda; ficando tão bem demonstrado que o sistema restritivo, atualmente estabelecido, de dar as sesmarias com reserva de paus de lei, de sustentar e procurar aumentar imensas matas reais, onde só se cortem árvores para a marinha real; de permitir as queimadas em terrenos vizinhos ao mar e onde podem criar-se árvores de lei e finalmente, o sistema de restringir o comércio das madeiras de construção só para consumo do mercado nacional, são as verdadeiras causas da falta aparente que se sente de madeiras, do alto preço que as mesmas tem; e do total, ou quase total abandono em que se acha este tão precioso ramo de riqueza nacional.

Os que, movidos pela força destes princípios, admitem a proposição de que a venda das madeiras seria muito útil para

aumentar a riqueza do Brasil, hesitam depois sobre a segunda questão: se no Brasil pode haver abundância de madeiras de construção para vender, e se, existindo penúria das mesmas não seria arriscar a sua total falta, ou até mesmo, uma enorme carestia no seu valor, para o serviço e construção da marinha real e mercante, a permitir semelhante extração. É muito difícil, a meu ver, que de boa-fé sustente esta proposição quem tem algum pequeno conhecimento de geografia e do local do Brasil, e quem tem meditado com princípios esta matéria. Eis as minhas razões, segundo o estado atual da maior parte das capitanias do Brasil e, principiando, pelo sul.

Era opinião geral que a capitania do Rio Grande [*do Sul*] não tinha madeiras de construção nem para seu uso e consumo. Um oficial mineralogista, Mr. Feldiner, que foi ali mandado, acaba de apresentar uma memória, na qual mostra que nos rios que deságuam no rio Pardo há excelentes madeiras de construção e que as mesmas podem vir flutuando pelos rios ao rio Pardo e daí até Porto Alegre, de maneira que essa mesma capitania, que até aqui se julgava mais destituída de madeiras, pode deixar de o ser, logo que para esse fim se adotem os convenientes meios e que também se estabeleçam os que são necessários para a sua reprodução. A capitania de Santa Catarina tem madeiras e faz comércio delas, mas não existe ali o sistema restritivo das sesmarias? Não há falta de máquinas de serrar? Não existe ali o sistema restritivo de madeiras? Que seria, pois, esta capitania se nada se opusesse a este livre comércio e se então particulares, que se interessam na criação e reprodução de seus bosques, animassem o seu aumento e tivessem levantado máquinas de serrar madeiras e feito caminhos com que pudessem exportar os belos paus que existem mais distantes da praia! Creio que é indubitável esta asserção e, por consequência, pode-se asseverar que a capitania de Santa Catarina, com o livre

comércio das madeiras, se enriqueceria muito e daria muito maior produção do que hoje dá.

A vasta capitania de S[ão] Paulo tem excelente e boa madeira de construção, e das enseadas e portos de Par[a]naguá, de Cananeia, de S[ão] Sebastião e de Santos se exporta muita madeira; mas, porventura cuida-se ali da reprodução das árvores que se cortam? Não existe ali o sistema de queimadas? Certamente. Logo, que aumento não teria a sua reprodução? Que caminhos não se teriam praticado? Que máquinas de serrar não se teriam estabelecido? E que riqueza não seria para aquele país o estabelecimento de um comércio livre de gênero tão precioso?

Segue-se a capitania do Rio de Janeiro e que belas madeiras de construção não há na imensa fazenda de Santa Cruz, que poderiam navegar-se pelo G[u]andu e ir para o mar? Que madeiras não há na Guaratiba? E porventura não está este comércio no maior letargo, em consequência do sistema restritivo que existe na capitania? A Ilha Grande, de onde há pouco se não extraía madeira alguma, não está dando imensa madeira de construção e não deixa esperar, que sendo livre o comércio, daria imensa produção? Mesmo dentro do recinto da bela enseada do porto do Rio de Janeiro, que belas madeiras não haveria se o comércio fosse livre e que a semelhante objeto se destinassem os cabedais necessários? Porventura não se podem aplicar os mesmos princípios e tirar as mesmas conclusões dos portos de S[ão] João de Macaé e de Campos, de onde vêm excelentes madeiras, logo que o comércio livre anime a sua reprodução e se cessem os efeitos do sistema restritivo que tudo seca e mirra, e que só hoje pode existir em quem fecha os olhos para não ver a luz do dia?

Segue-se a capitania do Espírito Santo e as belas matas da vizinhança do rio Doce, ainda hoje apenas exploradas; e como pode temer-se falta de madeiras, quando ali e tão perto deste

porto, existem soberbas matas não exploradas e que, postas em valor, debaixo de um comércio, podem enriquecer aquela capitania e segurar a sua reprodução?

Na capitania da Bahia há as imensas matas de Ilhéus e Camamu, em grande parte da Coroa. E como se pode temer falta de madeiras, quando o hábil magistrado, conservador das mesmas matas, segura não só a sua abundância, mas a facilidade da sua reprodução; e quando, estabelecendo ali um sistema luminoso, o qual ele tem proposto, e a que se unisse o da sua reprodução, se poderia tirar uma grande quantidade de madeiras e, talvez, muito além do que seria necessário para a nossa marinha real. Tenho ouvido a muitas pessoas, que na mesma capitania da Bahia, nas comarcas de Porto Seguro e de Sergipe del Rei, se poderão estabelecer grandes cortes de madeiras; e de que vantagem não seria a sua produção e reprodução para toda a capitania? Creio que estas reflexões devem mostrar quanto é pânico o terror de vir a faltar madeiras na capitania, exceto se continuar o sistema paralisador e restritivo. Na capitania de Pernambuco, segundo a conta de um hábil conservador, Mendonça Mattos Moreira, que existiu largos anos na comarca das Alagoas, é imensa ainda a madeira que ali há; e havendo cuidado na sua reprodução e impedindo-se as queimadas, estou persuadido que só na comarca das Alagoas, nas matas reais que compreendem 50 léguas de costa, poderia haver mais madeira de construção do que é necessário para a marinha real.

A memória que ele mandou das matas das Alagoas faz ver que pela sua extensão, pela beleza e qualidade das suas madeiras, uma vez que houvesse cuidado na sua manutenção e reprodução, elas sós poderiam fornecer tudo o que se pudesse desejar. Na Paraíba do Norte, capitania hoje separada de Pernambuco, são imensas as suas madeiras. Creio que a Bahia da Traição, sítio de muitas madeiras e onde podem ir grandes charruas, ainda hoje existe, sem que das vizinhanças se tenha quase tirado madeira alguma.

Ignoro se na capitania do Rio Grande do Norte existem boas madeiras de construção, mas creio que nas vizinhanças do Assuas há e que daí se podem tirar. A capitania do Ceará tem muitas e boas madeiras de construção que até aqui têm sido postas em trabalho e de onde, creio, não se tem extraído madeiras senão como amostras. O Maranhão tem boas madeiras que pouco se tem aproveitado e o Piauí, só pelo rio Paranaguá, poderia dar imensa quantidade de madeiras, de que não se tem até aqui, tirado partido algum. Do Pará, diga-o o governador que foi, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, que além de ter mostrado nas imensas quantidades de madeiras que mandou para Lisboa nas duas grandes fragatas e nas muitas e grandes charruas que também ali construiu, a muita madeira que daquela capitania se pode tirar; ainda acrescenta que, depois de mostrada a possibilidade da navegação do Amazonas e do rios que nele deságuam, que ele primeiro fez explorar e passar na sua foz, que é superior a toda expressão e imensa quantidade de madeiras que dali se pode tirar. Não há exageração no que acabo de referir; mas, quem conhece que o Brasil tem em latitude costas de mais de 35º ou 700 léguas de 20 ao grau, e mais de 26º ou 520 léguas de costas em longitude, entrando pelo Amazonas; e que igualmente reflete quão pouco povoadas são as costas e quão cheias de bosques, não pode deixar de ver que o cálculo das probabilidades deixa bem crer, que não há nem pode haver excesso no que se acaba de refletir a respeito de quantidades de madeiras que se podem vender no comércio com grande lucro do vasto estado do Brasil.

Do que acabo de expor é, pois, evidente, por princípios gerais e por experiência, que no Brasil não pode haver falta de madeiras por grande quantidade que venda aos estrangeiros; não só porque é imensa a quantidade de madeira que existe, mas porque se pode estabelecer e favorecer a reprodução das mesmas e que o único modo de fazer que a madeira se venda a melhor preço, é livrá-la

do sistema restritivo, que faz que os proprietários não procurem a reprodução das árvores, antes, se esmerem na sua destruição.

Duvido que de boa-fé se possam combater estes princípios e, por isso, julgo que seria bem digno da alta compreensão do nosso augusto soberano, a quem a monarquia deve em todo sentido o estabelecimento dos mais luminosos princípios de economia política e de comércio, vencendo poderosos e tristes prejuízos, adotar o seguinte sistema que vou expor:

Em 1º lugar: ordenar que se tirasse das sesmarias a condição de que os paus reais ficavam sendo de propriedade da Coroa e limitar a condição estabelecendo que a marinha real teria o direito de marcar, em todas as terras, os paus reais, que ficassem apropriados para a marinha real ou para os arsenais reais e construções públicas, e que pagaria por um preço razoável ficando livre aos proprietários o uso de todos os outros, que poderiam vender como lhes fosse conveniente.

Em 2º lugar: proibir em todas as sesmarias que não distassem da costa ou praias de rios que fossem navegáveis ou dessem fácil flutuação às madeiras, por via de jangadas, o uso das queimadas, pois que, em tal distância se desejava conservar as madeiras; e só era lícito cultivar o terreno fazendo derrubadas de árvores e matos, sem fogo, exceto no caso de obterem licença especial, depois do exame dos inspetores ou examinadores das matas.

Em 3º lugar: estabelecer inspetores ou examinadores hábeis (a que os ingleses chamam *surveyors*), que vigiassem em que se não destruíssem as matas e que cuidassem em favorecer a reprodução das árvores que se cortassem e os proprietários vendessem.

Em 4º lugar: fixar as matas reais, que se deveriam conservar e procurar que nelas os conservadores, inspetores, ou examinadores cuidassem com o maior desvelo na reprodução das árvores, na abertura dos caminhos, por onde com economia se poderia fazer

a exportação das madeiras e no estabelecimento das máquinas de serrar, devendo logo demarcar-se todo o terreno das mesmas matas e a sua extensão, com o mais exato e preciso método, a fim que as mesmas nunca pudessem ser, nem diminuídas, nem aumentadas. Devia ser cuidado dos inspetores ou examinadores cuidar com o maior desvelo na reprodução das árvores, no conhecimento das mesmas e sua duração, e no conhecimento local da quantidade de boas árvores que havia nas suas matas. Conservando-se estes princípios, as grandes matas das Alagoas, dos Ilhéus e fixando-se novas matas reais, nos sítios não explorados da capitania do Espírito Santo e do Pará, certamente só nelas haveria mais madeiras de construção para a marinha real e para os arsenais de construção para a marinha real e para os arsenais reais do que por séculos seria necessário.

Em 5º lugar: permitir a livre venda de todas as madeiras de construção que não fossem de matas reais ou que não fossem demarcadas individualmente pelos inspetores da marinha, estabelecendo em tal matéria o mais livre comércio e só proibindo as queimadas nos distritos vizinhos à costa do mar ou em rios por onde pudessem flutuar-se madeiras em jangadas.

Em 6º lugar: animar por todos os meios e favores possíveis a reprodução das árvores que dão madeira de lei para que os particulares tomassem em tal objeto particular interesse e, ao mesmo tempo, favorecer o estabelecimento de engenhos de serrar madeiras para que das mesmas se tirasse todo o partido.

Em 7º lugar: criar homens instruídos na cultura e vegetação das árvores que hajam de servir de inspetores ou examinadores das matas e arvoredos; e fazer os competentes sacrifícios para obter esta grande base do novo sistema, pois que eles seriam os que proporiam todos os meios de promover esta tão interessante cultura.

Lisonjeio-me de ter satisfeito as duas questões que costumam excitar-se em matérias desta natureza, sobre a utilidade, possibilidade de fazer livre comércio; e creio ter, igualmente, mostrado o modo com que, sem inconveniente, se podem estabelecer os princípios luminosos e liberais de que mais pode depender a felicidade da nação e a glória do soberano.

O amor do bem público e o zelo pelo real serviço ditaram estas reflexões; e se merecem ser consideradas pelo nosso augusto soberano, estão satisfeitos os únicos votos que faço nesta e outras matérias do serviço real e público.

Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra
em 24 de fevereiro de 1811.

Publicado em 1870, o artigo a seguir foi escrito em 1849, por Ernesto Ferreira França Filho. Descreve sintética e objetivamente os principais problemas da fronteira do Brasil. Sua inclusão na presente antologia vale, sobretudo, pela precisão de seus apontamentos e de demonstração de como eram já encaradas no auge do período monárquico as questões de limites.

Nascido em Pernambuco de família aristocrática, França Filho estudou na Europa. Fez doutorado em Leipzig. Matéria publicada na Revista Brasil-Europa: "Correspondência Euro-Brasileira" em 2014 sobre a relação de Wagner com D. Pedro II, recorda os pendores literários do autor e salienta que foi não apenas um grande admirador da cultura alemã, mas também um extremado defensor do Brasil, imbuído de profundo orgulho pela vida cultural, pelas belezas naturais do Brasil e pela personalidade de D. Pedro II.

Outros artigos haverão de tratar do tema das fronteiras pré-Rio Branco de forma mais precisa ou completa do que o texto de Ferreira França Filho. Poucos, porém, deixam ao leitor uma

impressão tão viva do sentimento nacionalista, já ufanista, que dominava os meios culturais brasileiros no período de apogeu do II Reinado.

A epígrafe de José Bonifácio incluída no artigo já bem revela a sua orientação: "E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto Império!".

Ferreira França se gaba do patriotismo brasileiro, mas lamenta que "sendo um país tão liberalmente aquinhoado pela natureza, o Brasil... ainda não obteve das diferentes administrações que o tem regido aquele desvelo e apreço de que se faz credor pelas extraordinárias vantagens com que a Providência o abençoou"! (Será que teve algum dia? – Pergunto-me entre parênteses.) E revelando um certo sentimento paranoico ainda presente entre nós, afirma que a metrópole punha "peias ao desenvolvimento do Brasil" e que o desenvolvimento de nossas grandiosas proporções "não tem sido atendido pelos poderes do estado com aquela esclarecida solicitude que cumpre a governos que respeitam seus deveres".

Reconhecendo que, dentre todas as preocupações necessárias para a tranquilidade das nações a primeira coisa é a fixação dos limites com "toda precisão e clareza na demarcação das fronteiras", Ferreira França examina em seguida uma por uma das principais questões de fronteira a resolver àquela altura. Vale a pena lê-lo para que se tenha uma visão geral da questão assim como uma breve síntese de cada questão. E prescreve: "Uma cinta de postos, presídios, fortificações, colônias militares e outros estabelecimentos apropriados deve cercar o Império em toda a vasta extensão de suas fronteiras". O objetivo, nas suas expressivas palavras, seria o de "manter e desafrontar a inviolabilidade do território brasileiro, inviolabilidade que em todos os países cultos constitui um objeto intransigível do pundonor nacional".

6. Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil*

oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Ernesto Ferreira França Filho

E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto império! Banhadas suas costas em triângulo pelas ondas do Atlântico; com um sem número de rios caudais e de ribeiras empoladas, que o retalham em todos os sentidos, não há parte alguma do sertão que não participe, mais ou menos, do proveito que o mar lhe pode dar para o trato mercantil e para o estabelecimento de grandes pescarias. A grande cordilheira que o corta de norte a sul o divide por ambas as vastas fraldas e pendores em dois mundos diferentes, capazes de criar todas as produções da terra inteira. Seu assento central, quase no meio do globo, defronte e à porta com a África, que deve senhorear, com a Ásia à direita e com a Europa à esquerda, qual outra região se lhe pode igualar? (José Bonifácio de Andrada e Silva, Discurso Histórico

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 33, 1870.

recitado na Academia Real das Ciências de Lisboa em sessão pública de 24 de junho de 1819).

Descoberto a 22 de abril de 1500, por Pedro Álvares Cabral que, mandado à Índia, desviou-se das terras da África para fugir às calmarias da costa da Guiné e foi arrojado ao sudoeste por uma tempestade, o Brasil, primeiramente denominado Terra de Santa Cruz, deriva seu nome da madeira chamada pau-brasil (Ibirapitanga), cuja cor semelha à brasa.

Este imenso território, de que tomaram posse os portugueses por direito de conquista, descobrimento e ocupação, foi por D. João III dividido, segundo João de Barros, em doze, segundo outros escritores, em nove capitanias hereditárias, que ele concedeu a homens poderosos para nelas virem formar colônias. Estes estabelecimentos foram o gérmen de outras colônias e o ponto de partida de muitas expedições que se entranhavam pelo interior do país à procura de minas, fundando povoações e assentando marcos, padrões do seu domínio e posse.

Os franceses foram os primeiros que intentaram apoderar-se do comércio desta região e de parte de seu território, o que mostra o Tratado de Paz e Aliança celebrado em 1531 entre Portugal e França.

Estes, porém, os holandeses e os espanhóis, que por vezes quiseram estabelecer-se no Brasil, todos foram expulsos, sendo os holandeses aqueles cujo poder mais arraigado estava pelo teor de sua administração, que favorecia a agricultura e assegurava a tranquilidade dos colonos.

Torna-se digno de toda a nossa admiração o patriotismo com que, em um país tão novo e que, por ser colônia, não podia gozar plenamente dos seus próprios recursos, os empreendedores paulistas no sul, ao norte os briosos e valentes pernambucanos e em geral, todos os brasileiros repeliam, mal sofridos qualquer

ataque à integridade do nosso território. A guerra dos holandeses é um dos maiores padrões da glória brasileira e, entretanto, nesses tempos ainda podia um alvará proibir aos filhos do Brasil fazer parte dos tribunais de sua própria terra!

Sendo um país tão liberalmente aquinhoado pela natureza, o Brasil, apesar dos brios e do engenho dos seus naturais, ainda não obteve das diferentes administrações que o tem regido aquele desvelo e apreço de que se faz credor pelas extraordinárias vantagens com que a Providência o abençoou.

Durante o regime colonial, o espírito que de ordinário animava os conselhos da metrópole, era o de pôr peias ao desenvolvimento do Brasil, cujos progressos assustavam e faziam estremecer a sua dominação. Demais, Portugal, conquanto nação heroica na sua fundação, descobrimentos e conquistas, infelizmente, veio pagar muitas vezes vergonhoso tributo à influência estrangeira. Ao coligirmos a notícia dos tratados relativos aos nossos limites, mais de uma vez tivemos ocasião de lamentar esse predomínio estrangeiro de que, forçosamente, tivemos também de sofrer, pagando com o esquecimento dos nossos direitos a certos territórios ao serem atendidos interesses reais ou imaginários da metrópole, interesses que não deviam nunca exercer sobre o norte do Brasil a mais pequena influência.

Passaram já mais de 41 anos depois que, em 28 de janeiro de 1808, foram os portos franqueados a todas as nações amigas; há mais de um quarto de século, que no Ipiranga foi irrevogavelmente proclamada a nossa gloriosa independência, firmada para todo sempre na honra e valor dos brasileiros; mas, força é dizê-lo: o estudo e aproveitamento dos grandes recursos do nosso abençoado solo, o desenvolvimento de suas grandiosas proporções, não têm sido atendidos pelos poderes do estado com aquela esclarecida solicitude que cumpre a governos que respeitem seus deveres.

Se alguma administração conscienciosa tem querido dar devida atenção a objetos de tão alta importância, não tem encontrado na sua efêmera duração o tempo indispensável para amadurecer e dar andamento a planos bem concebidos. As próprias câmaras legislativas, quase geralmente, consomem na agitação de questões ociosas e na satisfação de odientas e mesquinhas rivalidades, um tempo precioso que deveriam, escrupulosamente, empregar em investigar e estabelecer os meios de promover o bem comum.

Uma nova era começou com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e os numerosos trabalhos de seus sábios membros formam já um precioso tesouro. A ele oferecemos os seguintes apontamentos, apenas como um apoucado testemunho dos nossos bons desejos, pelos interesses da pátria; e se esta fraca mostra de nosso zelo for colhida por esta sábia associação com generosa indulgência, esperamos ainda um dia poder mais proficuamente acompanhá-la em suas doutas e patrióticas tarefas.

O Império do Brasil é um país imenso da América Meridional. Limitado ao norte pelo oceano Atlântico, Guianas e antiga Columbia; ao oeste pelas repúblicas da Nova Granada, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai e Confederação Argentina; ao sul pela república do Uruguai e a leste pelo oceano Atlântico, confronta em sua vasta extensão com muitos estados diferentes.

É sabido que de todas as preocupações necessárias para a tranquilidade das nações a primeira coisa é a fixação dos limites, sendo indispensável toda a precisão e clareza na demarcação das fronteiras, com especialidade no que toca aos rios, porque qualquer equívoco ou ambiguidade a este respeito é causa e pretexto de discórdias e guerras com os vizinhos. Por isso, julgamos dever contribuir, com a nossa pequena coadjuvação, para se vulgarizar o conhecimento dos nossos limites, redigindo brevemente os seguintes apontamentos.

Primeira parte

Confirmado no senhorio da ilha de Caiena e suas dependências pelo tratado de Nimegue (1678), mandou Luiz XIV a Lisboa (pelos anos de 1697), um embaixador reclamar a posse e domínio das terras do Cabo Norte até ao Amazonas como dependências da Guiana Francesa.

Para tratar com o embaixador francês, nomeou o governo de Portugal uma junta composta de sete membros e o resultado das suas conferências foi o Tratado Provisional de Limites que se assinou em Lisboa, a 4 de março de 1700. Nele se estipula que por parte de ambas as Coroas procurar-se-iam e se mandariam vir todos os documentos e informações necessárias para a mais exata dedução dos direitos de ambas as partes contratantes; e logo a 18 de junho de 1701, celebrou-se o Tratado Definitivo de Limites, corroborado pelo que, na mesma data, se assinou a favor de Phillippe de Anjou, chamado ao trono de Espanha pelo testamento de Carlos II, cuja aceitação envolveu Luiz XIV nessa longa e violenta guerra que só terminou com a Paz de Utrecht.

É fora de dúvida que muito contribuíram para a moderação do francês os sérios embaraços em que lidava e, talvez, o valoroso denodo com que foi restaurada a fortaleza do Cabo Norte da invocação de Santo Antônio de Macapá, que tinha sido tomada pelos franceses de Caiena, cujo governador era o marquês do Ferrol.

Ao tratado acima, seguiram-se em 11 de abril de 1713 o de Utrecht, entre Portugal e a França, o que fixou os limites do Brasil; por esse lado, desistindo o rei da França, pelo art. 8º, de todas as suas pretensões às terras chamadas do Cabo Norte e aceitando por limite o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón.

Ou fosse feito por ignorância, ou por má-fé, ou porque o Oiapoque fosse às vezes chamado de rio Vicente Pinzón, por ter sido esse navegante o primeiro que nele entrou, a confusão destes dois

rios foi causa de que os franceses, desejosos de se engrandecerem, procuraram fazer recuar seus limites à 2º e 10' norte, latitude de Vicente Pinzón, enquanto que o Oiapoque demora a 4º, 11' e 51'', da mesma latitude. Portugal repeliu constantemente esta pretensão.

Por não ter sido ratificado pela Coroa portuguesa, não mencionarei o tratado de 10 de agosto de 1797, negociado com a República Francesa por Antônio de Araújo e Azevedo, ao depois conde da Barca.

O Tratado de Madrid de 29 de setembro de 1801, assinado por Cypriano Ribeiro Freire e Luciano Bonaparte, que seguiu imediatamente o de Badajoz, do mesmo ano, ampliava pelo art. 4º, os limites da Guiana Francesa, então França Equinocial, que ficavam começando no rio Carapanatuba, acima do forte de Macapá.

Vem logo após este, o Tratado de Amiens, de 27 de março de 1802. A Inglaterra, representante dos interesses de Portugal, obteve o contentar-se a França com o rio Arawari por limite.

O art. 7º deste tratado marca a linha divisória entre as duas nações. Principia ela nesse mesmo rio Arawari, que desemboca no oceano acima do Cabo Norte, perto da ilha da Penitência, a um grau e um terço de latitude setentrional, pouco mais ou menos. A sua embocadura mais distante do mesmo cabo, o seu álveo, a sua nascente; daí em linha reta em procura do rio Branco é por onde corria.

A multiplicidade dos tratados nesta época é ilustrativa do quanto são precárias as convenções que não tem por base a justiça e a conveniência de ambas as partes contratantes. É fácil de conceber que logo que estas condições não são consideradas, a sua duração é uma simples questão de força e que o primeiro ensejo será aproveitado para se procurar restabelecer o equilíbrio.

Tendo o Príncipe Regente declarado guerra à França por manifesto do 1º de maio de 1808, foi a Guiana Francesa ocupada – por um corpo de Pernambuco e outras tropas ao mando do tenente-coronel Manoel Marques – capitulando o governador da colônia, Vítor Hugues, a 12 de janeiro de 1809[1].

O art. 10º do tratado de 30 de maio de 1814, que se deduz do art. 8º do mesmo tratado, o primeiro depois desta capitulação, estipula a restituição à França por parte de Portugal da Guiana Francesa, tal qual ela se achava a 1º de janeiro de 1792. O príncipe regente não quis ratificar este artigo, o qual tinha por fim fazer reviver a contestação nessa época existente a respeito dos limites entre o Brasil e a França, e atribuía a um arranjo amigável, feito sob medida da Inglaterra, o ajuste da mesma contestação.

Neste estado permaneceram as coisas até que pelo art. 106 do ato final do Congresso de Viena (9 de junho de 1815), foi anulada a estipulação contida no art. 10 do tratado de maio e substituída pelo art. 107 do mesmo ato final, pelo qual o príncipe regente, para patentear ao rei de França, de uma maneira incontestável, a sua particular consideração, obrigava-se a restituir a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto graus de latitude setentrional, limite que Portugal sempre considerou que fora fixado pelo Tratado de Utrecht.

O tempo em que devia ser entregue a colônia e a fixação definitiva dos limites das guianas brasileira e francesa, conforme a letra do art. 8º do tratado de 11 de abril de 1713 ficou para ser determinado, logo que as circunstâncias o permitissem, por uma convenção particular entre as duas coroas – convenção esta que se

1 Dentre os oficiais que mais se distinguiram nesta conquista mencionamos o Exmo. Sr. Luiz da Cunha, então capitão-tenente, comandante do bergantim Infante D. Pedro. Em 1822, nomeado, por causa do seu conhecido brasileirismo e perícia, ministro da Marinha, prestou relevantes serviços à nascente armada brasileira, da qual é hoje almirante, sendo, segundo nos informam, o primeiro natural do Brasil elevado a este posto.

efetuou em Paris a 28 de agosto de 1817, assinada por Francisco José Pereira de Brito, por parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, por parte da França, pelo duque de Richelieu.

Eis a íntegra do art. 1º da dita convenção, pela qual se regulam presentemente os nossos limites com a França:

> *Sua Majestade Fidelíssima, animado do desejo de dar execução ao art. 107 do ato final do Congresso de Viena, se obriga a entregar à Sua Majestade Cristianíssima, dentro de três meses, ou antes, se for possível, a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto graus de latitude setentrional e até os 322 graus de longitude a leste da ilha de Ferro, pelo paralelo de dois graus e vinte quatro minutos de latitude norte.*

Sobre os nossos limites com a Guiana Inglesa, temos os importantes trabalhos do distinto engenheiro o sr. tenente-coronel Frederico Carneiro de Campos, cuja publicação muito aproveitaria para melhor conhecimento deste importantíssimo ponto.

A Inglaterra, desde 1843, fez retirar as suas forças do terreno que ocupavam no lugar denominado Pirara, aquém da serra Pacaraima, e arrancar os marcos que levantara o comissário britânico Schomburg; porém, sendo incontestável o nosso direito ao território aquém da cordilheira Bavacayna ou Pacaraima, não podemos, como brasileiros, deixar de protestar contra o expediente de declarar-se neutro um terreno que não nos pode ser disputado senão pela má-fé, abuso de força e espírito de usurpação, e, mais que tudo, por causa da nossa própria repreensível negligência.

Segunda parte

O Rio da Prata, descoberto em 1511 pelos portugueses, e a sua margem setentrional foram, desde 1530, o constante pomo de discórdia entre Portugal e Espanha, sendo um dos fins da armada

de Martim Afonso de Souza, saída de Lisboa a 13 de dezembro desse mesmo ano, a ocupação e talvez, colonização de algum ponto mais importante desse mesmo rio.

Contra essa ocupação reclamou logo a Coroa da Espanha, sendo este negócio o mais importante e urgente que aí teve que tratar em 1531 o ministro de Portugal, Álvaro Mendes de Vasconcelos, e fazendo o espanhol valer o direito de antiguidade de posse e não de descobrimento.

Pelo art. 11 do tratado de paz entre Portugal e Espanha, concluído a 13 de fevereiro de 1688, cede o rei da Espanha ao de Portugal tudo que tinha e de que esta coroa se achava de posse antes da guerra.

Cedia por este meio a Espanha todo o direito que porventura pudesse ter adquirido durante o seu domínio em Portugal, a qualquer território que fizesse parte das possessões desta Coroa.

Com o intuito de obstar a continuação do estabelecimento de colonos espanhóis nas vizinhanças do rio Uruguai, estabelecimentos que datavam do tempo em que Portugal esteve sujeito à Espanha, foi D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, fundar em 1860, por ordem do Infante D. Pedro, a colônia do Sacramento.

É para notar que, enviado por Carlos V em 1535 para fundar uma colônia, assentou-a D. Pedro de Mendonça no lugar aonde existe hoje a cidade de Buenos Aires, e que sendo esta mesma colônia destruída em 1539 pelos índios maracotos, foi restabelecida por D. Pedro Ortiz de Zarate, governador de Assunção, que nela fez sua residência em 1580, por não consentirem os vicentistas, ou paulistas, estabelecimentos espanhóis na margem setentrional do Rio da Prata, do cabo de Santa Maria até a desembocadura do Uruguai, donde foram constantemente repelidos, sempre que intentaram fazer ali assento para servir de porto à cidade de Assunção, a que não podiam chegar embarcações de grande

porte; motivo este do restabelecimento da colônia de Mendoza, donde se deduz o nenhum fundamento em direito às suas futuras reclamações e pretensões a essa margem.

Chegando à corte de Madri a notícia da fundação desta colônia, determinou logo ela ao seu ministro em Lisboa reclamasse contra o estabelecimento da mesma, o que se efetuou em janeiro de 1680, dando-se assim princípio a uma negociação entre as duas coroas.

A colônia contava apenas sete meses quando, a 5 de agosto desse mesmo ano de 1860, foi atacada por 4500 homens ao mando de D. José Garro, que a tomou e arrasou, levando prisioneiro o seu fundador, que morreu em Buenos Aires, de que era governador o mesmo Garro.

O tratado provisório de 7 de maio de 1681, restituindo a Portugal a praça e toda a artilharia e munições que no ano anterior tinham sido tomadas, não teve em fito mais do que reintegrar incontinenti a Coroa Portuguesa na posse em que se achava, o que fez efetivamente, recebendo-a, por parte do príncipe regente, Duarte Pereira Chaves, no ano imediato, ficando a decisão da controvérsia sobre a propriedade pendente do ajuste de um congresso, sendo Elvas e Badajoz os lugares designados para as conferências e nomeados plenipotenciários, por parte de Portugal, Manoel Lopes de Oliveira e Sebastião Cardoso de Sampaio.

Não tendo podido chegar a um acordo, apelaram para a corte de Roma, como se achava estipulado.

Ao de 7 de maio de 1681 seguiu-se, em 18 de junho de 1701, entre Philippe V de Espanha e D. Pedro II de Portugal, um tratado assinado em Lisboa, em que, pelo art. 14, se estatuía que possuísse a Coroa Portuguesa a margem setentrional do rio da Prata com inteiro domínio e propriedade; disposições que foram confirmadas

pelo art. 2º de outro tratado assinado em Lisboa, a 16 de maio de 1703.

Em março de 1705, foi a colônia do Sacramento novamente evacuada pelas armas portuguesas em consequência do assédio posto pelo governador de Buenos Aires.

O Tratado de Utrecht de 6 de fevereiro de 1715, confirmando expressamente à coroa portuguesa o domínio exclusivo à margem esquerda do rio da Prata (arts. 6º e 7º), restituiu-lhe a praça da colônia do Sacramento, restabelecida em novembro de 1716 por Manoel Gomes Barbosa.

Continuava ela em aumento e prosperidade quando, em 1734, chegando à Buenos Aires o novo governador, D. Miguel de Salcedo, logo em março do mesmo ano, começou movendo-lhe a guerra mais violenta, sendo por fim rechaçado pelo governador da colônia, Antonio Pedro de Vasconcelos, o qual, tomando a ofensiva, perseguiu o espanhol pelo Paraguai acima com sucessos afortunados, até que em princípios de setembro de 1737, aportando ali a nau Boa Viagem, comandada por Duarte Pereira, trouxe os artigos em que se tinha convindo em Paris à 16 de março do mesmo ano para ajuste das dificuldades existentes entre as duas coroas, os quais estipulavam que ficavam as coisas no estado em que se achassem quando lá chegasse a notícia do convênio.

Em consequência dos tratados, que os confirmavam na posse da margem esquerda do rio da Prata, e, para mais firmar o seu domínio, levantaram os portugueses, em 1723, por ordem de el-rei D. João V, um presídio em Montevidéu, que logo depois tiveram de abandonar por falta de víveres e munições. Estimulados por este passo, começaram no ano seguinte os espanhóis, com tanto mais ardor e previdência quanto era vivo o desejo de obterem um bom porto para suas colônias e inquieto o sentimento da ilegitimidade da sua posse, a edificar a praça do mesmo nome, povoando-a com

muitos casais e assegurando as obras com guarnição e artilharia, de sorte que, ao voltarem a ela, foram os portugueses repelidos pela força.

Em 1737, fundou o brigadeiro Paes, na barra do Rio Grande do Sul, um presídio militar que prosperou maravilhosamente, estendendo-se em breve tempo as fazendas dos proprietários portugueses até Castillos. Após esses sucessos, foi celebrado em Madri, a 13 de janeiro de 1750, um tratado entre D. João V de Portugal e Fernando VI da Espanha, que assinou por limites entre as duas coroas a linha divisória, à qual

> *Art. 4º: Principiará na barra que forma na costa do mar o regato que sai ao pé do monte de Castillos Grande, de cuja fralda continuará a fronteira, buscando em linha reta o mais alto, ou cumes dos montes, cujas vertentes descem por uma parte para a costa que corre ao norte do dito regato ou para a lagoa Mirim ou del Meni e, pela outra parte, para a costa que corre do dito regato ao sul, ou para o rio da Prata; de sorte que os cumes dos montes sirvam de raia do domínio das duas coroas; e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal e cabeceiras do rio Negro e por cima delas continuará até a origem principal do rio Ibicuí, prosseguindo pelo álveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem oriental do Uruguai; ficando de Portugal todas as vertentes que baixam à dita lagoa ou ao Rio Grande de S[ão] Pedro e de Espanha as que baixam os rios que vão unir-se com o da Prata.*
>
> *Art. 5º: Subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o rio Pepiri ou Pequiri, que deságua na margem ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Pepiri acima até a sua margem principal, desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio*

> *mais vizinho que desemboque no rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu. Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri e depois pelo Iguaçu, ou rio Grande de Curitiba, continuará a raia até onde o mesmo Iguaçu desemboca, na margem oriental do Paraná e, desde esta boca, prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe junta o rio Igurey pela sua margem ocidental.*
>
> *Art. 6º: Desde a boca do Igurey continuará pelo álveo acima até encontrar a sua origem principal e dali buscará em linha reta pelo mais alto do terreno e cabeceira principal do rio mais vizinho, que deságua no Paraguai pela sua margem oriental, que talvez será o que chamam Corrientes, e baixará pelo álveo deste rio até a sua entrada no Paraguai, desde a qual boca subirá pelo canal principal, que deixa o Paraguai em tempo seco e, pelo seu álveo até encontrar os pântanos, que formam este rio, chamados a lagoa dos Xarais e, atravessando esta lagoa até a boca do rio Jauru.*

Este tratado não teve execução plena porque, encetando-se demarcação, foram as nossas partidas embaraçadas por troços de índios das missões orientais do Uruguai.

Ao de 1750, seguem-se os tratados assinados a 17 de janeiro de 1751, tendo um deles um suplemento assinado a 17 de abril do mesmo ano, e mais dois outros tratados com data de 24 de junho e 31 de junho de 1752, que estatuíam os termos para a execução do tratado de 1750 e o modo de dissipar as dúvidas e esclarecer a inteligência das suas disposições.

Pelo tratado assinado no Prado a 12 de fevereiro de 1761 é anulado o anterior de 13 de janeiro de 1750, bem como todos os outros tratados, pactos e convenções que eram consequência dele para regular a sua execução, ficando tudo nos termos dos tratados e convenções anteriores à 1750, que ficavam considerados em vigor.

Em consequência deste tratado, ficamos nós com direito à margem esquerda do rio da Prata, nos termos do tratado de 18 de junho de 1701, confirmado pelos posteriores de 16 de março de 1737, às conquistas que porventura tivesse feito o governador Antonio Pedro de Vasconcelos quando rechaçou os espanhóis perseguindo-os pelo Paraguai acima.

Por ato de 10 de fevereiro de 1763, acede o rei de Portugal ao tratado da mesma data assinado em Paris entre a França, a Grã-Bretanha e Espanha. Estipula ele, no art. 21, a respeito das colônias portuguesas, que no caso de mudança, tornariam ao estado em que se achavam em conformidade com os tratados precedentes.

Vem logo depois deste ato, o Tratado Preliminar de Paz e de Limites, celebrado em Santo Idelfonso no 1º de outubro de 1777 (roto pela guerra sobrevinda em 1801), o qual pôs termo às hostilidades que nestas paragens tinham começado com o tomarem os espanhóis, em 1762, a colônia do Sacramento, a que se seguiu, no ano imediato, a ocupação, por parte dos mesmos, dos fortes de S[ão] Miguel, Santa Tereza e S[ão] Pedro.

Os brasileiros, por seu lado, penetram pelo interior de Mato Grosso até os estabelecimentos de Peru, fundam no Paraguai o presídio de Nova Coimbra e rechaçam do rio Pardo as tropas espanholas.

Tendo a ilha de Santa Catarina caído em poder destas, a 27 de fevereiro de 1777, foi, em virtude do tratado desse mesmo ano, restituída aos portugueses. Recebeu-a o coronel Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara e tomou dela posse a 4 de agosto de 1778.

Deve-se notar que os intervalos de paz entre os povos limítrofes eram sempre muito curtos e os tratados entre as duas potências mal executados nestas paragens. Acontecia muitas vezes acharem-se elas em plena paz e em guerra aberta as colônias; ou

seja, por causa da distância em que se achavam da mãe-pátria, ou porque o espírito de conquista e de engrandecimento ditasse instruções que tinham por fim aumentar um território cujo valor, aliás, desconheciam, ou cujas riquezas, não tinham meios de aproveitar colonizando-o.

Os arts. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 do sobredito tratado, de 1º de outubro de 1777, estipulam os limites de ambas as coroas e a demarcação de território neutro que dividia as suas possessões.

Conquanto este tratado seja, com razão, considerado como lesivo dos nossos justos interesses, cumpre, entretanto notar, que o art. 10 (que repete em palavras quase totalmente idênticas o art. 7º do tratado de 13 de janeiro de 1750), diz expressamente que deve "salvar-se sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que costumam fazer de Cuiabá até Mato Grosso"; e determina que se proceda nessa conformidade, sem "atender a alguma porção mais ou menos de terreno que possa ficar a uma ou outra parte".

O art. 12, confirmando o art. 9º do tratado de 1750, estatui que fiquem salvos e

> *cobertos os estabelecimentos portugueses das margens do rio Japurá e do Negro, como também a comunicação, ou canal, de que se sirvam os mesmos portugueses, entre estes dois rios etc. [...] sem reparar no pouco mais ou menos de terreno que fique a uma ou outra coroa; contanto que se logrem os fins já explicados, até concluir a dita linha onde findam os domínios de ambas as monarquias.*

Os arts. 13, 17 e 18 tratam da navegação dos rios, quer comum quer privativa.

O Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, assinado no Prado, no 1º de março de 1778, a que acedeu à França por ato de

15 de julho de 1784, ratificou o preliminar de Santo Idelfonso do ano anterior.

Em junho de 1801, chegando ao Rio Grande do Sul a notícia da guerra entre Portugal e Espanha, cuidou logo o tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral de tratar da defesa de todos os povos daquela capitania. Estas medidas, assustando o inimigo o fizeram abandonar todas as vertentes da lagoa Mirim, ficando os nossos estabelecimentos cobertos pelo rio Jaguarão.

Batovy, Taquarembó e o forte do Serro da Lagoa foram tomados e a fortaleza de Santa Tecla arrasada.

Alguns aventureiros, comandados por Manoel dos Santos Pedroso, conquistaram em 25 dias os povos das Sete Missões, sendo os espanhóis batidos por toda a parte, expulsos e perseguidos até além do Uruguai.

Pôs termo a esta guerra o Tratado de Paz de Badajoz de 6 de junho de 1801.

Reclamando o marquês de Sobremonte, general das tropas espanholas, as divisas assinaladas no Tratado de Limites de Santo Idelfonso, pretendia que, amigavelmente, lhe fosse restituído o espaço ocupado pelos espanhóis antes da guerra. Foi-lhe respondido que, rompendo a guerra superveniente aos tratados anteriores, deveriam as coisas permanecer no estado em que se achassem, salvo somente aquelas de que no tratado de paz se fizesse menção especial.

Estas pretensões continuadas pelo gabinete de Madri foram interrompidas pela invasão de Portugal pela França e Espanha, o que ocasionou a vinda de el-rei D. João VI para o Brasil.

Data de então a guerra que no Sul lavrou com diferentes sucessos, até que a 20 de janeiro de 1817 foi ocupada a cidade de Montevidéu pelas tropas ao mando do general Lecor, sendo

a colônia do Sacramento e o forte do Serro Largo ocupados no mesmo ano.

Convindo traçar uma linha divisória entre os dois povos limítrofes a fim de acabar para sempre qualquer contestação que no futuro pudesse suscitar-se, celebrou-se no ano de 1819 entre o conde da Figueira, governador e capitão-general da província do Rio Grande do Sul, por parte da corte do Rio de Janeiro e D. Prudêncio Marguiondo, por parte do cabildo de Montevidéu, uma convenção conforme a qual a linha de limites principiando na costa do mar, na angostura de Castillos, busca as vertentes da lagoa dos Palmares, a pequena *cañada* (salvos os serros de S[ão] Miguel) e o arroio de S[ão] Luiz, légua e meia acima da sua barra, segue daí pela costa ocidental da lagoa Mirim, salvando sempre a distância, para o sul, de dois tiros de canhão de calibre 24; sobe pelo Jaguarão até a sua confluência com o Jaguarão Chico, busca o galho mais ao sul, corta em linha reta a serra de Aceguá, vai à Cruz de S[ão] Pedro, daí ao galho principal do Arapey até este desembocar no Uruguai, abaixo de Belém.

A 10 de maio de 1824, assinaram-se as bases da incorporação da Banda Oriental ao Brasil, jurando o cabildo de Montevidéu a Constituição recentemente promulgada em tudo o que não prejudicasse as mesmas bases.

Principiou pouco tempo depois a guerra da separação promovida por Buenos Aires.

Declarando aquele governo por nota de 4 de novembro de 1825 que o Congresso reconhecia a província Cisplatina como incorporada à República das Províncias Unidas do Rio da Prata, publicou o gabinete imperial, a 10 de dezembro do mesmo ano, um manifesto em que expunha as razões que tinha para declarar-lhe a guerra.

Em 1827, aparecendo no Rio de Janeiro, por parte do mesmo governador, D. Manoel José García, com plenos poderes para tratar da paz, celebrou-se a 24 de maio desse mesmo ano uma convenção preliminar de paz e de amizade, a qual, porém, não foi ratificada pelo governo das Províncias Unidas.

Renovou-se a guerra, novos plenipotenciários, os generais Guido e Balcarce, voltam a propor a paz e celebra-se a convenção preliminar de 27 de agosto de 1828.

Estipula ela que, desanexa do Império do Brasil, a província Cisplatina se constituía em estado independente, debaixo da forma de governo que julgar conveniente.

Em obediência a um dos artigos, que determinava que em período marcado, cada um dos exércitos devia retirar-se para as suas respectivas fronteiras, o exército brasileiro tomou as suas posições estendendo-se pela linha divisória traçada em conformidade à convenção de 1819.

Pela convenção de 1828 ficava reservada a um tratado com o Brasil a demarcação definitiva dos limites. Este tratado ainda não se realizou e os nossos limites são regulados pela convenção de 1819.

Terceira parte

Com as mais repúblicas de língua espanhola, bem longe estamos de possuir uma linha divisória traçada perfeitamente, com clareza e precisão em todo seu desenvolvimento.

As três repúblicas ao norte e oeste, em que se dividiu a antiga Colômbia, nem entre si, talvez, têm ainda marcado definitivamente suas fronteiras. Conviria por isso que o Brasil, a respeito de alguns pontos territoriais, tratasse com aquela que mais vantagens lhe oferecesse. O mesmo tem lugar em alguns pontos entre as repúblicas do Equador e do Peru.

O princípio fundamental do nosso direito público em semelhantes questões de limites é o *uti possidetis*, pois, enquanto dificuldades sobrevindas na execução do tratado de janeiro de 1750 motivaram o de 1761, os brasileiros foram-se estendendo por direito de ocupação pelo território que descobriam, povoando os pontos mais importantes e levando fortificações e monumentos da sua posse, como Nova Coimbra, Príncipe da Beira, Casal-Vasco, etc. e, caducando com a guerra de 1801, o tratado de 1777, as nossas fronteiras ficam sendo as que então adquirimos por descobrimento e ocupação, salvos os arranjos livremente estipulados que para o futuro fizermos por utilidade recíproca.

Este princípio[2], base de todos os tratados de paz, sempre que não exista convenção expressa do contrário, é o regulador de semelhantes questões e foi como tal reconhecido pela própria Bolívia em uma nota de 23 de abril de 1828, conquanto esta república pretendesse depois apoiar-se em princípios repudiados pelo Direito das Gentes e diametralmente opostos às suas próprias declarações.

À vista destas considerações, é de esperar que para corroborar a nossa posse, preservar-nos de qualquer invasão e proteger os súditos brasileiros, cuidará imediatamente o governo de fundar em toda a extensão da fronteira, colônias e presídios, que não sejam abandonados e reduzidos ao mísero estado em que se acham os poucos que temos, mau estado que é devido à falta de inspeção, à escolha às vezes menos acertada dos oficiais comandantes, à sua insuficientíssima remuneração, com o inconveniente de permanecerem como que esquecidos constantemente nos nossos mesmos comandos, à falta de recursos para os casos extraordinários e até às vezes – oh desgraça! – passando-se meses e meses sem

2 Grotius, De jure belli ac pacis, lib. III, cap. VI §§ 4º e 5º Vattel, Droit des gens, liv. III, chap. XIII, §§ 197 e 198. Martens, précis du droit de gens, liv. III, chap. IV, § 282. Kluber, Droit des gens moderne de l'Europe. §§ 254 e 259, Wheaton, Elements du droit internacional, chap. IV, §§ 4º.

que eles e as praças da guarnição recebam seus mesquinhos vencimentos.

Uma cinta de postos, presídios, fortificações, colônias militares e outros estabelecimentos apropriados deve cercar o Império em toda a vasta extensão de suas fronteiras, sem esquecer as convenientes estações navais e barcos de vapor de maior ou menor porte, para não só se sustentarem os nossos direitos de senhorio fluvial, mas também para transmitir a ação administrativa e fazer circular pelo interior do país o influxo benéfico e vivificador do comércio e da indústria.

Para formar-se neste sentido um plano completo e bem combinado, cumpre nomear uma comissão composta de pessoas hábeis e zelosas do bem do estado, à qual auxilie o governo com as luzes, dados, exames e indicações que lhe subministrar.

Debaixo das vistas desta comissão devem levantar-se seis cartas bem circunstanciadas da nossa fronteira.

1ª. Da que decorre entre o Oiapoque e S[ão] José de Marabitanas.

2ª. Entre S[ão] José de Marabitanas e o forte de S[ão] Francisco Xavier de Tabatinga.

3ª. Entre S[ão] Francisco Xavier de Tabatinga e o forte do Príncipe da Beira.

4ª. Entre o forte do Príncipe da Beira e a foz do rio Ipané e cabeceiras deste rio.

5ª. Desde as cabeceiras do Ipané, descendo o rio Igatemi e seguindo pelo Paraná, Curitiba Grande, Santo Antônio, Pepiri, e o Uruguai até S[ão] Borja.

6ª. Finalmente, compreendendo toda a fronteira do Rio Grande de S[ão] Pedro do Sul desde S[ão] Borja até o Chuí entrando todo o território de Castillos.

Todas estas cartas devem ser formadas na mesma projeção geográfica, na mesma grandeza de escala e com o mesmo meridiano, que deve ser o do Rio de Janeiro, capital do Império.

Entretanto, para nossa segurança e conservação de direitos, é urgente, em nossa opinião, tomar sem perda de tempo as medidas seguintes:

Consertar, reparar e guarnecer convenientemente as fortalezas de S[ão] Joaquim do Rio Branco, S[ão] Carlos e Santo Agostinho, S[ão] José de Mirabitanas, S[ão] Gabriel do rio Negro, S[ão] Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira, Albuquerque, Nova Coimbra e Miranda; e reedificar a praça dos Prazeres na margem esquerda do rio Igatemi, a 20 léguas da sua foz no Paraná.

É indispensável que estes fortes sejam regularmente providos de víveres e munições e destacamentos rendidos, infalivelmente, em certos e determinados dias, sem que por motivo algum possa jamais permanecer mais de um ano o mesmo destacamento, ainda o mais remoto.

Fazer os convenientes estabelecimentos nos pontos seguintes:

1º. Ilha do Balique.

2º. O Pirara, procurando-se missionar e aldear por nossa conta os índios macuxis.

3º. A povoação de Taboga, nas margens do Japurá logo abaixo da foz dos rios Enganos.

4º. O posto militar da barra do rio Içá, em frente da povoação Putumayo, mas sem olvidarmos a nossa posse até Tabatinga, que abraça as duas margens do Solimões até esse ponto, compreendendo assim a foz do Içá.

5º. Restabelecer a povoação a leste do Madeira, perto do salto do Teotônio, cerca de 8º e 52' de latitude sul: empregando-se os

meios próprios para a sua segurança e defesa contra os ataques dos índios.

6º. A ilha que faz o rio Madeira pouco abaixo da junção do Beni e Mamoré.

7º. Na confluência do Mamoré e Guaporé ou Itenez, fortificar o ponto em que houve um estacado.

8º. O ponto dos Guarajús, posição elevada na margem esquerda do Guaporé, junto à foz do rio Paragaú: deve ter suficiente defesa contra as incursões dos vizinhos.

º9. Casal-Vasco: demora a 15º e 19' de latitude sul. Deve chamar-se população para este ponto interessante, que deve ser uma praça fronteira. Alguns são de opinião que para aqui se mude a capital de Mato Grosso, sendo outros de parecer que esta mudança tenha lugar para Vila Maria.

10º. Salinas do Almeida, em 16º e 20' pouco mais ou menos de latitude meridional, sete léguas ao sudoeste do rio Jauru; e o chamado Sítio das Onças.

11º. Serra do Insua, na margem direita do Paraguai, em 17º e 43' de latitude.

12º. Serra das Pedras de Amolar, na margem direita do Paraguai.

13º. A povoação de Albuquerque deve ser levantada do abandono e decadência em que se acha.

14º. Serra ou ponta do Rabicho, extremo oriental das serras de Albuquerque, em frente da foz do Taquari: deve aqui estabelecer-se um posto.

15º. Não negligenciar a missão de Misericórdia de Albuquerque, situada em térreo elevado, fértil e sadio, defronte do rio Mondego.

16º. Formar um bom estabelecimento e posto militar na margem oriental do Paraguai, no lugar denominado Pão de Açúcar, pouco distante dos Fechos do Paraguai.

17º. Levantar um presídio na foz do Peperi-Guaçú.

18º. Outro presídio na confluência do Santo Antônio com o Iguaçu ou Curitiba.

19º. Outro junto à foz do Peperi-Mirim no Uruguai, etc.

Aqui paramos para não estender demasiadamente estes apontamentos, tanto mais que a fronteira do Rio Grande requer, por muitos motivos, olhada especial.

Concluímos, finalmente, lembrando que num país tão extenso e despovoado como o Brasil, e confrontando com tantas nações diferentes, convém que a segurança das fronteiras forme um ramo especial do serviço público, a fim de que por uma bem-entendida centralização possam partir e transmitir-se com rapidez e energia desde a capital até as mais longínquas raias e ângulos do Império, as ordens, medidas e socorros que forem necessários para se manter e desafrontar a inviolabilidade do território brasileiro, inviolabilidade que em todos os países cultos constitui um objeto intransigível do pundonor nacional.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1849.

Ernesto Ferreira França Filho

Aparecido em 1943, o artigo em que o Barão do Rio Branco, sob o pseudônimo de Penn J., trata das relações do Brasil com os EUA e, bem assim, do tema do monroísmo foi escrito originalmente para publicação no Jornal do Comércio. Trata-se de artigo extremamente relevante para a compreensão das origens sempre controvertidas das relações entre o Brasil e os EUA.

A oportunidade para a publicação do artigo do Barão na Revista do IHGB foi a chegada ao Brasil da missão militar norte-americana nos preparativos para a participação de tropas brasileiras no período de desfecho da 2ª Guerra Mundial.

Os comentários introdutórios da redação da Revista são extremamente prováveis do fortalecimento das relações com os EUA: "Relações de cordialidade, o espírito de compreensão e os sentimentos de estima que nos ligam aos norte-americanos".

Rio Branco fora, como é sabido, um grande incentivador da relação Brasil-EUA. Sua visão se nutria de uma percepção firme da necessidade de atualizar a inserção do Brasil no mundo, em

concordância com os tempos que se abriam com a emergência dos EUA. Para o Barão, que conhecia toda a Europa e a América do Norte, a questão essencial era incentivar a associação do Brasil na corrente de modernidade que se abriria poucos anos depois de sua morte com o desfecho da 1ª Guerra Mundial.

Seu artigo destinou-se a criticar argumentos contrários às "manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e Washington". Rio Branco fustiga os que criticavam a maior aproximação entre Rodrigues Alves e T. Roosevelt, a abertura de Embaixadas em Washington e no Rio de Janeiro, assim como os que "mostravam-se [...] ingratamente desdenhosos da Doutrina de Monroe".

Rio Branco recorda as primeiras nomeações de encarregados de negócios e cônsules brasileiros para os EUA, a França, a Inglaterra e a Argentina. Silvestre Rebello, o encarregado de negócios em Washington, prontamente se desincumbiu de sua tarefa: 59 dias após sua chegada, apresentou Cartas Credenciais ao Secretário de Estado John Quincy Adams e ao Presidente James Monroe.

Assim, como bem observa Rio Branco, "o governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro governo que reconheceu a independência e o Império do Brasil antes que Portugal o fizesse". E comenta que o Governo Imperial do Brasil foi o primeiro na América do Sul a aceitar a Doutrina Monroe.

A partir de 1825, o Brasil começou a insistir para que os EUA aumentassem o nível de sua representação no Brasil e negociasse um Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva. É significativo anotar uma reprovação feita pelo ministro Carvalho e Mello a uma sugestão partida de Silvestre Rebello no sentido de incluir os estados que se haviam formado a partir das colônias espanholas. Diz Rebello que a sugestão "não foi agradável ao Imperador" por não haverem instruções naquele sentido, "nem era conveniente

envolver-nos geralmente com (aqueles) estados sem com eles termos particulares relações".

Esta significativa troca de correspondência mostra que, desde os tempos iniciais da Independência, o Brasil já procurava conduzir suas relações com os EUA desfiliado dos vizinhos hispânicos. Nossa autopercepção de país atlântico nos indicava já então o interesse em não limitar à circunvizinhança nossos interesses mais amplos de inserção internacional.

Seguiu-se intensa troca de correspondências e o resultado foi que, em 12 de dezembro de 1828, assinou-se o "Tratado de Amizade, Navegação e Comércio" entre os dois países.

O historiador Pereira Pinto resumiu em 1865 o pensamento dos setores favoráveis à aproximação em palavras citadas no artigo por Rio Branco:

> *Não se poderá sustentar qualquer conveniência que nos faça afastar dos EUA. Os nossos interesses são homogêneos, eles consomem em primeira escala o nosso mais importante produto, eles por consequência devem ser o nosso aliado natural e efetivamente tem procurado com afinco estas relações.*

Em 1825, Henry Clay, então secretário de Estado, afirmou o interesse dos EUA na aliança com o Brasil, mas absteve-se de aprovar a iniciativa proposta por nós de negociar um tratado defensivo e ofensivo: "Como não se percebe presentemente nenhuma possibilidade de que Portugal consiga obter auxílio... para recolonizar o Brasil, parece não haver oportunidade alguma para convenção fundada numa improvável contingência". E reconhece: "As instituições do Império são também democráticas e o elemento monárquico que foi nela encarnado dá realce e fortifica o sistema que rege o Brasil".

Rio Branco termina o artigo – que obviamente não lhe cabia assumir como ministro e sim sob pseudônimo – concluindo que desde a Independência "estadista, escritores e 'em geral' todos os homens das classes dirigentes no Brasil tinham consciência das vantagens para nós de uma cordial inteligência com os EUA".

Com D. Pedro II, manteve-se esta sintonia e Rio Branco alinha diversos episódios em que a mesma ficou patente.

> *Todas as manobras empreendidas contra (o Brasil) em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever atual cultivar com o mesmo empenho de ardor com que a cultivaram nossos maiores.*

Nem sempre a realidade correspondeu às boas expectativas de Rio Branco. Quando, durante a 2ª Guerra, os EUA precisaram do Brasil para estabelecer uma base militar para dar apoio à invasão da África do Norte, foi-nos dado em contrapartida acesso à indústria metalúrgica: Volta Redonda foi a primeira usina a produzir aço fora do mundo. Mas quando a guerra terminou, o Brasil – apesar do apoio expressado por Franklin Roosevelt deixou de ser contemplado com um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Até os dias de hoje essa expectativa desfeita marca as nossas relações, que tiveram ao tempo do século XX no período da confrontação ideológica, da Guerra Fria e da coexistência pacífica entre os EUA e União Soviética, inúmeras idas e vindas.

7. O Brasil, os EUA e o monroísmo*

Reproduzimos hoje um artigo que saiu publicado há muito tempo nas colunas do *Jornal do Commercio*. Assinava-o, então um pseudônimo, J. Penn, que mal escondia o verdadeiro autor desse magnífico trabalho – o barão do Rio Branco. A reprodução agora do artigo do grande chanceler tem toda a oportunidade, e fazendo-a no dia em que chega ao Rio [de Janeiro] a Missão Militar norte-americana, queremos acentuar que a política de aproximação e entendimento do Brasil com os Estados Unidos apresenta um caráter de continuidade, sábia e patrioticamente apreendido e estimulado até hoje por todos os estadistas e homens de responsabilidade a que tem cabido a orientação das nossas relações com os outros povos.

Desde os primórdios da nossa vida independente, quando, cortadas as amarras que nos prendiam à metrópole, traçamos os rumos a imprimir à sabedoria brasileira. Foi com o pensamento voltado para os Estados Unidos da América do Norte que primeiro reivindicamos o reconhecimento dos nossos direitos no concerto das nações do continente. E datam daí as relações de cordialidade, o espírito de compreensão [*e*] os sentimentos de estima que nos ligam aos norte-americanos. Compenetrados, como estão os dois

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 178, 1943.

povos das maiores repúblicas do continente, de que uma cada vez maior aproximação dos Estados Unidos e do Brasil só benefício poderão resultar para a paz da América, todos os esforços devem convergir para os entendimentos e aproximações que resultem em favor da grande obra que nossos antepassados realizaram e a nós cumpre preservar, defender e incentivar.

A vinda ao nosso país da Missão Militar chefiada pelo general Marshall, constitui mais um marco na estrada real da amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos e a geração atual, observando o ensinamento de Rio Branco, cultiva "com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores".

As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e Washington têm sido, nestes últimos anos, censuradas às vezes, com bastante injustiça e paixão, por alguns raros republicistas brasileiros que se supõem genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império.

Levaram esses censores à mal a maior aproximação que os presidentes Rodrigues Alves e Theodoro Roosevelt promoveram entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Mostraram-se, em várias ocasiões, ingratamente desdenhosos da doutrina de Monroe e tiveram por inconveniente a resolução tomada simultaneamente pelos dois governos, de elevar cada um a categoria do seu representante diplomático junto ao outro.

Os documentos que vamos agora reproduzir, ou extratar, mostrarão, que ao presidente Rodrigues Alves, sobrou razão para dizer na sua última mensagem ao Congresso:

> *Tenho grande satisfação em ver que cada vez se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos*

> *fundadores da nossa independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido.*

I

Tem a data de 6 de agosto de 1822 o "Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos das Nações Amigas". Esse documento, como se sabe, foi redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva, então ministro do Reino do Brasil e dos Negócios Estrangeiros.

Da parte final destacamos este trecho:

> *A minha firme resolução e a dos povos que governo estão legitimamente promulgadas. Espero, pois, que os homens sábios e imparciais de todo o mundo e que os Governos e Nações amigas do Brasil hajam de fazer justiça a tão justos e sábios sentimentos. Eu os convido a continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interesse e amizade. Estarei pronto a receber os seus ministros e agentes diplomáticos e a enviar-lhes os meus, enquanto durar o cativeiro d'El-rei meu augusto pai...*

Seis dias depois, em 12 de agosto, o príncipe regente D. Pedro assinava o decreto de nomeação de um encarregado de negócios do Reino do Brasil nos Estados Unidos da América, e no dia seguinte, partia para S[ão] Paulo, onde em 7 de setembro proclamava a independência do Brasil.

Esse decreto referendado por José Bonifácio é, portanto, anterior à independência e a proclamação do Império, só efetuada esta, no dia 12 de outubro do mesmo ano.

> *Sendo indispensável nas atuais circunstâncias políticas nomear pessoa que em Meu Real Nome haja de tratar diretamente junto aos Estados Unidos da América os*

> *negócios que ocorrerem relativamente a ambos os países, e tendo em consideração o reconhecido préstimo, patriotismo e zelo de Luiz Moutinho Lima Alves e Silva, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Hei por bem nomeá-lo para exercer o lugar de Meu Encarregado de Negócios junto, dos mesmos Estados Unidos da América com o ordenado anual de dois contos e quatrocentos mil réis.*
>
> *José Bonifácio de Andrada e Silva, do Meu Conselho de Estado e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça expedir em consequência os despachos necessários.*

Essa foi a primeira nomeação diplomática assinada pelo príncipe regente D. Pedro, a conselho de José Bonifácio, sendo logo depois, ao mesmo dia, assinados os decretos de nomeação de outros dois encarregados de negócios: para Londres, o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, ulteriormente marquês de Barbacena, e para Paris, Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, depois visconde de Itabaiana. Antes dessa, só havia sido feita outra nomeação, mas de cônsul: a de Manoel Antônio Correia da Câmara, para Buenos Aires em 24 de maio.

Para cônsul-geral dos Estados Unidos da América foi nomeado, em 15 de janeiro de 1823, Antônio Gonçalves da Cruz, que havia figurado na revolução pernambucana de 1817. O fecho desse decreto já é diferente dos anteriores:

> *José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e Negócios Estrangeiros, o tenha assim entendido e expeça-se em consequência os despachos necessários.*

Palácio do Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1823, 2º da Independência e do Império.

II

Luiz Moutinho não pôde partir em 1822 para os Estados Unidos, retido por serviços extraordinários na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, onde pouco depois foi promovido a oficial maior ou diretor-geral.

Por decreto de 21 de janeiro de 1824, José Silvestre Rebello teve a nomeação de encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos da América, vindo a ser o primeiro representante diplomático que efetivamente tivemos naquele país.

No dia 28 de março, desembarcara ele em Baltimore e a 3 de abril chegava a Washington. Era presidente James Monroe, que na sua última mensagem, lida ao Congresso em 3 de dezembro do ano anterior, havia afirmado o propósito em que estava o governo americano de se opor a conquistas europeias no nosso continente, e ocupava o posto de secretário de Estado ou ministro dos negócios estrangeiros, John Quincy Adams, seu sucessor na presidência um ano depois, em 4 de março de 1825.

Em 5 de abril de 1824, Rebello escrevia a Adams pedindo-lhe audiência para a entrega da carta credencial de que era portador, assinada pelo ilustre baiano Luiz José de Carvalho e Mello, depois visconde da Cachoeira, então ministro e secretário de Estado dos negócios estrangeiros do Brasil. Começaram as entrevistas e conferências entre ambos. Com a data de 20 de abril, Rebello remetia a Adams uma memória com este título: "Succint and a true exposition of the facts that lead the Prince, now Emperator, and the Brazilian People to declare Brazil a free and independent Nation".

Em 26 de maio do mesmo ano, Rebello foi apresentado ao presidente Monroe por Adams e ficou acreditado no caráter de encarregado de negócios do Brasil.

No dia seguinte, o *Daily National Intelligence* de Washington, n. 3.554, noticiava assim a ocorrência:

> *O Sr. José Silvestre Rebello foi apresentado ontem por Mr. Adams, Secretário de Estado (a quem havia entregado sua Carta Credencial), ao Presidente dos Estados Unidos como Encarregado de Negócios do Imperador do Brasil e recebido e reconhecido nessa qualidade pelo Presidente.*

Em ofício de 26 de maio, Rebello dava conta desse ato a Carvalho e Mello, terminando com estas palavras sua comunicação:

> *Foi, pois, o Império do Brasil reconhecido por este Governo [no] 59º dia depois que desembarquei em Baltimore. Dou a V. Exa. os parabéns...*

Em outro, de 31 de maio dizia:

> *Espero que esses ofícios terão chegado: contudo, para aproveitar mais esta ocasião, participo a V. Exa. que este Governo reconheceu a Independência e o Império do Brasil no dia 26 deste, sendo eu apresentado ao Presidente como Encarregado de Negócios de S. M. o Imperador do Brasil com as mesmas formalidades com que são recebidos os representantes dos outros soberanos. Dou, pois, a V. Exa. os parabéns e peço a V. Exa. que beije as mãos a S. M. o Imperador por tão feliz acontecimento.*

Mal informado, portanto, o ilustre autor do conhecido livro *A Ilusão Americana* quando, em 1893, escreveu estas linhas:

> *Por ocasião da Independência do Brasil não recebemos prova alguma de boa vontade dos Americanos, e só depois*

> *de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia.*

O governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro governo que reconheceu a independência e o Império do Brasil, o único que assim procedeu antes que Portugal o fizesse pelo tratado concluído no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1824.

Pereira Pinto já havia dito (*Apontamentos para o Direito Internacional* ou *Coleção completa dos Tratados celebrados pelo Brasil*, tomo II, p. 386, Rio [de Janeiro] 1865):

> *Foi a União Americana a primeira Potência que reconheceu a Independência do Brasil. Enquanto a Grã-Bretanha impelida, de um lado a favor da nossa emancipação pelas suas exigências comerciais, pelo seu sistema liberal de governo e pelas suas tenazes aspirações de abolir o tráfego de escravos, oscilava, de outro lado, nesse empenho pelas deferências que era obrigado a guardar com a sua antiga e sempre, fiel aliada, a Nação Portuguesa; enquanto a Áustria, ligada por vínculos bem estreitos ao fundador do Império, era ainda mais ligada aos compromissos da Santa Aliança que encarava com olhos vesgos a independência dos países americanos; os Estados Unidos, consequentes com a esclarecida política que haviam adotado em referência a todos os povos que, na América, separando-se das metrópoles, se tinha constituído regularmente, estende-nos mão fraternal e convida-nos a tomar assento no grande congresso das nações do globo. Consagremos, pois, neste momento, um voto de gratidão ao povo dessa, a mais poderosa nação do Novo Mundo.*

III

Qual o governo, neste continente, que primeiro aceitou a chamada Doutrina Monroe?

Pode-se responder sem hesitação: o Governo Imperial do Brasil.

A última mensagem do presidente James Monroe, como já lembramos, tem data de 3 de dezembro de 1823. Cinquenta e nove dias depois, em 31 de janeiro de 1824, o nosso ministro dos negócios estrangeiros, Carvalho e Mello, assinava as Instruções do Governo Imperial para o encarregado de negócios do Brasil.

No § 6º desse interessante documento lê-se o seguinte:

> *Ora, se os Estados Unidos da América, por motivos de particular, devem reconhecer a Independência do Império do Brasil, como fica provado, muito mais se deve esperar dessa Grande Nação quando acresce que os seus mesmos interesses se acham em concorrência com os próprios princípios de seu Governo e da sua política.*

[...]

> *Tais são os princípios da política desses Estados, que por si eram sobejos para apressar o nosso reconhecimento, princípios estes que tiveram agora na Mensagem do Presidente a ambas as Câmaras em dezembro passado, uma aplicação mais genérica, para todos os Estados deste Continente, visto que na mesma mensagem claramente se anuncia a necessidade de nos ligarmos e propugnarmos pela defensa dos nossos direitos e territórios.*

E no § 15:

> *Sondará a disposição desse Governo para uma liga ofensiva e defensiva com este Império, como parte do Continente*

> *Americano, contando que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas que deduza tão somente do princípio geral da convivência mútua proveniente da mesma liga.*

Assim o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à Doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma aliança ofensiva com a "grande nação do Norte", como lhe chamavam já então os próceres da independência brasileira.

Eram ministros de Estado, em janeiro de 1824, além de Carvalho e Mello, logo depois visconde da Cachoeira: Villela Barbosa, marquês de Paranaguá (Marinha); Maciel da Costa, marquês de Queluz (Império); Pereira da Fonseca, marquês de Maricá (Fazenda); Tinoco da Silva Júnior (Justiça) e Silveira Mendonça, marquês de Sabará (Guerra).

IV

O Governo Imperial continuou a trabalhar pela política de aproximação e pelo estabelecimento de uma aliança entre os dois países, começando também a desejar, desde 1824, e a achar conveniente e importante, que eles dessem caráter mais elevado a sua mútua representação diplomática.

Em despacho de 15 de setembro de 1824, dizia Carvalho e Mello ao nosso representante em Washington:

> *Certamente, as nações daquele hemisfério (as da Europa) não deixarão de prever ou recear a união e aliança que poderemos fazer com o Governo dos Estados Unidos, formando assim uma política totalmente americana, que lhes dará cuidado pelos acontecimentos que daqui podem*

> *recear. À vista disso Sua Majestade Imperial deseja que V. Mercê promova junto desse Governo o dar-se um caráter de ministro plenipotenciário, com poderes eventuais, a Mr. Condy Raguet, que já aqui se acha, ou mesmo a qualquer outra pessoa, medida esta que contribuirá a firmar o reconhecimento; encarregado, outrossim, Sua Majestade Imperial a conservar, a fomentar a liberdade das potências americanas; mas V. Mercê ficará na inteligência de que esta sua proposta será por ora para ouvir as condições com que esses Estados quereriam tomar parte ativa em semelhante aliança, dando logo conta, o mais breve possível e pelas vias adotadas, do que a este respeito se lhe disser. Sobre isto, refiro-me às instruções que se lhe deram, tendo em lembrança a fala do presidente dos Estados Unidos, ali citada (a Mensagem Monroe de 1823), na qual claramente diz o mesmo Presidente que aqueles Estados não estranhariam que, por parte das metrópoles, se fizessem tentativas para recobrar as suas ex-colônias; mas não permitiriam intervenções de outras potências, princípio este que também foi admitido pelo Governo Britânico...*

Em 12 de janeiro de 1825 escrevia o mesmo ministro:

> *[...] Recebi ordem de Sua Majestade o Imperador para que recomende a V. Mercê que haja de fazer todos os esforços para persuadir a esse Governo da necessidade de fazer, quanto antes, com o Governo Brasileiro, um tratado de aliança defensiva ou ofensiva, no caso de ataque, tendo V. Mercê sempre em vista o que se lhe ordenou a este respeito, tanto nas suas instruções como principalmente no meu despacho de 15 de setembro do ano passado, cumprindo, portanto, que V. Mercê, nas negociações que entabular a respeito, nada ajuste decididamente, deixando tudo ad referendum,*

de maneira que o Governo Imperial nunca fique obrigado, nem ainda por civilidade ou condescendência, mas possa deliberar com liberdade o que julgar justo.

E acrescentava em 14 de maio do mesmo ano de 1825:

[...] Recebi e levei à presença de Sua Majestade o Imperador o ofício n. 14, que V. Mercê me dirigiu em data de 26 de janeiro do presente ano e o mesmo Senhor viu quanto V. Mercê tem feito para conseguir que se nomeasse um diplomata para esta corte; e tanto pelo que V. Mercê refere como pela leitura de uma gazeta americana que aqui apareceu em data posterior ao seu ofício, se vê que fora com efeito nomeado Condy Raguet com o caráter de Encarregado de Negócios, dando-se por causa o ter V. Mercê o mesmo; não obstante o que deve V. Mercê instar com razões polidas e sólidas para que se nomeie um ministro plenipotenciário não só em consideração à dignidade do Império, como a de que já aqui houve ministros americanos dessa ordem, não deixando V. Mercê de insinuar que a esse governo é a quem toca tomar a prioridade dessa nova nomeação, visto ter reconhecido o Império e ser ela uma consequência de semelhante reconhecimento e, por essa ocasião, V. Mercê assegurará que Sua Majestade o Imperador imediatamente nomeará pessoa de igual caráter.

Quanto aos projetos de tratado de aliança, deve prosseguir na forma das suas instruções e posteriores despachos, e cumpre-me, à vista dos passos que V. Mercê deu, dizer-lhe que não foi agradável a Sua Majestade o Imperador que V. Mercê logo propusesse a ideia de se compreenderem os outros Estados que se formaram das colônias espanholas, sobre o que nada se lhe havia determinado nas sobreditas instruções, nem era conveniente envolver-nos geralmente

com os mesmos Estados sem com eles termos particulares relações.

V

Nesse mesmo dia 28 de janeiro de 1825, Rebello propunha por escrito a Adams a desejada aliança, tendo-lhe dito este, no dia 22:

> *O que acaba de dizer-me eu o porei na presença do Presidente, mas, para que o faça conveniente, é preciso que mande tudo isso dito em uma nota. À vista dela, o Presidente resolverá o que o Governo tiver por conveniente. (Ofício de 26 de janeiro de 1825, n. 14, da Legação do Brasil em Washington).*

Eis agora os trechos essenciais da nota que, em 28 de janeiro de 1825, Rebello dirigiu ao secretário de Estado Adams, nota que começa por uma referência à Mensagem Monroe, de 1823:

> *O Governo do Brasil, convencido de que é efetiva a declaração feita pelo Governo dos Estados Unidos na mensagem de S. Exa. o Sr. Presidente na 1ª sessão do 18º Congresso, na qual foi dito que relativamente àqueles países da América que haviam declarado a sua independência e a mantinham, e cuja independência este Governo tinha reconhecido, fundado em profundas razões e princípios de justiça, este Governo não veria imparcialmente interposição alguma com o fim de oprimir ou diminuir, de qualquer modo que fosse, o destino dos mesmos por qualquer potência europeia, senão como uma declaração de sentimentos inimigos para com os Estados Unidos: e suposto seja de esperar que as sobreditas potências europeias, esclarecidas pelas verdadeiras ideias que todos os governos devem ter sobre a justiça e princípios*

em que o Brasil firmou a sua independência, não se entremetam na questão que ele tem com Portugal, contudo, como é dos homens o errar e aqueles governos são de homens, e, portanto, como possível que algum dos mesmos governos queira auxiliar o exausto Portugal para recolonizar o Brasil, pelo que tão inconsideravelmente anela, e devendo em tal caso o governo dos Estados Unidos pôr em prática os princípios de política anunciados na sobredita mensagem, dando provas de generosidade e consequência que o anime, o que não pode fazer sem sacrifício de homens e capitais; e não sendo conforme à razão, justiça e direito que o governo do Brasil receba gratuitamente tais sacrifícios, está este pronto a entrar com o governo dos Estados Unidos em uma convenção que tenha por objetivo a conservação da independência do Brasil no suposto caso de que alguma potência auxilie Portugal nos seus vãos e quiméricos projetos de recolonização do Brasil.

Lamentando que estas considerações de ordem política – as quais os Estados Unidos se sentem obrigados a respeitar – não permitam a este governo entrar agora na negociação dos dois pactos agora sugeridos, tenho, entretanto, grande satisfação em concordar convosco na conveniência de unirmos permanentemente as nossas duas nações pelos laços de amizade, da paz e do comércio. Com este intuito, estou autorizado para dizer-vos que os Estados Unidos estão dispostos a concluir com o Brasil um tratado de paz, amizade, navegação e comércio, e desejam adotar como base dos mútuos regulamentos de comércio e navegação dos dois países, princípios de equidade e perfeita reciprocidade. Se estiverdes munidos dos poderes precisos para negociar um tal tratado, terei sumo prazer em entrar convosco no

> *exame e discussão das suas cláusulas em qualquer data que a ambos nos possa convir...*

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os dois países foi assinado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 12 de dezembro de 1828, pelos plenipotenciários do Brasil, conselheiro marquês de Aracati, ministro dos Negócios Estrangeiros e Miguel de Souza e Alvin, ministro da Marinha, e pelo plenipotenciário dos Estados Unidos William Tudor.

VI

Aos documentos transcritos acrescentamos o seguinte trecho, bem significativo, de um despacho do marquês de Aracati, ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigido em 6 de abril de 1827 ao nosso representante em Washington:

> *E neste artigo, estando V. Mercê em conferência com o ministro respectivo, se empenhará para fazê-lo crer que Sua Majestade o Imperador do Brasil, em sua alta política, muito bem calculada, conhece muito bem o que é e o que vale essa nação e quanto interessa a ambos os países que seus respectivos governos estreitem com muita especialidade suas relações políticas e se deem mutuamente as mãos.*

VII

Depois de tratar do reconhecimento da nossa independência pelo governo de Washington, diz Pereira Pinto (obra citada, p. 390):

> *Cimentadas assim as relações de boa aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, têm elas continuado sempre no pé de perfeita cordialidade, não a alterando de forma alguma*

> *diversos ligeiros incidentes ou conflitos ocorridos em diferentes épocas...*

Refere-se o autor aos incidentes desagradáveis levantados por três representantes diplomáticos dos Estados Unidos no Brasil: Condy Raguet, em 1827; Wise, em 1846; e Webb, depois de 1863, assim como a ofensa feita à nossa soberania pelo comandante Collins do cruzador *Wachusetts* com a captura do corsário *Florida* em 1864, nas águas da Bahia. O governo americano, nos três primeiros casos, desaprovou o procedimento dos agentes e os substituiu por outros que, desde logo, pelo seu contraste com eles, souberam fazer esquecer a incorreção e insolência dos imediatos predecessores; no caso do *Wachusetts,* deu-nos pronta e honrosa satisfação.

Citemos ainda Pereira Pinto para mostrar qual era e foi sempre entre nós o pensamento dominante no tempo do Império (obra cit., tomo II, p. 425):

> *Fazendo um voto ardente pela consolidação da nossa aliança com os Estados Unidos, por meio de uma política sincera e esclarecida, consinta o leitor que transcrevamos nestas páginas algumas impressões que a tal respeito escrevemos no Correio Mercantil, de 7 de abril deste ano (1865):*
>
> *Não se poderá sustentar qualquer conveniência que nos faça afastar dos Estados Unidos. Os nossos interesses na América são homogêneos, eles consomem em primeira escala o nosso mais importante produto, eles por consequência devem ser o nosso aliado natural e efetivamente têm procurado com afinco essas relações.*
>
> *Os fatos demonstram...*

> *[...]*
>
> *Quando se falou em mediação europeia para pôr fim à luta daquele país, diziam os seus governantes que a tradicional política de Monroe excluía aquela intervenção e se chegassem ao caso de querer mediação, prefeririam a do Brasil.*
>
> *A mesma razão que moveu o governo do Brasil a esperar que o governo dos Estados Unidos proponha as condições para a convenção acima oferecida influi, igualmente, para que ele ouça do governo dos Estados Unidos as condições com que quer entrar em uma liga ofensiva e defensiva com o governo do Brasil...*

A resposta a essa nota foi dada depois que James Monroe passou a presidência ao seu sucessor, John Quincy Adams.

O novo secretário de Estado, Henry Clay, em nota de 16 de abril de 1825, exprimiu-se assim:

> *[...] O Presidente dos Estados Unidos adere aos princípios do seu predecessor, exatamente como estão formulados na sua mensagem de 2 de dezembro ao Congresso Americano. Porém, no tocante à vossa primeira proposta, como se não percebe presentemente nenhuma probabilidade de que Portugal consiga obter auxílio de outras potências para recolonizar o Brasil, parece não haver oportunidade alguma para uma convenção fundada nessa improvável contingência. Pelo contrato, o Presidente vê, com prazer, claros indícios de uma pronta paz entre Portugal e o Brasil, sobre a base da Independência brasileira, que o governo dos Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer. Declinando, por isso, entrar no ajuste da proposta convenção, tenho, entretanto, a satisfação de dizer que podeis assegurar ao*

vosso governo de que a determinação do Presidente não procede de quebra alguma no interesse que os Estados Unidos constantemente mostram pelo estabelecimento da Independência do Brasil, mas resulta somente da ausência das circunstâncias que seriam necessárias para justificar a assinatura de uma semelhante convenção. Se, pela marcha dos acontecimentos, se puder notar que os aliados europeus renovam demonstrações de ataque à Independência dos Estados americanos, o presidente dará a essa nova situação de coisas, caso ocorra, toda a consideração que a sua importância reclamaria.

Relativamente à vossa segunda proposta, de um tratado de aliança ofensiva e defensiva para impedir qualquer invasão do território brasileiro por forças de Portugal, direi que isso também é desnecessário desde que há motivo para esperar uma próxima paz. Por um semelhante tratado viria contrariar a política que os Estados Unidos, até aqui, se prescreveram. Segundo essa política, os Estados Unidos se conservam neutros, estendendo a sua amizade e fazendo igual justiça a ambas as partes, enquanto a guerra se limita a uma luta entre a Mãe Pátria e suas antigas colônias. Dessa linha de proceder, este governo se não desviou durante todo o largo período em que a Espanha combateu contra os diferentes Estados independentes que se levantaram aos antigos territórios espanhóis da América. Se uma exceção fosse feita pela primeira vez, os sentimentos de justiça de Vosso Soberano lhe farão facilmente admitir que os outros Governos novos poderiam ter algum motivo de queixa dos Estados Unidos.

Todos esses procedimentos revelam, da parte dos Estados Unidos, o melhor e bem pronunciado desejo de formar a

mais íntima aliança com o Brasil, e uma tal aliança evitaria (quem sabe?) a inqualificável interferência da Espanha e da França nos negócios do México e do Peru e as afrontas que as nações poderosas da Europa têm infligido aos povos fracos do Novo Mundo. Porventura a nossa forma de governo se oporá a essa intimidade? Cremos que não. As instituições do Império são também democráticas e o elemento monárquico que nelas foi encarnado dá realce e fortifica o sistema que rege o Brasil, sendo certo que, apesar dessa diferença, os preceitos liberais entre nós são mais francos e tolerantes, não temos exclusões, e todos são aptos para intervir nos negócios públicos, uma vez que possuam talentos e virtudes.

VIII

Tavares Bastos escrevia em 30 de março de 1862 (Cartas do Solário, Carta XXX):

Sou um entusiasta frenético da Inglaterra, mas só compreendo bem a grandeza desse povo quando contemplo a da república que ele fundou na América do Norte. Não basta que estudemos a Inglaterra: é preciso conhecer os Estados Unidos. É deste último país justamente que nos pode vir mais uma experiência prática a bem da nossa agricultura, das nossas circunstâncias econômicas, que têm com as da União a mais viva semelhança.

A meu ver, o Brasil caminha para a sua regeneração moral e econômica tanto quanto mais se aproxima da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. No meu cosmopolitismo, pois, entra uma grande parte de interesse real pelo país, o verdadeiro patriotismo que eu conheço.

> *Queremos chegar à Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto essa linha curva...*
>
> *Eu também sou monarquista e julgo esse governo tão necessário ao Brasil como a república é perfeitamente adequada à constituição social, às ideias e às tradições da América do Norte...*

Na sessão de 8 de julho do mesmo ano de 1862, na Câmara dos Deputados, exprimia-se assim Tavares Bastos:

> *O senhor ex-ministro dos Negócios Estrangeiros disse que as relações do Brasil com os Estados Unidos continuam a ser boas, e que o governo forcejará, quando estiver ao seu alcance, para fazer com que elas prosperem. Estou convencido de que, mesmo sob o ponto de vista político, as relações com os Estados Unidos da América do Norte são aquelas que mais convêm ao Brasil. Devemos cultivá-las e desenvolvê-las, sobretudo, porque depois da presente luta – luta gloriosa, porquanto é a da liberdade contra a servidão, do progresso contra a barbaria – está reservado à grande república de Washington um papel incalculável nos destinos do mundo. Não preciso apontar as razões que prendem o comércio dos dois países, as afinidades entre os processos da sua agricultura, entre os seus meios de transporte, entre a constituição moral e material de suas populações.*

IX

Respingando nos *Anais do Parlamento Brasileiro* e em livros, folhetos e jornais publicados durante os dois reinados da época imperial poderíamos multiplicar citações como as que acabamos de fazer, comprobatórias da perfeita compreensão que, naquele tempo, os estadistas, escritores e, em geral, todos os homens das

classes dirigentes, no Brasil, tinham das vantagens, para nós, de uma cordial inteligência, com o[s] Estados Unidos da América.

Os que de perto trataram com o imperador D. Pedro II sabem que a tal respeito ele tinha os mesmos sentimentos inspirados a seu pai por José Bonifácio, Carvalho e Mello, Villela Barbosa e outros ministros que, como mais tarde os viscondes de Sepetiba e do Uruguai, assentaram ou consolidaram as bases da nossa política exterior. Desses sentimentos do segundo imperador não foram provas somenos a viagem que ele empreendeu aos Estados Unidos da América em 1876, durante a qual, ainda a bordo, deu-se ao prazer de traduzir o popular hino *Star and Stripes*, e a pressa e satisfação com que aceitou a convocação para a 1ª Conferência Pan-Americana de 1889, em Washington.

Para, por outro lado, passar em revista as provas de amizade ao Brasil, de interesse pelo seu progresso e prestígio, e de apreço ao seu governo pelos Estados Unidos desde 1824 até hoje, seria preciso alargar demasiado a extensão deste artigo, que é principalmente uma compilação de textos. Basta lembrar que, se a ocupação militar francesa, de 1836, em Amapá, cessou no ano de 1840, para isso concorreram as representações dos governos dos Estados Unidos apoiando em Paris as do Brasil e Inglaterra; que, se em 1895 não se efetuou uma segunda ocupação militar, planejada pelo Sr. Lebon, ministro das colônias, foi porque o Sr. Hanotaux, ministro dos Negócios Estrangeiros, mais avisado do que seu colega, compreendeu que a isso se opunham a doutrina Monroe e o interesse da Inglaterra; que, por indicação dos Estados Unidos, o Brasil deu juiz-árbitro, o visconde de Itajubá, ao Tribunal de Genebra, que resolveu em 1872 sobre s reclamações americanas contra a Inglaterra no caso do Alabama; que, ainda por sugestão do governo dos Estados Unidos, um brasileiro, o visconde de Arinos, presidiu ao Tribunal Arbitral franco-americano que funcionou em Washington de 1880 à 1884; e que à oferta de bons ofícios insinuada

por algumas das grandes potências europeias em momento crítico da guerra civil dos Estados Unidos, o presidente Lincoln mandou responder que, sendo essa uma questão americana, o respeito à doutrina de Monroe lhe não permitia aceitar qualquer intervenção europeia, acrescentando que se – o que não era provável – chegasse a haver necessidade de mediação de um governo amigo ou interventor ou árbitro naturalmente indicado aos dois lados combatentes, seria o governo do Brasil.

X

Não nos privaremos do prazer de dar aqui, transcrita dos jornais do tempo, a seguinte tradução dos trechos essenciais do discurso que um enviado e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, Richard Kidder Meade, leu, em audiência de 5 de dezembro de 1857, no palácio de S[ão] Cristóvão, ao entregar a sua credencial ao imperador D. Pedro II.

> *Acreditando um ministro junto a este governo, não tem o dos Estados Unidos unicamente por fim cumprir um dever de cortesia para com a maior potência do continente sul-americano (the greatest Power of the South American Continent), mas também fazer sentir o seu sincero desejo de concorrer com o Governo Imperial do Brasil para a manutenção de uma política que una para sempre os dois países pelos laços de paz e da amizade, que dê mais força e vigor a um comércio já crescente e próspero, e que, enfim, produza o bem estar permanente, a prosperidade e o desenvolvimento do poder de duas grandes nações de cujos destinos dependem os dois grandes continentes em que respectivamente se acham.*
>
> *O meu Governo está perfeitamente impressionado pelos pontos de semelhança e identidade de interesses que devem*

> *tornar indissolúveis os laços entre os dois países e dirigir de conformidade a política e as aspirações de cada um deles. Uma igual extensão do território de gigantescas dimensões afiança às duas nações um futuro de preponderância acima de quaisquer apreensões e dá à sua posição uma importância devida principalmente à consciência da própria força.*
>
> *A semelhança que a diversos respeitos existe entre a organização constitucional de ambos é própria para engendrar simpatias políticas e sociais promotoras de muitos benefícios e futuros progressos comerciais; ao passo que uma política comum aos dois países, estável e profundamente enraizada no seu solo (política que terá de combater muitas prevenções hostis no exterior), estabelecerá uma aliança entre ambos, e assegurará, para defesa mútua, uma unidade de ação e de sentimentos que se tornará invencível no futuro (...and will ensure, for mutual defense, a unity of action and feeling, that will prove invincible in the future...)*

Esses sentimentos, manifestos então e em muitas outras ocasiões, são os de que ainda hoje estão animando os dois governos de Washington e do Rio de Janeiro, como o demonstram fatos recentes, que estão no domínio público e seria ocioso recordar.

Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns de nossos adversários de ocasião. Quando ali chegou, em 1824, o primeiro agente diplomático do Brasil, já encontrou uma missão sul-americana que pedia, contra nós, o apoio dos Estados Unidos. Em 1903 e 1904, no período agudo das nossas dissidências com a Bolívia e o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores. O ex-presidente

Caprils, da Bolívia, confessou, em um folheto conhecido, o que por sua ordem foi feito nesse sentido.

Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823, até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.

J. PENN

Admito que hesitei um pouco em incluir este artigo na Antologia. Seu autor foi Oswaldo Moraes Correia, diplomata, ministro do corpo permanente do Itamaraty. No texto é feita uma narrativa triunfal da vida do Barão e de sua obra, diria quase uma hagiografia. Publicado em 1945, quando o Brasil, engalanado pela participação e pela vitória na Guerra Mundial, via abrirem-se perspectivas de participação diferenciada nos louros do conflito. Rio Branco, cultor da amizade e cooperação com os EUA, adquirira a imagem de grande herói (talvez "o herói"!) da Pátria.

O Itamaraty, como bem expresso no texto, havia sido "o quartel general desse batalhador infatigável pelo bem de sua Pátria; [...] foi para ele o Altar de Sacrário onde se guardam os tesouros daquele espírito privilegiado, [...] o templo onde se incensa perenemente a sua memória imortal". E assim por diante.

O relato é bem feito. Superficial. Mas correto. Ocupa-se dos principais feitos do Barão e bem representa o orgulho com que os

diplomatas de então cultivaram a sua figura histórica: "Ao enaltecer a existência gloriosa de Rio Branco... reacendemos a chama de nossa fé na liberdade, no direito e da justiça".

Acabei decidindo incluir o texto de maneira a dar aos leitores uma ideia de como a elite intelectual brasileira então ainda acreditava em seus valores e na capacidade dos grandes homens de agir para alcançar o bem comum. Hoje, creio que dificilmente haveria lugar para pensar assim. Os heróis desapareceram, os mitos se desfizeram e a autoconfiança do país anda pelo tamanho do "volume morto" dos nossos reservatórios de água.

8. Rio Branco e a política exterior do Brasil[*1]

Oswaldo Moraes Correia

A honra insigne que me conferistes, convidando-me para falar nesta comemoração, proporciona-me o prazer de sentir-me mais ligado a esta encantadora cidade que abriga tantos amigos diletos como os companheiros do Rotary Clube de Resende.

É sempre um encantamento rever a enamorada do pico das Agulhas Negras, beijada pelas águas do Paraíba – serpente líquida, arrastando-se, numa caminhada de 590 quilômetros, por entre as asperezas montarazes de três estados, desde a serra da Bocaína, para entregar-se, estuante, às vagas oceânicas, no litoral.

E o encantamento se renova e a satisfação aumenta, quando o pretexto é a rara distinção conferida a um funcionário do Itamaraty, no centenário do seu patrono e glória.

Resende, que sempre esteve na vanguarda dos movimentos cívicos, não podia deixar de estar presente a esta consagração nacional a um preceptor de civismo àquele que "pelo talento, saber

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 187, 1945.

1 Conferência realizada no "Rotary Club" de Resende.

e patriotismo, dilatou o território da Pátria, do Norte ao Sul, e, no governo, elevou-a, engrandecendo-a, nobilitando-a".

Falar de Rio Branco, num cenáculo rotário, é, por certo, uma grande responsabilidade!

Vulto conspícuo e eminente, expressão de valor da História Pátria, tem sido apreciado em várias facetas da sua vida, tem sido estudado nos múltiplos aspectos da sua obra ciclópica por autorizados e eruditos historiadores e notáveis cultores das letras, nacionais e estrangeiras.

Para Rui Barbosa não era só "um vulto que se projeta sobre os extremos do país, espécie de nome tutelar, como Deus Terminus da nossa integridade nacional", era, de fato, "um nome universal, uma reputação imaculada, uma glória brasileira".

Para Leopoldo Gimenez ele foi "um dos artífices da consciência jurídica do Continente".

Quando nasceu, a vinte de abril de 1845, o pai – José Maria da Silva Paranhos – já era político e parlamentar de renome. Estadista conselheiro do Império, o visconde do Rio Branco, presidente do Gabinete de 7 de março de 1871, deixou o seu nome ligado para sempre à "lei áurea da liberdade dos nascituros". Ao lado do visconde, D. Teresa de Figueiredo Rodrigues, senhora de altas virtudes, verdadeira figura aristocrática dos salões do Segundo Império, atraía para o sóbrio e solarengo casarão da antiga Travessa do Senado os vultos de mais relevo da época. Aí nesse ambiente elevado, em convívio com as mais destacadas personalidades, que debatiam, em sua presença, os problemas da vida nacional, ia o jovem Paranhos formando a sua mentalidade política, interessando-se, desde cedo, por todas as manifestações da causa pública, pela história e geografia do Brasil.

Surgiu, por assim dizer, com uma qualidade básica: um interesse fervoroso e um amor genuíno pela pátria.

Desde os bancos escolares do Colégio Pedro II, passando pelas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, onde recebeu, aos 21 anos, o grau de bacharel; no jornalismo paulista, primeiro, e pernambucano, depois, nos tempos acadêmicos, revela o pendor do seu espírito, a sua paixão pela história do Brasil. Os estudos clássicos, a história e a geografia, determinaram, desde o primeiro momento, o rumo de sua vocação.

Ainda estudante, fez a sua estreia como historiador militar com o ensaio sobre "Episódio de Guerra do Prata", publicando, logo depois, a biografia do capitão de fragata Bento Barroso Pereira, morto em águas de Montevidéu, e mais tarde, outro interessante trabalho de reivindicação histórica, esboço biográfico do general Barão de Serro Largo, morto na batalha de Passo do Rosário. Estes ensaios, a que se seguiram outros, indicam o seu culto às tradições militares do Brasil.

Em 1867, vai à Europa aperfeiçoar estudos e idiomas estrangeiros. Ao regressar, foi nomeado professor de História e Geografia do Colégio Pedro II, que acumulou com o cargo de promotor público da Comarca de Nova Friburgo.

Por essa época, o primeiro Rio Branco, que pertencia, por sua organização privilegiada, a uma classe de homens de rara superioridade, foi enviado ao Rio da Prata, como chefe de Missão especial a fim de resolver as complexas questões supervenientes da Guerra da Tríplice Aliança. A esse diplomata do Império, estadista de uma monarquia, foi depois dado o encargo de conservar a existência política do Paraguai, vencido, de formar um governo provisório e de criar a máquina de um regime republicano.

Secretariando o pai, na Missão especial, aproveitou Rio Branco a oportunidade para realizar estudos locais. Os fados o levariam a palmilhar os mesmos campos de ação em que se desenvolveu a atividade do pai.

Jornalista à frente de "A Nação", e deputado em duas legislaturas, teve ocasião de bater-se na imprensa e no parlamento pela lei de 28 de setembro. Havia conquistado reputação de inteligência e cultura, e o caminho que leva aos triunfos da vida pública se abria para ele. Mas não era este o rumo por onde iam seus pensamentos. A visão da Europa longínqua com seu prestígio da civilização palpitante de beleza e de ideias, se levantava sobre qualquer outro anelo de seu espírito.

Embora consciente da grave responsabilidade de um grande nome que herdara, renunciou às ambições políticas e às agitações do jornalismo, para assumir um posto consular, cujas obrigações não lhe tomavam o tempo que desejava para melhor dedicar-se aos estudos da sua predileção e que seriam de tanto proveito para a pátria.

Vinha de longe a pretensão de Juca Paranhos, mas sempre encontrou a obstinada recusa do imperador.

Em carta ao seu amigo Barão de Cotegipe, falando de sua candidatura, ele confessa:

> *O imperador me tem contrariado sempre. Isso me convence de que o Imperador há de opor-se, mas estou persuadido de que V. Exa., querendo, vencerá mais esta campanha, tranquilizando-me de uma vez para sempre, depois de tantos anos de indecisão e espera. V. Exa., há de, além disso, convir que é para constranger a certeza de que eu não possa obter uma nomeação destas, senão em ausência do imperador.*

Era nas vésperas da segunda viagem do monarca à Europa.

Cotegipe voltou ao imperador, que relutou ainda, deixando que a princesa Isabel, atendendo a seu ministro, traçasse com a sua assinatura, num decreto de nomeação, o fulgurante destino de

uma carreira gloriosa devotada às coisas da pátria. Os seus méritos foram depois reconhecidos pelo próprio imperador.

Na Europa, iria desenvolver-se aquela chama viva do seu espírito; ali receberia a confirmação, senão o batismo, de seu saber e de seu gosto, frequentando bibliotecas, arquivos e museus.

É verdadeiramente assombrosa a erudição, sobretudo a respeito do Brasil, que adquiriu e consolidou durante a sua permanência na Europa. O seu amor à pátria levou-o à obstinação de querer "conhecer o Brasil, no seu solo, nos seus produtos, no seu céu, nas suas raças, na sua vida no passado, nas condições de sua existência no presente e na sua capacidade de crescimento e de grandeza no futuro". Acrescenta Eduardo Prado:

> *O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil, é uma coisa vertiginosa. Leu tudo quanto há impresso, copiou, ou fez copiar todos os manuscritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil, retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e, com o mundo de suas notas, poderá ele um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil que será um monumento.*

Com a mesma admiração referia-se José Veríssimo, sempre tão parco em elogios, à variedade e multiplicidade dos conhecimentos históricos de Rio Branco:

> *Ele é seguramente hoje um dos mais profundos sabedores da nossa história: a nossa história militar, porém, desde o período colonial, ninguém talvez a conhece como ele. Ele sabe sem errar o nome dos navios ou dos regimentos e o número exato dos soldados, marinheiros, comandantes, oficiais, peças – e a espécie de cada uma – e mil outras*

> *particularidades, do lado português ou brasileiro e inimigo, de qualquer das batalhas das guerras holandesas e o mesmo dos combates terrestres, e o mesmo de todos os reencontros, de todas as nossas guerras, desde a holandesa à do Paraguai.*

Araújo Jorge esclarece que todo esse opulento cabedal de fatos e informações destinava Rio Branco a uma vasta obra sobre a história diplomática e militar do Brasil, a cujo plano se encontram referências na correspondência mantida com Capistrano de Abreu e o Barão Homem de Melo, durante esse período de labor intenso.

Datam aquela época vários trabalhos de valor, como as "Efemérides Brasileiras", e o artigo "Brésil", da "Grande Enciclopédie", de Lavasseur que, segundo o embaixador Araújo Jorge, "é uma resenha magistral dos principais fatos da geografia física, política e econômica do Brasil". Salientam-se, ainda, as notas eruditas à "História da guerra da Tríplice Aliança", de Schneider.

Pelo seu imenso saber e conhecimento das nossas questões lindeiras, foi escolhido em 1893 para ir a Washington, como defensor dos nossos interesses junto aos árbitros na questão de limites com a República Argentina, na velha disputa sobre o território das Missões. Iria realizar na República a obra traçada pelo pai, no Império, no pleito que surgiu, como se sabe, da dúvida a respeito de alguns rios que deveriam marcar a linha divisória dos dois países.

Era seu contendor o famoso Dr. Estanislau Zeballos, jurisconsulto e historiador, autor de uma exposição sobre os direitos de seu país ao território contestado.

A "Memória", apresentada ao árbitro e publicada sob o título "Questão de limites brasileiro-argentina", é obra magistral de erudição e constitui, na frase de Eduardo Prado, alguns capítulos da parte menos conhecida da história da geografia sul-americana,

escritos em seis volumes, acompanhados da produção de roteiros antigos, de cartas e de mapas e da análise minuciosa dos tratados e das narrativas dos exploradores, e tudo isso para identificar as nascentes, o curso, a foz e os nomes de dois obscuros rios do sistema hidrográfico platino.

Se prevalecesse a teoria argentina sobre a matéria, perderíamos uma grande porção de território.

Rio Branco, com a sua extraordinária competência, com a serenidade e segurança de sua vasta cultura no domínio da história e da geografia, guiado por um espírito de verdade, alcançou o seu primeiro triunfo com o laudo do presidente Cleveland que reconheceu plenamente os direitos do Brasil à posse definitiva daquele território.

Aquela "Memória", verdadeiro monumento histórico e geográfico, teve o mérito de incorporar 30 622 km² ao nosso patrimônio territorial. O crítico exigente que era José Veríssimo não hesitou em escrever sobre essa "Memória": "Esse arrazoado é um monumento de história geográfica e diplomática: assombroso é o que esse livro representa de saber, de inteligência, de trabalho e, diria, de tato".

Outra complicada questão era a delicada pendência de limites do Amapá – a "Guiana Brasileira".

Para resolver o litígio sobre a jurisdição daquele território, o Brasil e a França assinaram um tratado de arbitramento, estabelecendo que fosse o governo suíço convidado a decidir qual era o rio Oiapoque ou Vicente Pinzon.

Pela segunda vez, foi confiado a Rio Branco o patrocínio dos interesses do Brasil numa questão de geografia histórica, que se arrastava desde a Independência, produzindo notável trabalho – que se acha publicado em quatro tomos, um atlas e, em anexo, a obra de Joaquim Caetano "L'Oyapock et L'Amazone".

O laudo do Conselho Federal Suíço, em dezembro de 1902, deu-nos ganho de causa, fazendo passar para a jurisdição brasileira 260 000 km² de território litigioso.

As duas grandes vitórias conquistadas o sagrariam, pelo voto de nossos legisladores, e pelo consenso unânime da nação, *um benemérito da pátria*, para quem não havia separação entre o dever e o sacrifício.

> *Os mais íntimos, os que assistiram de perto, em Washington, em Paris, em Berna, ao meticuloso preparo e à laboriosa redação das memórias em defesa do Brasil, tiveram ocasião de admirar o homem em sua plena atividade intelectual, devorado pela febre do trabalho e tão absorvido pela sua obra, que os meses passados sem sair de casa parecem-lhe dias, e os breves instantes de repouso, tempo perdido...*

No ano seguinte, foi nomeado ministro plenipotenciário junto à Corte de Berlim.

Não durou muito a sua estada na capital germânica. O conselheiro Rodrigues Alves, que havia sido seu condiscípulo no Colégio Pedro II, solicitou sua colaboração no governo a iniciar-se, ao que procurou esquivar-se, alegando: "Penso poder ser mais útil à nossa terra, servindo-a no estrangeiro". O apelo ao seu patriotismo, para assumir a pasta das Relações Exteriores em um dos momentos dos mais graves da nossa história diplomática, fez interromper aquela ausência de 26 anos, para instalar-se no Itamaraty, não sem bem avaliar a vastidão da empresa e a delicadeza do encargo de reabilitação internacional do Brasil, a que ia consagrar o último decênio de sua vida.

A época era das mais difíceis; nuvens de borrascas ensombravam os céus dos lados do Acre; ânimos exaltados davam perspectiva sombria à intrincada questão acreana, que o governo

de La Paz, em desespero de causa, agravava, instalando ali um poderoso sindicato anglo-americano.

Iam, pois, ser postos à prova o tato diplomático, o bom senso e o extraordinário conhecimento do grande defensor vitorioso dos direitos do Brasil nos prélios internacionais anteriores.

Entrando, logo, em negociações com a Bolívia, deu nova interpretação ao tratado de 1867, no tocante aos limites daquele trecho, e conseguia, em pouco menos de um ano, assinar o célebre Tratado de Petrópolis, reivindicando a posse de uns 190 000 km², tendo assim, gloriosa e pacificamente, alcançado a sua terceira vitória, vitória de estadista, cuja importância ele revela nestas palavras ao presidente Rodrigues Alves:

> *Para mim vale mais esta obra em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de V. Exa., graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos e que pude levar a termo em condições sem dúvida, muito mais favoráveis.*

Na verdade, a opinião geral hoje dominante é que aquele tratado é a mais luminosa expressão do gênio político de Rio Branco. A sua memória ficou perpetuada naquele monumento de sabedoria e previsão.

Daí em diante, o antigo solitário de gabinete dava lugar a uma personalidade forte, original dominadora, a empolgar a opinião pública e tornara-se figura excepcional dentro do próprio governo.

No ano seguinte, esperava-se um revés: o laudo arbitral do rei da Itália dando à Grã-Bretanha mais do que ela pleiteava na questão de limites com o Brasil, na Guiana Inglesa. Mas o Barão pôs em ação todo o seu conhecimento da matéria para desafrontar o país, vítima de tão clamorosa injustiça, e mandou dar publicidade, por toda parte, a estudos críticos e gráficos demonstrativos da falta de escrúpulo dessa decisão arbitral; mas que apesar de

tudo, seria acatada pelo Brasil, cuja "Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral, antes de qualquer apelo às armas", como recordou em memorável discurso.

Joaquim Nabuco foi desagravado com a elevação de ministro em Londres a embaixador em Washington, sendo, ao mesmo tempo, a legação americana no Brasil elevada à categoria de embaixada – a primeira na América do Sul.

Após mais esse sucesso diplomático, outro era alcançado com a criação para o Brasil do primeiro cardinalato na América.

Firmava-se, assim, o conceito do Brasil como potência de destaque no Continente, graças ao prestígio internacional de Rio Branco, cuja vocação americanista lhe valeu para resolver definitivamente todas as questões pendentes da nossa linha divisória, debatidas havia mais de quatro séculos, com fundamento nas Bulas de Alexandre VI e no Tratado de Tordesilhas.

Persistindo no seu propósito de realizar uma política continental de acordo com a tendência pacifista do país, consubstanciada na Constituição Republicana, começou a preparar-se para a reunião da 3ª Conferência Internacional Americana a realizar-se no Rio de Janeiro, em 1906.

Desde os cuidados materiais na construção e adaptação de edifícios, encomendada de móveis, alfaias, louças, cristais, livros, até a remodelação completa do Itamaraty para apresentá-lo como sede condigna da chancelaria brasileira, por tudo se interessava pessoalmente, em todas as minúcias, a fim de dar às delegações a mais favorável impressão do país, de sua gente e de seu governo.

A sua profissão de fé pacifista está gravada nos votos com que solenemente inaugurou essa memorável Conferência, desejando que dela resultasse "auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade internacional". Lançando as

vistas para além dos horizontes visuais, indicou a rota segura – o reforço dos laços de solidariedade entre os povos deste hemisfério. Por isso dizia:

> *Já é dela um penhor esse ânimo geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contrários, encaminhando-os em seguida para o nosso serviço do ideal do progresso na paz. Já ela se manifesta na inteligência com que se busca promover relações mais íntimas, evitar conflitos a regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis de comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contatos entre eles.*

No encerramento da Conferência, Rio Branco reafirmou que "o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo" e que, "fiéis a tradições de nossa política exterior, trabalhamos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente, e particularmente com as que nos são mais vizinhas". Definem suas tendências americanistas estas palavras finais: "A todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do norte".

E se este era o pensamento de Rio Branco em relação à América, o senso realista de que era dotado levou-o a frisar na mesma ocasião: "Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso".

O idealista que amava o direito, e a paz, que sonhava com uma América forte, unida, respeitada, iria, no ano seguinte, pela voz oracular de Rui Barbosa, na 2ª Conferência Internacional da

Paz, reunida na "Casa Maurício", principal relíquia de Haia, ver realizado o seu sonho de que o Novo Continente representaria um papel de importância no concerto das nações. E quando se procurou dividir os países em grandes e pequenas potências, viu-se Rio Branco prestigiar e secundar os esforços do representante brasileiro, na defesa da igualdade jurídica dos estados soberanos, obtendo, por sua ação vigilante de real prestígio, que as Repúblicas Americanas apoiassem a tese defendida com tanta eloquência pelo eminente embaixador brasileiro, em favor do direito e da paz, na magna assembleia de nações.

Naquela obra de elevação do Brasil no conceito das demais nações, a colaboração entre os dois grandes brasileiros foi completa e pode Rui Barbosa dizer, primeiro ao próprio Rio Branco: que velava pelos interesses do país o ministro previdente e infatigável, cuja vida parece alimentar-se do amor de sua pátria, e, depois ao presidente Afonso Pena:

> *A esses resultados, na importância dos quais se compras o povo brasileiro, não poderia ter chegado o seu representante na 2ª Conferência da Paz, se não fosse a comunhão de sentimentos, em que lhe foi dado estar sempre, no desempenho de tão árdua missão, com o ilustre ministro das Relações Exteriores, cujos serviços ao país o tornam hoje em homem necessário na sua pasta, e com o chefe de Estado cujo apoio nunca lhe faltou.*

Confirmando essa identidade de trabalho dos grandes brasileiros, escreveu Rodrigo Otávio em suas "Memórias":

> *O Barão do Rio Branco, informado de tudo o que se passava em Haia, entreteve com Rui Barbosa, durante todo o tempo da conferência, ativíssima correspondência telegráfica, na qual não só dava a orientação do governo sobre certos pontos, como prestava copiosas informações de doutrina,*

precedentes e opiniões de juristas, acerca das matérias em discussão.

Não sendo coroados de êxito seus propósitos democráticos e pacifistas na conferência, o Brasil, guiado pelo Barão, persistiu nessa política de concórdia internacional firmando, em oposição a doutrinas vencedoras em Haia, pactos de arbitramento geral com mais de trinta países.

É que para Rio Branco não bastava "dirimir conflitos seculares de caráter geográfico-histórico. Achava imprescindível impedir que surgissem outros"; por isso concluiu todos esses ajustes para a solução amistosa de questões que pudessem afetar nossa vida de relação com os demais povos.

Por iniciativa do Brasil, foi celebrado, em 1909, com a República Oriental do Uruguai, o tratado de condomínio da lagoa Mirim e rio Jaguarão.

E, assim por diante, foi resolvendo outras pendências territoriais de vulto, pelo acordo direto com as nações vizinhas.

Evocar essa trajetória triunfal, fixar essa consagração permanente que constitui o idealismo pacifista do Brasil, é desenhar no tempo e no espaço, a sombra augusta de Rio Branco, que admiramos hoje como um dos construtores da nacionalidade. Em sua obra, reflete-se a minúcia sutil do mosaísta, aspira-se o sopro vulcânico do forjador.

Os sucessos que obteve não foram embaciados pelas lágrimas do desespero, nem provocaram gemidos de dor nos fracos e oprimidos. Foram, isto sim, iluminados pelos clarões de uma política de solidariedade e confraternização, que é a glória de sua carreira de diplomata e de estadista.

Apesar da sua popularidade e de sua projeção no cenário internacional, ou talvez por isso mesmo, foi durante algum tempo considerado, em certos grupos da Argentina, como inimigo

daquele país, visando à hegemonia do Brasil na América do Sul pelo emprego da força. Daí, não ter escapado das tramas do seu mais temível inimigo num escândalo internacional, como foi o caso do célebre telegrama nº 9, falsificado com o fito de apresentar a política do Barão como ameaça à paz sul-americana.

Não tardou Rio Branco a desmascarar a intrujice, dando publicidade imediata à cifra secreta do Itamaraty, com o que provou claramente a intriga e a má vontade de alguns desafetos, contra a opinião do grande número de amigos sinceros da República vizinha.

O interesse, que sempre demonstrou pela organização e aparelhamento das forças militares do país, não foi bem compreendido e daí a acusação que lhe fizeram de ser militarista, à qual revidou formalmente: "Hoje vejo que, conscientemente, ninguém mais, aqui ou no estrangeiro, deixa de reconhecer a sinceridade dos sentimentos pacifistas que sempre tenho manifestado". E logo a seguir:

> *Se essa ideia conseguir firmar-se em todos os espíritos imparciais e o Brasil colhe, com a sincera amizade de todos os povos, e especialmente os do continente, os frutos de sua política desinteressada de concórdia e de paz, por feliz me terei eu em haver podido, representante fiel do pensamento da nação e de seus presidentes, ligar o meu nome a essa obra sem dúvida meritória e imperecível.*

O seu sonho mais ardente, o seu anelo patriótico, era ver "um Brasil politicamente unido; socialmente coeso; economicamente independente; militarmente forte. Era a unidade moral e a grandeza material da pátria, sem as quais é sempre precária a soberania das nações".

E foi, assim, a sua obra sempre inspirada pela fé de um dos espíritos mais perseverantes que já professaram na América o amor da Pátria.

Senhores! Agradeço, em nome do Itamaraty, a participação do Rotary Clube de Resende nesta consagração nacional – preito de saudade e gratidão – ao integralizador do nosso território, ao zelador da nossa soberania.

Senhores! O Itamaraty foi o tugúrio onde esse asceta paciente se refugiava para, num esforço quase ininterrompido, trabalhar com o abundante material de suas pesquisas intermináveis; foi o quartel-general desse batalhador infatigável pelo bem de sua pátria a que deu configuração definitiva e realce no concentro das nações; foi para ele o Altar da Pátria onde era o sacerdote a pregar civismo, concórdia, abnegação e fé nos destinos superiores da nacionalidade; é o sacrário onde se guardam os tesouros daquele espírito privilegiado, acumulados em tantos anos de atividade fecunda e de labor inigualável; o Itamarati, que é o templo onde se incensa perenemente a sua memória imortal, acaba de expor à veneração consciente dos brasileiros neste centenário, o símbolo do seu culto permanente, esse vulto cuja sombra augusta se espraia pela terra brasileira, que ele tanto amou, e se projeta para além das fronteiras que ele traçou.

Exaltar a obra e a vida de Rio Branco é fazer crepitar suas cinzas imortais, é arroubo de civismo e patriotismo, é comungar com os seus ideais e as suas aspirações cristãs por um mundo melhor, mais feliz, humano, pacífico e justo. Ao enaltecer existência gloriosa de Rio Branco, não honramos apenas suas lições, sua obra, seu exemplo, reacendemos a chama de nossa fé na Liberdade, no Direito e na Justiça.

Joaquim Thomaz do Amaral, Visconde de Cabo Frio, representa até os dias de hoje o ideal de profissionalismo do Itamaraty. Tendo ingressado aos 22 anos de idade na carreira, tornou-se diretor-geral da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros (vice-ministro) em 1865, cargo que exerceu até pouco depois da assunção do Barão do Rio Branco. Tornou-se o símbolo de profissionalismo e devoção ao cargo que bem caracteriza até os dias de hoje o papel do secretário-geral do Itamaraty, sempre exercido por um diplomata de carreira.

Sua carreira o levou à Serra Leoa para a Comissão Brasil-Inglaterra, criada para controlar o tráfico, a Londres, ao Uruguai, onde circulou em missões especiais por todo o Prata e Bruxelas até retornar ao Brasil para ocupar o cargo que o imortalizou no Itamaraty.

O artigo que se segue é a reprodução de uma conferência dada no IHGB em junho de 1857 por Hildebrando Accioly, conhecido jurista, diplomata e professor no Rio de Janeiro, originário do

Ceará. Foi secretário-geral do Itamaraty, e, após aposentar-se, membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Tornou-se um dos grandes especialistas brasileiros em direito internacional público.

Accioly recupera em largas pinceladas a carreira de Cabo Frio, detendo-se mais especificadamente em sua atuação no Prata nos prolegômenos da Guerra do Paraguai.

Sobreviveu no posto de diretor-geral após a proclamação da República até que o Barão do Rio Branco, passado algum tempo, o substituiu. Não sem antes inaugurar solenemente na presença de todo o Ministério um busto que o retrata austero e confiante. Cabo Frio terá achado então que, existindo um busto seu no Itamaraty, já não mais poderia permanecer na ativa. Nasceu deste episódio uma expressão que durante anos foi utilizada no Itamaraty: "Bustificar fulano!", ou seja, mandar embora um funcionário de alto nível sem desmerecê-lo.

Cabo Frio é autor da famosa frase, igualmente citada por gerações de diplomatas: "Dinheiro haja, senhor Barão!", que resmungava toda vez que Rio Branco aparecia com projetos por ele considerados extravagantes.

9. O Visconde de Cabo Frio[*1] (Joaquim Thomaz do Amaral)

Hildebrando Accioly

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fiel à sua tradição de aproveitar sempre as oportunidades para homenagear os grandes vultos de nossa história, sobretudo aqueles que pertenceram ao seu grêmio, não pode deixar sem alguma referência o meio centenário, que decorreu este ano, do desaparecimento do ilustre brasileiro que foi Joaquim Thomaz do Amaral, Visconde de Cabo Frio. Daí incumbência, por mim recebida, de aqui proferir hoje algumas palavras a seu respeito.

Grande servidor da pátria nos períodos monárquico e republicano de nossa vida política. Cabo Frio sempre se salientou por sua dedicação ao serviço público e, especialmente, aos altos interesses nacionais, no âmbito das relações exteriores.

Nascido em 16 de agosto de 1818, já aos 22 anos de idade se iniciava na carreira diplomática, a cujo serviço, daí por diante dedicou sua incansável atividade, até os últimos dias de vida.

---

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 236, 1957.

1 Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 26 de junho de 1957.

Sua primeira nomeação para o serviço externo do país encontrou-o como estudante de medicina – carreira da qual desistiu ao ser nomeado, em outubro de 1840, comissário-árbitro, com a categoria de cônsul, na Comissão Mista Brasil-Inglaterra, com sede em Serra Leoa, na costa ocidental da África.

O posto parecia importante, sobretudo para um jovem daquela idade.

A dita comissão mista resultara de atos diplomáticos promovidos pela Grã-Bretanha, na luta em que se empenhara contra o comércio ilícito da escravatura, atos celebrados primeiramente com Portugal e depois com o Brasil.

Foram assim criadas duas comissões de tal natureza, uma das quais justamente aquela, em Serra Leoa, enquanto a outra tinha sede no Rio de Janeiro.

A função de ambas era o julgamento, sem apelação, das causas que lhes fossem apresentadas, referentes aos navios detidos como empregados no aludido tráfico de escravos. Em cada uma delas, havia um comissário-árbitro.

O dito comissário-árbitro brasileiro em Serra Leoa demorou pouco naquele posto, sendo depois transferido para a Legação brasileira em Londres.

Só alguns anos mais tarde iria servir nos estados da bacia do Prata, que eram então, segundo disse alguém, "a melhor escola para a diplomacia brasileira". E, de fato, por ali passaram vários dos nossos maiores diplomatas do tempo do Império. Nos postos daquela zona, como que completou a formação de seu espírito diplomático, desenvolvendo então suas qualidades de observação, ato e discrição.

Joaquim Thomaz do Amaral foi mandado para o Uruguai em setembro de 1856, no caráter de encarregado de Negócios. Já possuía, então, a categoria de primeiro secretário de Legação.

Aquele posto, na situação diplomática de então, era bastante delicado para um agente brasileiro.

Poucos anos antes, o Estado Oriental passara por fase bastante difícil, em virtude de lutas internas. Em fevereiro de 1854, o governo uruguaio chegara a solicitar insistentemente ao Brasil, com base no tratado de aliança celebrado no Rio de Janeiro entre os dois governos, a 12 de outubro de 1851, a intervenção armada brasileira. O governo imperial, afinal, cedera às instâncias e conseguira o restabelecimento da ordem naquele país. As tropas brasileiras agiram com tanta ponderação e tanta isenção que o governo da República oriental, espontaneamente, manifestou depois, em nota de seu então ministro das Relações Exteriores ao Visconde de Abaeté, seu reconhecimento pelo "elevado desinteresse" – dizia – da política do governo imperial em suas relações com a República oriental – ao mesmo tempo que louvava "a disciplina, moderação e moralidade" com que a divisão imperial havia procedido durante sua permanência no território oriental.

O Uruguai, porém, ainda permanecia agitado. De modo que, quando Amaral chegou a Montevidéu, em fins de 1856, a situação continuava, mais ou menos, instável.

Seja como for, nosso representante portou-se naquele posto com a devida habilidade e, apesar da instabilidade política ali reinante, soube conquistar simpatias para o Brasil – de tal forma que a 9 de dezembro de 1858 o governo imperial julgou dever promovê-lo *sur place* a ministro residente.

Em Montevidéu, negociou ele e concluiu um protocolo, no qual se estabeleceram as condições de um largo empréstimo àquela república, e, depois, um acordo relativo à indenização por prejuízos causados a cidadãos brasileiros durante a guerra civil uruguaia.

Sua ação parece ter inspirado então bastante confiança em alguns meios políticos, a personalidades em evidência naquele pequeno país.

Como reflexo talvez dessa situação, pode citar-se, por exemplo, um documento de alta significação e, ao que presumo, muito pouco conhecido – documento existente no Arquivo Histórico do Itamarati.

Refiro-me a uma carta, pessoal e reservada, dirigida ao conselheiro Paranhos – futuro Visconde do Rio Branco, então ministro dos Negócios Estrangeiros – a propósito do general Oribe, contra o qual tínhamos combatido.

Como é sabido, na guerra contra Rosas, Oribe foi aliado do ditador argentino, e tropas brasileiras evitaram que Montevidéu caísse em seu poder. Nossa política, aliás, já era então, como há de ser sempre, a de manter a independência do pequeno país vizinho, onde floresce uma democracia que merece o respeito, a estima e a simpatia das demais Repúblicas do Continente. "Não tínhamos ambição de anexá-lo" – escreveu Joaquim Nabuco; e acrescentou: "Só tínhamos um interesse em relação a ele: o de termos uma fronteira sossegada e segura – para o que era essencial que ele se tornasse independente".

Na verdade, apesar de nem sempre, especialmente entre gentes de outras terras, se ter feito a devida justiça aos propósitos da política brasileira daquela época, no tocante ao Uruguai, parece indiscutível que, desde o tratado de 1828, pelo qual lhe reconhecemos a independência, esteve longe de nós a ideia de anexar qualquer parte do território cisplatino.

Nabuco, apoiando este mesmo ponto de vista, cita nesse sentido palavras convincentes de um eminente uruguaio, que, com bastante dignidade, representou aqui seu país e viveu vários anos

entre nós – isto é, Andrés Lamas – cujas expressões valem como testemunho insuspeito das boas intenções da política brasileira.

Andrés Lamas tinha razões seguras para dar semelhante testemunho. Os papéis do arquivo de nosso Ministério das Relações Exteriores demonstram esse desinteresse brasileiro, ou, melhor, o apoio que o Brasil vinha prestando à manutenção da independência uruguaia.

Entre vários outros documentos que o provam, veja-se, por exemplo, a nota de 6 de dezembro de 1859, dirigida ao próprio Lamas pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, na qual este recordava ao representante uruguaio que, quando, pouco tempo antes, a República Oriental se vira em "circunstâncias difíceis" e recorrera ao Brasil, "seu mais desinteressado aliado", pedindo o eventual "apoio material das nossas força" – nossa Legação em Montevidéu havia respondido que não haveria dúvida em que tal apoio lhe seria prestado, apenas sob a condição de que o governo oriental se mantivesse neutral na luta existente entre as esquadras beligerantes ancoradas em águas uruguaias.

"Por este simples enunciado" – dizia Sinimbu – "vê-se que o Governo imperial nunca teve em mente impor política alguma ao Estado Oriental". E acrescentava que o Império estaria sempre disposto a "intervir com o apoio de todas as suas forças" para manter e fazer respeitar a independência uruguaia, quando esta sofresse algum ataque direto.

Joaquim Thomaz do Amaral foi um intérprete fiel dessa política em relação ao Uruguai, servindo-a com inteligência e dedicação. Sem dúvida, o Brasil não podia deixar, então, de estar vigilante, procurando, no entanto, evitar, quanto possível, ser envolvido nas lutas ou dissídios entre as facções, – que, aliás, muitas vezes, apelavam para a nossa intervenção e nesta buscavam apoio. Nosso

interesse, contudo, seria apenas o de ajudar a manter ali a paz e de ver assegurada a estabilidade dos governos.

Como quer que seja, Oribe fora nosso adversário. Pois bem, aquele mesmo famoso caudilho, como que reconhecendo, afinal, as nossas boas intenções, talvez reveladas pela política hábil e conciliadora do então representante diplomático brasileiro na capital uruguaia, não hesitou em dirigir-se a este, para lhe fazer o pedido mencionado na carta "particular e reservada" a que aludi e que passo a ler:

> *Montevidéu, 5 de dezembro de 1856.*
>
> *Ilmo. e Exmo., Sr. Conselheiro José Maria da Silva Paranhos,*
>
> *Ontem à tarde mandou o General Oribe dizer-me que já estava na sua quinta do Molino e pediu-me que o fosse ver, porque tinha necessidade de falar-me.*
>
> *Era isto um recado que me devia ter sido dado dois dias antes. Tinha havido esquecimento da pessoa encarregada dele.*
>
> *Não hesitei e fui ontem mesmo.*
>
> *Disse-me o general que sentia que eu tivesse tido o incômodo de empreender o passeio, porque já não subsistia a razão por que me havia dirigido aquele pedido.*
>
> *Passamos a conversar sobre a crise atual e no correr da conversa comunicou-me o general que estava resolvido a passar à província argentina de Entre Rios.*
>
> *Não me surpreendeu esta notícia. Já eu tinha julgado essa viagem provável no caso de vencer o Governo as eleições. As*

relações existentes entre o General Oribe e o Presidente da Confederação me autorizavam a pensar assim.

Perguntei quando tencionava partir. Respondeu-me que mui brevemente.

Disse-me mais o General Oribe que estava inclinado a naturalizar-se estrangeiro e desejava saber se lhe seria possível obter o foro de cidadão brasileiro.

Informei-o do que dispõe a leia esse respeito e ele acrescentou que desejaria que a sua naturalização fosse acompanhada da concessão de um posto militar.

Nada lhe respondi sobre este último ponto, mas perguntei-lhe se as duas comunicações que acabava de fazer-me eram simplesmente para meu conhecimento ou para serem comunicadas a V.E.

Respondeu-me que desejava que eu as comunicasse.

São horas de expedir a mala. Por isso limito-me a dar a V.E. esta breve conta do que se passou na minha visita ao general.

Tenho a honra de reiterar a V.E. os protestos do profundo respeito com que sou

De V.E.

O mais obediente e obrigado criado.

(a) Joaquim Thomaz do Amaral.

Paranhos atribuiu, no entanto, aquele desejo de Oribe à suma expansão de despeito pela sua desinteligência com o presidente da República (do Uruguai). Acreditava que aquilo passaria; e respondeu que não devíamos sair da nossa "linha de prudência e imparcialidade". Concluiu então: "Tratemos bem ao General Oribe, e a todas as pessoas distintas desse país, mas não comprometemos, nem aparentemente, a nossa força moral".

Entrementes, Amaral ia a Assunção, em missão especial, para, juntamente com representantes da Argentina e do Uruguai ajudar a resolver a grave divergência entre os governos do Paraguai e dos Estados Unidos da América, a propósito de um incidente ocorrido, no Paraguai, com o vapor norte-americano Water Witch.

A capital paraguaia, chegava ele a 9 de janeiro de 1859, sendo prontamente recebido pelo então presidente da República Carlos Antônio López.

Procurava-se então, evitar, por meio dos bons ofícios do Brasil, Entre Rios e Corrientes, que a situação criada pelo mencionado incidente, nas relações entre os Estados Unidos da América e o Paraguai, degenerasse numa guerra.

Entre as personalidades oficiais que pretendiam participar da mediação, e, para isto, foram a Assunção, figurou o próprio presidente da Confederação argentina, general Urquiza, que, no entanto, aproveitaria o ensejo para tratar de outros assuntos com o presidente paraguaio, inclusive a questão de limites entre os dois países.

Amaral, porém, estava atento a tudo quanto se passava ali e que, de algum modo nos pudesse interessar; e, entre outras informações mandadas para cá, figurou a de que a entrevista dos dois chefes de estado não tinha dado o esperado resultado. "O presidente do Paraguai" – dizia o agente brasileiro, em ofício reservado, dirigido ao conselheiro Paranhos – "tem-se me queixado

amargamente do da Confederação, dizendo que [o mesmo] se nega a concluir o que estava ajustado", acerta do assunto de limites; "e atribui essa mudança à influência do General Guido, que qualifica de intrigante". Este havia acompanhado Urquiza e se mostrava bastante ativo.

A missão especial de que Amaral estava incumbido foi bem acolhida por Carlos Antônio López, mas não assim pelo representante americano – ali chegado, para tratar daquele assunto. Tal representante alegava não ter recebido instruções de seu governo para aceitar mediações embora ficasse satisfeito com os bons ofícios dos pretendidos mediadores.

Por outro lado, a presença do general Urquiza em Assunção criara certos estorvos à ação oficial do agente especial brasileiro. Isto aliás, não surpreenderia Amaral, conforme este mesmo comunicava a Paranhos, dizendo-lhe: "Já eu temia o que depois se realizou: que a sua presença fosse para mim uma grande dificuldade".

Em todo caso, nosso representante soube informar precisamente o governo imperial de quanto estava ocorrendo, inclusive de que o general Urquiza, como presidente da Confederação argentina, graças provavelmente a sua alta categoria, conseguira intervir nas negociações entre o presidente López e o agente norte-americano, sem a cooperação do agente brasileiro.

Em longo oficio, ainda datado de Assunção, Amaral dava razões pelas quais, provavelmente, não teria sido admitida sua mediação, pelo representante do governo americano, embora o presidente paraguaio a tivesse aceito.

Queixava-se, então, de que suas instruções não tinham mencionado que haveria, concomitantemente, outros mediadores. Mas isto parecia sanado pela chegada de outras instruções, em que tudo fora esclarecido.

Entretanto, o general Urquiza trabalhava no sentido de mediar só e diretamente. Nisto, aliás, era ajudado pelo general Guido, que ali gozava de certas facilidades, – embora o presidente Carlos López o considerasse um "intrigante".

Na verdade, a posição de nosso representante era desigual – o que não o impedia de proceder com lealdade e firmeza.

Em certa ocasião, durante uma reunião, perante o presidente López, falou com bastante franqueza e dignidade dizendo que não insistiria. Pediu então permissão para se abster e acrescentou que, se o general Urquiza tivesse êxito, ele, Amaral, ficaria satisfeito; e, no caso contrário, estaria disposto a fazer o que estivesse a seu alcance, para evitar um rompimento.

Como quer que seja, nosso representante soube sair-se airosamente daquela situação incômoda. Para cá, aliás, aludiu francamente às dificuldades que encontrou, dificuldades não criadas por ele e que não lhe tinha sido possível prever, nem remover.

Tendo voltado a Montevidéu, ainda se achava na capital uruguaia quando, em fins de 1859, foi mandado, noutra missão especial, à Argentina. Tratava-se, então, de reconciliar a Confederação argentina com a Província de Buenos Aires.

O governo imperial, de acordo com os governos da França e Inglaterra, oferecera seus bons ofícios para a obtenção desse resultado, e o mesmo Amaral recebera a incumbência de aplicar seus esforços em tal sentido.

Logo ao chegar a Buenos Aires, o agente brasileiro comunicava, ao general Urquiza, a decisão do governo do Brasil, de aceitar o convite daqueles dois governos europeus, para que os três procurassem realizar a aludida finalidade. E se dizia feliz do recebimento da incumbência de ser o agente do imperador do Brasil para o desempenho de tal missão. Ao mesmo tempo, anunciava

que o governo de Buenos Aires já havia aceito a oferta que lhe fora feita em igual sentido.

O general Urquiza, porém, não quis aceitar os bons ofícios que lhe foram oferecidos.

Em 13 de novembro de 1859, Amaral dava conta ao conselheiro Sinimbu, então na pasta dos Negócios Estrangeiros do Império, do resultado de sua missão, ou, melhor, da falta de êxito da mesma, em consequência da recusa de uma das partes.

Entrementes, estas haviam chegado a um acordo direto – de cujo êxito o nosso agente duvidava. De fato, escrevendo a Sinimbu poucos dias após a celebração do pacto de união entre as partes desavindas, dizia Amaral: "[...] a paz está feita, mas [...] Não tenho confiança na sua estabilidade".

Amaral também tratou, então, de outros assuntos, entre os quais, o da revolução dos *Blancos*, em Montevidéu.

A esse respeito, esteve em constante contato não só com as autoridades uruguaias, mas também com as de Buenos Aires. E podia, assim, informar com segurança o governo imperial sobre os acontecimentos na zona conflagrada.

Seu prestígio, na capital argentina, parecia grande – o que lhe permitiu, por exemplo, obter do governo local a necessária permissão para fazer copiar, e dar a conhecer ao governo imperial, uma correspondência do encarregado de negócios do Paraguai em Paris e Londres, a qual havia sido interceptada pelo governo de Buenos Aires.

***

Anos mais tarde, e depois de haver servido algum tempo em Bruxelas, Joaquim Thomaz do Amaral foi chamado para ocupar o cargo de diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, cargo no qual, por ato de 21 de março de 1865,

substituiu o velho e acatado diplomata brasileiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

Ainda assim, voltaria ao rio da Prata, em começos de 1868, noutra missão especial, desta vez junto ao general Flores, em Montevidéu, e ao general Mitre, em Buenos Aires, e já com a categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, para tratar de assuntos relacionados com a guerra contra o Paraguai – missão na qual se houve com o costumeiro tacto e da qual regressou em começos de 1869.

De Buenos Aires, mal ali chegado, informava para cá sobre a atitude do governo argentino, com respeito à revolução dos *blancos* em Montevidéu. Mais tarde, observando o desenrolar dos acontecimentos na margem septentrional do Prata, lembrava ao nosso então ministro dos Negócios Estrangeiros, João Silveira de Sousa, a conveniência de não nos envolvermos em questões internas uruguaias, ou, mais precisamente, a de evitarmos intervir na luta, então em curso, entre as duas partes do partido *colorado*.

Entrementes, cuidava de outros negócios, sobre os quais estaria, naturalmente, provido de instruções. A este respeito, merecem citados: o protocolo, que assinou a 19 de agosto de 1868 com os plenipotenciários argentinos (Rufino de Elizalde) e uruguaio (Manuel Herrera y Obes), para a permissão de trânsito pelo rio Paraguai do vapor Wasp, que devia transportar de Assunção o ministro americano Washburn, o qual se retirava para seu país; outros protocolos, referentes ao trânsito de outros navios estrangeiros: um acordo, com o governo uruguaio, relativo ao subsidio do Brasil ao Uruguai, que fora estipulado em ato de 15 de janeiro de 1867.

Não deixava, contudo, de permanecer vigilante, observando o que ocorria, e informava, com frequência, o nosso governo de

quanto ia chegando ao seu conhecimento e lhe parecia digno de ser comunicado para cá.

Assim, por exemplo, quando, no começo de junho de 1868, a situação no Uruguai se antolhou difícil para nós, Amaral, que se achava então em Montevidéu, se deu pressa em escrever para ela, no dia 2, dizendo:

> *Está definida a situação política. O governo oriental ainda não é abertamente hostil ao Brasil, mas começa a sua ação nesse sentido. Concorreram para isto o antigo ódio ao partido conservador e, por parte do general [referia-se, ao que parece, ao general Lorenzo Battle, eleito presidente do Uruguai poucos meses antes], o desejo de se ir preparando para o que há de suceder, se como pensa, for o general Urquiza eleito presidente.*

Naquela conjuntura, parecia-lhe oportuno que o nosso governo enviasse mais forças para Montevidéu.

No dia seguinte, Amaral informava o nosso governo de que transmitira, ao Marquês de Caxias, notícias que seriam de interesse para o chefe das nossas tropas em operações de guerra contra o Paraguai. Assim, conforme se lê em oficio seu reservado, mandara dizer-lhe o seguinte:

> *Consta-me, por conduto fidedigno, que há fundada razão para crer-se que o Governo Oriental mandou ontem para Buenos Aires, a fim de seguir pelo vapor de amanhã para Curupaiti, um expresso que leva ao general Castro (chefe uruguaio) ordem para trazer imediatamente para Montevidéu toda a força que ele tem às suas ordens. Essa ordem é expedida sem o conhecimento e audiência quer do governo imperial, quer da Missão especial. Também não consta que tenha sido ouvido o governo argentino.*

Acrescentara: "O general Flores pretendeu no ano passado retirar o seu contingente. Desistiu dessa pretensão, não só porque deixou de ter necessidade, mas também porque o governo imperial não deu o seu consentimento". E concluíra: "O Ministério atual é hostil ao Brasil e inspirado por João Carlos Gomes".

Semanas depois, novamente em Buenos Aires, escrevia, com data de 27 de julho, ao conselheiro João Silveira de Sousa, então ministro dos Negócios Estrangeiros:

> *A ideia de paz com o Paraguai vai-se propagando notavelmente nesta capital. Tem contribuído para isto a luta dos interesses eleitorais, a revolução de Corrientes, no que se refere à província de Entre Rios, alguns discursos proferidos no Parlamento brasileiro, o oferecimento de bons ofícios feito pelos agentes da Bolívia e do Chile, e os sucessos militares de 16 a 18 do corrente em Humaitá e no Chaco.*

Os fatos citados são apenas exemplos da atividade desenvolvida por Amaral, naquela ocasião.

Merece, contudo, menção especial o importante acordo por ele concluído em Buenos Aires, com Rufino de Elizalde, plenipotenciário argentino, sobre a direção militar da guerra contra o Paraguai e pelo qual se modificou certa cláusula do Tratado da Tríplice Aliança, de 1865. O aludido ato teve a data de 3 de outubro de 1868 e a ele aderiu, dois dias depois, o governo uruguaio. Era, de certo modo, a resultante do afastamento do general Bartolomeu Mitre, que, expirado o prazo de sua presidência, resolvera, por escrúpulo de consciência – conforme Elizalde comunicara a Amaral – não voltar ao Exército, tanto mais quanto a guerra já não estava sendo feita em território argentino, ou em território paraguaio limítrofe com aquele.

O mencionado acordo referia-se exclusivamente ao comando das tropas aliadas no território paraguaio, estabelecendo –

conforme dizia Amaral ao conselheiro Paranhos – "a independência das forças de cada estado, e, tanto quanto for possível, o comum acordo na direção das operações militares".

Na celebração desse ajuste, Amaral tivera em vista conseguir, entre outras finalidades, as seguintes: a ressalvada inteira independência das forças brasileiras; a garantia de que, em território brasileiro, o comando em chefe pertenceria a general brasileiro.

Nosso agente especial informava, então, o governo imperial de que, segundo lhe comunicara ainda Rufino de Elizalde, o general Mitre reconhecia que, tendo deixado ao marquês de Caxias o maior trabalho e a responsabilidade maior da guerra, cometeria uma injustiça se pretendesse tirar-lhe a glória da conclusão.

Em todo caso, Amaral procurara ainda introduzir no protocolo uma cláusula, que deixasse a Caxias a faculdade de prosseguir nas operações de guerra contra o inimigo comum, embora sem o acordo dos outros generais e contanto que daí não pudesse resultar conflito ou rompimento entre os aliados. Encontrara, porém, certa resistência à aceitação de semelhante cláusula – tida, aliás, como prova de desconfiança. Assim, procurara atenuá-la e, afinal, obtivera ganho de causa.

***

Voltando à direção de Secretaria de Estado, continuou a prestar serviços relevantes, que lhe valeram o título de conselheiro e o de barão de Cabo Frio, e mais tarde o de visconde.

Ao ser proclamada a República, segundo foi relatado por alguém, julgou dever ficar em casa. Sendo, porém, chamado à Secretaria de Estado, não quis deixar de atender à solicitação para continuar a prestar serviços ao país. Dele contam a seguinte frase,

proferida então e na qual se espelha seu patriotismo: "Em primeiro lugar sou brasileiro. Volto à Secretaria".

Reassumindo suas funções, mostraria ainda a mesma antiga dedicação à causa pública. E foram tais os serviços prestados ao governo, durante a fase da revolta da Armada, que o marechal Floriano Peixoto lhe conferiu as honras de general de brigada.

A frente da Secretaria de Estado, como seu diretor-geral, continuou por vários anos, até sua morte, ocorrida a 15 de março de 1907.

Coube-lhe, aliás, duas vezes, a encarregatura interina do despacho dos negócios do Ministério – uma vez, por ausência de Quintino Bocayuva, e a outra, por ausência de Olinto de Magalhães.

De sua atuação como diretor-geral da Secretaria de Estado, ficou a tradição de haver sido um chefe respeitável, amante da disciplina e conhecedor de nossos problemas externos.

Essa tradição ainda a encontrei, naquela casa, quando ali ingressei há pouco mais de quarenta anos. Contava-se, então, o prestigio de que Cabo Frio ali gozara, não só entre os funcionários que lhe eram subordinados, mas também entre diplomatas estrangeiros e em face dos ministros de estado que, em seu tempo por ali haviam passado.

O Barão do Rio Branco, ao ser nomeado ministro de estado, ali o encontrou e o manteve na chefia da Secretaria, posto no qual pôde ser de grande utilidade àquele nosso inolvidável chanceler.

***

Aí está, em traços largos e desataviados, o que foi a vida funcional dessa ilustre figura, vinda do Império e que se não recusou a prestar serviços à nação, após a mudança do regime político.

Foi Cabo Frio, na verdade, incansável servidor do Brasil. Devotado inteiramente aos interesses nacionais e de quem, ao lhe ser feita uma manifestação de simpatia por ocasião da passagem de seu 85° ano de existência, um intérprete da classe de funcionários públicos desta capital disse, com razão, ser um "símbolo de trabalho, honestidade, independência e lealdade".

O Instituto Histórico, pela voz eminente do conde de Afonso Celso, em sessão realizada a 21 de outubro de 1907, já lhe havia feito o merecido elogio, a par do de outros sócios desta instituição, dizendo dele que tinha sido "mais que diplomata, arquivo animado, encarnação da diplomacia brasileira", na qual deixara "luzente rastro".

Agora, cinquenta anos depois, foi considerado justo que o mesmo Instituto, por outra voz embora sem nenhum brilho, prestasse-lhe outra homenagem, constante das palavras singelas que acabo de proferir, para que não fique desconhecida ou esquecida da atual geração dos nossos homens públicos, especialmente dos que labutam na defesa dos negócios externos do país, a personalidade daquele que tantos e tão relevantes serviços prestou à nossa diplomacia e, por consequência, aos interesses permanentes da nação.

A abertura dos portos foi um dos maiores eventos transformadores na História do Brasil. Wanderley Pinho foi eminente político e historiador baiano. Seu livro mais conhecido é "Salões e Damas do Segundo Reinado". Foi vice-presidente do IHGB. Seu texto descreve com detalhes pertinentes e comentários sempre apropriados o processo que culminou com a abertura.

Parece-me logo importante notar que, segundo o autor, a solicitação partiu dos baianos e não diretamente dos britânicos, como é comumente relatada. Recorda também casos de contrabando comprovados em arquivos antes da abertura: "Entram os navios estrangeiros e levam o que querem".

A fiscalização, na realidade, era impossível. Ainda assim, comenta Wanderley Pinho com justeza: "Muito embora assim tanto e tantas vezes quebrantado, contravindo, violado e transgredido (o fechamento dos portos) era o elo mais forte e apertado da

odiosa cadeia de privilégios da metrópole, os torturantes grilhões coloniais".

O autor relata minuciosamente as tratativas em Lisboa antes da partida da Corte, assim como as cerimônias da chegada das embarcações a Salvador e as providências legais então tomadas. Relata igualmente a aproximação do Visconde de Cairu, "o sábio José da Silva Lisboa" – com D. João. E atribui a ele, mais do que a qualquer outra fonte ou razão, a influência preponderante na decisão tomada em 28 de janeiro de 1808. Foram interesses das elites "brasileiras" e não dos comerciantes ingleses os que prevaleceram no processo decisório. Este é o juízo de Wanderley Pinho que observa, inclusive que, como a abertura se deu por todas as nações, não era este o objetivo almejado pelos britânicos que desejavam a exclusividade.

E conclui que em sua atuação, Cairu demonstrou ser um autonomista comedido, ciente dos benefícios da monarquia e dos da união dinástica do Velho Reino. Terá sido, portanto, um nacionalista *avant la lettre*.

10. A abertura dos portos: Cairu*

Wanderley de Araújo Pinho

Falarei "não como buscador de novas razões por própria invenção achadas", como dizia Fernão Lopes, "mas como ajuntador em um breve molho dos ditos de alguns que me agradaram". Os "alguns" são aqui poucos, mas valiosos documentos, que, menos a mim (filho da Bahia, que de Cairu se orgulha) contentam e satisfazem, do que à verdade e à justeza e justiça dos fundados julgamentos.

A Abertura dos Portos – "foral novo do Brasil, mui superior em motivo e efeito à *Magna Carta*, de que os ingleses tanto derivam a felicidade nacional", na frase de José da Silva Lisboa, não está especialmente ligada à Bahia, porque ali se lhe assinou a decretação, por baianos solicitada.

Ao grande episódio se enlaça um dos maiores filhos daquela terra, em todos os tempos: pelo gênio e cultura; pelo caráter, opiniões e obras; pelo patriotismo e valiosíssimos serviços ao Brasil.

Na síntese vulgar, três proposições se cristalizaram: antes da Abertura dos Portos, eram estes, de fato, inteira e absolutamente fechados; o conselho de Cairu gerou a Carta Régia; e com esta carta

alforriou-se o Brasil da servidão econômica, robustecendo-se para quebrar as cadeias da submissão política.

São teses que ainda ocupam a atenção de historiadores e críticos, até que os arquivos digam a última palavra, já que nem tudo o que guardam veio ao lume dos prelos, ou foi comentado pelos doutos, em suas tarefas de retificação ou confirmação: arquivos de Inglaterra, Portugal e Brasil.

A lei da ilegalidade
O regime de portos fechados não o era de portas trancadas

Bem sabemos que o Sistema Colonial – opressão econômica, fiscal e política, em proveito da metrópole e dos reinóis – funcionava às mil maravilhas, dentro em rendido conformismo de brasileiros prostrados à prepotência gananciosa dos de além-mar.

Leis, decretos, alvarás, cartas régias, avisos – os diplomas governamentais – impunham. Mas a desobediência sub-reptícia e a insubmissão altiva restringiam-lhes a ação e execução. E, de quando em quando, a ilegalidade, mansa ou manhosa, explodia em protestos, reclamações, rebeldias, motins, "inconfidências". É extremamente sedutor um estudo, relativo a essa *lei da ilegalidade, no período colonial*.

Recorrer à devassas, providências e votos concernentes a contrabandos; ler as atas das Câmaras, que solicitam, reclamam, protestam, ou se opõem; folhear pareceres do Conselho Ultramarino; ter à vista a correspondência de capitães-governadores e de vice-reis e de ministros e secretários de Estado e de soberanos: lembrar tantos motins em tantas capitanias é tomar o pulso ao Brasil colonial, que não era, de nenhum modo, o punho acorrentado de avassalado escravo.

Fixemos algum setor econômico-fiscal: o dos monopólios, por exemplo; o de pau-brasil, por acaso. O contrabando aí foi mais lei do que a lei que à Coroa reservava todos os negócios do pau de tinta. E os contrabandistas não eram tão só ladinos comerciantes ou capitães de navios. Gente de algo no governo civil e no militar, e creio que poderia aventar, no eclesiástico, foi muita vez acusada ou indiciada. E quantos, sem suspeita nem libelo, tiraram pingues proveitos de escondidas malicias?!

Quereis dois episódios?

Em 1625, D. Fradique de Toledo Osório foi pilhado em negócios de pau-brasil, sendo lícito pensar e talvez fácil provar haver sido isso uma das causas do desfavor em que caiu na corte ibérica, quando ali voltou, depois de ter ajudado a Bahia a restaurar-se da invasão e curto domínio holandês.

Alguns anos depois, em 1639, quando a armada do conde da Torre no porto baiano se aparelhava para grandes desastres e desbaratos nos mares do nordeste, um capitão de navio abre os panos do que comandava e, sem licença, veleja para o sul, com o fito de encher de brasil os porões de um vaso de guerra, mas, com tanta desventura que, com sua embarcação, perece num naufrágio.

E se não basta, recordemos que, mal chegado o príncipe, às suas barbas e bochechas, junto às naus da Armada Real, ancoradas na Bahia de Todos os Santos, oscilava, fundeado, ousado e descuidado, um brigue com 1500 arrobas de pau-brasil, que D. João manda apreender, ordenando os legais procedimentos.

Dentro dessa força e frequência dos abusos, que eram usos (e é de pensar e dizer que eram lei), portos fechados não significavam portas trancadas. A bambos ferrolhos forçavam fingidas arribadas e ardilosos cruzeiros; simpatias, tolerâncias e cumplicidades de fiscais, magistrados e governantes; e os "tratos clandestinos", lembrados por Silva Lisboa como um dos componentes do sistema colonial[1].

A documentação acerca desse regime de fato, *a latere* e em divergência ao da lei, enche volumes. E o volume dessa navegação ilegítima e desses "tratos clandestinos" está assinalado em informações oficiais e números impressionantes.

Em 1715, um procurador da Fazenda no Conselho Ultramarino, escrevia: "Entram os navios estrangeiros por onde lhes parece no Brasil e levam o que querem, fingindo, para isso, casos"[2]. Em 1718, naquele conselho desenhava-se este quadro:

> *Os estrangeiros cada vez mais se esforçam a devassar o comércio daquela conquista (o Brasil) e o tem posto em estado, com arribadas afetadas de vários navios, que os homens de negócios deste Reino se acham todos perdidos, por esta causa, e os direitos de Sua Majestade com grande perda e diminuição*[3].

No ano seguinte, ainda ali se dizia serem tantos os navios estrangeiros a arribar aos portos do Brasil "que quase no número podiam competir com os que vão na nossa frota"[4].

Aquelas peias, que amarravam comércio e navegação brasileiros aos privilégios da metrópole, eram também assiduamente desatadas pelos contrabandos na costa da África: exportação clandestina de mercadorias do Brasil (inclusive ouro) e importação clandestina de mercadorias europeias, por intermédio de comerciantes, navios e capitães, dados ao tráfico de escravos, que ali pactuavam negócios e efetuavam trocas com ingleses, holandeses, dinamarqueses, desviando de Lisboa, Porto e Viana, para os portos negreiros da África, as rotas do comércio externo, e desfalcando o Reino e os reinóis de impostos, taxas, comissões e lucros.

As dificuldades de policiar portos e costas, para os manter fechados à navegação e comércio estrangeiros, pareciam a governantes no Brasil coisa quase invencível ou insuperável. O vice-rei marquês de Angeja, por exemplo, certa feita representava para

o Reino, que usar nisso o aperto da lei e ordens particulares "era um dos negócios mais delicados e da maior importância". Pouco valiam guardas, metidos a bordo, e rondas por mar e por terra e, "por mais devassas que se tirem, não sai nunca ninguém culpado". E que poderia fazer-se sendo certa a notícia de que os navios, que não eram admitidos no porto da Bahia, "passavam à Ilha Grande e iam correndo a costa do sul, até a Ilha de Santa Catarina, e por toda iam fazendo mui bom resgate, vendendo negros e drogas, por ouro"[5]. Acerca do contrabando e das desobediências ao regime colonial de comércio, vedado a estrangeiros ou com eles, nos primeiros anos do século XIX, a nosso erudito e prezado consócio José Antônio Soares de Souza, em interessantíssimos artigos, recentemente publicados, trouxe achegas de alto valor probante.

Decresciam então as exportações de Portugal para o Brasil – pela "intromissão direta dos ingleses no comércio do Brasil e o contrabando". Teixeira de Morais – o autor e prefaciador-intérprete das "Balanças" (que se encontram na Biblioteca Nacional, no Itamaraty e Arquivo Nacional) – informava que em 1800, 1801--1802, o comércio de Portugal com o Brasil, muito enfraquecera, "por se ter permitido em alguns de seus portos a entrada das manufaturas inglesas, o que deu causa a suspenderem-se as ordens para a remessa das nacionais" e ainda assinalava a "introdução de fazendas inglesas no Rio de Janeiro em navios da mesma nação". A estas permissões aos negociantes britânicos (que estimulam a pesquisa a saber por que via ou forma, quando e porque e quantas foram outorgadas com sacrifício do Sistema Colonial), a tais consentimentos se juntava – como escreve Teixeira de Morais – "comércio clandestino da nossa América" com o Prata, e com Ásia e África. Fraudulento e pernicioso contrabando – na expressão de um ofício do ministro Rodrigo Coutinho, ao vice-rei do Brasil (17 de março de 1800) – praticado com escândalo pelas nações estrangeiras, nos portos do Rio de Janeiro e capitanias do Brasil, e

que animava tais nações a pretender e pedir que o comércio direto com o Brasil lhes fosse concedido – "contra todo o espírito de nossas leis econômicas que expressamente o defendem"[6].

A só menção do pouco que acaba de ser respigado, nesse extenso trigal de documentação dos tempos da colônia, bem mostra não ser possível considerar-se o fechamento dos portos, até 1807-1808, como o dos diques estanques, a impedir de modo absoluto, a navegação e o comércio estrangeiros no Brasil.

Mas, embora assim, tanto e tantas vezes quebrantado e contravindo, violado e transgredido, era o elo mais forte e apertado da odiosa cadeia dos privilégios da metrópole, os torturantes grilhões coloniais.

O fechamento dos portos e a suspensão do comércio externo, aquém e além-mar, em 1807-1808

Em 1807, quando, lá no Reino, o príncipe e seu governo andavam aos empuxos da carambola entre o Leão Britânico e a Águia Napoleônica, um dia – um dos últimos, senão o último daquele ano – recebe na Bahia o governador conde da Ponte, ofício subscrito pelo visconde de Anadia, datado de Lisboa a 7 de outubro, com ordens inquietantes. Mandava o príncipe regente participar-lhe, pela Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que "apesar dos esforços e sacrifícios para conservar uma perfeita neutralidade entre as potências beligerantes, as circunstâncias políticas atuais da Europa" faziam recear "que Portugal se ache muito brevemente obrigado a fechar os seus portos do continente desta parte do mundo aos ingleses". Isto se promoveria "para evitar uma invasão de tropas francesas superiores neste Reino".

Verificando-se tal hipótese, fechados por Portugal seus portos europeus aos ingleses, ignorava-se "por ora o partido que tomará

a Grã-Bretanha, isto é, que represálias adotaria". Então era S.A.R. servida que o governador da Bahia

> *empeça, até nova ordem, a partida dos navios portugueses, que se acham nos portos dessa capitania e se ponha em estado de defesa mais respeitável para poder, com vantagem e confiança de sucesso, repelir gloriosamente qualquer ataque hostil contra o território da capitania, confiada ao governo do conde da Ponte*[7].

Certamente ordens iguais foram expedidas para as outras capitanias. Para o vice-rei o foram, recebidas nos primeiros dias de janeiro de 1808, pois em 9 daquele mês as comunicava ao governador da Ilha de Santa Catarina e ao chefe de esquadra governador do continente do Rio Grande e ao juiz da Alfândega, conforme em documentos guardados no Arquivo Nacional[8].

Se os portos da metrópole viessem a ser fechados à Inglaterra, em obediência colaborante ao bloqueio continental decretado por Napoleão, fechados estariam à navegação brasileira, pois os ingleses vigiavam costas e portos de Portugal, e desviariam, para os seus, as embarcações que dos brasileiros houvessem partido para aqueles e talvez, ou certamente, as que dos de Portugal, demandassem os do Brasil.

Se, porém, a resolução da Corte Portuguesa viesse a ser (como o foi, afinal) o rompimento com o bloqueio e a França, e aliança com Inglaterra, ocupados seriam, fatalmente, pelo invasor francês os portos de Portugal, fechados assim aos navios partidos do Brasil, pois não poderiam acostar-se aos molhes, dominados pelo inimigo; e nem os ingleses o deixariam.

Em ambos os casos, em qualquer das hipóteses, numa ou noutra ponta do dilema, portos da banda europeia do Reino, absolutamente fechados. Por isso mesmo, vinha aquela ordem de

reterem-se no da Bahia, nos de todo o Brasil, os navios portugueses prestes a partir.

Então, estes portos, já legalmente cerrados à entrada de navios estrangeiros, viam-se agora vedados à navegação portuguesa, impedidas as embarcações luso-brasileiras de partir para seus cruzeiros e destinos.

Portos fechados aqui e acolá. Portugal d'aquém e d'além mar encolhido, sem comunicar-se, sem comerciar, sem navegar. Os ancoradouros ouriçados de mastros nus, os navios em árvore seca, oscilando nos surgidouros[9].

A notícia da vinda da Corte para o Brasil

Era esta gravíssima situação a de quando, poucos dias depois do conde da Ponte ter feito parar na Bahia a navegação, retendo todos os navios (1 de janeiro), no dia 6 de janeiro de 1808 (ou na véspera ou antevéspera) fundeava, em frente à Cidade do Salvador, o navio mercante baiano *Príncipe*, espalhando-se logo, por toda ela, um extraordinário boato, que a todos enchia de estupor.

O Conde da Ponte procurou certificar-se e, pela voz geral de trinta e três passageiros, pela parte vocal do mestre da embarcação e pelo murmúrio de toda a equipagem, foi informado de que, a 29 de novembro saíra de Lisboa aquele navio, em companhia de toda a nossa esquadra, comandada pelo vice-almirante Manuel da Cunha Souto, e na qual se transportava para o Rio de Janeiro, o regente, a rainha, toda a família real, com a nobreza que foi possível acomodar-se nas embarcações dos comboios.

E a dúvida, que a surpresa quase pânica inspirava, era logo desvanecida, porque tudo se tornou "mais acreditável", não só "pela uniforme publicidade com que se assevera que ao sair da barra se encontrara a nossa esquadra com a inglesa que bloqueia o porto, e esta fizera as mais demonstrativas ações de respeito e

obséquio, e que, atravessando ambas, o almirante inglês estivera a bordo da capitânia *Príncipe Real* perto de três horas", mas também "pela cópia do decreto que trouxeram todos" e apresentaram ao conde governador; e que não seria outro que o de 26 de novembro de 1807, em que o regente manifesta e justifica a resolução de transferir-se para o Brasil e nomeia a Regência para governar Portugal enquanto ausente[10].

As providências do Conde da Ponte

As mais urgentes tarefas do capitão-governador já não eram as de reter no porto os navios, e preparar a cidade para defender-se de qualquer ataque que lhe pudessem fazer os ingleses dos quais, aliás, agora parecia nada dever temer-se. Logo passou a oficiar e a determinar a toda a pressa.

Autoridades da cidade, capitães-mores, juízes e oficiais das câmaras das vilas do recôncavo, procurando abastecimentos para encher os armazéns e os quintais, pois era possível, poderia acontecer "que a nossa esquadra, que consta saíra da cidade de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro, seja obrigada por qualquer acidente a arribar neste porto"[11].

E pôs-se alerta, para ter notícia da aproximação da esquadra, o mais cedo que pudesse[12]: enquanto cuidava de preparar aposentadoria para tantos, tão altos e tão nobres viajantes[13].

Chega a esquadra com a Família Real

Afinal, na madrugada de 22 de janeiro de 1808, recebe o governador da Bahia a nova de, pelas 4 horas da tarde da véspera, terem sido vistas embarcações grandes na costa do norte. Redobradas as vigias, vão sucessivamente chegando outras notícias: "Eram três naus, uma galera e dois bergantins: eram embarcações inglesas". Nesta persuasão, de tratar-se de uma frota

britânica, estão todos, até o meio dia de 22, quando, "diferençando-se as bandeiras", foi reconhecido o Pavilhão Real[14].

Logo partem ordens para serem retiradas as balas dos canhões a fim de se darem as devidas salvas; e o conde da Ponte veleja até a nau capitânia a receber as ordens do "Príncipe Nosso Senhor". E pelas 4 horas da tarde entram golfo adentro e lançam âncoras no porto as naus *Príncipe Real*, *Afonso de Albuquerque* e a inglesa *Brendiord*, e mais a fragata *Urania* e o bergantim *Três Corações* além de uma escuna americana[15].

Todos os viajantes, do príncipe aos grumetes, estariam ávidos de desembarque, ansiosos de pôr pé em terra firme. Mas D. João estabelece condições. Recebendo a bordo a visita do conde da Ponte –

> *foi S.A.R. servido insinuar-me que desembarcaria se fosse possível recebê-lo sem que das naus se tirassem camas ou qualquer outro traste, não só para a Sua Pessoa e mais Família Real, mas também para os criados e famílias que o acompanhavam*[16].

Talvez isto houvesse determinado o adiamento do desembarque, que chegara a ser previsto para o dia seguinte 23, havendo até o conde pedido ao arcebispo para este dia um solene *Te Deum* na Sé Catedral[17]. O príncipe e sua comitiva mantiveram-se, todavia, a bordo, onde, às 10 horas de 23, foram levar seus tributos de vassalagem os desembargadores e conselheiros da Relação, o juiz de Fora, presidente e vereadores da Câmara[18]. E só a 24, às 5 horas da tarde, desceu o regente diretamente para seu palácio, a cuja entrada, para solene "recebimento", haviam sido convocados desembargadores da Relação, os oficiais da Câmara, os sargentos-mores e oficiais das ordenanças e demais corporações[19].

Estada e atividades do príncipe regente na Bahia

Não tardaram, de um lado, oferecimentos e solicitações, e de outro, mercês, favores nomeações, clemência.

Pedem licença e a obtêm, e vêm beijar a mão a S.A. os capitães-mores. Chegam ao palácio as ofertas repetidas dos senhores de engenho[20].

O príncipe concede o Hábito de Cristo aos desembargadores que ainda o não possuíam, e ao juiz de Fora, presidente, vereadores e procurador da Câmara, minora penas a presos; perdoa criminosos; determina represálias sobre um bergantim holandês surto no porto manda sequestrar pau-brasil contrabandeado nos porões de um brigue, ouve e ocupa o conde da Ponte que lhe reclama favores e benefícios a bem da Bahia e baianos no que concernia a estradas, impostos, alambiques, promoções, interesses de desembargadores e militares; concede licença para fábricas e indústrias, autoriza a formação de uma Sociedade de Seguros; cria uma Escola Médico-Cirúrgica e abre os portos do Brasil ao comércio e navegação das nações amigas[21].

Chegam outros elementos da comitiva

Por esse tempo iam chegando outras embarcações desgarradas que conduziam magnatas da comitiva real. A 10 de fevereiro, é o duque de Cadaval, com seus filhos, o conde de Belmonte e algumas famílias, em a nau *D. João de Castro*, que arribara com água aberta à Paraíba, e conseguiria vir até o porto da Bahia. A 16 entra a nau *Meduza* que, desarvorada, arribara a Pernambuco e agora trazia para junto do príncipe Antônio Araújo, futuro conde da Barca, e o conselheiro José Egídio, futuro marquês de Santo Amaro, que revia a Bahia, sua pátria, e o desembargador Tomás Antônio Corte Real e mais famílias[22].

O duque de Cadaval – mordomo-mor – que desembarcara doente, não resistiria aos padecimentos que o mataram a 14 de março, tendo sepultura na Igreja de São Francisco.

Desde o primeiro dia, ao que parece, na casa do negociante Antônio da Silva Lisboa[23], hospeda-se o marquês de Bellas.

O príncipe parte

Decidiu o príncipe continuar viagem, a despeito da vontade e pedido dos baianos, que tentaram retê-lo, para que a cidade de Salvador voltasse a ser a capital, já não mais da colônia, mas metrópole do "novo império" que D. João viera fundar. Uma memória de louvores à cidade e seu porto, e confrontos com o Rio de Janeiro, foi-lhe entregue e, sobre ela, por ordem do regente, deu longo parecer o conde da Ponte, que discutindo as vantagens militares dos dois portos, reconheceu a conveniência, no momento, e por algum tempo, de sediar-se a Corte no Rio de Janeiro[24] para onde ao meio dia de 24 de fevereiro embarcou a régia comitiva que, entretanto, só na tarde de 26 velejou para o Rio de Janeiro[25].

Os conselheiros do príncipe na Bahia

Chegara D. João à Bahia desacompanhado de ministros e parece que dispensou qualquer secretário nos primeiros dias. Foi então seu auxiliar de governo, o conde da Ponte, que se desdobrava em informações e pareceres, e a quem se dirige na célebre Carta Régia da Abertura dos Portos. Depois é que tomou a D. Fernando José de Portugal, futuro marquês de Aguiar, para "secretário de estado", como lemos em um documento, posto que venha sempre referido pelo regente como seu "conselheiro"[26].

D. Fernando de Portugal conhecia bem a Bahia e aos baianos, pois governara a capitania de 18 de abril de 1788 a 23 de setembro de 1801 e apreciava, com a admiração que a todos inspirava, ao gênio da colônia, à maior cabeça da capitania – José da Silva Lisboa.

De logo, tanto D. Fernando como o conde da Ponte aproximaram do príncipe o futuro visconde de Cairu.

Ao regente causaram tamanha impressão os conhecimentos daquele grande homem, na ciência econômica (que tanto importava naquela crise do Reino e da dinastia), que o tirou da Mesa de Inspeção onde era deputado e secretário, para o nomear professor de uma cadeira e aula pública de Economia Política no Rio de Janeiro[27].

Gênese baiana da carta régia de abertura dos portos

Seis dias depois de entrar no porto, quatro após haver desembarcado, a 28 de janeiro de 1808, D. João assina a célebre Carta Régia, dirigida ao conde da Ponte – governador da capitania.

Encontrara a Bahia nas angústias de uma de suas maiores crises: tolhida e aturdida, medrosa dos prejuízos, talvez irritada contra as medidas governamentais que, desde o primeiro dia do ano, haviam trancado o porto à saída de qualquer navio. Cheios os porões, os armazéns abarrotavam, naquele janeiro de plena safra dos açúcares, dos tabacos, dos algodões. Agora a presença da corte confirmava o prospecto de um comércio europeu aniquilado ou impossível, por via de portos, praças e comissários de Portugal.

A inquietação cresceu em ânsias por algum remédio àquela conjuntura calamitosa, focalizando-se na esperança de alguma providência do regente. Era preciso pedir, exigir, alcançar a abolição daquele impedimento ou "embargo" à partida dos navios, E, já que os portos de Portugal estavam ocupados pelos franceses e, por isto, fechados, pudessem ser buscados os que melhor conviessem.

Mal S.A. desembarca, com alguns de seus conselheiros, dois pelo menos – D. Fernando José de Portugal, futuro marquês de Aguiar, e o marquês de Bellas – são estes trabalhados pelas exposições que lhes fazem os comerciantes (um destes Antônio da Silva Lisboa, citado em documento, como tendo "capacitado" que parece, ao marquês de Bellas).

Encabeça os reclamantes e intervém com a clareza de sua opinião informada e informante, José da Silva Lisboa – ouvido e escutado por motivo de seu cargo (secretário e deputado a Mesa de Inspeção) – vigoroso no talento, forte na dialética excepcional, luzindo em ideias da filosofia econômica, usando postulados da nova ciência – a economia política – em que era perito. O que o comércio da Bahia então vindica é que lhe libertem o porto, permitindo aos navios, retidos e embargados, singrarem a novos destinos que não àquele infeliz Portugal, presa do inimigo. Mas, bem podemos imaginar e deduzir, o futuro visconde de Cairu aconselhava mais que isso. Tomando em consideração não apenas o caso restrito do "embargo", decretado pelo conde da Ponte, desde 1º de janeiro, como também a situação criada pelos acontecimentos da Europa, para a navegação, o comércio e a arrecadação dos tributos – alargava a súplica dos negociantes embarcadores e dos capitães de navios e sugeria tudo, ou quase tudo, o que veio a corporificar-se na Carta Régia. Portos fechados e comércio suspenso pediam abertura de portos e comércio franco. Mas isto era derrubar todo um sistema econômico-político em que se baseava a coexistência Portugal--Brasil. Havia instruir, advertir, apontar soluções e convencer aos que se opunham, agarrados ao regime tradicional.

Um ambiente novo, novas impressões e inspirações; a visão de necessidades irrecorríveis do império americano que nascia; a premência de circunstâncias inelutáveis – o complexo baiano brasileiro, a desenhar-se e impor-se aos governantes: o príncipe repousado, liberto ou distante do espetáculo da tragédia – a

invasão e da precipitada partida – a confusão de costas voltadas à perdida metrópole e vistas lançadas ao Brasil, que era preciso salvar e erguer, dele tirando os recursos para o novo Reino, que tanto se ia sublimar as vozes dos súditos, e as demonstrações de seu procurador – o sábio José da Silva Lisboa – da ciência econômica a sustentar convicções antigas de estudioso e a inelutabilidade da adoção delas; a mesma influência da natureza americana, a infiltrar, desde logo e intensamente, seus sortilégios no monarca que tanto se deixou seduzir pelo Brasil: "A vista de uma baía capaz de dar ancoradouro a inumerável marinha real e mercante, desenvolvendo" (são palavras de Cairu) "a expansiva força de um espírito liberal" a fazer sentir com intuitiva evidencia a antinomia cosmológica de continuarem fechados os portos que a Divindade abrira em um país imenso quase no centro do globo, com as melhores proporções para o universal comércio[28] – tudo eram sugestões e instigações locais, polarizadas na palavra demonstrativa e persuasiva do futuro visconde de Cairu.

Para esclarecimento ou perfeita narração da gênese da Carta de Abertura dos Portos, guardaram, felizmente, o Arquivo Público da Bahia e o Arquivo Nacional alguns documentos de subido interesse.

Um é o oficio do visconde de Anadia, determinando ao conde da Ponte o reembarco de saída de todos os navios surtos no porto da Bahia (7 de outubro de 1807); outro é a ordem de execução desse "embargo" pelo governador da Bahia no ofício que dirige à Mesa de Inspeção (1º de janeiro de 1808). Ainda outro a representação do conde da Ponte, em nome do Comércio e da Agricultura, apresentada ao príncipe (27 de janeiro de 1808)[29].

Esta "Representação", até bem pouco tempo desconhecida, a mesma a que alude a Carta Régia – atendendo a representação que fizestes subir à Minha Real Presença –, desenha o perfil das

aflições que infelicitavam a Bahia (o Brasil): "prejuízo do comércio, perda iminente da lavoura, miséria, e necessidade imediata dos habitantes e estagnação dos rendimentos reais" – tudo o que era mister remediar "sem delongas", com as providências indicadas e solicitadas.

A Carta Régia, a repetir em muitos passos aquela memorial súplica, ecoava: "interrompido e suspenso o comércio desta capitania, com grave prejuízo de meus vassalos e da minha Real Fazenda".

Pedia a "Representação" – "que se levante o embargo sobre a saída livre dos navios [...] e que debaixo desta hipótese se permita navegarem livremente para portos que, ou as notícias públicas ou particulares, de seus correspondentes, lhes indicassem mais vantajosas às suas especulações" e "que seja submetida a despacho toda qualidade de fazenda sem exceção". A Carta Régia outorgava:

> *Sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportados ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a Minha Real Coroa, ou em navios de meus vassalos.*

A "Representação" abordava a questão fiscal, pedindo que se cometesse a uma comissão de altos funcionários a criação de novas tarifas, "enquanto V.A.R. não ordenar um regimento geral, pelo qual se dirija este importante objeto e o mais interessante ramo do rendimento da Real Fazenda". A Carta Régia dispensando a comissão, estabeleceu logo as tarifas, "enquanto" não consolido um sistema geral, que efetivamente regule semelhante matéria

A urgência da adoção daquelas medidas de salvação pública ficou aflitivamente expressa na representação – não podem sofrer delongas sobre sua concessão sob pena de continuarem e se agravarem, com aquela situação de portos fechados e comércio

suspenso: "Prejuízos do comércio, perdas da Lavoura, miséria e necessidade dos habitantes", "estagnação total dos rendimentos reais". A Carta Régia no dia seguinte em que subiu a real presença a representação, mostra, – nesta presteza e quase instantaneidade de sua expedição – como o príncipe se "capacitou" de não ser possível "sofrer delongas perder um dia, em deixar os navios embargados partirem, restabelecendo-se o comércio na capitania" (no Brasil).

Os assuntos da representação teriam sido anteriormente expostos e discutidos; as contestações e objeções debatidas e vencidas; "capacitados" de tudo aquilo, os conselheiros reais D. Fernando e o marquês de Bellas e o próprio conde da Ponte, por José da Silva Lisboa. De certo modo, a representação é o protocolo de sucessivas conferências, nas quais dominou o verbo de Cairu, afastando, perante os conselheiros do príncipe e diante do próprio regente, receios e contradições, e mal previstas ineficácias ou impossibilidades, que a força da tradição e o costume da velha política colonial ainda levantavam diante de ingentes necessidades e da "ciência nova", que lhes dava remédio[30].

O visconde de Cairu e a abertura dos portos

Quando se fala numa intervenção decisiva de Cairu, na Abertura dos Portos, não se alude a uma ação exclusiva.

Teriam os ingleses contribuído? – Admitamos, por enquanto.

Influiu o panorama comercial-econômico, a impor a medida como imprescindível e urgente? – Certo.

Concorreu o comércio baiano expondo e solicitando? – Exato.

Atuou especialmente algum alto elemento da praça – Antônio da Silva Lisboa, "capacitando" a seu hóspede, o marquês de Bellas, ou mesmo ao conde da Ponte? – Real.

Cooperaram os conselheiros do príncipe, depois de "capacitados" pela dialética de Cairu? – Claro.

Mas nada disso exclui fosse Cairu quem, com suas luzes, conhecimentos e eloquência, expusera, argumentasse, movesse e decidisse, conduzindo os que receavam a quererem, persuadindo a D. Fernando e convencendo a D. João.

Sabemos do feitio adiador e hesitante do príncipe, que só muito maduro, próximo a pecos, colhia os frutos, e só quando a taça transbordava sabia empunhá-la e sorvê-la, não saindo das perplexidades, sem que o impulso de vigorosa força o propelisse.

Precisava ser convencido.

E quem o convenceu? Algum ministro? – Estava desamparado deles.

Algum Strangford, Beresford ou Sidney Smith capaz de britânicas imposições? – Não tinha nenhum a seu lado.

O marquês de Bellas?[31] D. Fernando de Portugal? O conde da Ponte? – Pois estes, justamente, foram vencidos e convencidos (capacitados) por José da Silva Lisboa, cujas ideias, anteriormente publicadas e propagadas[32], e cujos escritos posteriores, de defesa da "Carta Régia", o situam, ao demais, como ciente e consciente fautor do grande ato real. Cairu – homem de caráter, isento de vaidade, incapaz de jactâncias, tão humilde na modéstia quanto altivo e combativo na defesa de suas ideias de sábio e de suas atitudes de político – afirmou e disse. Ficou a notícia – que a tradição manteve, e documentos confirmam.

Ele fora chamado a informar e opinar.

No prólogo das "Observações sobre o Comércio Franco Brasileiro" deixou escrito: "Tendo participado da honra de concorrer para a dita resolução soberana, sendo ouvido na qualidade de meu emprego, a equidade exige a sustentação de princípios que já havia indicado em minhas obras".

E escreveu ainda: "O Sr. D. João resolveu fazer tanto bem sem esperar pelos conselheiros de Estado, que se tinham desviado

em rumo pela dispersão da tempestade na costa de Portugal. É, pois, inteiramente obra sua a Carta Régia, foral novo do Brasil" ("Memória dos Benefícios Políticos do Rei D. João VI").

E ainda: "Não hesitou (o príncipe regente D. João) um só momento em realizar um benefício político, que, ainda a bons estadistas, parecia quase impossível ou de muito problemático e impolítico efeito".

A repetir o que soubera do pai e ele próprio assistira, austeros ambos, incapazes de mentir e exagerar, e de inventar glórias falsas seu filho, o barão de Cairu, também escreveu:

> *Se aproveitou da amizade que tinha com D. Fernando para lhe indicar a necessidade da Abertura dos Portos a todas as nações amigas da Coroa de Portugal e, apesar da forte oposição que então se fez, tal foi a força de seus argumentos que aquele fidalgo cedeu às suas persuasões e fez com que o príncipe publicasse a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 que liberalizou aquele máximo benefício à nação.*

Bastariam estes dois testemunhos. Mas a eles se junta, para os confirmar, o que deixou escrito Tomás Antônio Vila Nova Portugal, num manuscrito guardado pela Biblioteca Nacional:

> *Dom Fernando foi capacitado por José da Silva Lisboa, a quem o marquês de Bellas fez nomear lente de economia política, e por Antônio da Silva Lisboa, que aí estava administrando o contrato de João Ferreira, o Solla, para fazer assinar por El-Rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras.*

Que mais, para prova de intervenção, do valor desta, da vitória dela sobre as oposições dos que temiam ou pretendiam obstar ao grande ato – essa Abertura dos Portos, pela qual vem a sofrer ao defendê-la, com a bravura de principal coautor, talvez incumbido

(como "ministro sem pasta", tantas vezes convidado aos Conselhos da Coroa) pelo Monarca e pelo governo de escudar a Carta Régia aos ataques, que irritados interesses vieram a deferir-lhe?

É ainda o barão de Cairu quem informa:

> *Tão salutar medida longe de ser apreciada no seu justo valor, mereceu, pelo contrário, a maior desaprovação da parte dos negociantes portugueses, pois que acostumados a terem unicamente comunicação com as praças de Lisboa e Porto, não podiam sofrer ideia alguma de concorrência e por isso não se pouparam a esforços e diligencias, para que se revogasse a Carta Régia, que, segundo proclamavam, aumentava os males que a nação sofria, e privava o Estado de suas rendas; e não faltaram pessoas influentes, e até estadistas, que esposassem a causa dos ditos negociantes, os quais seguramente haveriam alcançado o que desejavam se Silva Lisboa (que havia acompanhado El-Rei, sendo nomeado professor de economia-política) não lançasse mão da pena, e em uma frase cheia de fogo, em que se mostrava vastíssima erudição, não pulverizasse os argumentos de seus adversários, dando à luz, em 1808 as suas 'Observações sobre o Comércio Franco parte 1 e 2'.*

A paixão contra o corajoso advogado da Abertura dos Portos foi tanta, naquele ensejo, por parte dos que desejavam vê-la revogada, que a Cairu chamaram de "réu do Estado", merecedor de "pena capital".

Os ingleses e a abertura dos portos

Entretanto, vez por outra, críticos têm surgido, senão a negar a reduzir o valor da colaboração do grande baiano naquele máximo episódio de nossa história[33].

O argumento mais forte, porque não apenas restringe e diminui, mas nega e abstrai, é o de ter vindo preparada de Portugal a medida, nas conferências de Araújo e Strangford. Tanto vale "Abertura dos Portos fora uma dádiva aos ingleses" tanto significa – os ingleses que vinham trabalhando pela Abertura dos Portos afinal a conseguiram, mal D. João pôs pé em terra no Brasil. Não foi, pois, necessário conselho algum de Cairu.

Ora, vejamos.

Os ingleses nunca suscitaram ou promoveram a Abertura dos Portos para todas as nações amigas, mas a de um porto, para eles Ingleses.

A ideia, no Reino aventada, era diferente, ninguém cuidou ali da Abertura dos Portos, ninguém teria durante a viagem, na travessia de Lisboa à Bahia, amadurecido um propósito de que não se cogitava.

Em certo lance da maromba joanina, pensou-se que Portugal viria a ter que fechar os portos, ou que seus portos viriam a ser fechados, pelos franceses aos ingleses. Pleitearam então, estes, compensações ou regalias, que transferissem o comércio que faziam com os portos portugueses, no Reino, para um porto franco no Brasil.

Numa convenção secreta entre Portugal e a Inglaterra, negociada quando se promovia o expediente político de ser mandado para o Brasil o príncipe da Beira (o futuro Pedro I), constou cláusula a este respeito.

Mas isso (outubro de 1807) não foi adiante, porque Portugal não ratificou semelhante cláusula do acordo secreto. Ocorreram em seguida os atos do governo luso contra os ingleses, quando D. João pendeu para os franceses. Veio depois a invasão, e a trasladação da Corte. E, naqueles idos de novembro de 1808, consta ter tentado Strangford arrancar, do pânico e do estado de necessidade, aquele

porto franco e tarifas preferenciais, e que Araújo, futuro conde de Barca, achara ânimo para opor-se, repelindo a extorsão.

Sendo assim, Portugal soubera e pudera resistir. Ainda na boca do Tejo, nas mãos dos ingleses e quase às garras dos franceses negara o príncipe àqueles o que tanto eles exigiam. Com a travessia do Atlântico, já o soberano em seus domínios de aquém-mar, a imposição enfraqueceria, por certo: a resistência podia tomar alentos novos.

Não vamos, porém, pensar que os ingleses desistissem. Mas está visto que não tinham, na Bahia, de 22 a 28 de janeiro de 1808, elementos altos para o trabalho diplomático da insistência. O caso inglês, os interesses e imposições ingleses ficavam adiados à espera que o príncipe chegasse ao Rio de Janeiro e organizasse seu governo, e tivesse aqui a Inglaterra agentes político-diplomáticos capazes de negociações.

O que os ingleses pretenderam, e afinal conseguiram, foi coisa a todos os títulos mui diversa da Abertura dos Portos, tal como a estabeleceu a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Era um porto para eles, só para eles, não uma regalia universal para todos. Nem de longe, nem mesmo indiretamente, fazer algum bem ao Brasil, mas alcançar privilégios tarifários e colocar suas mercadorias num mercado sucedâneo do que perdiam na Europa, ou seja, encaminhá-las diretamente ao Brasil, uma vez impedido o entreposto europeu – portos e praças comerciais do Reino. E também se fincarem na costa sul do país para as facilidades de seu comércio de contrabando com Buenos Aires.

Se a Abertura dos Portos afinal aos ingleses favoreceu, não os contentou, justo porque não tinha aquele caráter de exclusividade, que era o que lhes satisfaria à ambição de conquista comercial. Cita Tobias Monteiro significativo diálogo entre D. João e o encarregado de negócios da Inglaterra, mr. Hill: "Exprimindo o João a esperança

de ter satisfeito ao governo de S. Majestade Britânica a Abertura dos Portos ao comércio do mundo", ele respondeu:

> *Que esta medida não podia deixar de causar bom efeito na Inglaterra, mas necessariamente produziria maior satisfação se tivesse sido autorizada a admissão de navios e manufaturas britânicas em condições mais vantajosas que as concedidas aos navios de outras nações estrangeiras*[34].

Demais consideremos: a simples transferência da corte, do príncipe, trazia para cá toda a aparelhagem de privilégios, concessões, dádivas de tratados extorquidos, o domínio comercial-econômico da Inglaterra sobre Portugal europeu, domínio direto que lhe estava vedado, ou só restritamente exercia, sobre o Brasil.

Se agora Portugal passava ao Brasil, para o Brasil passavam os ingleses, senhores do Portugal econômico, como eram. O sistema de império comercial inglês vigente na metrópole, toda a máquina resultante dos tratados de 1654, 1661 e 1703, condimentados do Ato de Navegação, transferia-se com a Corte para o Brasil.

Apoio-me para isto dizer na informação, lucidez e autoridade de um grande historiador lusitano João Lúcio de Azevedo: "Transferir a Corte para o Brasil o mesmo era que franqueá-lo à navegação e comércio direto, vedados à Inglaterra. A barreira secular que desde Cromwell se pretendia suprimir, derribava-se por fim. A presa apetecida entregava-se de vontade ao cobiçador".

Apoio-me para isto dizer na correspondência entre Canning e Strangford (ultimamente publicada pelo sr. Caio de Freitas em *George Canning e o Brasil – Influência de Diplomacia Inglesa na Formação Brasileira*[35] e na de Domingos de Sousa Coutinho para o príncipe e várias autoridades, guardada no Arquivo Histórico do Itamaraty[36].

E os ingleses não dormiram, não demoraram em, por assim dizer (ou, como positivamente o disse Lúcio de Azevedo), "derrogar a Abertura dos Portos a todas as nações", com os privilégios que alcançaram ou impuseram no tratado de 1809, que não ratificado, veio a ser o tratado de 1810, que o repetiu. Cito ainda Lúcio de Azevedo: "Pela diferença de pauta (15% para os ingleses, 16% para os portugueses, 24% para as demais nações) ficava na prática derrogada a Abertura dos Portos a todas as nações e o Brasil pertencia de fato aos ingleses, como sempre tinham ambicionado"[37].

Eis, aí temos: os ingleses jamais quiseram a "Abertura dos Portos". Como foi ela feita não lhes agradou. Com as concessões tarifárias do tratado de 1810, que também lhes outorgou o almejado porto franco de Santa Catarina, anularam em boa parte e na prática aquele grande ato, no que ele tinha de universal liberalidade. Os ingleses nunca influiriam para que se fizesse o que se fez e o como se fez em 28 de janeiro de 1808.

Como é então que se invocam os interesses ingleses, a influenciar dos ingleses, a prepotência dos ingleses para a expedição daquela "Carta", que nunca pretenderam e lhes desagradou e eles buscaram e conseguiram, em parte, anular...

É justamente naquela universalidade a todas as nações, naquela amplitude (todas as mercadorias e todos os portos) naquele liberalismo quase teórico, que tresanda da Carta Régia, que se sente a garra do brasileiro Cairu – do economista, do político, do cientista e estudioso da economia política – a aplicar e realizar suas largas ideias antigas.

A abertura dos portos trazia em si a independência

Não exagerava Cairu ao louvar os benefícios de "Foral Novo do Brasil". Mas não aludiu nunca a que seu infalível resultado devesse

ser a total separação de Brasil e Portugal. Da independência não cogitavam ainda, nem ele nem qualquer dos demais brasileiros do seu quilate e os tantos e todos que, depois, como ele seriam sustentadores e guieiros do movimento emancipador de 1821--1823.

Todavia a libertação econômica provocava e, fatalmente, preparava e colaborava na emancipação político-administrativa.

Este significado e tais consequências da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 são reconhecidos pela unanimidade dos historiadores pátrios. E coisa notável, quase um século antes, em 1715, eram adivinhados ou previstos, no seio do Conselho Ultramarino, onde, ao apreciarem-se sugestões do vice-rei marquês de Anjela e do governador de Pernambuco, que estimariam o abrandamento do regime de portos fechados, foram proferidas sentenças que vale, resumindo, relembrar.

A proibição do comércio do Brasil aos estrangeiros – dizia-se naquele Conselho – era justa e útil, pelo perigo que correria a fé em tais comunicações. A liberdade de comércio aos estrangeiros, com navios e gente, e a estada deles na colônia, prejudicial por tomarem conhecimento das forças aqui mantidas pela metrópole, de riquezas existentes e dos meios de subtraí-las tudo o que despertaria ambição, desta dimanando a conquista.

Era o elogio e a sustentação daquele arrocho, que, em leis e tratados cingia e asfixiava o Brasil em proveito de Portugal, que não podia admitir a concorrência comercial "os estrangeiros fabricam os gêneros com que se comercia no Brasil, e eles os trazem ao Reino, e os homens de negócios portugueses lhes compram e navegam para a dita conquista". Se, porém, aqueles gêneros pudessem ser levados diretamente ao Brasil, logo seriam oferecidos por preços muito inferiores aos com que os portugueses os remetiam. Era o mesmo que se perder só "o comércio dos portugueses no Brasil",

e empobrecer-se "a praça do Reino, a que enriquece aquele negócio", além do prejuízo fiscal dos direitos pagos nas alfândegas de remessas e retornos que vão e vêm do Brasil e do "escândalo das saídas de gêneros do Brasil" para "Itália e nações estrangeiras e das entradas dos que delas vêm de retorno". "O comércio de estrangeiros no Brasil, insistiam procuradores e conselheiros, seria a total e infalível ruína do negócio e comércio deste Reino (...) que não tem outro sangue com que se sustente", e o ouro brasileiro seria "tirado da fonte, sem ao menos consentirem que nos corra pelas mãos", para deixar a parte que deve pertencer à Coroa por "direitos de senhoriagem".

Em contrapartida, a todos esses danos e prejuízos, correspondiam, para os vassalos do Brasil, vantagens, riquezas e liberdades, que sobressaltavam, por sua vez, aos governantes de além-mar: "Gravíssimo inconveniente político e totalmente oposto à união e conservação da monarquia".

Apuremos o ouvido para escutar o conselheiro Rodrigues da Costa, que nos está falando numa reunião do Conselho Ultramarino, em 24 de julho de 1715:

> *A conveniência que os vassalos do Brasil experimentam nesta negociação com os navios estrangeiros os faz desejar que se lhes franqueiem os portos às nações estranhas, e a aborrecer o governo que lho impede, e desejar outro que lho permita, de que não pode deixar de se recear ou a ruína ou a divisão da monarquia, porque, além de outros estímulos e motivos que têm para desejarem governar-se sem subordinação a Portugal, que já começaram a brotar em Pernambuco (Guerra dos Mascates) se lhes acresce este (...) é muito para recear que aqueles vassalos cometam o desatino de se separarem da cabeça da monarquia, o que*

temem muitas pessoas prudentes que trataram e tentearam os ânimos daqueles vassalos[38].

Já em 1715, a Abertura dos Portos seria o mesmo que a independência do Brasil. Mais, e muito mais, em 1808.

E se, além de tudo isso, e da análise das estatísticas, atentarmos para que a perda dos privilégios da clausura portuária e das vantagens do monopólio comercial, por parte da antiga metrópole, foi um dos acicates que mais incitantemente esporearam a política recolonizadora das Cortes de Lisboa; e, se nos lembrarmos de que a reação irritada contra essa política absurda e humilhadora é o que decidiu nossos homens de prol e o príncipe D. Pedro a total rotura dos laços políticos com Portugal – puxaremos pela meada, seguindo o fio condutor de fatos que, em lógica filiação, nos levam da Abertura dos Portos ao 2 de julho de 1823, quando na Bahia se completa o ciclo, ali iniciado a 28 de janeiro de 1808.

As naus nesta data libertadas, há século e meio, ao saírem barra afora, com a carta de franquia de comércio, para os portos que bem lhes parecessem, apontavam o caminho, e marcavam a esteira a seguir, quinze anos depois, às que, a 2 de julho daquele porto do Salvador partiram levando os restos da vencida opressão político-militar que não poderia subsistir, uma vez quebradas as cadeias econômicas com as sábias liberdades outorgadas pela Carta Régia que D. João assinou e José da Silva Lisboa inspirou[39].

Não se diminua, entretanto, a alta visão e o mérito cívico de Cairu, porque ele nem pretendeu nem adivinhou, então, aquela máxima consequência.

Mantidas as liberdades de comércio e navegação, elevado o Brasil a Reino, igual em tudo ao de Portugal, gozador de direitos, faculdades e liberdades semelhantes ou superiores à da antiga metrópole, Cairu via bem a união com o Reino europeu pelo elo dinástico das monarquias duais. Mas quando as cortes de Lisboa,

na sua errada, desprezadora e prepotente política, pretenderam despojar o Brasil de sua alta hierarquia de Estado, e pensaram em cassar tudo o que de 1808 a 1821 fora erguendo a antiga colônia ao grau de nação livre e intentaram revogar o "Foral Novo do Brasil"; e quando Cairu viu e sentiu a sua Bahia nos transes do maior sofrimento, ao começar da cruenta reação da Guerra da Independência, que só teria ali triunfo, quase ano e meio depois, "o Conciliador do Reino Unido" se transfigurou no opugnador aos desacertos das cortes e em paladino da independência[40].

Nas lutas da palavra escrita, naquela época de tanta glória, ninguém lhes fez sombra à lucidez e brilho, erudição e lógica, à coragem belicosa das "Reclamação do Brasil e causa do Brasil".

Há heroísmos de intenção ou propósito, como os há de consequência ou resultado, porque os bandeirantes estavam longe de cogitar em limites e meridianos, e expansão territorial de uma pátria que mal começava a existir – não deixaram de ser aqueles cujas pegadas e périplos andaram fixando os marcos do *uti possidetis*, aproveitados pelos negociadores de tratados e demarcadores de fronteiras. São heróis verdadeiros do Brasil-Maior. Se Pedro I e José Bonifácio, até 7 de setembro, e mesmo depois, até o 12 de outubro, transigiriam por uma independência moderada, mantido o liame dinástico com Portugal – nem por isto, quando recordamos a ação de ambos, desde o Fico, deixamos de os levantar nos seus pedestais como incontestáveis heróis da independência.

Cairu não foi um separatista da primeira hora – e poucos houve. Foi um autonomista comedido crente nos benefícios da monarquia e nos da união dinástica com o Velho Reino, como todos ou quase todos em certo tempo e até certo tempo. Quando, porém, como aos demais, chegou a honra do *non possumus,* ninguém como ele, audaz e eficaz, denodado e decidido. Então poderia ter dito:

"Retorno a marcha que iniciei, porque fui eu, entre todos, o que deu o primeiro passo".

Notas

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 243, 1959.

1 Cairu, em certa passagem da "Memória dos Benefícios Políticos do Governo do Rei D. João VI", fazendo o elogio da Abertura dos Portos, alude a esse comércio e a essa navegação ilegais: "Por aquele imortal diploma outorgou incomensurável doação aos habitantes deste paraíso terrestre (...). Abrindo os portos sem reserva de artigos comerciais estrangeiros estabeleceu a correspondência direta das nações: economizado tempo, trabalho, dispêndio e risco em derrotas falsas, circuitos forçados rumos avessos, tratos clandestinos, de que era composto o sistema colonial, em pura perda da humanidade, inconsiderável vantagem da metrópole, e triste desanimação das colônias. N'outro tópico diz: "Quanto ao Brasil seria lúdico e irrisório tentar repelir o contrabando estrangeiros em imensas costas, coincidindo alias o interesse do importador e consumidor".

2 "Documentos Históricos" vol. 96, págs. 165 a 187.

3 "Documentos Históricos" vol. 97, págs. 107 a 112.

4 "Documentos Históricos" vol. 97, págs. 152 a 157. A afluência de tantas embarcações de países estrangeiros crescera com a notícia do ouro que então se extrairá. Em certa relação, se verifica haverem centrado quarenta e dois navios estrangeiros, entrando dois a dois e três e quatro juntos (1719, "Documentos Históricos", vol. 97, págs. 152 a 157). Um membro do Conselho Ultramarino testemunhava: "As nações estrangeiras derrotam com seus navios os nossos portos do Brasil com grande frequência". (Documentos Históricos", vol. 96, págs. 165 a 187). Em 1719, tantos eram os navios estrangeiros que entravam no porto da Bahia, que no Reino, não se julgava conveniente se ausentasse da cidade o governador para uma viajem ao Recôncavo e a Jacobina. ("Documentos Históricos", vol. 97, pág. 182).

5 Carta do marquês de Angeja ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, de 5 de janeiro de 1715. "Documentos Históricos", vol. 96, págs. 66 a 167. Angeja ponderava serem as proibições legais de certo modo precárias, porque "talvez uma mudança de governo na Inglaterra, um interesse da França e um sofrimento da Holanda poderia dar liberdade a que alguma das três potências cuidasse de tomar por si o comércio que agora lhe negamos". A política por ele preconizada, seria, permitindo-se tal comércio ao buscarem os navios, por acidente, os portos do Brasil fossem as transações de tão pouca conveniência que só em caso de verdadeira necessidade ou fortuito, entrassem nos portos, e não por fingidas arribadas para os tratos clandestinos. Tudo era usar com esses arribados de maneira a tornar indesejáveis os negócios, pondo-se lhes tais direitos e fazendo-lhes antas: dilações os governadores nos despachos, que se desenganassem de tornar ao mesmo negócio" (Id., pág. 167). Mas no Reino não havia como conformar-se com tais dificuldades ou impossibilidades e com expedientes liberais sugeridos da Colônia e era um contínuo lamentar "quanto dano causam os navios estrangeiros naquela conquista (o Brasil), pois não somente nos levam ouro, mas extinguem totalmente o nosso comércio, metendo no Brasil as fazendas que os nossos mercadores haviam de introduzir para com elas tirar o ouro e mais gêneros" (1715 – Does. His, vol. 55, pág. 176); e que as nações estrangeiras derrotam com os seus navios aos "ossos portos do Brasil com grande frequência sendo as causas 'o' que tornam aqueles portos pretextos afetados e dolosos" com o "intento e fim verdadeiro somente de tirar nosso ouro da mesma fonte a troco dos seus gêneros" (id. ibid., páginas 178-179). E na 5 escasseavam as suspeitas ou acusações aos governantes do Brasil – "o interesse faz

corromper os ministros e oficiais pelos quais as cautelas se hão de executar" (id. ibid., pág. 183.). "A devassidão deste comércio dos navios estrangeiros em o Brasil se acha em tão lastimoso estado por culpa ou negligência daqueles que eram obrigados naquela conquista a evitá-los que corre nesta praça entre os homens de negócio que há avisos de Londres, que em Inglaterra estão a carga cinco navios para o Brasil, e em França um, sem dissimulação alguma ou rebuço" (id. ibid., pág. 185). Governantes, fiscais guardas, militares, civis eclesiásticos, tudo andava culpado ou suspeita naqueles contrabandos. Quanto aos Eclesiastes, num parecer de certo procurador da coroa num Conselho Ultramarino se lê que: "Alguns clérigos ou frades comerciam contra a lei [...] ou recolhem em suas e as ou conventos fazendas dos estrangeiros"; e o Provedor-mor da Fazenda na Bahia (Luiz Lopes Pegado), em carta de 2 de agosto de 1715, dando conta do aperto de suas diligências para impedir o comércio dos navios franceses, e nações que vinham a Bahia, dizia que, sem embargo de continuamente estar tirando devassas: fazendo prisões não lhe era possível atalhar tais descaminhos e que os de "fazendas de consideração" eram feitos "por via de frades e clérigos" contra os quais ninguém queria jurar, nem nos conventos ele, provedor, podia dar buscas (1716, Docs. Hist., vol. 96, pág. 242-243). Lá, no Reino, se suspeitava ou afirmava que nas negociações com estrangeiros «entravam pessoas que tinham poder e respeito» e por isso não se executava a lei: «Entravam os principais daquela terra, como oficiais de guerra e algumas pessoas eclesiásticas". Até lá chegara o boato ou notícia de que certo desembargador fazia negócio com os franceses "indo a seu bordo de noite disfarçado" (1719, Docs. Hist., vol. 97, págs. 152 a 157). Na Bahia, facilitava tais contrabandos aí morarem muitos estrangeiros de diversas nações, pelo que, aconselhava um dos membros do Conselho Ultramarino, fossem postos fora deixando-se ficar nas praças da Bahia, Rio e Pernambuco só quatro famílias de cada uma das duas nações – Inglaterra e França, (1716, Docs. Hist., vol. 96, pág. 186).

No "Livro Primeiro do Governo do Brasil" há referência a contrabando e contrabandistas de pau-brasil em 1614 para 1615.

Estava então preso nas cadeias da Paraíba, Antônio Rebelo Vasconcelos e presos ali também estavam "uns estrangeiros que foram tomados na Ilha Grande do Rio de Janeiro e outros nos Ilhéus, os quais eram ingleses e escoceses e flamengos". Os de Ilhéus e Rebelo de Vasconcelos informavam que ali tinham ido em companhia de um filho do capitão daquela capitania para carregar de pau-brasil. Fora em Lisboa "corretor de sua vinda" um certo mercador.

Os da Ilha Grande informavam que "uns mamelucos naturais de S. Paulo e moradores no Rio de Janeiro andavam em Inglaterra" e os haviam trazido ali (Ilha Grande) com cinco naus grandes e duas menores. Traziam salvo conduto do capitão daquela capitania (Rio de Janeiro) Constantino Menelau e foram ter ao Cabo Frio onde carregaram pau-brasil, dando ao dito capitão cinco mil cruzados em fazendas. Voltaram depois já dispensada a cumplicidade do capitão a quem enganaram antecipando a nova incursão contrabandística e facilitada a empresa com a colaboração dos Ayataquaces obtida por aqueles mamelucos. Carregaram Brasil, mas vieram a ser presos (págs. 131-132 do Livro Primeiro do Governo do Brasil).

Ver referência a outro contrabando em 1617, pág. 158.

6 José Antônio Soares de Souza – artigos publicados no Jornal do Brasil de 29 de junho e 20 de julho de 1958, com os títulos "o Brasil e as Manufaturas Portuguesas (1796-1809)" e "O Brasil e o Comércio de Portugal" (1796-1808).

7 O ofício do visconde de Anadia ao Conde da ponte na sua integra é este: «Ilmo. e Exmo. Sr., Apesar dos esforços e dos sacrifícios que o Príncipe Regente N.S. tem feito para conservar uma perfeita neutralidade entre as potências beligerantes, as circunstâncias políticas atuais da Europa são tais que é muito para recear que Portugal se ache muito brevemente obrigado a fechar os seus portos do continente desta parte do mundo aos ingleses, para evitar uma invasão de tropas francesas superiores neste Reino, o que suposto ignorando-se por oro o Partido que tomará a Grã Bretanha; E

S.A.R. servido que V. Exa. empeça até nova ordem a partida dos navios portugueses, que se achas nos portos dessa capitania, e se ponha em estado de defesa mais respeitável, para poder com vantagem e confiança de sucesso repelir gloriosamente qualquer ataque hostil contra o território cujo governo lhe foi confiado pelo Nosso Augusto soberano. Deus Guarda V. Exa. — Sitio de N Sra. da Ajuda em 7 de outubro de 1807 – Visconde de Anadia – Ps: Estas providências Nov. Ex., participar aos moradores das capitanias subordinadas a essa da Bahia, para que executem também, no que lhe for aplicável – Sr. Conde da Ponte". – (A.P.B. – Livro Ordens Régias – 1807 –1808, 6/1 - 102 fls. 158).

Esta recomendação teria sido recebida na Bahia nos últimos dias de dezembro de 1807, pois, com data de lº de janeiro de 1808, expedia o conde da Ponte para a Mesa de Inspeção ofício (A, P. 8. – "Cartas do Governo a Várias Autoridades", 1807 a 1808, livro 19, fls. 8 e 8 v.) em que recomendava o impedimento ou embargo à partida de navios portugueses do porto da Bahia.

O conde da Ponte cuidou das fortalezas, providenciou sobre pólvora peças de artilheira, desembarque de peças de navios, navios mercantes armados em guerra, recrutamento, terços e regimentos de milícias e determinou alardos gerais às ordenanças tanto da parte do Norte quanto do sul da cidade, para pô-la no recomendado estado de defesa. Ordenou a navios que fossem fundear em Itapagipe.

8 Arquivo Nacional – Livro 70-90, Vice-Reino, Correspondência com diversas autoridades 1807-1808, fls. 9, 10-12.

9 Num papel oficial português, de outubro de 1807 se lê: "Presentemente não existe comunicação com aquele continente (o Brasil) estando o comércio na maior incerteza" (apud "Norton de Matos" – Corte Portuguesa, pág. 25).

10 Ofício do conde da ponte ..., conde dos Arcos, vice-rei, no Rio de Janeiro. Cópia ou registro no arquivo público da Bahia – "Cartas do Governo a Várias Autoridades", 1807. 1808s. Livro n.º 19, fls. 48 e 49. No Arquivo Nacional se encontra o original deste documento – Livro ofício do Governo da Bahia, I, 1808, fis. 5. Não sabemos em que data teria sido recebido pelo Conde dos Arcos. Traz a de 7 de janeiro de 1808.

11 Ofício de 10 de janeiro de 1808 ao juiz e oficiais da câmara da Vila de Jaguaripe, pedindo mandarem de Nazaré, da Aldeia e da Estiva, farinhas, legumes de grão (milho, feijão e arroz), gêneros comestíveis, galinhas, frangos, patos, leitões e capados. Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo e Várias Autoridades", 1807-1808-. Livro no 19, fls. 23. As mesmas autoridades de S. Amaro, o mesmo pedido. Idem, fls. 42.

12 A 8 de janeiro de 1808, o conde da Ponte dirige ofício ao coronel do Regimento de Milícias da Torre, determinando-lhe ordenar aos postos de mar de seu distrito, no sentido de os pescadores, jangadeiros e soldados dos referidos postos manterem toda vigilância para que o governo fosse com antecedência avisado da aproximação da frota, no caso de vir aqui arribar. Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a Várias Autoridades", 1807-1808- Livro no 19, fls. 20v. e 21.

13 Ao ouvidor-geral do cível, oficiava o conde da Ponte a 9 de janeiro de 1808, prevendo a arribada da esquadra real: "Faça V. Mce. escolha das melhores casas que estiverem desocupadas, mandando-as espanar e assear, com participação aos senhorios delas, das quais me remeterá uma relação para, no caso de serem precisas saber-se que há prontas" – Arquivo Público da Bahia –"Cartas do Governo a Várias Autoridades" – 1803-1808. Livro no 18. Fls. 155v.

Ainda a 18 de janeiro, na incerteza dessa arribada da frota real à Bahia, o seu governador, o conde da Ponte, oficiava ao ministro visconde de Anadia, pedindo-lhe de apresentar cumprimentos e reverências a Sua Alteza Real. (Arquivo Nacional, Livro Ofícios do Governo da Bahia, I, 1808, fls. 8). A fl. 128 desse códice, com data de 8 de março, encontramos dois ofícios, um ao conde dos Arcos,

outro ao visconde de Anadia, enviados pelo conde da Ponte, em que se narram a chegada de d. João VI à Bahia e sua partida para o Rio de Janeiro.

14 Ofício do conde da Ponte ao conde dos Arcos, de 8 de março de 1808. Arquivo Público da Bahia. "Cartas do Governo a Sua Majestade". Livro 10-12, fls. 62-64. Na data mesma da chegada (22 de janeiro), estando ainda distantes os navios da esquadra, o conde da Ponte assinava ofícios comunicando "deve hoje entrar neste porto a esquadra de Sua Alteza Real, em que felizmente é transportado à cidade do Rio de Janeiro o Príncipe Regente Nosso Senhor com a Real Família Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a Várias Autoridades" – 1803-1808", Livro nº 18, fls. 157v.

15 Acioli nas "Memórias Históricas e políticas da Bahia" menciona a nau com o príncipe, três naus inglesas e outras Portuguesas, o bergantim *Três Corações* provinha de Pernambuco, de onde o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, tendo tido notícia da vinda do príncipe e sua esquadra, mandara aquela embarcação a levar-lhes frutas e refresco. Ver Augusto Pereira. "Os Filhos de El Rei d. João VI", pág. 126 e Manifesto dos rebeldes de 1817 nos "Documentos Históricos", vol. 101, pág. 14. A abordagem do bergantim *Três Corações* à frota real é narrada por Melo Morais na "História da Trasladação da Corte Portuguesa...". No Arquivo Público da Bahia encontra-se documento referente à entrada da nau Príncipe Real na enseada de Cotinguiba antes de aportar a Bahia LNT, "Cartas Régias — 1808" 6-1 – 103 fls. 72.

A escuna americana, verificou-se depois, não fazia parte da frota, nem vinha a ela incorporada. Era a escuna *Favorita* que andara pelo sul da capitania, fora objeto de providências e fiscalização, e agora entrava no porto, coincidentemente com a frota real. Isto se vê do ofício existente no Arquivo Nacional no Livro – "Ofícios do Governo da Bahia", I. 1808, fls. 160.

16 'Ofício do conde da Ponte ao conde dos Arcos, de 5 de março de 1808, Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a Sua Majestade", Livro 10-12, fls. 62-64.

17 Ofício de 23 de janeiro de 1808 do conde da Ponte ao Arcebispo da Bahia. Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a várias Autoridades" – 1803-1808, Livro nº 18, fls. 40v.

18 Ofício de 22 de janeiro de 1808 do conde da Ponte ao presidente e desembargadores da Relação. Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a várias Autoridades" 1803-1808, Livro nº 18, fls. 137. Conf. Acioli Braz – Memórias Históricas vol. 3, pág. 48.

19 Oficio do conde da Ponte, de 24 de janeiro de 1808, Arquivo Público da Bahia. "Cartas do Governo a Várias Autoridades – 1803-1808" Livro nº 18 fls. 40v e 157v. O conde da Ponte, ainda em meio à azáfama do primeiro dia, datava de 22 de janeiro de 1808, ofícios para o capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, aos das Vilas de S. Francisco, S. Amaro e ao Sargento-mor de Cachoeira, a cada um pedindo, para alimentação de tanta gente que chegava, sessenta bois "de seus engenhos e outros de seu distrito", para estarem nos currais da cidade nos dias 24, 25, 26, 27, 28 29 e 30. Presumia-se ser pequena a estada da Corte na Bahia, pouco excedendo de uma semana. Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a Várias Autoridades", 1803-1803", Livro nº 18 fls. 39, 39 v. 40.

O sargento-mor da Cachoeira, ao invés de enviar gado dos seus e dos engenhos dos vizinhos, mandou atravessar o que vinha para a Feira de Capuame, procurando assim, e a seu modo, cumprir a ordem do governador, que por isto o censura. Ofício do conde da Ponte ao sargento-mor da Cachoeira, de 1° de fevereiro de 1808. Arquivo Público da Bahia. "Cartas do Governo a Várias Autoridades 1807-1808", Livro nº 20, fls. 191.

20 Ofícios do conde da Ponte de 30 de janeiro de 1808. Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a Várias Autoridades 1803-1808" – Livro nº 18, fls. 46v.

Foram repetidas as ofertas dos senhores de engenho de S. Amaro. Num oficio de 1° de fevereiro já fala o conde da Ponte da quarta remessa. Id. Livro nº 20, fls. 191.

21 Sobre estas e outras atividades do regente na Bahia, ver os documentos compendiados no Arquivo Público da Bahia sob as rubricas "Cartas do Governo a Várias Autoridades" 1803-1808 e 1807-1808 já citados: "Cartas Régias Livro 10-12". Conferir com Acioli-Braz – "Memórias Históricas da Bahia", vol. 3º.

Sobre algumas dessas atividades do príncipe na Bahia, ver também documentação no Arquivo Nacional – Livro – Ofícios do Governo da Bahia, 1, 1808; sobre fábricas pretendidas por Siqueira Nobre (fls. 105-106); seguros (fls. 148 e 152).

22 Ofício do conde da Ponte dos Arcos, de 8 de março de 1808. Arquivo Público da Bahia. "Cartas do Governo a Sua Majestade". Livros 10-12, fls. 62-64. Melo Morais no seu livro "História da Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808", Rio, E. Dupont Editor, 1872, pág. 62, diz que a nau *Meduza* trouxera à Bahia: Antônio Araújo, futuro conde da Barca, José Egídio, futuro marquês de S. Amaro e Tomaz Antônio Vila Nova Portugal, chegando ao porto a 16 de fevereiro de 1808.

23 A casa, ao que parece, era a que, à Praça Castro Alves, por muitos anos, foi ocupada pelo "Diário da Bahia", e antes fora residência do conde de Passé. Antônio da Silva Lisboa, comerciante rico e esclarecido, andava em complicações com o governador conde da Ponte, acerca de uma empresa de seguros e de negócios de escravos e pau-brasil, parecendo que então se valeu do prestígio de seu nobre hóspede. Não tardaria em mudar-se para o Rio de Janeiro. Aqui se transcrevem dois ofícios do conde da Ponte relativos a Antônio da Silva Lisboa: – "Ilmo. e Ex. Sr. – Nº 8 – Sendo dirigido a V. Exa. em data de 18 e 19 de setembro do ano próximo, passado os ofícios nº 131 e 132 sobre o comportamento inacreditável com que o negociante Antônio da Silva Lisboa, iludindo todas as ordens e insinuações deste governo, não só vilmente se aproveitou de doze contos de reis em metal que lhe prestarão seus sócios os comerciantes Coelho e Melo para a negociação entre eles por este governo estabelecida no dia 4 de maio de 1808 para a compra dos escravos a Mr. Hermitte, mas jamais quis por eles dividir os interesses da sociedade, perdendo com tais procedimentos o pouco crédito que lhe restava, e resistindo escandalosamente às mais positivas demonstrações deste governo, sou obrigado a dirigir por segundas vias os sobreditos ofícios que acompanham este, para que a vista deles V. Exa. determine os procedimentos que a este respeito deverão seguir, e lhe seja presente o justo motivo da minha resposta aos sócios e interessados na nova companhia de seguros constante do ofício nº 7 que nesta mesma ocasião levo à consideração de V. Exa. Deus Guarde a V. Exa. Bahia 11 de março de 1808. Ilmo. e Exmo. Senhor visconde de Anadia Conde da Ponte (Cópia extraída do Livro de Cartas do Governo a Sua Majestade do período de 1808-1809, folha 74 verso (Livro 1 10/12). A.P. B. "Ilmo. e Exmo. Sr." Vai de passagem em uma das naus inglesas – *Breford* – o negociante desta praça Antônio da Silva Lisboa, confirmo a seu respeito tudo quanto tenho representado a S.A.R. em ofícios nº 131 e 132 de setembro do ano próximo passado; ainda se acha para com seus sócios nas circunstâncias que confessa na carta que junto por cópia, isto é, desfrutando fundos alheios que deles recebera, e resistindo a repartição dos recíprocos interesses em prejuízo incansável dos interessados, e com escandalosa ofensa a este governo, que não podia deixar de tomar conhecimento de uma matéria a ele privativa, e numa negociação que só por ordem d'ele se poderia empreender: a falta de resolução sobre as minhas representações é um tácito despacho a favor de um roubador da propriedade alheia, que na boa-fé de caixa lhe fora confiada, de um caviloso negociante que pretende subtrair-se à repartição d'interesses que confessa em numa conta corrente por ele assinada, por aqueles sócios que lhe foram declarados no mesmo ofício que lhe facultava a negociação, e de um habitante desta cidade que tem agredido impunemente o respeito devido a ordens do governo dadas com a moderação que pelas datas e contexto delas se manifesta. Dirige-se a fazer pessoalmente seus requerimentos a este respeito induzido por um célebre desembargador desta relação, Faustino Fernandes de Castro Lobo, natural desta cidade, aparentado com negociantes, e que exerce bem a seu proveito e de seu irmão o lugar de provedor da alfândega;

e queixar-se (como presumo) de que eu não aprovasse a nomeação que sem conhecimento de causa pretendia nele fazer de provedor de seguros os sócios da Companhia Boate talvez porque ele fora o que promovera o Real Beneplácito pela intervenção do marquês de Bellas que teve a honra de hospedar na arribada que S.A.R. fez a este porto. Sobre os dois referidos objetos tenho dito em diversas ocasiões nos ofícios do ano passado que proximamente dirigi a V. Exa., por segunda via e nos nº 7 e 8 de 21 de março do presente ano, quanto devo para se deliberar o que for mais da Real Vontade de S.A.R. e que o Mesmo Senhor Julgar mais conveniente a Seu Real Serviço. Deus guarde, a V. Ex. Bahia, 19 de abril de 1808. Ilmo. e Exmo. Senhor D. Fernando José de Portugal conde da Ponte" (Cópia extraída do "Livro de Cartas do Governo de Sua Majestade" de 1808 a 1809, as folhas 88 (Livro 1 10/1- A.P.B.)

24 Braz do Amaral, em nota às "Memórias Históricas de Acioli", vol. III, págs. 231-232, publica alguns trechos dessa a pedido do príncipe, do qual foi comissário o dr. Baltazar da Silva Lisboa. Uma cópia do parecer do conde da Ponte sobre a memória guarda o Arquivo Público da Bahia. Livro 10, 12, fls. 44 a 49. Tem a data de 22 de fevereiro de 1808.

25 Obstada a saída da Frota Real no dia 24 de fevereiro de 1808, por se haver apresentado o horizonte carregado e estarem soprando ventos pouco favoráveis, só às 4 horas da tarde de 26 fez-se de vela ao sul com excelente vento e maré... Ofício do conde da Ponte ao conde dos Arcos, 8 de março de 1808, Arquivo Público da Bahia. "Cartas do Governo a Sua Majestade", Livro 10/12, fls. 62/64

26 Em um documento subscrito pelo conde da Ponte, ao tempo em que d. João estava na Bahia, refere-se o Conde a d. Fernando José de Portugal como "secretário de estado". Várias vezes ao conde da Ponte se dirige d. Fernando "da parte de S.A.R. Em diversas cartas-régias e decretos d. João, invariavelmente se refere a d. Fernando como seu 'Conselheiro de Estado'. "Vai assinada pelo Conselheiro de Estado Don Fernando José de Portugal" (fls. 19 do Livro 6/1-103 de "Cartas Régias 1808", Arquivo Público da Bahia), ou "pelo meu Conselheiro de Estado Don Fernando José de Portugal" (fl. 30, id.). Ao que parece d. Joao chamou o conselheiro de estado d. Fernando para seu secretário, porém não o nomeou secretário de estado ou ministro.

27 Ao presidente e deputados da Mesa de Inspeção dirigia-se o conde da Ponte, na data mesma em que o príncipe embarcava para seguir seus destinos: "Remeto a V. Mces., por cópia assinada pelo secretário de estado, o decreto de 23 do presente mês e ano pelo qual S.A.R. foi servido fazer mercê a José da Silva Lisboa, secretário e deputado dessa mesa, da propriedade e regência de uma cadeira e aula pública de economia política, conservando o ordenado que aí percebe do emprego de secretário, que se não deve por ora prover, substituindo-o a sua falta pelo escrivão com quem antes servia essa mesa, como me foi comunicado pelo Régio Ofício da mesma data que acompanhou o dito decreto". (Ofício de 24 de fevereiro de 1808. Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a Várias Autoridades", 180, Livro n. 20. fls. 222/223). Não tardou o príncipe em nomear a José da Silva Lisboa desembargador da relação da Bahia com exercício na Junta de Comércio que no Rio de Janeiro foi criada: "Deve tomar posse por procuração, logo que se findem as férias, de um lugar de desembargador desta relação José da Silva Lisboa, Deputado da Real Junta do Comércio, de que teve mercê por decreto de 9 de outubro do ano passado na conformidade da Carta Régia de 12 de novembro do dito ano que dispensa a lei em contrário. Deus Guarde a V. Exa. Bahia, 15 de março de 1809. Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Aguiar. Conde da Ponte". (Arquivo Público da Bahia, "Cartas do Governo a Sua Majestade" 1808-1809, Livro 10,12).

28 A vista de tantas "enseadas, abras e rios navegáveis, que do interior corriam a desaguar no oceano" tudo convenceria o príncipe ser "ostensiva... clara vontade do Criador em facilitar por tais veículos a comunicação e correspondência do gênero humano, aproximando as distâncias de todas as regiões, por aquela estrada geral e variedade de correntes e monções, a fim de participarem os seus habitantes em justa partilha dos dons da criação, e obras dos engenhos e braços dos coirmãos, conforme ao grão de cooperação ao bem comum, convivendo em paz e fie trato" – escreveu Cairu.

29 No Arquivo Nacional no Livro Ofícios do governo da Bahia I, 1808, fl. 23, encontra-se o original dessa "Representação" que o Arquivo Público da Bahia guarda em registro ou cópia. Foi ela pela primeira vez publicada no "Boletim nº 1 da Cadeira de História do Brasil, junho de 1954, e é do seguinte tenir.

"Senhor – Pelo Régio Oficio nº 60 que de ordem de V.A.R. me foi dirigido em data de 7 de outubro do ano próximo passado. Determinou V.A.R. que eu me pusesse em um estado de defesa respeitável, e capaz de repelir com vantagem qualquer ataque hostil contra esta capitania tentasse a nação britânica, ignorando-se ainda como aquela potência receberia a resolução que V.A.R. havia tomado de lhe fechar os portos de Portugal, estas são as últimas ordens que V.A.R. houve por bem fazer expedir, e que continuariam a ser o inviolável regimento de todos os meus procedimentos nas circunstâncias que se oferecessem enquanto não houvessem tão justos motivos de reconhecer que os ingleses permanecem na mais íntima aliança com a nossa nação e que os nossos inimigos são a França e Espanha; permita pois V.A.R., já que os seus propícios e os votos da nação preservaram a S. Real Pessoa e toda a Real Família tuas... e perigosos incômodos de uma viajem longa e concederam a esta capitania a glória e inexplicável prazer e satisfação de ser a primeira, ainda agora, em receber o seu soberano, e a tributar-lhe os puros votos de uma verdadeira vassalagem, e fidelidade sem exemplo que em nome do Comércio da Lavoura e benefício de todos estes habitantes e a bem dos rendimentos reais imploro a V. A. R., primeiro, que se levante o embargo sobre a saída livre dos Navios, fazendo-se Público na praça comerciante que são nossos inimigos França e Espanha e nossa aliada a Grã Bretanha e que debaixo desta hipótese se permita navegarem livremente para portos que ou as notícias públicas ou as particulares de seus correspondentes lhes indiquem mais vantajosas as suas especulações. Segundo: que seja submetida a despacho toda qualidade de fazenda sem exceção com aqueles direitos que o governador do estado com o provedor e administrador da alfândega, procurador da Coroa e escrivão e tesoureiro e deputado da real junta da fazenda imediatamente estabeleçam enquanto V.A.R. não ordenar um Regimento Geral pelo qual se dirija este importante objeto, e o mais interessante ramo de rendimento da Real Fazenda. Terceiro: que se tratem os navios, cargas e indivíduos daquelas duas nações como de potências inimigas apreendendo-se para a real fazenda os cascos de carregações e pondo-se em cautela os indivíduos até oportuna ocasião fazer transportar a outro qualquer porto.

Estas três regativas são as que no meio de uma confusão perplexidade, e no intervalo de continuo serviço em que tenho a honra e glória de entregar-me para o cumprimento das ordens de V.A.R. e que não podem sofrer delongas, sobre sua concessão sem um total prejuízo do comércio, perda iminente da lavoura, miséria e necessidade imediatas dos habitantes, e estagnação total dos Rendimentos Reais. A muito alta e poderosa pessoa de V.A.R. guarde Deus como havemos mister. Bahia, 27 de janeiro de 1808 – conde da Ponte». (Arquivo Público da Bahia – «Cartas do Governo a sua Majestade (1808-1809)", fl. 3. Cartas Avulsas que subirão à Real presença do Príncipe Regente Nosso Senhor estando nesta cidade da Bahia.

30 Expedida a Carta Régia, era fácil cumprirem-se as suas determinações, porque independiam de regulamentos ou providências burocráticas, salvo no que dissesse com a arrecadação dos impostos. Aos governantes cumpria publicar o régio documento, para que tivessem execução as licenças concedidas.

Assim, no dia seguinte ao da data da Carta Régia, o conde da Ponte expedia o seguinte ofício: "Pela Carta Régia da cópia junta, que houve por bem dirigir-me o Príncipe Regente Nosso Senhor será presente a V. Mces. a benéfica resolução do mesmo senhor sobre exportação e importação dos gêneros e navegação livre dos vasos do comércio para que V. Mces. façam publicar aos negociantes desta praça, afim de que na inteligência do que nela se contém, regulem suas especulações, e obrem o que for mais conveniente e vantajoso a seus interesses, ficando sem efeito, em virtude da dita Régia determinação, o embargo em que se achavam os navios do comércio, que praticadas todas as mais formalidades do estilo, que em nada se alteram podem seguir viagens, para os portos que mais os interessarem. Deus Guarde a V. Mces. Bahia 29 de janeiro de 1808, conde da Ponte. sr. Deor.

Presidente e Deputados da mesa de Inspeção desta cidade (Fls. 56/56v do Livro nº 19 das cartas de Governo a Várias Autoridades — 1807/18os) — ofício semelhante ao Provedor da alfandega, na mesma data. (Fls. 47v/48, id. ibid.).

Uma determinação do governo do Rio de Janeiro levou ao conde da Ponte a certa dúvida, relativa a execução da Carta Régia: "Na conformidade da Carta Régia de 23 de janeiro do presente ano é expressamente permitido quanto aos estrangeiros das Nações que se conservarem em paz e harmonia com a nossa Coroa, como aos mesmos portugueses, e exportarem para os portos que bem lhes parecerem a benefício do comércio e da lavoura, todos e quaisquer gêneros e produções da colônia a exceção dos notoriamente estancados, em sua observação tenho facultado licença a algumas embarcações que a requereram para carregar tabacos para as Índias e Gibraltar, porém pela determinação do régio aviso de 23 de fevereiro deste mesmo ano deve mandar por conta da Real Fazenda para as Ilhas dos Açores, madeira e outras até trezentas arrobas do tabaco em pó nos navios do comércio que se oferecerem a seguir viagem para aqueles portos, parece que se é intenção dos soberanos é o benefício da agricultura e do comércio deverei continuar a permitir as licenças que tenho facilitado e que não suspendo sem nova ordem do Príncipe Nosso Senhor, mas se caso aquela segunda determinação tem por objeto interesse privativo da Real Fazenda, a concorrência do tabaco em rolo conduzido pelos particulares há de obstar aos resultados que se tiverem calculado. Queira V. Exa. oferecer à consideração do Príncipe Nosso Senhor esta representação, e insinuar-lhe sobre este objeto a sua Real Vontade. Deus guarde a V. Ex. Bahia 8 de março de 1808. Ilmo. e Exmo. Senhor Visconde de Anadia. – Conde da Ponte" (Fls. 66/67 do Livro 10/12 – A.P.B.) Como se sabe, alteraram a Carta Régia o decreto de 10 de junho de 1808, a ordem e o decreto de 12 e 20 de outubro de 1808, os tratados com a Inglaterra de 1810, o alvará de 4 de fevereiro de 1811.

31 Acerca do marquês de Bellas e suas ideias relativas à Abertura dos Portos, conhece-se um longo memorial, sem data, de conselhos ao Príncipe Regente. Do contexto deste papel, publicado às páginas 38/43 do livro de Angelo Pereira – "D. João v1/ Príncipe e Rei / Vol. III / A Independência do Brasil / Lisboa / Empresa Nacional de Publicidade MCMLVI" – se infere ter sido redigido antes da chegada do Príncipe ao Rio de Janeiro e antes de haver este assinado a Carta Régia de Abertura dos Portos. Pode ter sido escrito, ou durante a travessia do Atlântico ou na Bahia, naquele curto período de quatro dias entre a chegada de D. João à Bahia, e a assinatura, ali, da Carta Régia.

Na primeira hipótese, tudo quanto escreveu o fidalgo português, nesse parecer-conselho escapa a qualquer influência de Cairu salvo as ideias econômicas, já divulgadas pelo sábio baiano em livro impresso e lido em Portugal. Na segunda hipótese, em que poderia ter o marquês bebido inspirações de José da Silva Lisboa, que, ajudado por Antonio da Silva Lisboa, acabaria por convencer, "capacitar", ao aludido marquês, libertando-o das dúvidas, hesitações e restrições reveladas naquele documento. É expressiva, aliás, a alusão à economia política, aos princípios da "ciência nova em que era perito Cairus": "É incrível a utilidade que pode resultar dos bons princípios hoje mais conhecidos, por ser uma ciência nova, que parece estava guardada para V.A.R. assim como o descobrimento da Índia para El Rey D. Manuel".

Não resolve esta dúvida sobre se o papel do Marquês de Bellas fora escrito na viagem, antes de chegar à Bahia, ou depois havendo conversado com Silva Lisboa e dele recebido inspirações, não resolve tal dúvida esta passagem, quando, aconselhando atos administrativos, diz: "Toda demora será prejudicial e indecorosa, e eu não vejo que lhe tenham os secretários preparado este Negócio que deve vir feito de bordo, para estar pronto. Outra coisa mais é preciso fazer-se antes de lá chegar..."

"Feito de bordo", isto é, preparado e acabado, para serem logo, sem "demora prejudicial", expedidos os atos no Rio de Janeiro.

"Antes de lá chegar" ao Rio de Janeiro, que era o destino dos viajantes, frase que poderia ser escrita: tanto a bordo em dia anterior a arribada à Bahia como ali, na Bahia, certamente antes da Abertura dos Portos que Bellas ainda a seu modo e restritivamente aconselha.

Eis o que nesse documento se lê a respeito da Abertura dos Portos: "Fechados os portos do continente pelos franceses por dentro e pelos ingleses da parte de fora, segue-se abrir os do Brasil a todas as nações, sem exclusiva, para não dar um privilégio a um só particular, o que seria uma espécie de escravidão».

Estamos a ver aqui que a universalidade "a todas as nações envolvia uma reação às pretensões inglesas, que eram as de exclusivismo e do privilégio. Bellas sugeria a abertura dos portos 'sem exclusiva' e aludia à Inglaterra, quando escrevia "para não dar um privilégio a uma só particular, o que seria uma espécie de escravidão."

E continuava o marquês de Bellas: "Se esta liberdade se há de entender a todos os portos do Brasil somente quanto à exportação, privilegiando um só para a importação, para servir como de chave que deve ficar na mão de V.A.R. para conte os mais na dependência, e é natural que seja onde V.A.R. vai estabelecer a sua Corte – se nas ilhas dos Açores se há de estabelecer em uma delas um entreposto de todos os gêneros do Brasil? O que, se há de fazer em Angola; e em cabo Verde e ultimamente com a Índia? Tudo são pontos que há de mister averiguar com peritos e é incrível a utilidade que pode resultar dos bons princípios hoje mais conhecidos, por ser numa ciência nova, que parece estava guardada para V.A.R., assim como o descobrimento da Índia para El Rey D. Manuel, (op. cit., pág. 40).

A Abertura dos Portos em que pensava o marquês de Bellas como um expediente fortalecedor do governo português, como uma fonte de rendas de que tanto precisava este ao transferir-se para a América, "o aumento que devem ter os direitos das Alfandegas pela liberdade do Comércio (id., pág. 31) não era igual à que foi decretada, senão em dois pontos: a todas as nações, e sem privilégio a qualquer delas ou melhor à Inglaterra, 'o que seria uma espécie de escravidão'. No mais, Bellas hesitava se a liberdade a todos os portos devia ser só para a exportação, se para a importação devia haver somente um porto privilegiado que devesse ser o do Rio de Janeiro. E diferia a resposta as questões que formulava, e a solução às dúvidas que sugeria a peritos, especialmente na "ciência nova". Como que se escuta: "Ouçamos o grande economista que aqui na Bahia viemos encontrar". Esse mesmo José da Silva Lisboa que na informação do tão citado manuscrito de Tomaz Antônio Vila Nova Portugal foi nomeado lente de economia política por influência, indicação ou apresentação do marquês de Bellas.

Na sua memória ou parecer, volta o marquês a falar da Abertura dos Portos através de uma minuta de ato de criação de uma junta de fazenda e nomeação como presidente da mesma a d. Fernando de Portugal. Nessa minuta se lê: "Tanto mais reconcentrado for o meu governo, tanto maior será o benefício da causa pública, principalmente no tocante à economia que se faz indispensável para poder acudir às despesas da Armada do Exército e das Negociações, sem que seja necessário impor novos tributos por causa da mudança da minha corte para estes estados do Brasil, donde só deve resultar a felicidade de meus vassalos, com a Abertura dos portos, e mais disposições a respeito das alfândegas de todo interesse para todo eles. (id., pág. 43).

32 Em 1781, em sua notável carta a Domingos Vandelli deixou escrito o jovem José da Silva Lisboa: "A cultura da cana (na Bahia) podia ser levada a um ponto de extensão incomparavelmente maior se a população crescesse e a nossa marinha mercantil se aumentasse e fizéssemos os portugueses da Bahia, do Brasil comércio ativo com as nações estrangeiras e pudéssemos levar o nosso açúcar a quem necessitasse dele".

Em 1804, no livro "Princípios de Economia Política": "Basta que abra [a Coroa] as suas fontes de riqueza para reintegrar-se na preponderância que lhe compete na balança política".

"Parece que a mais inocente e melhor economia consiste em se permitir indústria ativa, trabalho discreto, instrução franca, comércio livre."

"Será de eterna gloria ao Augusto D. João VI dar o primeiro exemplo de um Império, em que a Razão e a Justiça triunfem dos prejuízos e atentados, com que até o presente se acha manietada a indústria e o comércio do gênero humano".

"E se eu, que mal sou um átomo do universo, entrar para a imensidade desse benefício juntando algum grão à seara social não almejo a mais fortuna que o ser útil e poder juntar a minha voz a dos patriotas".

33 Entre os argumentos que se arrolam para restringir ou abolir a intervenção de Cairu, encontra-se este, o projeto de Abertura dos Portos havia sido certamente ponderado durante a viagem do príncipe e sua corte.

Ora, se no Reino jamais se cogitara da franquia dos portos brasileiros a todas as nações, como a definiu a Carta Régia, não é razoável imaginar-se que durante a atribulada travessia oceânica surgisse a nova ideia, e, a bordo discutida, desembarcasse, no porto da Bahia, assentada e resolvida. Nem o príncipe trazia junto a si, a bordo da nau em que para cá velejava, para tais discussões e resoluções qualquer ministro. Os dois conselheiros que com ele desembarcaram na cidade de Salvador – d. Fernando José de Portugal e o marquês de Bellas – não sabemos se viajaram na mesma embarcação com o príncipe; mas sabemos que ambos tiveram que ser "capacitados" por Silva Lisboa, para em conjunto com este "capacitaram", na Bahia, ao príncipe. E do marquês de Bellas conhecemos o memorial hesitante, resumido aqui em outra nota.

A medida como foi concedida foi cousa nova, sugerida pelas circunstâncias locais e inspirada, sustentada e definida pelos argumentos e fundamentos de ordem econômica, política e fiscal, que abalaram e convenceram o príncipe e captaram sua assinatura ao grande ato histórico.

Outro argumento se define em afirmar que havia pouca margem para a sabedoria dos conselheiros, dado o conjunto de circunstâncias que impunham a medida.

Certo as circunstâncias eram da mais acentuada magnitude, mas a representação, a caracterização, ponderação e medida de sua força, imposição e autoridade, necessitavam de um espírito capaz, informado e eloquente, sobretudo porque, para fazer-se o que se fez e até onde se fez, houve que derrubar toda uma estrutura econômica, fortalecida pela tradição, enraizada em interesses e costumes. Havia, pois, aí campo para a sabedoria dos conselheiros: não uns simples expositores de fatos ambientes em irrecorríveis determinações, mas lúcidos afastadores de objeções, receios, apreensões, contestações, todas aquelas dificuldades que ele, Cairu, teve que banir, especialmente do ânimo daqueles "bons estadistas" a quem "parecia quase impossível ou de muito problemático efeito", e que não eram senão d. Fernando e o marquês de Bellas e o conde da Ponte, os únicos "estadistas" presentes na Bahia entre 22 e 28 de janeiro de 1808, quando Cairu foi "ouvido" e "participou da honra de concorrer" para o régio ato, vencendo "forte oposição", até "capacitar" a d. Fernando e a d. João. Lembra-nos também, um outro argumento, que equivale a uma exceção de incompetência – não tinha Cairu grande poder de persuasão junto dos poderosos, não sendo homem para contrariar e combater ideias radicadas em espíritos de governantes. Debuxa-se assim um postiço e aleivoso retrato de José da Silva Lisboa. Dedicado defensor da monarquia, participava do pensar e dizer da época, que atribuíam aos soberanos o mérito dos bons atos de governo e a felicidade dos povos reis a quem se dirigia a especulação e a discussão de ideias e providencias, já que tudo devia promanar da Coroa. Neste sentido, era um "áulico", como toda a gente de prol, então, mas nunca um subserviente, incapaz de opiniões e julgamentos, ou de os sustentar, por medo dos poderosos. Seus escritos, seus discursos e atitudes – sua vida – desmentem o pejorativo conceito que lhe abastarda o caráter.

Não expôs ele, em tempos coloniais, ideias que tendiam a romper coloniais liames? Não foi ele um vulgarizador de princípios que enristavam com a ciência e a legislação econômico-oficiais, forçando

os muros de terror e censura, que então premiam inteligências forradas de cultura? Não enfrentou na constituinte e no senado opiniões de poderosos? E nos seus panfletos, avulsos e livros?

Como, pois, atribuir tamanha fraqueza de submisso adulador, incapaz de contrariar os fortes, a homem de tão alta e robusta contextura moral, intelectual e cívica?

34 Tobias Monteiro – "História do Império/A Elaboração da Independência" – pág. 66.

35 Acha-se felizmente publicada grande parte, e muito importante (porque aí se encontram expostos e definidos os propósitos da Inglaterra) da documentação inglesa relativa à crise que se estende do ultimatum de Napoleão a Portugal (12 de agosto de 1807) à trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil (29 de novembro de 1807), à Abertura dos Portos (28 de janeiro de 1808) e aos tratados com a Inglaterra (19 de fevereiro de 1810).

O excelente livro do Sr. Caio de Freitas – "George Canning e o Brasil Influência da diplomacia inglesa, na formação brasileira, Companhia Editora Nacional – S. Paulo – 1958 – Vol. 298 da Coleção - Brasiliana" (2 tomos), nos fornece a correspondência oficial de Canning com Strangford. E de instruções, credencias, notas, ofícios, cartas entre o ministro do exterior da Inglaterra e o ministro inglês junto à Corte Portuguesa se confirma que a Abertura dos Portos, como ela foi feita, nunca foi desejada ou pretendida pela Inglaterra; que a Abertura dos Portos desagradou à Inglaterra, que a Inglaterra pleiteou ou impôs em proveito próprio alterações no regime criado pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, e tais, que lhe aboliram o caráter de liberal e universal.

Sentindo-se obrigado o príncipe D. João a fechar os portos de Portugal aos ingleses, buscava entendimentos reservados com a corte britânica, nos quais se cogitava da simulação de um estado de guerra entre Portugal e Inglaterra e da possibilidade do príncipe regente e sua família terem de deixar Portugal e, neste caso, de uma escolta naval inglesa que protegesse a operação da trasladação.

Desde logo, naquele transe às vésperas de uma invasão francesa em Portugal, a Inglaterra adotou, em sua política, duas grandes teses: impedir que a frota portuguesa de guerra e mercante fosse presa dos franceses e trasladar a corte portuguesa para o Brasil. Para a execução do primeiro item já vinha a Inglaterra treinada do episódio da Dinamarca. E Lisboa sentiu-se ameaçada de ser, como Copenhague, bombardeada pelos canhões ingleses.

Quanto ao segundo, era aproveitar a ocasião, e, com aquele transferir-se da sede da monarquia luza, abrir no Brasil um grande mercado para dar largas à crescente indústria britânica.

Na órbita desses grandes objetivos gravitavam alguns menores, como a ocupação da Ilha da Madeira, etc.

Em 22 de outubro de 1807, é assinada em Londres uma convenção secreta em que se estipula o auxílio da Inglaterra à transferência da corte e à escolta inglesa até a América do Sul. A tal convenção se anexou importantíssima cláusula adicional na eventualidade de serem os portos portugueses fechados aos navios ingleses seria estabelecido em Santa Catarina, ou em qualquer outro porto da costa do Brasil, um porto pelo qual as mercadorias inglesas pudessem ser importadas pelo governo ou pelos comerciantes, transportadas por navios ingleses, sujeitas aos mesmos direitos que mercadorias idênticas pagavam nas alfândegas de Portugal.

A questão de porto ou portos do Brasil assim aparece como um objetivo dos ingleses na sua diplomacia com Portugal.

Mas era, como se está a ver coisa muito diversa da Abertura dos Portos como ela foi concedida pela "Carta Régia". Tratava-se simplesmente de garantir a entrada direta, no Brasil, por um só porto, das mercadorias inglesas, já que não o poderiam por intermédio dos portos do Reino, ou fechados aos ingleses ou ocupados pelos franceses.

Este artigo aditivo era aliás uma redundância, porque a simples transladação da corte transferia para o Brasil toda a engrenagem comercial luso-britânica que triturava Portugal em proveito da Inglaterra. Por isto mesmo a aludida trasladação se tornou um propósito, por assim dizer, obsessivo dos ingleses. É que, como resume Caio de Freitas: "A ideia vinha ao encontro das aspirações de sua política de expansão comercial da Grã-Bretanha, pois aquela transferência, independentemente das justificativas de ordem política e militar, iria proporcionar aos importadores ingleses um contato mais estreito e direto com o Brasil, eliminada que seria, em consequência dela, a existência do complicado entreposto europeu" (vol. I, pág. 48).

Entretanto a convenção secreta, ao ser afinal ratificada pelo governo português, não o foi quanto ao artigo adicional, referente ao porto em Santa Catarina ou outro na costa do Brasil. Esta particularidade, porém, não incomodou os ingleses, pois a simples transferência da Corte iria dar de fato muito mais que aquele porto. Demais, na convenção secreta ratificada se dizia que "tão logo a Corte estivesse instalada na colônia, negociações deveriam ser estabelecidas para a assinatura de um tratado de comércio e de assistência entre Portugal e a Inglaterra", e nesse tratado a vir ser pactuado com Portugal em situação precária dominado na Europa pelos franceses, e dominado no Brasil por eles Ingleses, tudo se haveria de conceder aos Britânicos, como se verificou. Neste tratado pôr-se-ia no preto e no branco o que as circunstâncias estavam sucessivamente concedendo e realizando.

Canning empurrava o príncipe para o Brasil, e em um de seus escritos as instruções a Strangford, que acompanharam a remessa da convenção secreta, procuravam mostrar o contraste do pouco ou nada que seria a permanência da Corte em Portugal, em situação precária e pouco digna, à mercê do favor de Napoleão, que não respeitaria a nominal independência da monarquia quando "com um simples gesto, poderia erigir, de novo, aquela mesma monarquia na sua colônia americana, em bases que nenhuma ameaça teria forças para abalar". (Id., vol. I, págs. 59 e 60).

Canning acenava a Portugal com as promessas do grande e novo império americano. São frases suas (Canning a Strangford, 22 de outubro de 1807) que a trasladação da Corte "transformaria um indolente, tímido e indefeso reino num enérgico e ativo membro de um grande e poderoso império" (Id., vol. I., pág. 61).

O governo português ia contemporizando e trapaceando. Sentindo-se obrigado a hostilizar ostensivamente aos Ingleses, fechando-lhes os portos de Portugal para aplacar as ameaças invasoras de Napoleão, reservava ou secretamente prometia ou dava aos Britânicos compensações: preparos para a retirada da frota portuguesa com a Corte, partida do príncipe da Beira. E ainda: à Inglaterra "conceder comércio livre nas nossas possessões sul-americanas, a fim de compensá-la, com juros pelos prejuízos que havia sofrido em seu comércio com a mãe pátria" – como dizia a 28 de outubro de 1807, o ministro Antônio de Araújo a Strangford (Id., págs. 67/68).

Nada de Abertura dos Portos, como ela foi feita. Concessão de comércio livre aos ingleses. Não um ato que conduzisse o Brasil a sua independência, mas que o escravizasse à Inglaterra, que também insistia na admissão de fábricas inglesas na América portuguesa – comércio e produção – portanto (id., pág. 78).

O Sr. Caio de Freitas resume bem essa política inglesa (que não comportava Abertura dos Portos, e que seria por essa Abertura, como a estabeleceu a Carta Régia, contrariada): "Projeto de Canning, de fundação e da abertura de um vasto império no Brasil protegido pela esquadra britânica e moldado e afeiçoado as conveniências da expansão e da ânsia de lucros da indústria inglesa" (id., pág. 72).

Já quando o príncipe e a corte se embarcavam (afinal): depois que Strangford, ministro inglês, fora retirado de Lisboa, recolhendo-se a um dos navios da frota de Sidney Smith, que à boca do Tejo se dispunha a um golpe de mão sobre a frota portuguesa; à véspera da partida da corte, Strangford regressa a Lisboa, conferencia com Araújo, procura banir toda tergiversação real com uma promessa

de proteção e auxílio ingleses – "porém sob a condição de que a sua partida para o Brasil fosse levada a efeito dentro de duas horas a partir do momento em que (o príncipe) recebesse a carta", que ao príncipe, ele, Strangford, dirigira (pág. 92). E ainda informa Caio de Freitas – "Strangford, como era de seu hábito, não se esqueceu de ferir a nota grata nos ouvidos de Canning, quando em outro trecho do seu despacho (30 nov. 1807), depois de revelar a anuência do príncipe regente, à sua insistência, frisou, com a maior ênfase, as perspectivas que a solução daquela crise iria proporcionar à Grã-Bretanha: "Habituado às oscilações do espírito do príncipe regente e, aos seus sentimentos de gratidão e respeito em relação a Sua Majestade Britânica, estou convencido de que ao trazê-los à tona, naquela ocasião, defendi para a Inglaterra o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo e de exigir obediência a ser paga como o preço da proteção" (id., pág. 94).

Nada mais diverso de uma Abertura dos Portos, a todas as nações amigas com estipulação de pesados impostos de importação a toda espécie de mercadorias, inclusive as inglesas. O que a Inglaterra queria no Brasil era mandar como soberana a vassalo, era a obediência como paga do preço da proteção era, afinal, tudo aos ingleses, e só aos Ingleses.

Os tratados de 1810 vieram a ser eloquente expressão dessa vassalagem. A Abertura dos Portos nada teve com ela e até a contrariara, vindo a ser corrigida, na parte das tarifas em obediência a imposições inglesas.

O fato da transferência da corte, ao demais protegida pela frota inglesa, bastava, por enquanto, aquela vassalagem. Não havia mister – Abertura dos Portos, que deve ter semelhado aos ingleses como uma impertinência do príncipe. E até parece que este, aproveitando a ocasião, quisera dar demonstração de não se submeter servilmente àquelas peias que de modo tão arrogante lhes entremostrara Strangford nas intimações na hora crítica e trágica da partida do Reino.

Observada a este ângulo, a Carta Régia a uma resposta ou melhor um ano ante as insolências de Strangford.

Da desnecessidade para os interesses ingleses, na ocasião, de qualquer ato relativo a portos nos dá clara definição Caio de Freitas: "A importância econômica da colônia justificava, como vimos, o interesse e a preocupação da Grã-Bretanha em assenhorear-se de seu mercado. A transferência da Corte constituíra uma medida decisiva nesse sentido, pois a mudança da sede da monarquia e a ocupação de Portugal pelo exército francês iriam tornar impossível a existência ou o funcionamento do antigo entreposto de Lisboa" (Id., pág. 143).

Bastava a transferência, mas Canning na convenção secreta acrescentara o artigo aditivo sobre um porto livre. A este aditivo fora negada ratificação por Portugal. A Inglaterra não fez questão porque a simples transferência lhe dava o tudo, de que aquele porto era apenas uma parte. "Comércio livre dos ingleses no Brasil" (Antônio Araújo) – "sistema de compensação comercial" (Príncipe D. João) (id., pág. 144) eram promessas de Portugal à Inglaterra. Algum ato sobre portos e sua navegação por navios ingleses poderia surgir – nunca uma franquia geral e ampla de todos os portos "a todas as nações amigas".

Partida a corte não devia demorar de seguir-lhe na esteira – Strangford – para dar corpo, em estipulações diplomáticas, aquela "vassalagem" do Brasil à Inglaterra. Quando em 17 de abril de 1808, Canning redigia as instruções a Strangford, que ia viajar para o Rio de Janeiro, não tinha ainda notícia do ato ousado de d. João, na Bahia. Não conhecia a "Abertura dos Portos".

Strangford, que só parte da Europa em 3 (?) de maio e que chega ao Rio em 22 de julho de 1808, não devia açodar-se – escrevia Canning: "Seria vantajoso que essas combinações fossem adiadas até que o governo do príncipe regente criasse raízes em sua nova situação e que o destino de Portugal estivesse definitivamente resolvido"(pág. 168).

A Inglaterra nada exigiria, portanto, do príncipe quando ainda arribado na Bahia. Strangford ia arrumar tratados, mas devia dar tempo a que um "poder recentemente estabelecido" estivesse em condições de negociar. Era mister que se assinassem acordos relativos a providências "necessárias para a abertura do Brasil ao comércio inglês" e proteção e segurança aos comerciantes (id., pág. 173). E Canning definia aquilo que, na mira de tais objetivos, Strangford devia obter do príncipe residência livre de ingleses: liberdade, de importação recíproca, sujeitos os produtos aos direitos e regulamentos que os dois países pudessem impor, não sendo necessário no momento "fixação de qualquer tabela dos direitos a serem impostos" (pág. 174). Nada aí de Abertura de Portos. E quanto a impostos, tudo diverso do que está na Carta Régia – que estabeleceu a tabela de direitos de importação. Canning visava a "obter direitos preferenciais para as mercadorias inglesas sobre as procedentes de qualquer outro país" (id, pág. 174).

A Carta Régia disso não cuidou, antes decretou para todos (ingleses inclusive) uma taxa única e geral. Se aquela taxa preferencial repugnasse ao governo português, não insistisse Strangford: "Obtivesse, então, a estipulação de que cada um dos dois governos trataria o outro à base de nação mais favorecida" (pág. 174). Diferença de água para vinho do que se determinava na Carta Régia. Canning falava a Strangford sobre a conveniência de "taxas moderadas". Se d. João assim não pensasse, procurasse dissuadi-lo com o argumento de diminuição de receita pelo contrabando, estimulado este pela grande vantagem decorrente da alta tributação. Os contrabandistas seriam – ingleses e americanos – que encontravam facilidades na "grande extensão da costa brasileira" (id., pág. 174). Entretanto, as taxas moderadas induziriam "os comerciantes ingleses a fazerem do Brasil um empório para as suas mercadorias, destinadas ao consumo de toda a América do Sul" (pág. 175).

Ora a Carta Régia estabeleceu taxas nada moderadas – 24%.

Temos, pois que a "Carta Régia" se opôs aos desígnios ingleses nessa parte de tarifas, já em decretá-las, já em estipulá-las não moderadas.

Sobre portos, o que Canning recomendava a Strangford é que obtivesse uma base de operações de contrabando para as colônias de Espanha, ou melhor, para uma ofensiva comercial acolá: "Devia obter um porto livre para a Inglaterra na ilha de Santa Catarina, onde as mercadorias inglesas seriam transferidas para navios portugueses e espanhóis, para serem transportadas, para consumo nas colônias espanholas, com conivência tácita dos respectivos governos» (pág. 179).

Chegando ao Rio, Strangford encontrou decretada, a 11 de junho de 1808, a alteração da taxa de importação (24%) como fora fixada na "Carta Régia", reduzida, agora, a 16% para mercadorias pertencentes a portugueses, importadas em navios portugueses.

Tratava-se de uma medida fiscal de ordem interna que, afinal, estabelecia uma tarifa fiscal de ordem interna que, afinal, estabelecia uma tarifa preferencial para os naturais do país, a favor dos portugueses, que, pela "Carta Régia" tinham ficado equiparados, quanto a impostos de importação, aos comerciantes ou navegantes de todos os países amigos, inclusive a Inglaterra.

Contra um ato natural, uma preferência tão justificada – os ingleses se rebelaram.

Só agora é que eles tomavam em consideração a «Carta Régia» e a invocavam, não propriamente a seu favor, mas contra os portugueses. Canning menciona-a não como um ato do governo luzo, que tivesse contentado a Inglaterra, pode-se ser considerado como satisfazendo a velhos propósitos ingleses. Em ofício a Strangford (26 de novembro de 1808) assim escreve: "No dia 28 de janeiro, uma Carta Régia havia sido promulgada no Rio de Janeiro (engano, fora na Bahia), impondo a taxa de 24% sobre todas as importações que entrassem naquele país, o que colocou as importações britânicas em uma base, não de nação mais favorecida, ou de qualquer maneira favorecida, mas num pé de igualdade com as importações de todas as outras nações. Embora as reconhecendo, assim como as

de todas as outras nações, e verdade, como estando equiparadas às importações portuguesas (id, pág. 196).

Não é um elogio: é uma queixa. Aquela taxação não dava nada aos ingleses, não os favorecia em cousa alguma. Ficavam em pé de igualdade aos naturais de todas as nações amigas: embora (é verdade) aos próprios portugueses.

Queria Canning, desejavam os ingleses, tarifas preferenciais que a "Carta Régia" não lhes conferira, antes dera iguais a todas as nações amigas. Como, porém, os portugueses também as pagariam, difícil era reclamar. Agora, à vista do decreto de 11 de junho, reduzidos os direitos sobre as importações feitas em navios portugueses para 16%, dando assim uma vantagem de 8% sobre as transportadas em navios ingleses, Canning se irritava. Aquilo era providência "contra o comércio britânico" (id., pág. 196).

Strangford recebia então instruções no sentido de obter que "aquele decreto fosse tornado sem efeito imediatamente" (21 de dezembro de 1808 e 1º de março de 1809).

O decreto não foi revogado, mas a equiparação tarifária da "Carta Régia" e a posterior tarifa protecionista ao comércio português não tardaram em ser anuladas no tratado de 1810, com o qual a Inglaterra conseguiu, para si, uma taxa de 15%, continuando para os Portugueses a de 16%, e para as nações amigas, os primitivos 24%!!!

Escreveu Melo Morais que Strangford, já a corte embarcada, estivera a bordo de uma das naus para conferenciar com Araújo (conde da Barca) e que nessa ocasião falara da Abertura dos Portos e da de um porto franco em Sta. Catarina.

É de notar-se aí contradição ou falta de lógica. Se falara sobre Abertura dos Portos, liberdade total do comércio, não falaria de um só porto concedido à Inglaterra.

Teria talvez conversado sobre o porto franco ou livre de Sta. Catarina, de que sempre se cogitara e fora mencionado em uma das estipulações da convenção secreta.

É de notar-se ainda que, em um ofício ao príncipe datado de Londres a 17 de janeiro de 1808, Domingos de Souza Coutinho, falando dos recados ou "ordens" que S.A.R., nos transes da partida para o Brasil, lhe mandara por intermédio de Strangford, nenhuma referência há a portos e sua abertura, a qualquer exigência inglesa a semelhante respeito. (Ofício guardado no Arquivo Histórico do Itamaraty). E é da maior importância haver recentemente aparecido (1953) no livro de Ângelo Pereira – "D. João VI / Príncipe e Rei / Vol. 1º / A Retirada da Família Real para o Brasil / (1807) – Revelação de Documentos Secretos e Inéditos sobre o Grande Acontecimento. / Lisboa / Empresa Nacional de Publicidade M. CM. LIII" (pág. 182) um documento que justamente narra a conversa de Strangford com Araújo, comentada por Melo Morais, e na qual não se tratou da Abertura dos Portos. Foi tão só lembrada então a convenção secreta, e nesta, de referência a portos, bem sabemos só se cogitava de um porto. Tal documento (bilhete de Araújo ao príncipe) liquida a lenda de entendimentos de última hora entre Strangford e Araújo, sobre a Abertura dos Portos: "Senhor, fico certo do que avisa Miguel Luiz que nos dá mais algum sossego. Para o porto foi já a ordem que V.A.R. determina, mas não terá efeito por falta de navios de transporte; lá não se acha senão um regimento. Lord Strangford esteve há pouco aqui e me falou em algumas cousas relativas à convenção com a Inglaterra em que ficamos de acordo. Queria que entrassem os ingleses nas fortalezas, mas eu lhe respondi que isto se faria desnecessário visto V.A.R. sair sem demora, e que depois entrando os franceses fuzilariam as guarnições portuguesas, e causaria hostilidade em Lisboa; portanto julgava ser de meu dever não dar este conselho a V.A.R.: que os ingleses entrassem nas fortalezas muito embora (como se diz na convenção), mas que V.A.R. ordene que os deixem entrar isto tinha consequências contra os seus vassalos no momento em que se separa deles. O mesmo Lord me perguntou quando

podia ir à presença de V.A.R.... disse-lhe que amanhã às 8 horas da manhã, mas como o vento está bom parece que V.A.R. o não deva esperar. Beijo reverentemente a mão de V.A.R. 'Não Meduza' 28 de nov. Antônio de Araújo de Azevedo".

36 De que a Abertura dos Portos – a todas as nações, estabelecida uma só e elevada tarifa não era objeto de negociações entre portugueses e ingleses, quer antes do príncipe regente e sua corte se transferirem para o Brasil, quer depois, há bastas provas na correspondência de d. Domingos de Souza Coutinho, futuro marquês de Funchal, então ministro português acreditado junto à corte britânica.

Entre estes papéis, guardados no Arquivo Histórico do Itamaraty, encontra-se, com data de 7 de janeiro de 1808, carta de um certo Irving, pessoa do governo ou ligada ao governo inglês, "sobre regulamentos que se devem firmar para guiar a nossa comunicação com o Brasil".

Considerava Irving, como essencial, "a ab-rogação de toda restrição que até aqui tinha entravado tanto a cultura como o comércio". E falava em – liberdades de importação e exportação; e taxas que não viessem a ser na sua arrecadação diminuídas pelo "contrabando ou corrupção". Indicava, como meio eficaz de combater o contrabando, e de arrecadar rendas "a criação de portos francos nos principais portos como Rio de Janeiro e Rio Grande", recomendando, "como modelo dos mesmos e dos seus regimentos secundários o estudo dos atos parlamentares relativos aos Doks em Londres, e à história dos portos franceses em Itália, particularmente Genova". "Publicar-se-ia uma lei estabelecendo que cada navio que entrasse nos portos do Brasil devesse descarregar em um dos Portos Francos. As mercadorias que sais sem dos portos francos para o consumo do Brasil pagariam direito segundo uma tarifa estabelecida e que se fixasse. Quando saíssem dos armazéns para o consumo de países estrangeiros tais como os Domínios de Espanha, as Índias Orientais, etc., então só pagariam um pequeno direito qual, por exemplo, o de 3%. Tais regulamentos fariam destes portos francos um depósito ao qual recorreriam para suprimentos todos os países vizinhos e dariam ao mesmo tempo opulência aos negociantes e renda ao Príncipe". Por esta mesma época, Domingos de Souza Coutinho ia tomando providências prescrevendo normas ou "regulamentos", enquanto ignorava o que a respeito do comércio do Brasil e para o Brasil teria resolvido o príncipe, depois de sua partida de Lisboa.

Uma das providências adotadas, de acordo com o governo inglês, ficou expressa em avulsos dados à estampa, para serem distribuídos entre os fabricantes e negociantes ingleses que se interessassem pelo comércio com o Brasil ou para o Brasil.

É este o teor dos avulsos impressos: «Condições a que os negociantes se obrigarão para obter admissão no Brasil (provisional enquanto não conhecem as resoluções de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor) de todas as fazendas de algodão da manufatura britânica, que não eram dantes admitidas em Portugal: 1º – que todos os negociantes que desejem carregar para o Brasil fazendas de algodão da manufatura britânica (sem esperar pelas resoluções de Sua Alteza Real), quer seja em navios portugueses ou ingleses serão obrigados a tomar uma licença do Conselho Privado Britânico para seguir viagem a Cabo Frio, e ali esperar pelas ordens de S.A.R., e saber o porto de descarga que lhe é determinado; e darão fiança de não ir a outro porto. 2º – que todo capitão ou mestre, e carregador, dará fiança igual ao valor da carga na alfândega desta Cidade de lhe apresentar de volta a Certidão de descarga na alfândega do porto que lhe for determinado por S.A.R. 3º – que todo capitão cu mestre, e carregador, se obrigará, além disto, pagar na alfândega do porto de descarga os mesmos direitos que se pagavam antes em Portugal sobre os lanifícios; ou em lugar deles, os direitos que tiverem sido estabelecidos de novo, por S.A.R. para as fazendas de algodão da Manufatura Britânica. 4º – segundo o que vos ofereceis e para constar que não se carregarão para o Brasil fazendas da Ásia, o Manifesto da dita carga, jurado e autenticado como de costume nesta alfândega, será assinado pelo agente e cônsul geral I.C. Lucena, e firmado por

mim. 5º – debaixo destas condições que constituem tudo o que pelo presente pode desejar um negociante honrado, eu muito voluntariamente darei a cada capitão uma licença para seguir sua viagem debaixo destas condições a Cabo Frio; e não achando ali ordens, continuar como lhe será indicado no sobrescrito da minha carta ou licença. P.S.: É escusado advertir que logo que V.V.M.M. me apresentarem a licença do Conselho Privado, etc. etc. etc. assinarei o manifesto e entregarei a minha carta ou licença sem a mínima despesa para qualquer dos interessados". E no mesmo papel: "Sr. Comandante, sirva-se de participar ao portador desta, capitão do navio. As ordens que tiver recebido de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor para admissão e porto de descarga dos navios carregados com os gêneros especificados nesta licença particular. Na falta destas ordens em Cabo Frio, rogo aos Srs., comandantes das fortalezas de Lage e Santa Cruz que requeiram as mesmas Reais Ordens pela repartição da secretaria d'estado competente e as participem ao Portador desta. Deus Guarde Ms.a.s. Londres de 1808. Muito venerador e fiel servidor. Na Impressão de Cox e Filhos e Bayles. no 75. Great Queen Street".

Tanto da carta de Irving quanto destas "condições" assentadas por Coutinho com o governo inglês se vê que, em lugar de qualquer ideia de Abertura de todos os portos, o de que se cogitava era de algum ou alguns "portos francos", para os quais toda a navegação mercante inglesa se dirigisse: era do porto de Cabo Frio (como antes e também o de Santa Catarina), destino das embarcações inglesas, e onde os seus capitães iriam saber onde poderiam descarregar as mercadorias conduzidas.

Naquele princípio do ano de 1808, a grande tarefa de Domingos Souza Coutinho foi moderar ou conduzir a avidez inglesa. São palavras suas num longo e interessantíssimo ofício ao príncipe regente, datado de Londres a 17 de janeiro de 1808: "O entusiasmo que excitou neste Reino a heroica resolução da trasladação da Corte para o Brasil foi para os negociantes o motivo de imediatas especulações sem esperar pelas resoluções de V.A.R., que só podiam mudar o sistema de proibição que d'antes existia para os Navios Estrangeiros no Brasil. Puseram-se logo à carga muitos Navios Ingleses. Eu recebi vários impressos, visitas, petições e cartas sem número de todas as partes do Reino – pareceu-me este movimento prematurado e procurei sofreá-lo com a nota que apresentei N.1".

Mas não pôde impedi-lo; apenas atenuá-lo ou discipliná-lo. Nem ele Coutinho, nem o governo inglês poderiam "coibir os especuladores dentro dos limites que devem à Autoridade Real e à conservação de marinha mercante dos súbditos do Brasil". Depois de muitas discussões com negociantes ingleses e de ouvir o parecer do agente e cônsul-geral João Carlos Lucena e outros negociantes portugueses, acertou Coutinho de encaminharem-se as mercadorias para a Ilha de Santa Catarina, a cujo governador escreveu uma carta: "Ajuste que consta da carta que escrevi ao governador de Santa Catarina, de que mando cópia ao Exmo. secretário de estado".

Escreve Coutinho que podia "deixar os negociantes ingleses correr o risco que quisessem", mas considerou os grandes que correria a fazenda Real "com o comércio ilícito que era inevitável". Tivera também em vista o desrespeito que haveria à autoridade real portuguesa, se se alheasse de tudo o que estava acontecendo. Sabia muito bem que, como no dele Coutinho, haveria, no ânimo do príncipe, incerteza e hesitação, "a embaraçarem as resoluções definitivas que V.A.R. tomar a respeito do Brasil, segundo a perda (certamente temporária) de Portugal houver ou não de durar, enquanto durar Bonaparte". Era preciso que o príncipe facilitasse a "admissão d'alguns gêneros que antes eram de contrabando, principalmente os algodões". Dividindo responsabilidades com o cônsul, Lucena e os demais negociantes portugueses, em Londres residentes, se animaram a escrever ao governador de Santa Catarina "sem esperar pelas ordens de V.A.R." e o fizera com tal precipitação porque "é notório que os contrabandistas não esperarão por elas". O favor em que importava aquele encaminhar de comércio para o Brasil (via Santa Catarina) bem podia, ou devia, o príncipe "vender aos ingleses" em troca de outros para os Portugueses na Inglaterra, onde a rigor os navios do Brasil, como os dos países chamados coloniais, não eram admitidos. Em todo o caso, "estou persuadido que é fácil fazer um regulamento preliminar menos favorável do que será depois um tratado feito

com vagar"; um regulamento temporário de admissão de alguns gêneros, já que era impossível coibir o contrabando. Mais adiante, nesse oficio Domingos Coutinho informava: "Os Negociantes ingleses que querem acomodar-se aos regulamentos feitos para ir à Ilha de Santa Catarina esperar pelas novas ordens de V.A.R. são os mais interessados em que o rigor seja inflexível para todos os que forem a outro porto que o de Santa Catarina sem licença do conselho privado e sem a minha carta para o governador".

Preocupado em justificar a sua iniciativa no encaminhar os navios e mercadorias ao porto de Santa Catarina (depois ao de Cabo Frio) Coutinho sugere ou aconselha que, ao fixarem-se "direitos novos", ou sejam as tarifas de importação e exportação, ainda que se os conservasse mais altos do que depois poderiam ser pelo "Tratado (que, para ser bem feito haveria de demorar em concluir-se) sejam muito brandos na saída e muito menos do que eram até agora de entrada". Faz então uns cálculos sobre os impostos que até então se pagavam nas alfândegas e sobre as vantagens que tiravam os contrabandistas e passa a opinar – ser uma boa taxa – "até o Tratado" – "sobre todos os gêneros em geral 16% de direito de entrada sobre navios estrangeiros, e não menos de 10% em navios portugueses (que é pouco mais ou menos a mesma diferença que usam os ingleses)".

No começo de tão longo ofício, dá Coutinho a notícia de que d. João, ao embarcar para o Brasil, incumbira a Strangford de lhe transmitir algumas "ordens", que o diplomata inglês ditara e ele, Coutinho, escrevera. Eram relativas "a uma nota de 23 de dezembro N. 3 aos cabedais na Inglaterra, pertencentes a portugueses estão sob o jugo dos franceses: a restituição de navios apreendidos vindos da Índia e Ásia Grande: à remessa de dinheiro (empréstimo) para suprir no Brasil ás primeiras despesas: e a que a Grã-Bretanha observasse ao art. 6º da Convenção e não fizesse paz sem a restituição de Portugal".

Strangford nada falou a Coutinho sobre a Abertura dos Portos, nem D. João por ele mandara qualquer recado a este respeito.

Ainda nessa correspondência de D. Diogo Coutinho, encontramos expressiva minúcia do plano "muito do agrado do ministério inglês", sobre que aquele diplomata português andava a confabular com Canning: "Permitir aos navios espanhóis do Rio da Prata de vir com bandeira portuguesa traficar ao porto ou portos que for servido determinar no Brasil, e por este modo as fazendas inglesas teriam venda e V.A.R. acostumaria aqueles vizinhos a reconhecer a sua proteção e talvez a vassalagem por que suspiram".

Outro tópico do ofício de Diogo Coutinho, datado de Londres a 13 de fevereiro de 1808, nos diz muito. Depois de referir-se à impaciência dos fabricantes e negociantes ingleses pelo comércio do Brasil e das resistências que lhes ia opondo; de informar que recusava passaportes a negociantes para virem residir no Brasil. constando-lhe, entre tanto que "à surdina", e sem passaporte, haviam partido comissários volantes e também outros ingleses, com o intuito de no Brasil residirem; depois de sugerir não se permitisse a entrada de nenhum estrangeiro no Brasil, sem passaporte dos ministros de S.A.R., isto como meio de contê-los no respeito devido a S.A.R.: após julgar que esta medida sendo "geral para todas as nações, nenhuma se pode queixar", acrescenta Coutinho: "Tudo depende deste princípio para que os franceses não tenham a insolência de dizer a V.A.R. será no Brasil o vice-rei de uma colônia inglesa. Sem romper com os ingleses é muito fácil neste princípio recusar toda negociação de tratado de comércio e toda entrada aos navios mercantes ingleses nos portos do continente do Brasil, enquanto V.A.R. não recebe de seu ministro em Londres a certeza de que sua honra e seus justos direitos estão satisfeitos. O ministério britânico não se pode queixar se assim for declarado, e os negociantes tão pouco – porque é fácil mandar descarregar as fazendas na Ilha de Santa Catarina e que lá vão buscá-las os navios portugueses no Rio de Janeiro, ou donde V.A.R. for servido".

Nesta passagem, narrativa do que ocorria ou se pretendia em Londres em fevereiro de 1808 (havia duas semanas que na Bahia a "Carta Régia" fora assinada), desenha-se um panorama muito diverso

do de uma total franquia dos portos brasileiros, conquista ou imposição britânica, já discutida e resolvida, antes da partida da corte portuguesa. Se os ingleses já estivessem de posse das regalias de uma navegação livre e de um livre comércio no Brasil, assunto deliberado e que só esperava por um decreto real apenas o regente chegasse a qualquer ponto da terra brasileira, não havia lugar para aqueles conselhos de resistência a abusos, e de demonstrações, por parte de Portugal, de uma política de briosa insubmissão com a recusa de toda entrada aos navios mercantes ingleses nos portos do continente do Brasil só se lhes permitindo irem descarregar fazendas na Ilha de Santa Catarina, onde as iriam buscar os navios portugueses.

Noutro ofício datado de 31 de março de 1808, dá noticia Coutinho de haver Canning pedido a Strangford elementos ou ideias para um tratado de comércio com Portugal. Por sua vez Strangford a ele Coutinho solicitara um projeto de tratado que redigiu de modo a: vedar o estabelecimento de feitorias inglesas no Brasil, evitar aqui a ação de cônsules prepotentes; não consentir paquetes a modo dos de Lisboa e não admitir privilégios outros que não fossem também conferidos aos portugueses na Inglaterra. Nesse ofício volta Coutinho a falar da questão dos passaportes e diz que todo seu desejo era "que todo o comércio e toda a navegação não sejam tirados para o futuro aos moradores do Brasil como sucedeu em Portugal, pela ignorância nestas matérias dos antigos ministros de estado". Em todos estes estratos da correspondência de Coutinho, anterior à notícia em Londres, da Abertura dos Portos, andam opiniões, propósitos, resoluções e fatos muito distantes do regime instituído pela "Carta Régia", e excluem a hipótese de qualquer negociação de Strangford, em Lisboa, no sentido da Abertura dos Portos, como ela foi feita.

Chega, porém, um dia a Londres a nova do grande ato de d. João ainda arribado à Bahia. Não era a permissão ou concessão de um só porto; não era a criação de um ou mais "portos francos"; nem o consentimento de só aportarem as embarcações inglesas a Santa Catarina ou a Cabo Frio; nem a criação de uma taxa preferencial para as importações britânicas – era a liberdade de aproarem a qualquer porto do Brasil os navios de todas as nações amigas, pagos os direitos, de entrada, de 24%, taxa geral e igual para todos os importadores, inclusive os próprios portugueses.

A Abertura dos Portos causou surpresa em Londres. Coisa mui diversa era o que se pretendia, e por que se lutava. Se de um lado, a navegação se facilitava – todos os portos, e não um só ou dois –, de outro, o que devia ser desfrutado só por ingleses, o seria por todas as nações, a estas equiparada a Inglaterra, sem aqueles privilégios que esperava, como compensação ou indenização do quanto fizera e gastara na trasladação da corte portuguesa e do muito que estava perdendo e ia perder, naquela situação de portos portugueses da Europa fechados e ocupados pelos franceses. E ainda por cima se estabelecia uma taxa, nada moderada, para as importações – os pesados direitos de 24%. Ao governo britânico, a "Carta Régia" mais do que desagradou, irritou. Havia que alterar um tal regime, pelo menos quanto à taxa de importação; havia definir, num tratado, aqueles privilégios e exceções a que a Inglaterra se julgava com fundados direitos. Este tratado não tardaria (1810) – instrumento da "vassalagem propugnada por Strangford".

Todavia armadores e negociantes ingleses não tinham como esperar correções e revogações a serem negociadas. Tudo era tirar partido, e logo, das regalias gerais pelo ato do príncipe concedidas. Tudo era, agora, partir para os portos que bem conviesse. Está isto descrito na carta, datada de 30 de junho de 1808 escrita por Diogo Coutinho a seu irmão Rodrigo Coutinho – futuro conde de Linhares: "Comuniquei a Carta Régia de 29 de janeiro, que já era conhecida pelos avisos que trouxe da Bahia Gonçalo Gomes de Melo, e da qual tem querido os negociantes ingleses tirar a conclusão que podem fazer tudo quanto querem, sem advertir que a ordem é provisória, interina, e como ela não concede a diferença de direitos que supunha a favor dos navios portugueses nem especifica as fazendas da Europa, tem cessado o empenho que havia de fretar navios portugueses, e não se querem sujeitar a restrição alguma, porem eu não cedo a respeito das fazendas da Ásia".

37 João Lucio de Azevedo. "Épocas de Portugal Econômico", págs. 460- 472.

38 "Documentos Históricos". Vol. 96, págs. 175, 187 e 232.

39 "Esta notoriedade gloriosa de Silva Lisboa habilitou-o a ser ouvido com respeito em matérias comerciais e a prestar a seu país serviços de suma relevância, iniciadores da sua independência política, fato que se realizou em menos de 15 anos.

Não há quem ignore que a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, dirigida ao conde da Ponte, governador e capitão general da Bahia, abrindo os portos do Brasil ao comércio estrangeiro foi inspirada por Silva Lisboa ao marquês de Aguiar. d. Fernando José de Portugal, então nas boas graças do príncipe regente, com quem o autor entretinha relações de amizade. Sem a energia desse estadista, atraído aquela medida pela luminosa argumentação de Silva Lisboa, nada então se houvera conseguido pela resistência do príncipe regente, e do monopólio do Comércio português, que com razão, via nessa medida a queda do seu predomínio.

Todos os fatos que se seguiram até 7 de setembro de 1822 foram corolários deste grande acontecimento firmado pelo punho da realeza lusitana, que lhe devia ser o mais obnóxio.

Mas é tal a força da verdade e da lógica nos acontecimentos humanos, que a sua vista todos os obstáculos se esfacelam, e os adversários, ainda que a contragosto, a ela se curvam.

E, pois, estabelecidas as premissas de qualquer medida, as consequências não se fazem esperar, como que dirigidas pela fatalidade.

É, portanto, Silva Lisboa o verdadeiro Patriarca da nossa Independência, como o é, entre nós e em Portugal, o da jurisprudência Comercial... fez mais com suas obras do que os que também promoveram nossa independência nos clubes das sociedades secretas" (Candido Mendes de Almeida – Introdução aos "Princípios de Direito Mercantil" de José da Silva Lisboa – Vol. I, págs. VII e IX).

40 Cairu não pensou na Independência nestes termos: Abertura dos Portos fará a independência. Mas, logo que se descobriu a política das Cortes: a pretensão de cassar a Abertura dos Portos leva à independência.

Depois de citar um artigo do Evening Mail, no qual se lia: "o valor do comércio do Brasil é na verdade mui considerável; e Portugal não é competente a dar ou tirar a sua posse (comércio da Inglaterra com o Brasil - 3/4 de todo o comércio com o Reino Unido de Portugal e Brasil) e é totalmente independente do mesmo Portugal. Se este fizesse a tentativa de restabelecer no Brasil o antigo monopólio colonial, ela seria logo seguida da Independência desta porção do globo". O grifo destas últimas palavras é de Cairu que a seguir escreve: "Absurdo seria nas atuais circunstâncias, antolhar a uma porção do globo que tanto avulta no mapa do mundo, como simples feitoria comercial, estreita ilha de sota-vento, ou agreste sesmaria dos trópicos. O sistema geológico impugnava a anterior categoria em que o Brasil estava fora de seu nível, só tido do apêndice do território, bem que venerável, do estado pai, situado na cabeça da Europa, mas de circunscrito recinto, lutando com os inconvenientes de população estacionária, comércio passivo e inveterados ciúmes de potencias rivais, sobressaindo o Brasil em incompatibilidade de meios de erguer fronte altiva, para se fazer respeitar das nações amigas, e suplantar assaltos de inveja e malignidade de quaisquer perturbadores públicos" (Cairu. Causa do Brasil, parte II, Honra Britânica, págs. 19/20).

"[...] indecência de serem outra vez [as nações comerciantes reduzidas à aviltante necessidade de serem indiretamente excluídas do comércio do Brasil, pelo maquiavélico plano do Congresso Ulissiponense de carrego do dinheiro de saída e outras restrições iliberais, para toda ou maior parte das produções daquele país passarem pelos funis de Lisboa e Porto, tornando tudo ao *sicut erat*". (Cairu. Causa do Brasil, parte III, Honra Europeia, pág. 22).

"[...]contraste entre o servil anterior sistema colonial, e o generoso posterior sistema liberal (ainda que imperfeito) introduzido depois da vinda da Corte. Era, portanto, impossível que o Brasil tolerasse a degradação a que o Congresso de Lisboa com vários malignos disfarces projetou reduzi-lo espoliando-o da emancipação econômica de que já gozava por indulto de seu régio visitador..." (Cairu. Causa do Brasil, parte XII, Desafronta Literária, pág. 88). "[...] desígnios de restaurar o monopólio da metrópole" (id., 88/89).

Cairu foi conciliador até que as Cortes se excederam. "As hostilidades do Congresso contra a Bahia tem destruído os meus votos e impossibilitado os expedientes de reconciliação".

"No manifesto em data de 15 de dezembro de 1820 como da nação portuguesa aos soberanos e povos da Europa, logo com injúria pública ao Brasil, considerando-se como portugueses somente os povos residentes em Portugal, e ao lugar da residência ao Sr. D. João VI, dando o vago apelido de seus 'Domínios Transatlântico', com absurda e repetida querela, atribuíram a decadência de Portugal aos magníficos Atos Reais de seu novo liberal sistema de franqueza de comércio e indústria... etc." ("Causa do Brasil Parte XIII, Independência ou Morte", pág. 100).

Mario Barata, autor do artigo que se segue, foi jornalista, historiador, museólogo e crítico de arte. Fundou o Instituto Brasileiro de História da Arte. Ao final de guerra licenciou-se em Letras e História da Arte pela Sorbonne. De volta ao Brasil, foi nomeado professor de História do colégio Pedro II e professor de História da Arte na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Seu artigo sobre "As vigas mestres da diplomacia brasileira nas Américas" é a reprodução da conferência pronunciada no IHGB, do qual era sócio: por ocasião do dia pan-americano, que, segundo relata, era festejado desde 1933 na abertura dos trabalhos anuais do Instituto. Defende Barata em seu texto a tese de que a estrutura da diplomacia brasileira nas Américas "decorre não de influências externas superficiais, mas de tendências nobres e vitais do espírito e da realidade". Assinala que "a estruturação da diplomacia brasileira foi autóctone, como expressão de condições nacionais e continentais de alto significado".

Barata recorda os antecedentes da diplomacia brasileira nas Américas exaltando o "americanismo" autêntico do país. Acentua também a corrente difusa pelo Brasil dos princípios de autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias, princípios que em sua essência prezaram com naturalidade da Monarquia à República.

O autor recapitula diversos episódios importantes na evolução da política exterior do Brasil, chamando sempre a atenção para a coerência e a continuidade dos princípios que a inspiraram.

O texto – se não é profundo e extenso – vale para recordar uma certa autoimagem da diplomacia brasileira que tão positivamente influenciou nossas referências de ação externa.

11. As vigas mestras da diplomacia brasileira nas Américas*

Mário Barata

Quis a direção desta casa de estudos históricos e geográficos, mais que secular esteio da cultura brasileira, que me coubesse nesta oportunidade a tarefa de falar no dia Pan-Americano, que desde 1933 abre nossos trabalhos anuais. O conhecimento, que tinha, das responsabilidades inerentes à tarefa não poderia levar-me a declinar o atencioso convite em face dos deveres mais fortes de atender a uma designação do senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares e seus pares – que me foi uma honra e prova de amizade – e a necessidade de cumprir com as obrigações de sócio desta Instituição, trabalhando para ela e cooperando, na medida de meu limitado alcance, para o desenvolvimento de suas funções e a eficácia de suas atividades.

Fundado por próceres de nossa autonomia política e na época em que americanismo e indianismo consolidavam a ideologia da Independência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sempre foi baluarte do pensamento americano – isto é, da expressão de um novo mundo – e cultuou a fraternidade

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 267, abr./jun., 1965.

das nações do Continente, como resultante imediata de uma contingência histórica e geográfica, que nos unia profunda e concretamente, tanto nas aparências imediatamente perceptíveis como na essência. É verdade que também teve razão Roque Saenz Peña ao dizer posteriormente que a América é a Humanidade e não cometeremos nunca o crime – que os grandes brasileiros e diplomatas insignes e representativos como o Barão do Rio Branco também evitaram – de propugnar pelo isolamento das Américas, em face do velho mundo e da humanidade inteira, da qual somos também parte fraternal.

Se as contingências históricas e as limitações do século XIX impunham como realidade uma identidade final americana – visão que em si já era um progresso ideal, ademais de prático – as aberturas e perspectivas desta altura do século XX tornam tangíveis e já agora concretas, para os civilizados, a unidade do mundo e a compreensão que nos deve ligar à Europa, à Ásia, à África e a outros continentes.

E é a essa inteligência superior de novas bases das relações dos homens e das nações, que a atividade de altas organizações políticas da ciência e da cultura, como a Unesco, a meditação das religiões, a reflexão das filosofias e o pensamento das Universidades dignas desse nome nos conduzem, malgrado a vigência cruel de reações particularistas, primárias e instintivas, que ainda se entrechocam quase selvagemente na humanidade, mas cada vez mais detidas e controladas pelas forças da razão e do espírito, que existem em todos os continentes. Ao estudar os caracteres da ação da diplomacia brasileira nas Américas, conclui que a sua estrutura decorre, não de influências externas superficiais, mas de tendências nobres e vitais do espírito e da realidade.

Se não podem existir constantes ou permanentes em diplomacia, devido à própria mobilidade e fluidez das condições

de existência e equilíbrio, pode haver uma linha de base definida, norteada, no caso brasileiro, pela justiça e pela paz e resultante dos elementos antropogeográficos e históricos nacionais e de necessidades da inteligência e da vida humana. É essa linha fundamental que pode ser indicada e mesmo precisada na ação diplomática brasileira. O Barão do Rio Branco, Duarte da Ponte Ribeiro, Oliveira Lima, Hélio Lobo, Heitor Lira e A. Teixeira Soares, entre outros da *carrière*, contribuíram em seus estudos para esclarecer essa diretriz, notadamente nas relações interamericanas, ao lado de juristas como Rodrigo Otávio e Hildebrando Accioly. Resulta inicialmente claro que nosso interamericanismo surgiu cedo, antes da doutrina de Monroe, e a estruturação de nossa diplomacia foi autóctone, como expressão de condições nacionais e continentais de alto significado. Dos pontos indicados por Eugène Pepin, no livro *Le Pan-americanisme*, como definidores desta tendência, alguns deles como o Princípio da Igualdade das Nações, o ideal de paz como finalidade suprema da vida internacional, e a facilitação das relações entre todos os povos americanos em todos os terrenos sempre fizeram parte das bases de nossa ação diplomática.

Recorde-se aqui que o Brasil nunca fez guerra de conquista, clara ou encobertamente. A Guiana Francesa, ocupada na época das guerras napoleônicas, foi devolvida; a Cisplatina, anexada temporariamente em consequência de ação da diplomacia e de forças militares portuguesas e dos problemas do Prata herdados das metrópoles europeias, teve igualmente, cedo, a sua independência assegurada, respeitada e mantida.

A guerra do Paraguai foi iniciada pelo governo ditatorial desta nação, ao invadir o Brasil e a Argentina. Nós somente nos defendemos e após o conflito, garantimos as fronteiras do país irmão.

Todas as nossas fronteiras resultaram de acordos ou arbitramentos, nos quais, pode dizer-se, as precedências históricas do *uti possidetis*, comprovadas pela cartografia antiga, garantiam e justificavam o nosso direito. Quando os portugueses e seus descendentes ocuparam terras da América, elas ainda não eram, na verdade, habitadas por outros descendentes de europeus, sendo a linha de Tordesilhas, abandonada legalmente em 1750 pelas duas metrópoles ibéricas, como que uma ficção traçada no deserto das florestas equatoriais e tropicais, sem elementos históricos e antropogeográficos que a justificassem *in loco*. Quando essa linha foi imaginada, nada levava a supor que o seu traçado não passasse hipoteticamente em um oceano, intermediário entre o Atlântico e o Pacifico ou mera extensão destes com poucas terras em um lado e o início da Ásia no extremo do outro.

O brasileiro Alexandre de Gusmão e o espanhol D. Joseph de Carvajal, ao prepararem o Tratado de Madrid de 1750, não só reconheciam os princípios do *uti possidetis* como o de paz permanente nas Américas. Este último, segundo Jaime Cortesão e Silvio Júlio, devido à iniciativa de Carvajal, mas evidentemente compreendida e apoiada por Gusmão, e assinada e posta em execução pelos soberanos de Portugal e Espanha, com reconhecido entusiasmo. Aprovado então que se inscrevesse nas marcas divisórias das fronteiras das colônias o versículo bíblico: *justitia et pax osculatae sunt* – a justiça e a paz se beijaram – isto foi feito em balizas colocadas no norte brasileiro, como atestam o autor da Corografia Brasílica e também Raja Gabaglia, segundo Rodrigo Otávio. Iniciava-se linha diplomática talvez nova na humanidade, condicionada e resultante das próprias estrutura e densidade da população europeizada ocupando a América Latina.

A tendência ao pan-americanismo bem compreendido, sem ofender as soberanias nacionais das novas nações, começou cedo, no Brasil, com diplomatas lusos ou nacionais e sobretudo com José

Bonifácio. Heitor Lira intitulou mesmo, a um de seus trabalhos, de 1919, incluído em Ensaios Diplomáticos de "O pan-americanismo no Brasil, antes de Monroe".

Em oficio de junho de 1822, mencionado por Heitor Lira nessa interessante obra, declarou José Bonifácio a Bernardino Rivadávia, então ministro das Relações Exteriores das Províncias Unidas do Rio da Prata, que

> *o príncipe regente não desejava nem podia adotar outro sistema que não fosse o Americanismo, por estar convencido de que os interesses de todos os governos da América, quaisquer que eles fossem, deveriam ser considerados homogêneos, derivados todos de um mesmo princípio, que era a justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa.*

Como disse em conferência já citada o Doutor Rodrigo Otávio Filho, em 1933:

> *Reparei como continuam atuais as recomendações de José Bonifácio: V. M. não se esquecerá de ressaltar em suas conversações a grandeza e recurso do Brasil, o interesse que as nações comerciantes da Europa tem em apoiá-lo, sendo por isso de muita conveniência aos povos limítrofes o obterem a sua poderosa aliança; V. M. lhes demonstrará que é impossível ser o Brasil recolonizado, mas se por crível que se visse retalhado por internas divisões. Este exemplo seria fatal ao resto da América e os outros estados que compõem se arrependeriam debalde, por não o terem coadjuvado; porém, que uma vez consolidada a Reunião e Independência do Brasil, então a Europa perderá de uma vez toda a esperança de restabelecer o antigo domínio sobre as suas colônias.*

> *Depois que V. M. tiver habilmente persuadido que os interesses deste Reino são os mesmos que os dos outros estados deste hemisfério, e da parte que eles devem tomar em nossos destinos, lhes prometerá da parte de S. A. Real o reconhecimento solene de independência política desses governos e lhes exporá as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil, para se oporem com outros governos da América espanhola aos cerebrinos manejos da política europeia*.

É preciso não perder de vista que estas recomendações de José Bonifácio, fixadoras do rumo da política diplomática e americana do Brasil, são de 30 de maio de 1822, quando o Brasil ainda não tinha conquistado sua independência e 18 meses antes de Monroe lançar sua Mensagem, que é de 2 de dezembro de 1823.

Rodrigo Otávio Filho cita ainda uma das opiniões coevas equivalentes às que achavam José Bonifácio "demasiado americano". Diz-nos nosso confrade, citando *No Rolar do Tempo* de Alberto Rangel, que o Barão de Roussin declarou que o Andrada era

> *le principal promoteur du système brèsilien pur, et ne veut entendre a aucune unionavec Portugal, à quelque titre que cesoit. Cest une chose assez difficile à concilier que cette profession de foi ouverte exclusive de ce Ministre et le discours du prince; l'object de ces espéculations politiques est la formation d'une conféderation de tous les etats libres d'Amérique, afin, dit-il, de balancer la conféderation Européenne.*

Destaquem-se as opiniões ou gestões de lusos a serviço do Reino Unido: Silvestre Pinheiro Ferreira, o diplomata Araújo Carneiro (escrevendo ao ministro Vilanova Portugal, em 1818), o Abade Correia de Serra que atuava a serviço de D. João em

correspondência com Jefferson e Rodrigo Pinto Guedes, depois Barão do Rio da Prata, que apresentara, em 1819, ao ministro dos Estrangeiros, o projeto da Liga Americana composta dos EE. UU., México, Brasil, Reino Americano Meridional e outros países. Todas no sentido de aproximação e identidade do Novo Mundo. Américo Jacobina Lacombe estudou-as sucintamente, mas com segurança e elegância intelectual, em 1961, na sua conferência *O Pan-Americanismo*, neste Instituto.

Anote-se também resposta escrita do governo de D. Pedro I favorável à proposta de Bolívar de comparecimento nosso à conferência do Panamá, realizada em 1826. Reunião, note-se bem, à qual o Libertador convidou países de língua portuguesa e inglesa. E relembrem-se as gestões de nosso primeiro agente em Washington, Silvestre Rebêlo, sob instruções do ministro Carvalho e Melo, em 1824, propondo ao governo dos EE. UU., ante às ameaças da Santa Aliança, acordo ofensivo e defensivo, fundamentado nos interesses recíprocos. Essa proposição foi então declinada.

Mas não se esqueça a continuada atuação dos grandes diplomatas do Império ajustando com objetividade e dinamismo nossas relações com os países irmãos, consolidando a pouco e pouco – sobretudo na medida em que as divergências relativas às fronteiras terminavam – a formação de uma intensa política econômica e cultural de entrelaçamento de interesses comuns ou correlatos. Já na Regência, Francisco Carneiro de Campos, nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, propugnava pela nossa unidade com as Américas. Divergências com governos caudilhescos do Prata e incompreensões locais cedo superadas, não alteraram, malgrado as dificuldades que criavam, a constante brasileira de busca e de criação da amizade interamericana, independente das diferenças de idioma e de sistemas de governo.

Paranhos deve ter o seu nome, aqui, levado ao primeiro plano. Conforme diz Alvaro T. Soares (O Drama da Tríplice Aliança, p. 169): "O extraordinário negociador do Império ia sempre à procura de soluções humanas, e mesmo generosas, como aconteceu na pacificação do Uruguai". Logo após, continua nosso consócio ao tratar, no mesmo livro, de missão de Mitre, no Rio de Janeiro,

> *Mitre sabia que teria de vencer uma muralha de prevenções contra o Império. Estas prevenções estavam arraigadas tanto no povo como na gente culta. O Império era encarado com profunda desconfiança; e muito mais o eram seus diplomatas... Um diplomata do Império no Prata era sempre um conselheiro ou um barão, muito polido, muito misterioso e muito perigoso em suas negociações [...]. Nas classes educadas, o Império era considerado 'perigoso' porque tinha prestigio e procurava fortalecer o prestígio à custa dos países hispano-americanos.*

O fogoso Alberdi, durante a guerra da Tríplice Aliança, escreveu o seguinte: "El paraguayo es al brasileño lo que el león es al mono. Para el Argentino es más digno ser hermano de un pueblo de leones que no de un pueblo de monos" (Escritos Póstumos, v. II, p. 429).

Continua Teixeira Soares:

> *Pelos conceitos de Alberdi, Guido Spano, Andrade e outros próceres das letras argentinas do tempo, poderá ter-se ideia clara da admirável ação diplomática de Paranhos em Buenos Aires para vencer resistências, prevenções e mesmo ódios. Quando Francisco Otaviano chegou a Buenos Aires já encontrou o terreno preparado por Paranhos.*

O terreno era realmente difícil. Para o historiador uruguaio Oneto y Viana (La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata. p. 277, apud Teixeira Soares):

> *No habíamos alcanzado la conquista invalorable del goce de las garantías individuales. La vida y la propiedad se encontraban a merced del capricho de los caudillos y agentes de la autoridad. En cambio la civilización brasileña presentaba un aspecto radicalmente diverso.*

Anote-se este depoimento de um platino, que ajuda a reconstituir um momento ultrapassado da história continental. E que ao ser superado, criou novo e definitivo clima para a aproximação amiga e fraternal do Brasil com o Uruguai, a Argentina, o Paraguai e outras nações irmãs. Hoje, aliás, essa fraternidade progride, no terreno econômico e no cultural, sendo, neste último, manifestadamente eficiente a ação de intercâmbio do Departamento Cultural do Itamarati, nos últimos anos, acentuando, de forma benéfica, a nossa presença na América Latina, com centros de cultura, exposições, cursos de arte ou letras e ciências, nas capitais hispano-americanas. Fraternidade que só aumentará na medida em que formos sensíveis às reações da experiência nacional dos países de língua espanhola.

Volvendo ao século XIX, acentue-se que o primeiro Paranhos foi um dos maiores diplomatas da história brasileira, tendo evitado sempre os conflitos desnecessários e demonstrado iniquidade das teses apaixonadas, mas sem fundamento, que circularam no passado relativas a um pretenso imperialismo brasileiro. Pelo contrário, nossa linha ou diretriz diplomática sempre revelou repugnância por essa ideia expansionista, que não corresponderia, aliás, aos dados geopolíticos da grandeza do país. Mas a grandeza geográfica devida, no caso em foco, particularmente à sabedoria política de José Bonifácio e seus companheiros, orientando

conscientemente a solução unitária da Independência, inclusive apoiando-se lucidamente na oportunidade de manter-se o fio de autoridade legal única, através da manutenção de um Bragança, herdeiro natural do trono.

O Visconde do Rio Branco, Cotegipe, o Visconde do Uruguai, o Marquês de São Vicente e vários outros comprovam a utilização por nossa diplomacia de bases culturais e de atuações equilibradas, levando em conta a permanência dos vínculos de fraternidade continental. Os conselheiros de Estado (seção dos Negócios Estrangeiros) com Nabuco e Otaviano à frente, primavam na mesma linha. O fato de nos momentos de paixão sectária, alguns articulistas nos terem chamado de "monos" e de haverem acentuado a leve diferença idiomática das nações de origem espanhola como a única de proveniência lusitana, não alterou a segurança dos grandes diplomatas do segundo reinado, que enfrentaram a necessidade de desfazer tais prevenções e o conseguiram em grau surpreendente. Como diz o embaixador Álvaro Teixeira Soares (em *O Drama da Tríplice Aliança*, página 333) fizeram-no

> *com tenacidade e procurando provar que os propósitos fundamentais da Corte do Rio de Janeiro eram a amizade e a justiça internacional. [...] A diplomacia imperial deu sobejas provas de querer viver dentro da América e cultivar a amizade com todos os países americanos. Sendo um Império, o Brasil jamais concertou uma aliança extracontinental. [...] Claro era que a diplomacia imperial teve de defender-se.*

Certa e previdente, "laboriosa e tenaz" não se deixou vencer por certos ambientes hostis.

> *Soube sempre utilizar um conhecimento profundo das realidades geográficas da América e um conhecimento não menos profundo do Direito Internacional. Assim, a doutrina*

> *transformou-se em política e a política transformou-se em ação.*

No século XIX, outra diferença com as repúblicas irmãs, aproveitada por elementos emocionais, interessados no agravamento das questões de fronteiras e de ajustamentos nacionais então ainda existentes e hoje desaparecidos, era a do sistema de governo. Nós constituíamos monarquia, éramos um Império. Circunstância aliás que talvez tenha pesado, num dos raros pontos fracos de nossa história diplomática nas Américas: o reconhecimento rápido, como governo, da penosa aventura de Maximiliano, no México. Em contrapartida, não apoiamos as incursões norte-americanas no mesmo país e sempre divergimos destas e de outras intervenções dos EE. UU., na América Espanhola, já citadas ou estudadas, aqui no Instituto, nas conferências dos saudosos confrades Cláudio Ganns, Rodrigo Otávio e Caio de Melo Franco, entre outros e na de Artur Reis.

Cedo, nossa diplomacia defendeu o princípio de que o sistema de governo dependia de cada país, visto a sua independência, e não devia ser objeto de discussão ou de intervenções oficiais. Como escreveu o embaixador Caio de Melo Franco já citado, em sua conferência neste Instituto em 1939 (v. 174, p. 705 de nossa Revista):

> *Os nossos Plenipotenciários inserem em Havana um projeto sobre os direitos e deveres dos estados e o princípio de não intervenção, ou melhor – métodos de solução pacíficos das diferenças internacionais, isso de conformidade com a resolução de 1º de maio de 1923, na V Conferência Internacional de Santiago.*

A República, após as vitórias pacificas e de índole profundamente americanista do Barão do Rio Branco, viu a continuidade desse espírito fixar a diretriz fundamental de nossa

diplomacia, com Otávio Mangabeira, com a ação de Afrânio de Mello Franco encontrando a saída para o conflito de Letícia e a do então chanceler José Carlos de Macedo Soares atuando profundamente para a conclusão da guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia, como atestam os documentos e depoimentos inúmeros, entre os quais o do marechal Estevão Leitão de Carvalho, nosso companheiro e aqui presente. Em relação à não intervenção, penhor máximo de nossa fraternidade e aval de nossa amizade com os hispano-americanos, convém relembrar ainda a magnífica coerência do ministro Francisco Clementino de San Tiago Dantas em Punta del Este, há poucos anos. E os princípios fundamentais que há mais de 200 anos caracterizam a política externa brasileira, esboçados em parte desde Alexandre de Gusmão, em 1750, e afirmados progressivamente após a Independência, resumidos pelo antigo chanceler Araújo Castro em seu discurso de posse no Itamarati: 1) direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento; 2) direito de cada povo manter relações com os demais povos da terra, sem discriminação de qualquer natureza; 3) autodeterminação dos Estados e não intervenção; 4) reconhecimento das comunidades e organizações jurídicas internacionais, como imposição da interdependência técnica, econômica e cultural; 5) defesa intransigente de paz, desarmamento e proibição das armas atômicas.

A atuação da diplomacia brasileira no Continente, dentro desses princípios da Boa Vizinhança e solução pacífica, ampliar-se-ia também até a posição que lhe foi conferida em arbitragens, nos casos do Alabama (1872), da pendência franco-americana (1882) e em gestões oriundas de reclamações chilenas (1882-87) em que a imparcialidade de nossos julgamentos externou-se respectivamente através dos Barões de Itagiba e de Arinos, dos conselheiros Lopes Neto e Lafayette Rodrigues Pereira e do Barão de Aguiar de Andrada. Houve ainda, entre outras atuações

registradas por Cláudio Ganns, aqui neste Instituto, a mediação de Joaquim Nabuco, nos EE. UU. na chamada Questão Alsop (1909), evitando conflito com o Chile e transferindo a solução a uma arbitragem da Inglaterra, O Brasil colaborava assim e colaborará sempre, na vida internacional, com os princípios de paz e justiça que têm sido as vigas mestras de sua atuação nas Américas e no mundo, sem participação de blocos militares e tendo sido a guerra ofensiva proibida pelas suas constituições.

Cedo a Diplomacia e o Direito brasileiros compreenderam o valor da real formulação de Monroe em 1823 e os perigos das deturpações que dela se vieram a fazer, justificando em seu nome intervenções em outros países e por extensão abusiva toda e qualquer tipo de solidariedade continental. Mas ainda hoje, deixando claras as diferenças entre o monroísmo e os interesses particulares nacionais dos EE. UU., o atual presidente da República, no Brasil, manifestando sua opinião sobre nossa política externa dizia recentemente que saberemos distinguir onde o interesse é do Continente ou da Humanidade de onde só o é da política individual de uma nação.

Rodrigo Otávio já exprimira aqui, em sua conferência de 1933, que

> *quaisquer que tenham sido os atos da política dos Estados Unidos, no século que decorreu, depois de 2 de dezembro de 1823, em que foram ditas as palavras de Monroe, atos que não têm merecido aprovação por parte das repúblicas latinas da América, quaisquer que tenham sido esses atos, não se pode atribuir à Doutrina Monroe, a sua responsabilidade. (Revista do IHGB, v. 168, p. 717).*

E nessa compreensão diverge a tradição brasileira da do México e de outros países hispano-americanos, mais irritados e feridos por intervenções descabidas, em outros tempos. Assim, para o

historiador mexicano José de Vasconcelos o monroísmo seria "a incorporação das 20 nações ibéricas ao denominado Império Nórdico". Queixas desse tipo é que levaram a uma reformulação do pan-americanismo, hoje em perigo devido à ameaça de retorno do intervencionismo norte-americano.

Álvaro Teixeira Soares (Revista do IHGB, v. 239, p. 225), refere-se à necessidade de ampliá-lo. Diz nosso consócio, ali:

> *Problemas urgentes atormentam as nações latino-americanas que se debatem com a carência de capitais e a técnica para poderem levar para diante sua industrialização. [...] O Pan-americanismo tem de formular planos imediatos em benefício de elaboração dos níveis económicos-sociais das grandes 'ilhas populacionais' – camponeses, mineiros, vaqueiros, seringueiros – existentes no coração deste Hemisfério. O Pan-americanismo terá de reformular-se em bases inteiramente novas, em particular econômicas. É urgente que o faça. Inovar deverá ser o nosso lema, mesmo porque as necessidades de crescimento dos países latino-americanos, encarados realisticamente, demandam incessantes esforços de criação e renovação.*

Em relação às medidas práticas do "monroísmo" talvez tenha havido informação imprecisa de nosso saudoso amigo Cláudio Ganns (no bom trabalho, que já citamos aqui hoje) ao avançar que na questão do Amapá – "é sabido, quando os franceses preparavam tropas para a ocupação, foram advertidos pela América do Norte – o que os levou, por sua vez, a aceitar o arbitramento proposto pelo Brasil" (Revista do IHGB, v. 235, p. 358). Na verdade, segundo textos do Barão do Rio Branco, a França somente entreviu eventualidade do gênero através da posição que os EE. UU. tomaram, através de declaração no caso entre a Venezuela e a Grã-Bretanha, a respeito

de limites da Guiana Inglesa. A França não parece ter preparado tropas para qualquer ocupação na ocasião.

O presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, vem de fazer declaração sobre o Dia Pan-Americano, na qual S. Exa. disse, entre outras coisas:

> *É justo, porém, reconhecer que, desde que se firmou a Carta da Organização dos Estados Americanos, a experiência vivida em 17 anos mostra que se torna desejável a revisão de alguns de seus dispositivos de modo a adaptá-la à realidade atual, tornando-a um instrumento mais dinâmico e estimulante do desenvolvimento econômico e social da comunidade de nações americanas.*

Este foi o motivo principal que inspirou o governo brasileiro ao solicitar a realização, no Rio de Janeiro, em maio vindouro, de uma Conferência Interamericana Extraordinária para que os estadistas americanos deliberem sobre alguns dos problemas de maior interesse do Continente.

O governo brasileiro confia em que a Segunda Conferência Interamericana Extraordinária há de marcar substancial progresso não só no que diz respeito ao aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de solução pacífica de controvérsias, mas, sobretudo, no tratamento de um problema que há várias décadas vem desafiando a determinação política dos governos do Continente, qual seja, o de intensificar as relações de cooperação econômica para fins de desenvolvimento de modo a podermos com brevidade concluir a missão histórica da América de "oferecer ao homem uma terra de liberdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e a realização de suas justas aspirações".

Essa justa posição não é, nunca tem sido, para a diplomacia brasileira, uma barganha em troca de solidariedade militar em qualquer plano e hipótese. Vimos provando, até agora, que a

história da política exterior brasileira confirma as suas diretrizes firmes e elevadas, com amplo descortino dos valores humanos e dos reais e profundos interesses do país. Deles decorrem as constantes diplomáticas nacionais e as vigas mestras de sua atuação nas Américas.

Qual a posição mais experiente, do Brasil, em todas estas questões, neste século? É, ao menos no plano histórico, a do Barão do Rio Branco.

E. Bradford Burns, em seu artigo "Rio Branco e a sua Política Externa", publicado em 1964 no n° 58 da Revista de História, São Paulo, chama a atenção para o artigo "O Congresso Pan-Americano", divulgado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, aos 11 de dezembro de 1905, que Joaquim Nabuco observou ter "sido escrito de acordo com os pontos de vista de nosso ministro do Exterior ao enviá-lo ao secretário de Estado Elihu Root". O professor norte-americano considera-o de autoria total ou quase total do próprio Barão e justifica esse ponto de vista, que parece certo, com vários elementos. O texto define, seguramente, a política externa do Barão no importante momento e define-lhe algumas das diretrizes.

Ali, lê-se, entre outros conceitos ou afirmações, o seguinte:

> *Com a intensa necessidade que têm os países americanos de assegurar a sua existência internacional, vai-se consolidando um ideal coletivo de um continente que quer participar com a Europa dos mesmos princípios, em que este funda a organização política dos seus povos.*
>
> *[...] Do fato de se reunir uma conferência americana não se deve concluir que a América lance um desafio à Europa, e que seu sentimento coletivo seja hostil ao progresso e ao ideal europeu. O que a América deseja é a igualdade no direito internacional, que até aqui tem gozado, e que a soberania*

> *de suas nações seja acatada como a das nações europeias. O que a América repele é toda a tentativa de aplicação dos chamados princípios africanos a qualquer porção de seu continente livre.*
>
> *[...] O que há e haverá é o mesmo direito de uma civilização que procura envolver todos os povos, sem diferença de climas, nem de raças.*
>
> *Em relação à América, o grande serviço prestado pela Doutrina de Monroe é o da liberdade assegurada ao desenvolvimento das forças de cada nação americana. Sem temor de violências externas e injustificáveis nem provocadas pela selvajaria e pela corrupção, cada povo americano pode atingir o máximo da cultura. [...] Raras vezes se viu um simples princípio doutrinário transmudar o curso de outras correntes reputadas mais naturais: e à expansão dos povos fortes, à eliminação dos fracos, à ocupação das regiões desabitadas – teoria dominante depois das descobertas do século XVI – sucedeu na América, pelo menos, o princípio do respeito à independência e soberania de todas as nações, princípio que a Inglaterra adotou desde Canning e só veio a repudiar na guerra ao Transvaal.*

Estávamos em 1905. Era a época de Rodrigues Alves e de um início de consolidação econômica, política e administrativa da República, após as instabilidades produzidas pela quebra da legalidade em 1889. No texto que transcrevemos, a diplomacia é também vinculada ao progresso do Brasil. Lê-se, nele, o seguinte:

> *Transformando pela ciência e pela indústria o nosso país, queremos assegurar-lhe um lugar proeminente entre as nações americanas. O nosso dever coletivo é corresponder com firmeza a esse ideal de uma região feliz, que do Brasil*

> *fazem as raças emigrantes, desejosas de paz e trabalho. É preciso que em face desse problema industrial e científico não sejamos atingidos por nenhum dos males políticos que principalmente prejudicaram os povos sul-americanos. Não há nada mais ridículo e extravagante do que as manifestações de caudilhismo, os pronunciamentos, as revoluções para a posse do poder, a demagogia militar. Aos estrangeiros, que vêm honrar-nos e seguramente pasmarão da mudança do nosso temperamento, não nos contentamos de dar a deliciosa e enganadora miragem de uma ilusão brasileira.*
>
> *A brilhante política internacional, em que resolutamente entrou o Brasil, será um fator de progresso interno. O respeito e a simpatia que nos chegam das outras nações aumentarão a nossa responsabilidade e nos darão maior consciência do nosso destino.*

Contrariamente ao que, num lapso, o professor Burns interpretou a respeito desta última passagem do artigo, afirma-se aqui a possibilidade de a política internacional ajudar o progresso interno e não a verdade óbvia que corriqueiramente significa o oposto. Sabe-se que a política exterior leva em conta e resulta das condições internas de um país.

Mas, no caso, Rio Branco desejava e programava também a recíproca construtiva – bem mais rara, aliás. A sua segura orientação no leme do Itamarati, como excepcional timoneiro, levava-o a crer que a firmação civilizadora e equilibradora de nossa diplomacia repercutiria – em parte como um *boomerang*, seguramente – no plano interior, político, de cultura e de civilização.

Senhor presidente, minhas senhoras e meus senhores, ao encerrar esta conferência desejo fazer três sugestões. A primeira é a de que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro programe,

para maio próximo, uma conferência sobre a figura exponencial de Andres Bello, cujo centenário de morte transcorre, neste ano, convidando para a mesma os participantes da próxima Conferência Extraordinária Interamericana.

A segunda é a de que se publique em livro, com o apoio financeiro ou cooperação de alguma instituição do país, se possível a tempo de ser distribuído na mesma Conferência, a coleção das conferências do Dia Pan-Americano efetuadas no nosso Instituto.

A terceira é a de que, sistematizando precedentes como os convites feitos aos chanceleres Afrânio de Melo Franco e Oswaldo Aranha, o antigo ministro de Estado João Neves da Fontoura e vários diplomatas para que aqui falassem neste dia, sejam de agora em diante, normalmente, estas conferências alusivas ou ligadas ao interamericanismo, feitas por diplomatas brasileiros, ministros de Estado ou embaixadores, e por diplomatas das Américas, acreditados junto ao nosso governo, a fim de dar maior realce e objetividade às comemorações do dia 14 de abril, em nosso Instituto, que já relembra constantemente o dia 12 de outubro, do feito de Cristóvão Colombo ao descobrir o Novo Mundo.

Há diversos artigos – alguns bastante longos que excedem os limites da presente antologia – a respeito do que seguramente foi o maior feito diplomático e militar do período monárquico: a guerra contra Rosas. Foi com a deposição de Rosas que nasceu a Argentina moderna e que foi possível efetivamente consolidar uma certa paz no Prata. Foi com a deposição de Oribe, aliado de Rosas, que se tornou possível criar no Uruguai um contexto político-institucional menos desfavorável ao Brasil.

Refiro-me em especial ao texto Às margens de uma política: 1850/1852 (A Guerra contra Rosas), de autoria de José Antônio Soares de Souza, grande especialista no tema. Nesse texto, Soares de Souza relata todo o enredo de tramas, contratramas e espionagem que precedeu a guerra. Ficam aparentes muitas das características que até hoje ainda marcam a relação Brasil-Argentina (as desconfianças recíprocas, as meias-voltas súbitas, atitudes de desconfiança e outras), apesar do grande progresso

havido após o término dos regimes militares nos dois países. O artigo encontra-se no vol. 221, 1953 da Revista do IHGB.

O outro artigo que recomendo especialmente a leitura de quem quiser se aprofundar no tema é: *Rio da Prata em 1845: Rosas*, aparecido no vol. 245, 1959 da Revista. Trata-se, na realidade, não de um artigo, mas das transcrições dos dois ofícios reservados do Comandante da Divisão Naval Brasileira, capitão do mar e guerra Pedro Ferreira de Oliveira, que esteve em 1845 em Buenos Aires, no qual se discorre "a situação argentina", nos anos anteriores ao conflito. Em função de natureza assemelhada a uma missão diplomática, na primeira carta, o comandante relata ao ministro de Marinha, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante de Albuquerque, suas primeiras impressões e a amistosa entrevista que tivera ao chegar com o ministro das Relações Exteriores de Rosas, senhor Arana. Na segunda carta, o comandante Ferreira de Oliveira relata encontros sociais com a filha de Rosas em que esta o inundou de gentilezas. Relata também visita que fez a Rosas em sua quinta de Palermo. Nessa ocasião, travou longa conversa com o governador de Buenos Aires, em que este manifestou pesar pela abolição da escravidão em Buenos Aires porque privara seu país de "bons soldados para resistir às agressões estrangeiras". Criticou, por outro lado, os EUA e todos os países americanos que haviam adotado, como a França, o sistema representativo. O comandante entendeu que Rosas estava indiretamente criticando o Brasil e discorreu sobre as virtudes do governo imperial. Rosas agradeceu sua franqueza, dizendo-lhe que "sempre tinha gostado muito de conversar com militares, mais do que com diplomatas, porque qualquer destes no meu lugar teria aprovado tudo quanto ele havia dito e que sempre fora partidário da franqueza".

Vários outros aspectos são abordados com precisão e percepção adequada. O leitor que se interessar em levar um pouco mais a

fundo suas informações ou impressões sobre este importantíssimo tema, poderá com proveito ler estes artigos no site do IHGB.

O artigo que se segue *A Batalha de Monte Caseros ou de Morón*, refere-se especificamente ao que pode ser considerado como o episódio bélico mais importante de toda a História do Brasil. A vitória em Caseros, no dia 3 de fevereiro de 1851, em aliança com o governo do general Urquiza, de Entre Rios, levou à deposição do Caudilho Juan Manuel de Rosas e ao princípio da estruturação da Argentina moderna. Conduziu igualmente à configuração adequada aos interesses brasileiros dos estados platinos que viria a ser finalmente formalizada após a guerra do Paraguai nos anos 70 do século XIX.

Grande especialista no assunto, o historiador José Antônio Soares de Souza, descendente ilustre do Visconde do Uruguai, recupera os antecedentes da guerra, reproduz documentos importantes, instruções precisas para os diversos agentes diplomáticos e militares do Brasil na região. Tem, portanto, o leitor uma compreensão adequada das circunstâncias, das motivações, em suma, do grande enredo que conduziria finalmente, após a guerra do Paraguai, a configurar o que viria a ser muitos anos depois, o pano de fundo do Mercosul.

São significativos os documentos transcritos nos artigos de Soares de Souza: (1) instruções de Paulino, ministro de Negócios Estrangeiros, a Caxias em junho de 1851; (2) carta do comandante da Divisão do Brasil que lutou em Caseros, brigadeiro Marques de Souza, a Caxias escrita em 1º de fevereiro de 1851, dois dias antes da batalha; e (3) relatório do tenente Sarmento Mena sobre o desenvolver da batalha de Monte Caseros.

A Caseros seguiu-se a ocupação de Buenos Aires pelo exército aliado, a instalação de Urquiza no governo e a onda de violência desatada contra os rosistas derrotados. Apesar de todo o empenho

argentino em desestimular as tropas brasileiras, o contingente brasileiro desfilou triunfante pelo centro de Buenos Aires. A historiografia argentina é bastante sumária em relação a este episódio. Sua lembrança, portanto, é importante para a memória coletiva do Brasil, sobretudo para que se possa ter uma ideia de quão difícil foi a construção da integração Brasil-Argentina.

12. A batalha de Monte Caseros ou de Morón*

José Antônio Soares de Souza

Wu Ch'i diz: "Ora o campo de batalha é um país de cadáveres em pé". Sun Tzu,L'art de laguerre. Paris, Flammarion, 1972, pág. 216.

I

Entre os papéis existentes no arquivo do visconde do Uruguai, encontra-se uma descrição da batalha de Monte Caseros ou de Morón, de autoria do 1º tenente de engenheiros, Francisco Augusto do Amaral Sarmento Mena, que participou do combate, ao lado de outro engenheiro, capitão Ernesto Antônio Lassance Cunha, sob o comando do brigadeiro Manuel Marques de Sousa, na 1ª Divisão brasileira, incorporada ao Exército do general Urquiza[1].

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 318, 1978.

1 VASCONCELLOS. Capitão Genserico de. *História Militar do Brasil* – Introdução – Da influência do fator militar na organização da nacionalidade – A Campanha de 1851/1852, 2. ed., Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922, p. 231 e 517.

Pensamos ser inédito este documento, uma vez que não consta ter saído do citado arquivo, onde ainda se acha. É original. A letra e a assinatura são do 1º tenente que a escreveu. É possível, porém, dada a natureza do trabalho, que o próprio autor tirasse mais de um exemplar do seu trabalho, e que um desses servisse para a publicação do documento. Mas, se tal aconteceu, não temos conhecimento da publicação.

Foi a batalha de Monte Caseros o final de uma política agressiva, desfechada pela diplomacia rosista a partir de 1842, e contornada pelo Brasil durante oito anos, uma vez que, nesses anos, não houve condições para que o Império contrarrestasse o golpe do ditador portenho. É comezinho que sem possibilidades financeiras e políticas não se revidam provocações externas. E, de 1842 a 1848, as despesas se limitaram ao pagamento de dívidas para se debelarem revoluções.

Somente a partir de 1850 que a diplomacia brasileira, sob o comando do futuro visconde do Uruguai, pode contrapor-se à de Rosas, representada no Rio de Janeiro, pelo general Guido, hábil e inteligente diplomata. O primeiro passo foi impedir a queda de Montevidéu, com suprimentos de dinheiro e material bélico. Em seguida, concertar uma aliança com o presidente López do Paraguai, afastando-o, de vez, da influência de Rosas.

Em maio de 1851, se aliou o Império ao general Urquiza e ao governo da praça de Montevidéu, para, juntos, enxotarem o general Oribe que, durante anos, sitiava Montevidéu.

Os lances contra o general Rosas foram todos planeados e executados com destreza e a seu tempo. O único senão que se encontra foi o do não cumprimento, por parte do presidente da Província do Rio Grande, da ordem expedida pelo ministro da Guerra, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, de 28 de abril de 1851, em que, entre outras recomendações, determinava o seguinte:

> *Tendo-se comunicado ao ministro do Brasil em Montevidéu que o governo nenhuma dúvida punha em auxiliar Urquiza na sua agressão contra Oribe, embaraçando os socorros que a este viessem da parte de Rosas, e fazendo marchar para a nossa fronteira o exército do Rio Grande, cumpre que V. Exa., tenha reunida na vizinhança da mesma fronteira a maior força possível de primeira linha, para o que deverá fazer descer os batalhões e artilharia que estão em Missões, e marchar o 7° de Caçadores para reunir-se ao Exército. Não convém levantar já toda a Guarda Nacional com que podemos contar em caso de guerra, e por enquanto basta conservar a que existe atualmente e que em grande parte fará a polícia da vanguarda para evitar as deserções da primeira linha. Como não devemos operar ativa e eficazmente sem que tenha havido a agressão de Urquiza, e tal ou qual convênio entre este general e o nosso encarregado de Negócios em Montevidéu*[2]*. Deverá estar o nosso Exército pronto para entrar em operações logo que, por esse nosso agente, for requisitado a V. Exa. ou pelo Governo determinado*[3].

O não cumprimento desta ordem de concentração importou no atraso do Exército brasileiro. Quando, nos últimos dias de junho, o conde de Caxias tomou posse da presidência do Rio Grande do Sul e assumiu o comando em chefe do Exército brasileiro, o Exército "se achava disseminado por diversos pontos da Província"[4]. Somente, então, com notável rapidez, mobilizou e concentrou os brasileiros

2 Referia-se o ministro ao convênio que só se assinaria em 29-05-1851, mas do qual já conhecia as condições, determinadas pelo ministro Paulino nas instruções de 11-03-1851, aí encarregado de negócios Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, para o acordo com Urquiza.

3 2ª via, Reservado. Original no Arquivo do visconde do Uruguai.

4 VASCONCELLOS, Genserico de, *op. cit.*, p. 395 (dia 4-7-1851, do Diário da Campanha).

na fronteira com o Uruguai. Mas a invasão do Uruguai que teria de verificar-se a 20 de julho, somente se realizou a 4 de setembro[5].

Se houve, por parte de um funcionário, omissão no cumprimento das ordens do Governo Imperial, este, no entanto, antes de o acordo se positivar entre o Império, Urquiza e o governo de Montevidéu, já havia determinado a maneira por que se devia proceder no preparo do Exército. A ordem de 28 de abril de 1851 fora expedida no devido tempo. As instruções ao conde de Caxias, expedidas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros provam também a maneira perfeita por que se planejou a luta contra Rosas. Nestas instruções escreveu Paulino o seguinte:

> *Reservadíssimo e secreto – Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de junho de 1851.*
>
> *Ilmo. e Exmo. Sr.*
>
> *Havendo V. Exa. sido nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul, e Comandante em Chefe do Exército, cumpre que V. Exa. seja completamente informado acerca da nossa posição atual com os Estados vizinhos, e sobre as ideias e vistas do Governo de S. M. o Imperador. Para esse fim remeto junto por cópia:*
>
> *1 – O tratado celebrado em 25 de dezembro próximo passado com a República do Paraguai. Esse tratado foi celebrado debaixo do império de outras circunstâncias, e em uma posição que os últimos acontecimentos acabam de exceder e ultrapassar extraordinariamente. Não pode, portanto, reger a posição atual, mas é uma base de aliança, de harmonia e mútuo auxilio entre aquela República e o Brasil.*

5 SOARES DE SOUZA, José Antônio. O general Urquiza e o Brasil. *RIHGB*, v. 206, p. 43 e 46, 1950.RI.

2 – O convênio celebrado entre o nosso Encarregado de Negócios em Montevidéu, o Governo dessa República e o Plenipotenciário do General Urquiza, mundo dos necessários Plenos Poderes. Esse convênio não está ainda ratificado, como V. Exa. verá do seu preâmbulo, mas não pode deixar de ser pelo Governo de Montevidéu que presente no lugar da negociação, acedeu e pelo General Urquiza à vista do Pleno. Poderes que tinha o seu Agente.

O Governo Imperial está resolvido a ratificá-lo. Apenas exigirá alguns esclarecimentos para maior clareza sobre pontos que não são essenciais. Tudo quanto a esse respeito se passar será comunicado a V. Exa., que, entretanto, deverá regular-se pelo dito convênio, tal qual se acha.

3 – As cartas que em data de 13 do corrente e de hoje dirijo ao Presidente do Paraguai, delas verá V. Exa. qual é o auxílio e concurso que lhe pedimos e dele esperamos.

4 – As ordens reservadas e confidenciais que, em data de hoje, expeço ao nosso Encarregado de Negócios em Montevidéu, V. Exa. deveria esperar a sua requisição para entrar no Estado Oriental.

Pela Guerra e Marinha serão comunicadas a V. Exa. as ordens, cuja pertence a essas repartições. O fim de V. Exa. é atacar Oribe, levantar o sítio de Montevidéu, seguir e destruir as suas forças e pô-las na impossibilidade ou pelo menos, na maior dificuldade de nos fazer mal, bem como ao Governo Oriental e a Urquiza. V. Exa. deverá, logo que chegar à Província do Rio Grande do Sul, tratar de pôr-se de inteligência com o Presidente do Paraguai, Urquiza e Garzón, e com o nosso Encarregado de Negócios em Montevidéu, que

servirá de intermédio entre V. Exa. e o Governo oriental. Convirá que V. Exa. escreva ao Presidente do Paraguai no mesmo sentido em que lhe escrevo, para que ele se convença de que V. Exa. conhece perfeitamente e vai executar o pensamento do Governo Imperial. Logo que V. Exa. chegar ao Rio Grande do Sul, fará seguir imediatamente e com toda segurança a minha correspondência para o Paraguai, não poupando sacrifícios para que ela chegue às mãos do Encarregado de Negócios Bellegarde, com a maior rapidez e fazendo ver ao portador dela que a maior brevidade com que a apresentar ali lhe será levado em conta de muito bom serviço.

Convirá que V. Exa. dê todas as providencias para que a correspondência entre este Ministério e a Legação Imperial na Assunção seja feita com toda a regularidade e segurança.

Se tendo chegado às proximidades da cidade de Montevidéu, convir que os doentes, feridos e inválidos sejam recolhidos e tratados na mesma cidade. V. Exa. dirigirá à Legação Imperial as convenientes requisições, bem como de outros quaisquer auxílios que lhe serão necessários, para que ela se entenda com o Governo da Praça.

Se Oribe for socorrido com forças pelo Governador de Buenos Aires, ficará Urquiza mais aliviado[6]*, e nesse caso V. Exa. deverá exigir do mesmo Urquiza que venha ou mande auxiliá-lo com forças pelo menos iguais ao reforço que Rosas tiver enviado.*

6 Supunha o governo que a luta para o Império se tingisse a expulsão de Oribe do território uruguaio, cabendo a Urquiza desalojar Rosas de Palermo. Julgava-se, então, pretendesse Urquiza lutar sozinho contra o portenho. Quis, no entanto, aliar-se ao Brasil, não só contra Oribe, mas ainda contra o próprio Rosas.

Se, o que não é de crer, Oribe atravessar o Uruguai, passar a Entre Rios, colocando Urquiza entre as suas forças e as que existem em Santa Fé, V. Exa. deverá segui-lo, para auxiliar Urquiza, fazendo, nesse caso, toda diligência para se entender previamente com ele, de modo que não pise o território de Entre Rios sem o seu consentimento.

De toda a correspondência relativa a estes assuntos, junto ao meu relatório, e de todos os documentos aqui juntos, verá V. Exa. que as nossas questões e a nossa luta são com Oribe, e que, ao menos por ora, não estamos em hostilidade com a Confederação Argentina. Não obstante, vamos entrar em hostilidades abertas com as forças argentinas que, então, entrarem ou pretendem entrar no Estado Oriental em socorro de Oribe. Devem ser embaraçados e repelidos pela força todos socorros que Rosas pretender dar-lhe.

Podem ocorrer circunstâncias e casos imprevistos nestas instruções, e que mui difícil, senão impossível, é prever, mas, quando tal aconteça, confia S. M. o Imperador do atilamento, experiência discrição e zelo de V. Exa., que, tendo em vista o fim principal de sua comissão e quanto convém manter e fortificar as boas relações com os Estados vizinhos V. Exa. sairá das dificuldades, pela maneira a mais acertada, a mais justa e gloriosa.

Deus guarde a V. Exa. – Paulino José Soares de Sousa - Sr. Conde de Caxias[7].

7 Arquivo do visconde do Uruguai cópia autenticada: "Conforme, Joaquim Maria Nascentes d'Azambuja".

Como estas instruções e ordens, foi também minuciosamente determinada e a segunda fase da luta, iniciada logo após a queda de Oribe.

Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro marquês de Paraná, concluiu a 21 de novembro de 1851, com os representantes do Uruguai, Entre Rios e Corrientes, o acordo, endereçado, agora, diretamente, contra o governador de Buenos Aires. Logo a 17 de dezembro, o almirante Grenfell conseguiu a corajosa vitória de Tonelero. E a 3 de fevereiro de 1852, o exército aliado, comandado pelo general Urquiza, derrotou definitivamente o seu rival portenho.

Os brasileiros, nesta vitória, eram comandados pelo brigadeiro Manuel Marques de Sousa. Na antevéspera de Caseros, a 1º de fevereiro, escreveu Marques de Sousa a seguinte carta ao conde de Caxias:

> *Ilmo. Exmo. Sr. General Conde de Caxias Meu respeitável General*
>
> *Ansioso por notícias de V. Exa., foi com a maior satisfação que recebi hoje a estimadíssima carta de V. Exa., datada de 28 do último mês, a qual precipitadamente vou responder, porque, tendo ido cumprimentar o General Urquiza, disse-me ele que ia despachar um próprio para São Pedro com comunicações suas, portanto digne-se V. Exa. relevar o laconismo com que o farei.*
>
> *Sobremaneira estimei saber que V. Exa. se achava restabelecido de seus incômodos de saúde*[8] *e que isso lhe desse lugar a fazer uma visita a Palermo, cujo senhorio creio*

8 Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, Diário, dia 28-12-1851. "O conde de Caxias está enfermo, acometido de uma forte inflamação de olhos, e de erisipela em uma perna". (Confidencial de 30-12-1851, In: Arquivo Histórico do Itamaraty). A estes incomodes foi que se referiu Marques de Sousa.

que não ficou muito satisfeito com a honra que assim lhe deu V. Exa.[9]

Um sucesso de grande importância teve lugar ontem às duas horas da manhã neste campo. Estava acampado nele a nossa vanguarda, e teve parte o General Urquiza de que na sua frente, na distância de dez ou doze quadras, estava uma coluna de mais de cinco mil homens de Cavalaria inimiga, manda imediatamente atacá-la por dois mil e quinhentos e tantos homens, e apenas se aproximam estes daqueles, fazendo pequena resistência, põem-se em precipitada fuga. Perseguida até o Povo de Morón, cinco léguas daqui, deixa sobre o campo mais de quatrocentos mortos, e igual número de prisioneiros, dos quais me acaba de dizer o General Urquiza que já soltou trezentos e tantos. Da nossa parte, custou-nos esta feliz jornada dez mortos, sendo um deles tenente.

Tão importante sucesso, como V. Exa. julgará, deve levar às fileiras inimigas o mais completo desânimo. Não obstante, o General Urquiza organizou o seu piano de batalha, contando que ele tenha lugar depois de amanhã, nos Santos Lugares, para onde se retirou o Exército de Rosa – que antes dispunha-se a dá-lo neste campo, por ser aqui que venceu ao General Lavalle. À nossa Divisão está destinado o centro, pondo mais às minhas ordens uma Bateria, três Batalhões Argentinos, dos que vieram daí, e dois ou três mil homens de Cavalaria. Estou certo de que V. Exa. ficará satisfeito com esta prova, que nos dá o General de confiança que em

9 Caxias e Grenfell, a bordo do Alfonso, passaram e repassaram o litoral de Buenos Aires. In: SOARES DE SOUSA, José Antônio. *Honório Hermeto no Rio da Prata*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. p. 72 a 75.

nós deposita: e bem assim que contará com o esforço que fazemos para bem corresponder a sua expectativa,

No itinerário que junto tenho a honra de remeter a V. Exa., vão consignadas as ocorrências mais notáveis relativamente as nossas marchas e a esta Divisão.

O Tenente Coronel, ainda desta vez infeliz, Chichorro[10], tendo ficado doente, quando marchamos do Espinilho[11], deve agora para aí regressar por não lhe ser possível incorporar-se a esta Divisão. Com ele irá também o Major Resim, que pelos mesmos motivos ficou[12]. Tanto um como o outro me fazem multa falta. As praças de corpos desta Divisão, que v. Exa. mandou também devem regressar pela mesma razão, de não poderem a ela incorporar-se[13].

Pelo que acaba de dizer o General Urquiza, não teremos a satisfação de ver V. Exa. em Buenos Aires; não obstante mostrar-se muito agradecido pela proposta de V. Exa.[14].

Não podendo ser mais extenso por esta ocasião, terminarei esta renovando os inalteráveis votos de subida consideração com que me honro de ser – de V. Exa. – respeitoso amigo e obrigadíssimo criado – Manuel Marques de Sousa.

10 VASCONCELLOS, Genserico de, *op. cit.*, p. 231. Era o ajudante-general, tenente-coronel Joaquim Procópio Pinto Chichorro.

11 Barrancas do Espinilho sobre o Paraná. Aí se achava a Divisão Brasileira a 02-01-1852, de onde escreveu Marques de Sousa uma carta a Caxias, "Coleção Tobias Monteiro (Biblioteca Nacional Seção de Manuscritos)".

12 VASCONCELLOS, Genserico de, *op. cit.*, p. 228. Era o major Carlos Resin do 8° Batalhão de Infantaria.

13 Está "a eles", e não "a ela", Divisão, que nos parece o correto.

14 *Vide* Honório Hermeto no Rio da Prata, *op. cit.*, p. 75 e 76. Urquiza, portanto, que não julgou necessário o desembarque de tropas brasileiras nas imediações de Buenos Aires, planejado por Caxias.

Pontas do Arroio Conchas, na Estância de Alvares – 1° de fevereiro de 1852[15].

Dias depois, a 3 de fevereiro de 1852, se deu a batalha de Monte Caseros ou de Morón ou, ainda, de Santos Lugares, de que damos notícia, transcrevendo adiante a descrição de um combatente brasileiro.

A guerra contra Rosas, no entanto, não chegou a modificar o ritmo de vida dos brasileiros. Na Corte, com certeza, não impressionou. O imperador, por exemplo, não deixou de ir ao teatro. Em outubro, sem saber ao certo o final da luta contra Oribe, queria confirmação de notícia veiculada pelo Irineo, futuro Mauá, e pelo ministro da Guerra, de já se achar Caxias em Montevidéu, para isso indagava D. Pedro do seu ministro dos Negócios Estrangeiros: "O que há de provável em semelhante notícia? Mande-me dizer ao Teatro de São Januário, onde me devo achar"[16].

Como os teatros, os bailes continuaram na Corte António Joaquim Curvelo d'Avila, antigo comandante do vapor Golfinho. Indignado contra os dançarinos que pouco se incomodavam com as questões externas do Império, escreveu a Silva Pontes o seguinte, do Rio de Janeiro: "Todos se dedicam a bailes filarmônicas *schonischerét* isto de guerra com o estrangeiro e insulto pelos ingleses e são coisas que não fazem diminuir um passo figurado do mais madangado *schottischer*"[17].

Por isso, a vitória de Monte Caseros não inspirou a marcha guerreira, de agressiva belicosidade, que seria natural esperar. Mas talvez uma vaia ao gosto vienense de Strauss, anunciada assim:

15 Original, no Arquivo do visconde do Uruguai. Existem outras cartas de Marques de Souza a Caxias não só no Arquivo do visconde do Uruguai, mas ainda na citada Coleção Tobias Monteiro.

16 Carta sem data, na citada Coleção Tobias Monteiro.

17 Carta de 13-10-1851, apud *Honório Hermeto no Rio da Prata*. cit., p. 271 e 272, nota 10.

> *A Memória da Gloriosa Ação das Armas Brasileiras. Saiu a Luz: BATALHA DE MORÓN (Caseros) por Miguel Ravaza, com um lindo frontispício, executado com primorosa perfeição artística, representando, trato do bravo comandante em chefe na principal AÇÃO DESTE FEITO GLORIOSO DAS ARMAS BRASILEIRAS.*

Este anúncio era dos sucessores de P. Laforge. Rua dos ourives 60, massíado no Jornal do Comércio, 14 atos depois desse feito memorável, a 4 de maio de 1966.

II

Descrição da batalha de Monte Caseros ou Morón, entre o Exército Aliado, ao mando do Sr. General D. Justo José de Lirquiza e o de Buenos Aires, comandado pelo General D. Juan Manuel de Rosas, no dia 3 de fevereiro de 1852.

Ao ocidente do povo de Morón, com um pequeno arroio na direção S.S.O., N.N.E., que, apesar de não ter mais de braça de largura, todavia por ser muito atoladiço, não oferece na extensão de mais de légua abaixo da povoação outro passo além de uma estreita estiva, por onde tiveram de passar todas as nossas infantarias, artilharias, uma grande parte das cavalarias, bagagens, etc. Deste ponto segue uma estrada por cima de uma colina quase paralela à direção do arroio. Desta colina nascem outras que vão terminar perto do mencionado arroio, em direção quase perpendicular a ele. Em uma destas colinas, distante como 3/4 de légua do povo de Morón, estava formado em batalha, a nossa espera, o exército de Rosas, tendo à sua direita em Monte Caseros; apoiada em duas grandes soteias de sobrado cercadas de fortes valas. Junto às casas e nas suas imediações estava colocada a maior parte da artilharia inimiga, duas estativas de foguetes a Congrève, seu depósito de munições de guerra, ambulâncias, etc. Esta posição, sendo já de

per si excelente por dominar todos os pontos por onde devíamos avançar para chegar ao inimigo, tornou-se ainda mais forte pelo maior alcance de sua artilharia de mais grosso calibre, que muito antes dos nossos chegarem a distância de poderem ofender ao inimigo, podia fazer-nos muito dano por ser superior em qualidade, com melhores munições servida por bons artilheiros.

Tendo o Sr. general em chefe reconhecido a posição inimiga, mandou formar a nossa linha de batalha, que ficou organizada da maneira seguinte na direita a divisão do coronel Galan, composta de cinco batalhões de infantaria, seis bocas de fogo e duas divisões de cavalaria; no centro a divisão brasileira, composta de seis batalhões de infantaria, doze bocas de fogo, quatro estativas de foguete a Congréve, reforçada por mais três batalhões argentinos da força que pertenceu ao general Oribe e 21 bocas de fogo, ao mando do Sr. brigadeiro Manuel Marques de Sousa; na esquerda a divisão oriental ao mando do coronel Cesar Dias, composta de quatro batalhões, seis bocas de fogo. Na retaguarda do centro e ala esquerda, estavam formados em linha 20 esquadrões de cavalaria, e na esquerda na margem oposta do arroio uma coluna da mesma arma: as outras cavalarias tomaram posição ao nosso flanco direito.

Por não haver terreno suficiente para a nossa linha seguir sempre a mesma frente, as divisões brasileira e oriental tiveram de avançar mais, ficando por isso o nosso exército formado numa ordem de batalha aproximadamente obliqua.

Assim que se formou a nossa divisão, autorizado pelo Sr. brigadeiro Marques, o comandante da infantaria argentina dirigiu à força sob o seu mando uma alocução análoga à importância da batalha, e logo depois o Sr. brigadeiro dirigiu-se a cada um dos corpos da divisão brasileira, lembrando-lhes que deviam se sustentar a reputação do Exército Brasileiro e manterem-se dignos da confiança que neles depositou o nosso general em chefe

o Exmo. Sr. conde de Caxias, e deu vivas a s. m. o imperador, à Nação Brasileira e ao exército aliado que foram entusiasticamente respondidos pelas nossas tropas.

Pouco depois, percorreu a frente da linha de batalha o Sr. general Urquiza, empunhando uma lança, e com semblante alegre e sereno deu parabéns ao chefe pela vitória que íamos obter e estava seguro.

Assim que a maior parte das nossas cavalarias passaram o arroio e tomaram posição (7 horas e meia) a nossa linha avançou um pouco, rompendo um vivíssimo fogo das baterias inimigas, logo que descobriram as nossas forças. As artilharias do nosso exército, ao princípio, responderam ao fogo do inimigo, mas conhecendo que estava fora do alcance (talvez devido à má qualidade de nossas munições) para ofendê-los, e não querendo desperdiçar munições, cessaram de atirar por ordem do Sr. brigadeiro Marques, o que o inimigo tomou por uma vantagem obtida pelas suas armas e foi festejado com muitos vivas; não cessando de fazer fogo até às 10 horas.

No entretanto, o Sr. general em chefe tinha feito avançar a maior parte das cavalarias por diferentes direções, para atacar o inimigo pelo flanco esquerdo e retaguarda, pondo-se ele próprio à testa de uma divisão, e deixou ordem para a nossa linha de batalha atacar a do inimigo, logo que as cavalarias executassem aquele movimento.

Esta manobra do general em chefe foi coroada do mais brilhante resultado, apesar da resistência do inimigo, que, no começo, obteve algumas vantagens sobre uma de nossas divisões, e causou a derrota de toda a cavalaria inimiga, que foi acutilada até a Quinta de Palermo, e por muitas léguas noutras direções. Logo que se soube que o Sr. general em chefe tinha atacado as cavalarias inimigas (11 horas), marchou a divisão oriental, reforçada,

por determinação do Sr. brigadeiro Marques, com a 1ª Brigada Brasileira, ao mando do coronel Pereira Pinto, pela margem do arroio para atacar de flanco a direita do inimigo. Este, vendo a marcha daquela força, colocou uma bateria de quatro bocas de fogo na sua extrema direita, 400 ou 500 braças distante da bateria principal, e começou logo a fazer fogo sobre ela, enquanto atravessava uma extensa várzea e não galgava a colina, rompendo ao mesmo tempo o fogo das outras baterias sobre toda a nossa linha, mas tendo tomado posição a artilharia oriental, e avançado todo o centro de nossa linha de batalha, as nossas artilharias para um bem sustentado fogo.

Assim que as nossas infantarias se acharam em posição de vencer em tempo igual as distâncias que as separavam do inimigo, ordenou o Sr. brigadeiro Marques que o carregassem, e pondo-se o mesmo senhor à testa de nossas colunas (a 1ª Brigada tinha a este tempo tomado a frente da divisão oriental), em pouco tempo, estava a divisão brasileira, senhora da posição do inimigo, de sua artilharia, bagagem, depósito de munições de guerra, várias carruagens, pertencentes aos chefes Rosistas, de um grande número de carretas com viveres, etc. Um batalhão inimigo que estava dentro de uma das soteias, sustentou-se aí por cerca de meia hora, fazendo fogo à queima roupa sobre os nossos bravos infantes, que a peito descoberto responderam-lhe com valor e sangue frio admirável, porém indo a infantaria da 1ª Brigada, carregada a baioneta por todas as portas e entradas do edifício, esta carga atrevida aterrou os que estavam na parte inferior da casa, que imediatamente se renderam à discrição; aqueles porém que se achavam nas soteias continuaram a fazer fogo, e só se renderam quando o coronel comandante da 1ª Brigada Brasileira garantia a vida dos que depusessem as armas.

Tomada a posição de Monte Caseros, marchou o Sr. brigadeiro com o 6° Batalhão de Infantaria, e com ele tomou uma bateria de

18 bocas de fogo, que colocada na esquerda das casas ainda fazia fogo sobre nós.

A tomada desta posição, a mais forte e importante da linha inimiga, e a derrota da força que a guarnecia, coroou a vitória deste dia para sempre memorável na história das guerras da América do Sul; deve encher de glória a Nação Brasileira, pelo valor heroico, que a 1ª Divisão do seu exército desenvolveu no combate, e fazer mais conhecidos e reputados dos nossos vizinhos os soldados brasileiros.

Senhores das posições da direita do inimigo, e tendo ficado uma força, ao mando do tenente coronel Bruce, do 7° Batalhão de Infantaria, por ordem do Sr. brigadeiro Marques, para tomar conta da artilharia e mais despojos do campo da batalha, continuou a marchar para a frente o centro e ala esquerda da nossa linha de batalha, seguindo uma direção paralela e muito próxima da frente da linha que ocupava o inimigo, encontrando, a cada passo, armamentos, munições fardamentos etc., que ele abandonara na sua precipitada fuga.

Coisa de mil braças distante de Monte Caseros, uma força inimiga havia colocado oito bocas de fogo que abriram por algum tempo sobre nossas colunas, porém tendo o Sr. brigadeiro Marques carregado com os Batalhões 6º e 11° de Infantaria, foi a artilharia abandonada pela força que a guarnecia, a qual não ficou toda prisioneira por falta de cavalaria que a atacasse logo que deu costas contudo mais de 150 homens entregaram as armas, só por haver o piquete de cavalaria, que acompanhava a divisão, composto de 20 homens, e alguns atiradores de infantaria carregado sobre ela.

Com este pequeno combate, terminou essa batalha memorável. Não só pelos seus resultados, como por ser aquela em que pelejaram os dois exércitos mais numerosos que tem visto a

América Meridional, cabendo a divisão brasileira a glória de haver concorrido em grande parte para o ganho dela.

Em verdade, as tropas brasileiras se cobriram de glória pelo denodo e sangue frio com que atacaram a posição mais forte e importante da linha inimiga, e desde o chefe até o último soldado, todos se comportaram valorosamente e nem se devia esperar menos de soldados brasileiros, máxime vendo na sua frente e nos lugares mais perigosos o seu general ricamente fardado, animando com o seu exemplo a qualquer que por ventura não tivesse bastante coragem natural.

O 2º Regimento de Cavalaria ligeira, que pertence à Divisão Brasileira, porém que desde Espinilho fazia parte da vanguarda do exército aliado, comportou-se na batalha com a bravura própria da cavalaria rio-grandense, merecendo do general comandante da Divisão em que servia, os mais honrosos e distintos elogios.

A Divisão Brasileira torna-se ainda credora de elogios pela humanidade, que mostrou para com um inimigo, que se sabia ter ordem de não dar quartel a um só brasileiro: não foi morto pela força brasileira nem um inimigo depois de entregar as armas, e no nosso hospital de sangue, o único do exército aliado, os feridos do inimigo (em grande número) foram tratados com o mesmo desvelo que os soldados brasileiros.

Cumpro um dever de justiça declarando que as forças argentinas de infantaria e artilharia, que no dia da batalha faziam parte da Divisão Brasileira, assim como todas as forças do exército aliado, se cobriram de glória neste dia memorável e mostraram-se dignas da causa que defendiam.

A perda do inimigo devia ser muito grande, porém como a maior mortandade foi feita pela cavalaria na derrota e perseguição que lhe fez em diferentes direções, não se pode saber ao certo a que número montou os seus mortos.

Caíram prisioneiros mais de seis mil homens: mas o número deles chegaria ao duplo, se não fosse a necessidade de nossas (forças) seguirem para a frente, e não se demorarem em fazer prisioneiros, porquanto viam-se, em grande número, os fugitivos do inimigo esconderem-se em grandes lavouras de milho, e no meio de uma qualidade de arbusto de que abundam os campos desta Província, nos lugares onde não há cardos. Só à Divisão Brasileira se entregaram cerca de dois mil homens.

As forças inimigas eram comandadas pelo próprio Rosas, que teve de preceder na fuga a maior parte de seus soldados, e deveu a sua salvação à velocidade do bom cavalo que montava nesse dia.

A vista da força inimiga e da posição que ocupava de antemão escolhida, era de presumir que a batalha fosse muito disputada e bastante sanguinolenta; porém assim não aconteceu pela boa disposição e bravura das tropas do exército aliado, e pelos bem combinados movimentos do seu general em chefe.

Se em lugar de atacar o inimigo pelo flanco esquerdo e retaguarda, o tivéssemos atacado de frente, conquanto não entre em dúvida que seríamos vencedores pela bravura, disciplina e entusiasmo das forças do exército aliado, todavia a batalha seria muito disputada e o triunfo enlutado por grande número de mortos de nossa parte.

Também concorreu muito para o bom resultado da batalha, a pouca capacidade militar do chefe do exército inimigo, que, contra todos os princípios militares, conservou-se sempre na pura defensiva.

Esse sistema de batalha podia ser-lhe vantajoso, e talvez causar a nossa ruína, se toda a sua linha de batalha estivesse defendida por obras de fortificações ou por fortes obstáculos naturais, que impossibilitassem ou, pelo menos, tornassem bastante difícil, não só que a pudéssemos romper, como que as cavalarias

pudessem contorná-las para atacar pelos flancos e retaguarda, como aconteceu. Então podia o inimigo sustentar todo o dia a sua posição, o que nos colocaria em muito crítica posição: não só pela falta de recursos e de munições de guerra, pois não havia mais do que 50 cartuchos nas patronas, mas também pela força moral que infalivelmente perderia o nosso exército, ao mesmo tempo em que o inimigo muito bem municiado, perto de sua base de operações (a cidade de Buenos Aires) adquiria força moral bastante para no dia seguinte tomar, com vantagem, a ofensiva. Porém tanto o centro e o flanco esquerdo de sua linha de batalha, sem outro apoio ou vantagem mais do que ocupar posições mais elevadas em um campo aberto, nunca o general Rosas se devia limitar à pura defensiva, e pelo menos quando manobraram a maior parte de nossas cavalarias para flanquear a sua linha de batalha, devia atacar a nossa com todas as suas forças reunidas, pois com este ataque tornaria a vitória muito mais disputada, e talvez conseguisse as vantagens ainda que momentâneas fossem.

"Quien todo lo quiere todo lo pierde", diz um ditado espanhol; assim aconteceu ao general Rosas, que tendo outras posições, em minha opinião, mais vantajosas para esperar o exército aliado, escolheu a Monte Caseros, por contar certa a nossa derrota, e não querer que nem um dos seus inimigos pudesse, nesse caso, escapar-lhe. a Providência Divina, porém, cansada de seus crimes, determinou o contrário, e ele, por tudo querer, tudo perdeu, menos a vida, talvez para ser no resto de seus dias, e em terra estrangeira, ralado de pungentes remorsos pelo muito sangue que derramou sem necessidade, e sofrer o desgosto de ver seu nome amaldiçoado pelos americanos e por todos os homens de bem, e colocado a par dos de Nero, Calígula, e muitos outros tiranos, que são lembrados unicamente para serem amaldiçoados pelos crimes horrorosos que cometeram nos seus reinados.

Devo dar a razão por que o exército aliado só tinha o cartuchame que os soldados traziam nas patronas. Na ocasião de nossa marcha do acampamento de Espinilho, na margem do Paraná, determinou o Sr. general Urquiza que todas as mais munições seguissem embarcadas para São Pedro, donde se aproximaria para mandá-las receber; conhecendo, porém, depois, que o tempo empregado para conseguir esse fim, podia ser mais fatal ao exército que a falta das munições, e que convinha com a maior rapidez marchar sobre Buenos Aires, afastando-se da costa do Paraná, não pôde por essa causa, receberem-se as ditas munições.

No mesmo dia da batalha, entregou-se a cidade de Buenos Aires ao exército aliado, que no dia seguinte ocupou as suas imediações.

O texto abaixo é de autoria de Pedro Calmon, presidente do IHGB entre 1968 e 1985. É breve e florido, bem consistente com o estilo de Calmon. Trata-se de discurso pronunciado no V Congresso Institucional de História da América, realizado em Buenos Aires, em outubro de 1980. Expressa em síntese o espírito de amizade e cooperação entre o Brasil e a Argentina.

Em breves páginas, Calmon vai da União das duas coroas em 1580 até 1980, quatro séculos de História condensados magnificamente por este grande orador e historiador brasileiro, célebre por sua obra e por seu estilo. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente em 1945, professor na Universidade do Brasil, da qual foi reitor em 1948, e na Universidade Católica do Rio de Janeiro. Durante o governo Dutra, ocupou o "Ministério da Educação e Saúde".

13. Buenos Aires e o Brasil[*1]

Pedro Calmon

O comércio que enlaçou, desde o princípio, espanhóis de Buenos Aires e portugueses do Brasil, reforçou-se naturalmente com a união pessoal das duas metrópoles em 1580, sob a coroa gloriosa de Filipe II. Não que Portugal e Espanha se confundissem em estados que perdiam a noção (e a política) dos limites territoriais e a linha fronteiriça se apagasse, entre as colônias americanas. Firmaram as cortes de Tomar que tudo continuaria como era dantes em Portugal e ultramar, com a circunstância de que somente portugueses governariam as possessões, em língua portuguesa se fariam os despachos, e a menos que houvesse em Lisboa príncipe de sangue real, aí exerceria o mando uma junta de portugueses. É como se disséssemos, perdida a soberania, restava-lhes a autonomia[2]. Em todo caso, abrira-se à atividade mercantil os portos de ambos os reinos. E como tinha de ser, atraídos pela prata do Peru e pelo mercado de Buenos Aires, de onde saía para o Atlântico, correram os cristãos novos lusitanos para os domínios

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 334,1982.

1 Discurso pronunciado no 5º Congresso Internacional de História da América, Buenos Aires, outubro de 1980.

2 Pedro Calmon, História do Brasil (ed. de José Olímpio), II, p. 381, Rio, 1959.

vizinhos, em tal quantidade, e com tanto êxito, que em breve constituíam a terça parte da população daquela cidade e a mais considerável concentração de cabedais em Lima[3]. Chamavam-nos os peruleiros, brasileiros seriam os que do Brasil retornavam; peruleiros, os que fizeram o Peru[4]. Há uma data, que marca o início desse movimento: quando por ordem de D. Francisco de Vitória, português de origem e bispo de Tucuman, odeão, também português, Francisco de Salcedo, foi em 1585 à Bahia. A frase do primeiro historiador baiano (Fr. Vicente do Salvador): "A buscar estudantes para ordenar, e coisas pertencentes à Igreja, o que tudo levou e daí por diante não houve ano em que não fossem alguns navios de permissão real ou de arribada com farinhas, que lá muito estimam e cá o preço universal que por elas fazem"[5]. Vê-se pelas Denunciações do Santo Oficio na Bahia em 1591, que vários homens da Bahia estavam em Cuzco, no Peru, Carta do Rio de Janeiro, de 1596[6], nos diz que barcos de 30 e 40 toneladas para lá transportavam "açúcar, arroz, tafetás, chapéus e outras mercadorias do país", trazendo de volta dinheiro, em moedas de prata, sendo "grande o proveito e lucro que aqui se aufere": com o emprego na Europa de 100 ducados tinham-se no Brasil 250 a 500. E vem aí (pela primeira vez) a palavra – peruleiro. Era tão falada em 1602, que a citou o governador-geral Diogo Botelho num bando, para que se não tomasse dinheiro aos peruleiros... Cresceu a navegação para Buenos Aires. Da Bahia foram os jesuítas espanhóis, ali discípulos de Nóbrega e Anchieta, fundar as margens do Uruguai e do Paraguai as missões formidáveis. De 1602 a 1612, destacou-se como grande mercador entre a Bahia e o

3 Leia-se, de Ricardo Palma. Tradiciones.

4 Veja-se Diálogos das Grandezas do Brasil, 1618, ed. de Rodolfo Garcia, p. 81, Rio, 1944. Sobre o vocábulo e sua popularidade, nossa História do Brasil, citada, 11, p. 297.

5 História do Brasil (ed. de Capistrano de Abreu), 1627, p. 310, São Paulo, 1918.

6 Vieira Fazenda, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.147, p. 152.

Rio da Prata Melchior Maciel[7], que vendia açúcar e escravos pretos e carregava couros e farinhas, além das moedas que escapavam ao fisco. Somavam na Bahia a quantidade de que se espantou Pyrard de Laval[8]. A "principal cópia de moeda do Brasil, contou em 1652 o governador-geral, é da fábrica antiga do Peru, donde veio quando os navios desta coroa tinham o comércio do rio da Prata"[9]. Em 1622 (lembra Lafuente Machain), dos 1200 habitantes de Buenos Aires, 370 eram portugueses[10]. Tão nutrido foi o intercâmbio, que apesar das desconfianças e restrições da Real Audiência, que chegou, em 1594, a proibir que de Buenos Aires subissem gente e mercadorias para o Peru, a guerra da Restauração não logrou interrompê-lo.

Ao contrário, invocamos como o ato inaugural do interamericanismo, no sentido da separação dos interesses entre as colônias e as mães-pátria, a decisão do novo rei de Portugal D. João IV, em 1642, ordenado ao governador Antônio Teles da Silva que se abstivesse de qualquer hostilidade aos castelhanos do rio da Prata e procurasse (a paz em vez da guerra) incentivar-lhes o comércio[11]. Os alvarás de 18 de março e 14 de abril de 1656 ampliaram a autorização para os navios espanhóis que quisessem ir buscar escravos na África. Rejubilou-se o governador, que com isso se encheriam o Brasil e Portugal de prata...

Opôs-se o governo de Madrid às intenções portuguesas. A resposta foi de Lisboa, criando em 1679, na margem esquerda do Prata, defronte de Buenos Aires, ameaçando-a (ou negociando com ela) a Colônia do Sacramento.

7 GIL, Luiz Henrique Azarola. *Los Macie en la Historia de Plata*, Buenos Aires, 1940, p. 28.

8 Voyage, 1615, e trad. de Rivara, 11, p. 286.

9 Documentos Históricos (da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro), 111, p. 11.

10 Los Portugueses en Buenos Aires, Buenos Aires, 1934, p. 86.

11 Documentos Históricos, IV, p. 286.

Não faltam documentos que demonstram ser intensa e fecunda a cooperação luso-castelhana na planície argentina. A esse ciclo pertence o piedoso episódio da fundação de Lujan. Levava um carreteiro português a pequena imagem da Senhora. Desarranjou-se lhe o veículo no lamaçal. Sentiu que era a vontade de Maria, a exigir que lhe erguesse naquele campo o santuário. A ela se curvou; fez a capela, com o nicho, em que a padroeira abençoou a evolução nacional; e daí provém o mais populoso culto nessa terra, o da patrona suprema do país, a doce Virgem de Lima! A história da Colônia do Sacramento, que vai de 1680 a 1777, parece-nos a de uma luta viva: entretanto, nos largos períodos de trégua, foi de comércio discreto, vantajoso e tranquilo, unidas as duas praças pela troca de valores, a despeito da desavença que lhes pesava; como se a conciliação econômica fosse mais poderosa do que o conflito internacional. Desenha-se a sombra dessa política a figura indígena (e espontânea) do contrabando. Quando não podiam entender-se às claras, lusos e portenhos se ajustavam no mistério do negócio clandestino. Enriqueceram-se os comerciantes, enquanto se hostilizavam os capitães; e acabou a colônia, adjudicada finalmente a Espanha, sem que morresse nos lindes do Rio Grande e do rio da Prata o contrabando habitual. Era a consequência da proximidade: onde a lei contrariava o relacionamento útil, impôs o costume às retificações inevitáveis. Durante o século XVIII, o mobiliário português recheou as casas de Buenos Aires; e de lá vieram para o Rio de Janeiro os couros, as farinhas o charque do sul. Basta lembrar o que foi a exposição das ricas mesas de jacarandá, das cadeiras de D. João V, das camas suntuosas entalhadas em Portugal, na Bahia, no Rio de Janeiro, organizada há alguns anos pelo ministro João Hermes de Araújo, para se ter a notícia da copiosa importação em Buenos Aires dos bens brasileiros. Ainda como um adendo à crônica militar da colônia, temos o caso do arquiteto, brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que, depois da tomada de Santa Catarina

por Pedro de Ceballos, aderiu aos espanhóis, e para eles trabalhou frutuosamente. Várias construções monumentais comemoram em Buenos Aires a sua ciência e a sua arte. O intercâmbio acelerou-se na era da Independência. Emigrados platinos asilaram-se no Rio de Janeiro. Viriam, e certo, os desacertos políticos, divididos em episódios, o da pretensão da princesa Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII e mulher do príncipe regente D. João, de ser reconhecida como rainha da América hispânica, o da ação portuguesa contra Artigas na Cisplatina, o da anexação desta província ao Brasil, o choque d'armas de 1825 a 1827, a paz de 1828. Mas sobre esses acontecimentos pairou a afinidade de questões e de soluções, que aproximava naturalmente as duas capitais. Lá se refugiaram os revoltosos brasileiros de 1824; no Rio de Janeiro se abrigaram os desterrados "unitários". Com a óptica lúcida de "grande capitão", entendeu San Martin que os dois países não deviam digladiar-se. Ao contrário, para conter o caudilhismo rural, aceitaria (como Belgramo e os hábeis partidários da "rainha Carlota" aceitaram, entre 1812 e 1816) o modelo monárquico semelhante ao do Brasil para a pátria argentina. O erro de D. Juan Manuel de Rosas foi de não ter percebido a vantagem da aliança em vez do conflito infrutífero, que inutilizou a excelente diplomacia promovida no Rio pelo insigne D. Tomás Guido. Chegou este a pactuar com o gabinete imperial em 1843 o tratado de amizade e colaboração, que o ditador recusou, levando o Império a desligar-se das intenções cordiais e a fazer da "guerra a Rosas" o argumento para a concórdia no Rio Grande, a razão do fortalecimento militar e o objetivo, em 1851, do tríplice acordo, entre Rios, Montevidéu, Rio de Janeiro, responsável pela vitória de Caseros, pela queda do forte homem de Buenos Aires, pela entrada da República na próspera fase liberal. E na sua escola cívica que aprendem ilustres brasileiros a crença na federação (lenda Alberdi), a conveniência do apoio mútuo (seguindo Mitre), a oportunidade da educação (admirando

Sarmiento), o moderno Código Civil (aplaudindo Vélez Sarsfield). Na realidade, as elites interpenetram-se. O projeto de Teixeira de Freitas foi em boa parte aproveitado pelo codificador portenho. O republicanismo democrático implantado em Buenos Aires, levado em 1870 ao Rio de Janeiro por Quintino Bocaiúva. Que foi afinal a guerra de 1864 a 1870 que uniu sob o mesmo comando os exércitos do Brasil, da Argentina e do Uruguai, de um lado desfalcando Buenos Aires de vidas preciosas, de outro lado enchendo-a com as benesses próprias do mercado básico, ao qual coube abastecer durante cinco anos as forças aliadas? Significou o remanescente funesto da indeterminação colonial dos limites, situado na faixa de ignorância recíproca dos povos vizinhos. Custou-lhes o sacrifício de 100 mil soldados, mas, sobre o infortúnio coletivo, cimentou a compreensão brasileiro-argentina, com a sequência, e a consequência, do fluxo turístico, que a despeito da polêmica entre os governos (ainda o caso da dúvida fronteiriça, que se decidiria afinal pelo feliz arbitramento) acercou do Rio de Janeiro o esplendor econômico do rio da Prata. Marcam esse período de amistosa aproximação a simpatia intelectual que leva D. Bartolomeu Mitre à biblioteca do Imperador D. Pedro II, a estima que cultiva Sua Majestade por Domingo Sarmiento (cujo filho, Dominguito, morrera na batalha de Curupaiti, voejando irmanadas no horizonte de fogo as bandeiras auriverde e alviazul), a inteligência do ministro D. Enrique Moreno, a política de Quintino, o reflexo dos negócios, o intercurso da moda, a cronologia dos êxitos e das decepções, em 1890 o portenho, em 1891 o "encilhamento" fluminense. A nova geração tem excelsos personagens, depois de Mitre e Avellaneda, Saenz Peña e Ramon J. Cárcano; equivalentes, Rivarola e Rodrigo Otávio, Leon Suarez e Levi Carneiro, e na linha dos grandes mensageiros, representante do Brasil nas cerimônias do centenário do congresso de Tucuman, Rui Barbosa. Não esqueçamos que é de Buenos Aires, a 14 de julho de 1916, na solenidade presidida por

Estanislao Zeballos, que profere o discurso formidável, alinhando o Brasil com as democracias do Ocidente contra os impérios centrais; que era impossível a neutralidade entre a lei e o crime. Recordemos a conjuntura ansiosa de 1942. De novo enfrentou o Brasil a necessidade de romper com os países do Eixo. Respondeu ao torpedeamento cruel de seus navios com a aceitação do "estado de guerra", desta vez sustentando nas montanhas da Itália pelos batalhões da Força Expedicionária, a FEB. Pois bem, no Rio de Janeiro surgiu, a oferecer a espada para a luta, voluntário magnifico das legiões brasileiras, um dos mais respeitáveis generais da Argentina, o eminente e saudoso general Justo.

Acode-me o que disse eu, amavelmente recebido, com a delegação brasileira chefiada pelo ministro Rodrigo Otavio, em Buenos Aires, a 18 de novembro de 1935:

> *Juramos aquí un alto y santo compromiso a la manera de los que partiendo para lejanas andanzas, prestábanlos que iban a la conquista y defensa del Graal del Sepulcro de Jesús, nuestro Salvador... Apostamos caminar, luchar y vencer juntos las grandes campañas para las cuales nos armamos recíprocamente lidiadores y guerreros... Nuestro apretón de manos capaz de dar al Universo el raro y esplendido ejemplo de dos almas hermanas que se encontran.*

São palavras ditas há 45 anos.

Confirmam-se hoje, quando Buenos Aires faz quatro séculos de luminosa ascensão.

Vamireh Chacon, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, e sócio do IHGB, é especialista em temas de História latino-americana e em ciência política. Fez pós-doutoramento na Universidade de Chicago.

Simón Bolívar e a independência das colônias espanholas na América do Sul é um dos seus temas constantes. Como pernambucano, admira o general Abreu e Lima que combateu com Bolívar e tornou-se herói naquele país vizinho.

No artigo que se segue, Chacon busca traçar a visão de Bolívar sobre o Brasil em cada uma de suas fases. Chama atenção no princípio do artigo para a "excentricidade" do processo brasileiro onde, na ausência de lideranças carismáticas como na América Hispânica, predominava a legitimidade tradicional, sob os olhos interessadamente protetores do poder britânico. Bolívar, comenta, não podia deixar de estar desconfiado. Em diversos pronunciamentos, refere-se a supostos projetos brasileiros de

destruir as repúblicas americanas sob a influência de Santa Aliança. Daí suas constantes tramas com a Grande Colômbia e os caudilhos do Cone Sul para impedir o suposto imperialismo legitimista brasileiro.

Chacon recorda como Bolívar evitou assumir um título monárquico: "Libertador ó muerto es mi divisa antigua. Libertador es más que tudo; y por lo mismo, no me degradaré hasta um trono". O resultado, certamente não consistente com o ideal bolivariano, foi o militarismo da região. Chacon acredita que no final de sua vida, Bolívar teria alterado sua percepção do Brasil, que pouco a pouco passou a adaptar-se às instituições liberais e consolidou sua gigantesca unidade.

Segundo Chacon, foi a mediação britânica que se encarregou de consumar a final aproximação entre Bolívar e o Brasil. Em 1830, pouco antes de sua morte, diria ao representante do Brasil então recém-nomeado, Luis Souza Dias:

> *El imperio del Brasil, recientemente creado por su ilustre monarca, es una de las garantías más poderosas que han recibido las repúblicas de América em la carrera de su independencia.*

Uma volta atrás nesta trajetória, diria eu, tal como atestariam as desconfianças evidentes nas conhecidas palavras de D. João ao príncipe D. Pedro, ao partir de regresso a Lisboa: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum destes aventureiros". Na minha opinião, o principal "aventureiro" a que se referia D. João era Bolívar....

14. Bolívar e o Brasil*

Vamireh Chacon[1]

Ninguém, mais que Bolívar, foi no seu tempo latino-americano um homem-época, cuja influência foi além de seu país e de seu tempo. Embora, pelo fato de haver optado pela monarquia, não haja convidado o Brasil para o Congresso anfictiónico do Panamá, acabou se entendendo com nosso país e mesmo demonstrou sua admiração pelo formoso exemplo de sujeitar-se espontaneamente à Constituição mais liberal.

Existem homens-momento e homens-época, a distinção é de Sidney Hook:

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 149, Nº 359, abr./jun. de 1988.

1 Vamireh Chacon é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Investigou longamente nos arquivos da Venezuela e Colômbia para escrever seu livro Abreu e Lima (General de Bolívar), traduzido sob este título ao espanhol pela Universidade Simón Bolívar de Caracas.

> *O homem-momento é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subsequentes numa direção completamente diferente daquela que teria sido seguida se essas ações não tivessem sido perpetradas. O homem-época é um homem-momento cujas ações são as consequências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição*[2].

Ninguém, mais que Bolívar, foi no seu tempo latino-americano um homem-época, "el más grande de las Américas y uno de los más grandes de la Humanidad", disse-o um escritor brasileiro, José Veríssimo, melhor vendo à distância o seu vulto imenso; "Este papel de héroe, tan difícil e ingrato, nadie lo ha representado con más gracia y valor, ni con más gênio". Tão grande que se torna impossível pensá-lo sem recorrer a hipérboles[3].

Aqui não é o lugar para recapitular o itinerário do herói-gigante. Cabe-me apenas, o que não significa pouco, relembrar sua visão do Brasil em várias fases.

O processo da independência brasileira vinha sendo muito diferente da independência hispano-americana. Fernando VII não conseguira fugir da Espanha, tinha saído prisioneiro dos soldados de Napoleão Bonaparte. Enquanto isto, a Corte portuguesa, com a Rainha Maria I e o Príncipe Regente futuro João VI, era levada pela esquadra inglesa ao Rio de Janeiro. Acabava-se a possibilidade de lideranças carismáticas surgirem para também proclamarem a independência brasileira ao modo de Bolívar, San Martín, Sucre ou O'Higgins. Predominara no Brasil a legitimidade tradicional, na terminologia de Max Weber. E interessava à Inglaterra uma

2 The Hero in History (A Study in Limitation and Possibility), Boston: Beacon Press, 3. ed., 1960, p. 125-127.

3 "Bolívar, professor de energia", tradução por Francisco Villaespesa. In: BOLÍVAR, Simón. *Libertador de la América del Sur, por los más grandes escritores* (Montalpo, Mar, Rodó, Blanco-rombona, García, Calderón, Alberd), Madrid-Buenos Aires: Renacimiento, 1914, p. 463 e 464.

monarquia sul-americana estável, contrapeso para as repúblicas hispano-americanas principiando como repúblicas jacobinas, em breve entregues a caudilhos, após a geração dos libertadores. O ministro das Relações Exteriores, depois primeiro-ministro George Canning, agiu diretamente no Brasil, com o auxílio do embaixador Lord Strangford vindo de Lisboa[4]. Uma esquadra britânica passou a estacionar permanentemente na baía de Guanabara, a "South American naval station"[5]. A Santa Aliança logo reconheceu a independência brasileira, pois a primeira imperatriz, Leopoldina de Habsburgo, casada com Pedro I proclamador da independência, era filha do imperador Francisco II da Áustria[6].

Tudo isto só podia despertar profundas desconfianças em Bolívar. Ele as transmitiu várias vezes ao próprio Canning, em diversas cartas, até que resolveu pedir sua intercessão, em 1826, no sentido de melhorar as relações da Grã-Colômbia com o Brasil. Em 23 de janeiro de 1825, Bolívar ainda se expressava assim a respeito do Brasil:

> *Por desgracia, el Brasil linda con todos nuestros estados: por consiguiente, tiene facilidades muchas para hacer nos la guerra, con suceso, como lo quiere la Santa Alianza.*

Pouco antes, em 20 do mesmo mês, ele escrevera a Sucre:

> *Además, por las noticias que vienen de Europa y del Brasil sabemos que la Santa Alianza trata de favorecer al emperador del Brasil con tropas para subyugar la América*

4 *Vide* Caio de Freitas, George Canning e o Brasil. *Influência da Diplomacia Inglesa na Formação Brasileira*, v. 298 da Coleção Brasiliana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, 1º tomo, p. 328, e 2º tomo, p. 438.

5 *Vide* the Navy and South America (1807-1823). Correspondence of the Commanders in Chief on the South American Station), organiz. por Gerald S. Graham e R. A. Humphreys, Navy Records Society, 1962, passim.

6 *Vide* Manfred Kossok. Im Schatten der Heiligen Allianz, Berlin oriental. 1904, passim.

> *española, por consagrar el principio de la legitimidad y destruir la revolución,*

donde se sentia em condições de concluir a Santander, 9 de fevereiro de 1825:

> *Este emperador del Brasil y la Santa Alianza son uno. Y si nosotros, los pueblos libres, no formamos otro, somos perdidos. Sobre esto, por más que hable no podré decir bastante*[7].

E que, há pouco, tinham surgido rumores de uma invasão de província de fronte de Mato Grosso, também dita Chiquitos, assunto explorado com sensacionalismo pelo jornal de Bogotá El Colombiano de 28 ainda de 1825, "en el proyecto para destruir las nuestras Repúblicas Americanas".

Bolívar reagiu, porém, com prudência, como se vê na sua carta de 28 de maio de 1825 a Gregório Funes

> *Supongo que Usted estará ya informado de la invasión que ha hecho un oficial del Brasil sobre la provincia de Chiquitos, en el Alto Peru. Yo no he podido creer que esta medida tan injusta como impolítica haya sido tomada por orden del emperador del Brasil,*

confirmada dois dias após noutra a Santander: "Así es que yo concibo que la invasión de Chiquitos debe ser obra absurda y precipitada del Comandante Araujo", referindo-se à suposta expedição de Miguel José de Araújo e Silva[8]. O que não impediu Bolívar de dirigir uma ameaçadora advertência a Araújo e Silva:

7 *Apud* LIMA, Nestor dos Santos, *La imagen del Brasil en las cartas de Bolívar*, tradução por José Antônio Escalona-Escalona, Brasília: Banco do Brasil, s. d., p. 21, 24 e 29.

8 *Apud* LIMA, N. dos Santos, *op. cit.*, p. 3.

> *Prevengo al señor comandante general de Santa Cruz que si usted no de ocupa en el acto la provincia de Chiquitos, marcho contra Usted, y si no se contente con liberar nuestras fronteras, sino que penetro al territorio que se nos declara enemigo, llevando la desolación y la muerte para vengar nuestra patria y corresponder a la insolente nota y a la guerra con que Usted lo ha amenazado.*

Paralelamente a uma correspondência secreta de Santander, seu principal substituto, a quem recomendava: "Medite Usted bien estas noticias, que son de una gravedad vital, y no le será difícil penetrar que el Brasil no sólo está dispuesto a romper las hostilidades contra Buenos Aires y nosotros, sino que se adelanta a provocarnos"[9].

A questão era muito mais profunda, remontava às disputas entre portugueses e espanhóis pelo controle da foz do Rio da Prata, postados os espanhóis em Buenos Aires e os portugueses defronte na Colônia do Sacramento, indo e vindo à luta. E quando Fernando VII foi aprisionado pelos franceses, sua irmã, casada com o príncipe regente de Portugal, logo o rei João VI, apresentou suas pretensões ao domínio sobre a América Espanhola. Chegou até a convencer o comandante da base naval britânica no Rio de Janeiro, almirante Sidney Smith, a levá-la a Buenos Aires para tomar posse de um trono paralelo ao brasileiro, formando uma monarquia dual sul-americana. Ao saber destes propósitos através do embaixador Lord Strangford, George Canning considerou-os uma ambição excessiva e proibiu a operação, a qual contava inclusive com o apoio do prestigioso general Belgrano[10].

9 *Apud* AGUIRRE, Indalecio Liévano, *Bolívar,* 34. ed, Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 1979, p. 389.

10 As intrigas estão descritas por Caio de Freitas, *op., cit.* 1º tomo, p. 249-252 e 2º tomo, p. 447. *Vide* também FERNÁNDEZ, Ariosto. Manuel Belgrano y la Princesa Carlota Joaquina, 1808, *Historia*. Buenos Aires, n. 3. Janeiro-março, 1956, p. 4 e 7-11; e CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina, 1808, Queen of Portugal*. Londres: Sidgwickand Jackson Limited, 1947, p. 43-50.

Em seguida, Rivadavia e Alvear, outros próceres argentinos, passavam a apelar a Simón Bolívar para que interviesse contra a presença militar brasileira, esta já estabelecida, em Montevidéu. Artigas, por sua vez, reclamava contra tanto os brasileiros quanto os argentinos, ao preferir a independência do Uruguai contra ambos: "Esta representa (protesta) contra la pérfida coalición de la Corte del Brasil y de la administración dictatorial (de Buenos Aires)". As raízes internas na Argentina ligavam-se com seu antigo partido monárquico, por assim dizer, oposto aos republicanos, como se vê desde as *Actas Secretas* do Congresso independista de Tucumán, nas quais se lê:

> *Si se le exigiere el comisionado que estas provincias se incorporen a las del Brasil, se opondrá abiertamente. Pero si, después de apurados todos los recursos de la política y del convenimiento, insistiesen en el empeño, les indicará (como una cosa que sale de él y que es lo más a que tal vez podrán prestarse estas provincias) que formando un estado distincto del Brasil, reconocerán por monarca al de aquel, miestras mantenga su Corte en este continente, pero bajo una Constitución que le presentara el Congreso.*

Daí é que partiam as simpatias de San Martin pelo estabelecimento de uma monarquia unificando as ex-colônias espanholas da América do Sul, à maneira do que acontecera com o Brasil, diante das discordâncias expressas por Bolívar no encontro de Guayaquil. Monarquismo vindo assim de Belgrano e Tucumán.

Sentindo a profundidade do problema, Bolivar escreveu ao seu vice-presidente Santander:

> *Hoy he recibido comunicaciones de Buenos Aires dirigidas al general Sucre, por las cuales sabemos oficialmente que la misión de Buenos Aires - del general Alvear y del doctor Díaz Vélez – trae, entre otros objetos, la invitación formal y*

> *expresa de hacerle la guerra al Brasil de acuerdo con Buenos Aires, que está haciendo esfuerzos por recobrar la Banda Oriental y Montevideo. Como este negocio es gravísimo no me dejaré arrastrar a él de pronto, ni por la gloria, ni por las lisonjas. Desde luego, yo no puedo disponer de las tropas de Colombia sin consentimiento de su gobierno; por lo mismo deseo que Usted consulte al Congreso y a los agentes ingleses sobre el modo como Inglaterra vería una guerra de nuestra parte con el Brasil.*

A questão voltava ao ponto de partida, ao centro de decisões, a Inglaterra, Canning escreveu dissuadindo Bolívar, mas este continuou magoado, escrevendo sempre secretamente a Santander:

> *El Brasil nos ha insultado, y no ha querido dar nos reparación alguna; por tanto he creído político quejarme amarga mente de su conducta... Si los brasileños nos buscan más pleitos, me batiré como boliviano, nombre que me pertenece antes de nacer...*

Ao que lhe respondeu Santander, sempre prudente, sempre muito prático e objetivo:

> *Permita me Usted que le haga observar que aunque el nombre de su amada República le perteneciese antes de nacer, Usted no puede batirse con los brasileños sin comprometer en cierto modo a Colombia, pues ni puede ni debe prescindir del carácter de Presidente de la República de Colombia, y tanto en este concepto como en el de ciudadano colombiano requiere el permiso del Cuerpo Legislativo para tomar las armas contra un enemigo que no es común,*
>
> *Si la Santa Alianza no ha tomado parte activa y explicita contra nosotros, lo atribuyo a dos principios: el primero, a la política inglesa que por fortuna y por sus propios*

> *intereses ha tenido que ponernos del lado de los estados americanos. El segundo, a que de nuestra parte no hemos dado motivo de provocación a los soberanos, pues de una parte nuestras protestas de respecto y de otra nuestros excesivos suprimientos han desarmado la cólera de los gabinetes europeos,*
>
> *Pero si nos mezclamos de buenas a primeras en guerra contra el Brasil, parece que les damos una ocasión de declararse aliados de la España.*

Mesmo que ao preço da fragmentação da fugidia tentativa de unidade republicana hispano-americana, diante do êxito brasileiro, pois

> *Yo bien veo que si teórica y constitucionalmente carecemos del poder de hacer este bien a la causa de la libertad americana, prácticamente el mal de la desunión argentina pro sigue y contagia y la causa americana lo padece cruelmente. Más, ¿qué podemos contra el torrente de la civilización que no liga a un gobierno sino en virtud de precedente obligación perfecta?*[11]

A coisa resolveu-se realmente de acordo com fluxos históricos herdados e antiquíssimos: o Brasil permaneceu unido sob uma Coroa imperial vinda de Portugal, unidade preservada pela república; a Banda Oriental do Uruguai tornou-se um país por desejo próprio e sob mediação britânica entre os interesses brasileiros e argentinos; e o Brasil, se não conseguiu se compor como uma monarquia dual com a Argentina, sentiu-se na obrigação de evitar uma grande república vizinha tornando a reunir o Vice-Reino do Prata, conforme Juan Manuel Rosas ameaçou e foi derrotado pelos próprios argentinos

11 *Apud* AGUIRRE, Liévano, *op. cit.*, p. 384-3st, 303 e 392.

adeptos de Urquiza com direta ajuda militar brasileira no combate de Tonelero e na batalha de Monte Caseros/Morón[12].

Tinha sido editada a confrontação armada entre a Grã-Colômbia bolivariana e o Brasil, a ponto de vários exilados liberais brasileiros, o general Abreu e Lima e o poeta Natividade Saldanha entre eles, poderem escolher Caracas e Bogotá como residências, participando intensamente da epopeia bolivariana. Abreu e Lima com raro brilho, ele mesmo a descreveu, em cores vividas numa carta ao general Páez, presidente da Venezuela, datada de 18 de setembro de 1868, mas publicada no Diário de Pernambuco em 20 e 21 de maio de 1873, enumerando as suas batalhas em companhia do Libertador Simón Bolívar Boyacá, Carabobo, Queceras del Medio, Vargas, Topaga, Sabana de la Guardia, Porto Cabello e Rio Hacha.

> *Tenho orgulho de chamar-me um dos libertadores de Venezuela e dos de Nova Granada, e em usar das minhas veneras. Faço garbo das minhas cruzes de Boyacá e de Porto Cabello, e do meu nobre escudo de Carabobo. Tenho e conservo o busto de ouro do Libertador, que ele mesmo me deu como um diploma muito honroso.*

Em Carabobo, Abreu foi ferido, depois caiu em desgraça por intrigas de um jornalista que o caluniara, ao qual deu o troco em desforço físico, em seguida sofreu bastante de Santander em pessoa, "um intrigante e um perverso tão sutil, tão fino e tão astucioso", a quem já não pôde dar mais resposta, expulso que se viu logo após a morte do Bolívar. Junto ao Libertador ficou Abreu e Lima até o último momento.

12 *Vide* por exemplo do general José Maria Sarobe, El General Urquiza 1843-1952. La campaña de Caseros, Comissão Nacional do Monumento no capitaño-general Justo José de Urquiza, Guillermo Kraft Impresiones Generales, Buenos Aires, tomo II, pp. 84-88 e 176-178.

Ingenuamente Abreu tentara explicar a Santander ser, para o Brasil, "el sistema imperial constitucional, el paso más acertado", pois

> *toda otra forma de gobierno los hubiera confundido y reducido a una completa anarquía y (di) solución: el Brasil es inmenso, poblado solamente en sus costas y de una mezcla de clases que nunca podrían ligarse bajo ningún sistema que se separase mucho de la forma antigua*[13].

O que só lhe serviu para ver-se ainda mais intrigado, Bolívar continuou sempre republicano desconfiando das propostas monárquicas.

Diante de uma sondagem pelo representante da Grã-Bretanha perante a Grã-Colômbia, Campbell, Simón Bolívar respondeu-lhe em 13 de julho de 1829 recusando aceitar uma monarquia para a Grã-Colômbia:

> *El pensamiento de una monarquia extranjera para suceder me en el mando, por ventajosa que fuera en sus resultados, veo mil inconvenientes para conseguirla: 1º) Ningún príncipe extranjero admitirá por patrimonio un principado anárquico y sin garantía. 2º). Las deudas nacionales y la pobreza del país no ofrecen medios para mantener un príncipe y una Corte miserablemente. 3º) Las clases inferiores se alarmarán, temiendo justamente los defectos de la aristocracia y de la desigualdad. 4º) Los generales y ambiciosos de todas condiciones no podrán suportar la idea de verse privados del mando supremo. No he hablado de los inconvenientes europeos, porque pudiera darse el*

13 Archivo de Santander (Publicación hecha por una Comisión de la Academia de Historia, bajo la dirección de Don Ernesto Restrepo Tirado) Bogotá, Águila Negra Editorial, tomo X, p. 230.

> *caso de que no los hubiera, suponiendo siempre una rara combinación de circunstancias felices*[14].

Bolívar recusava mesmo o seu próprio nome para monarca, como se viu na sua resposta ao futuro presidente da Venezuela, o general José Antônio Páez, amigo de Abreu e Lima, que, talvez insinuado por este, propusera ao Libertador:

> *Este país, en lo general de escasa población, no tiene más que los restos de una colonia española, de consiguiente, falto de todo elemento para montar una república,*
>
> *La situación de este país es muy semejante en el día a la de la Francia cuando Napoleón el Grande se encontraba en Egipto y fue llamado por aquellos primeros hombres de la revolución, convencidos de que un gobierno que había caído en las manos de la más vil canalla no era el que podía salvar aquella nación, y Usted está en el caso de decir lo que aquel hombre célebre entonces los intrigantes van a perder la patria, vamos a salvarla.*

Simón Bolívar respondeu-lhe orgulhosamente:

> *Ni Colombia es Francia, ni yo Napoleón. No había otra república grande que la francesa y la Francia había sido siempre un reino. Napoleón era grande y único, y además sumamente ambicioso. Aquí no hay nada de esto, Yo no soy Napoleón ni quiero serlo, tampoco quiero imitar a César, aún menos a Iturbide. Tales ejemplos me parecen indignos de mi gloria. El título de Libertador es superior a todos los que ha recibido el orgullo humano. Por tanto, es imposible degradar lo.*

14 *Apud* AGUIRRE, Liévano, *op. cit.*, p. 491-494.

Palavras de 1825 por ele repetidas em 19 de setembro do ano seguinte numa carta de Santander: "Libertador o muerto es mi divisa antigua. Libertador, es más que todo; y, por lo mismo, yo no me degradaré hasta un trono"[15].

Tudo muito bonito, mas terá sido Simón Bolívar nisto suficientemente objetivo quanto ao seu presente e profético diante do futuro da América do Sul à qual tanto ajudou a proclamar a independência?

A Inglaterra, através do embaixador Campbell, entreabrira uma perspectiva análoga à do Brasil: um império sob coroa europeia e com proteção britânica inclusive econômica. Excluída esta possibilidade, o poder terminaria resvalando para os tais "generales y ambiciosos de todas condiciones" temidos pelo próprio Bolívar, "vil canal" execrada por Páez: a América Latina resvalou sob o guante das piores ditaduras, a começar por vários dos companheiros do Libertador, que o renegaram: o general Santiago Mariño ticou com a fazenda La Soledad, Juan Bautista Arismendi com a Yaguaraparo, José Antônio Páez, mais que qual quer outro, com enormes áreas abrigando nada menos de 400 000 pés de café, 106 000 de cacau, 20 000 reses, 700 éguas, 500 cavalos, 300 mulas. Páez chegou a vender seus escravos ao governo, quando presidente da república[16].

O historiador Guillermo Morón resume o período de 1830, morte do Libertador, a 1935, morte de Juan Vicente Gómez, tirano da Venezuela por vinte e cinco anos, como "un sólo processo", ao longo do qual "El militarismo fue una inmediata consecuencia de la guerra de independencia", só no estado venezuelano de Carabobo havia 449 generais, 627 coronéis, 987 comandantes (ou tenentes-

15 *Apud* MIJARES, Augusto, *El Libertador*, Caracas: Fundación Eugenio Mendoza, 1967, p. 498 e 499.

16 Historia Fundamental de Venezuela, Caracas: Universidade Central de Venezuela, 9. ed., 1982, p. 251 e 339.

-coronéis), 818 capitães, 304 tenentes e 83 subtenentes, nada menos de 3470 oficiais, mais de 15% numa população masculina de 22 952...[17]. Golpes e mais golpes de estados se sucedem na fragmentação prevista e condenada por Bolívar: "Eso es lo que quieren los bochincheros; gobiernitos y más gobiernitos para hacer revoluciones y más revoluciones. Yo no, no quiero gobiernitos". Com o resultado da Venezuela acabar tendo 23 Constituições, 18 o Equador, 16 a Bolívia, 12 o Peru, os países bolivarianos em meio à América Latina que atinge o recorde na República Dominicana com 25[18]...

Simón Bolívar não convidou oficialmente em 1824 o Brasil para o primeiro congresso pan-americano, o Congresso Anfictiônico do Panamá, apesar de Pedro I pensar em remeter um observador brasileiro, sinal da desconfiança tornada hostilidade contra o Brasil imperial tido pelo Libertador como um instrumento da Santa Aliança. Só o tempo iria extinguir-lhe esta interpretação. Bolívar chegou a presenciar o desmembramento da Grã-Colômbia e, muito provavelmente, isto deve lhe ter desperto oportunas reflexões. O Brasil, após também um difícil aprendizado de independência, passou a adaptar-se às instituições liberais e partir da Constituição de 1824, mesmo outorgada, e principalmente desde a introdução do parlamentarismo após 1847 com governos de gabinete encimados por primeiros-ministros aplicando o príncipe que o rei reina, mas não governa. De 1847 a 1889, o Brasil viveria longa fase de paz e progresso, presenciando a consolidação da sua gigantesca unidade nacional, ao mesmo tempo que se abolia por etapas a escravatura.

Foi a mediação britânica, caracteristicamente hegemônica então na América do Sul, que se encarregou de consumar a final

17 Breve historia de Venezuela, Madrid: Espasa-Calpe, 1979, p. 181-185.

18 J. L. Salcedo-bastardo, Bolívar: un continente y un destino, Comité Executivo do Bicentenário de Simón Bolívar, Caracas, 12. ed., revisada, 1982, p. 255 e 256.

aproximação entre Bolívar e o Brasil como se vê na carta que ele envia a Canning através de Campbell, encarregado de negócios junto a Grã-Colômbia, acompanhado pelo ministro plenipotenciário Cockburn:

> *Son eminentemente sabias las indicaciones que V.E. hace sobre la paz que hemos de conservar cuando la hayamos obtenido, y las buenas relaciones que debemos establecer con nuestros vecinos del Brasil y otros estados. Su Majes tan Británica, al adoptar sus miras conciliadoras en los negocios beligerantes entre el Brasil y Buenos Aires, han extendido su bondad entre todos los pueblos de América, porque una guerra interna, en el Nuevo Mundo, pudiera causar transtornos difíciles de evitar. Con una confianza no común me he expresado en los negocios del Brasil y Buenos Aires, porque yo temía que los sucesos del Río de la Plata no cundiesen en Bolivia y en el Peru, y ciertamente no temía la especie de orden que el gobierno imperial del Brasil ha de procurar a su país, porque la tendencia de una república es hacia la anarquía, que yo considero como la demencia de la tirania.*

Palavras de 22 de novembro de 1826 confirmadas em 9 de julho de 1828 nas suas instruções ao general Francisco Carabaño:

> *Yo he pensado que, una vez nuestros negocios puedan llamar nuestra atención hacia el sur, debemos tener grato al Emperador del Brasil que no ha dejado de mostrarse bastante favorable hacia nosotros.*

Estava tudo preparado para o entendimento final. Simón Bolívar entendeu o Brasil, sua estabilidade, daí sua firmeza, conforme se lê nas palavras com que recebeu o primeiro

representante oficial brasileiro, o ministro Luís Souza Dias, em 30 de março de 1830, vésperas da morte do Libertador:

> *Dando vuestro soberano el hermoso ejemplo de sujetarse espontaneamente a la Constitución más liberal, se ha hecho acreedor al aplauso y a la admiración del mundo. El Imperio del Brasil, recientemente creado por su ilustre monarca, es una de las garantías más poderosas que han recibido las repúblicas de América, en la carrera de su independencia*[19].

Também os brasileiros podiam, daí em diante, integrar-se na Pátria Grande a que se referia Artigas, Nuestra América no dizer de Marti, "mas o cenário macroétnico dentro do qual todos os povos do subcontinente coexistirão terá uma feição ibero-americana", esclarece Darcy Ribeiro[20], pois "somos hijos fieles de España y Portugal" na expressão de Carlos Fuentes, que acrescenta: "Somos y no somos del Occidente. Somos indios, negros y mediterráneos", na realidade está ecoando o Simón Bolívar da Carta de Jamaica:

> *No somos ni indios, ni europeos, sino una especie de media. Nosotros somos un pequeño género humano; posemos un mundo aparte, cercado por dilatados mares; nuevos en casi todas artes y ciencias, aunque en cierto modo viejos en los usos de la sociedad civil.*

Com Bolívar, o que devemos buscar, na América Meridional, como ele chamava a América Latina ou Ibero-América, é "la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riqueza que por su libertad y gloria"[21].

---

19 Apud LIMA, N. dos Santos, *op. cit.*, p. 46 e 49.

20 América Latina: a Pátria Grande, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 19 e 23.

21 Bolívar, Simón, Ideas Fundamentales, Comité Venezuelano de Ciencias Históricas/Academia Nacional da História, síntese biográfica e seleção de documentos por Manuel Pérez vila para o XV congresso internacional de Ciências Históricas (Bucareste, 10-17 de agosto de 1980), Caracas, 1980, p. es, as e me.

Arthur Cesar Ferreira Reis é um profundo conhecedor dos temas da bacia amazônica. Foi governador do estado do Amazonas. Escreveu livros de História voltados principalmente para a Amazônia. Membro do IHGB e do Instituto Geográfico e Histórico de Amazonas, desempenhou várias funções públicas e participou de diversas reuniões internacionais.

O artigo é longo. Sua inclusão nesta antologia deve-se, sobretudo, a sua amplitude de vistas e a sua maneira de interpretar positivamente os traços característicos da formação do Brasil e da sua interação na América Latina, mais especificamente na América do Sul. Começa por Tordesilhas e pela descrição dos países mais diretamente envolvidos na aventura da exploração e da colonização de nossas terras: Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra. Menciona os entendimentos diplomáticos e a negociação dos tratados originais. E comenta:

> *As relações internacionais [...] foram, assim, episódio da história diplomática dos países possuidores de impérios e*

> *não capítulos de História que tivéssemos escrito com a nossa participação e a nossa decisão... São consequentemente uma espécie de pré-história da nossa existência no campo das relações internacionais.*

Trata-se sem dúvida de uma apreciação bastante original.

Nossa história diplomática começa na realidade com a independência dos países da região. Ferreira Reis assinala os interesses da Inglaterra e interpreta a ação da diplomacia inglesa como uma "nova experiência colonial, agora sob a forma domínio mercantil, mais vantajoso, mais lucrativo e muito menos perigoso e dispendioso".

O autor comenta o difícil processo do reconhecimento da independência dos países que emergiam na região, para, em seguida, concentrar-se no que chama de "conciliação interna", cujo primeiro momento era suposto ser o Congresso Anfictiônico convocado por Bolívar, em 1826. O Brasil, receoso de que houvesse uma condenação da forma monárquica, acabou não comparecendo.

As diferenças entre os países hispânicos, porém, amiudaram-se. Eclodiram diversos conflitos e o sonho boliviano se desfez. Ferreira Reis assinala a exceção do Brasil, vista sem maiores problemas na Europa, com crescente desconfiança na América do Sul.

Ao final da vida, Bolívar, deu-se conta de que tudo o que fizera fora como "arar no mar". O Brasil permanecia estável e unido enquanto as Repúblicas hispânicas se descompunham e eram palco de frequentes enfrentamentos. Isto fez, comenta o autor, com que todos os vizinhos olhassem o Brasil com desconfiança.

E mais ainda, conforme observa acertadamente, dada a política ambivalente que o Brasil adotou nas duas grandes bacias hidrográficas: a montante no Amazonas, impedimos com êxito a livre navegação; a jusante no Prata, forçamos a livre navegação.

Uma observação bastante significativa do autor recorda a propensão dos países hispânicos a implantar políticas literais de comércio e a negociarem acordos comerciais. Terem sido estes os antecedentes dos atuais Acordos de Livre Comércio. O Brasil não era convidado para as diversas reuniões que se fizeram a partir de 1883.

A situação mudaria com a República e com o começo, por iniciativa norte-americana, das conferências interamericanas que culminaram com o que hoje é a OEA.

Estende-se em seguida o autor no que respeita às seguidas intervenções norte-americanas no Caribe assim como à proliferação de questões de limites com praticamente todos os nossos vizinhos. Rio Branco obteve o prodígio de terminar de resolvê-las todas.

Detém-se ainda Ferreira Reis sobre as transformações ocorridas em função das duas guerras mundiais e o novo papel assumido pelos EUA no mundo. E ressalta o papel exercido pelo Brasil mediante a Operação Pan-Americana, lançada pelo presidente Juscelino Kubitscheck logo, porém, encampada pelos EUA sob a forma assistencialista da Aliança para o Progresso.

Escrevendo bem antes do lançamento do Mercosul, Ferreira Reis conclui seu longo artigo de forma um tanto melancólica: "A História da América Latina no campo das Relações Internacionais tem um haver muito pequeno ainda". De fato, depois do Mercosul houve um período de grande otimismo, hoje substituído novamente por desânimo e pessimismo.

15. As relações internacionais da América Latina nos séculos XIX e XX*

Arthur Cézar Ferreira Reis

As relações internacionais desta vasta comunidade ibérica no continente americano começam com a partilha de Tordesilhas, prosseguem, especialmente no século XVIII, com uma série de tratados entre Portugal e Espanha e culminam, após a independência de vários estados, nos inícios do século XIX: o reconhecimento da independência, o sonho de Bolívar manifestado na conferência de Panamá, os problemas de limites, tratados de comércio, conflitos armados, a política de pan-americanismo, as conferências entre os estados americanos, tudo faz parte de um conjunto cujas características principais podem ser encontradas no esforço para a elaboração de um sistema de convivência entre os povos do Novo Mundo.

1. Somos uma imensa comunidade étnica, social, cultural, que resultou da participação de etnias europeias, africanas e americanas. Resultou todo esse gigantesco trabalho de aproximação e de integração da aventura que, a principiar do século XVI, levou

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 149, Nº 359, abr./jun. de 1988.

espanhóis, portugueses, franceses, ingleses, holandeses e suecos ao descobrimento de terras, oceanos, humanidades, que eles incorporaram aos conhecimentos da Europa.

Humanidades de que tinham notícias vagas e lhes causaram, em certos pontos, a impressão de terem encontrado os homens primitivos que iniciavam a aurora do mundo social. Humanidades que, ora expressavam a infância da civilização, na forma tribal por que se afirmavam e disciplinavam para a coexistência política, ora era já uma admirável experiência de organizações políticas imperiais, socialistas, ditatoriais. Toda uma vasta gama de valores institucionais, de que não se haviam dado consciência até então e lhes surgia provocando a literatura exótica, que foi um dos fundamentos, sob novo ângulo, do que chamamos de Renascimento, que não pode, portanto, ser mais limitado, na explicação do que reflete, como força estética resultante da velha sistemática clássica.

Terras e oceanos, de que uma geografia fantástica lhes havia ensinado uma noção limitada e pontilhada pelo que poderia haver de mais fantástico como fruto da imaginação humana. Terras e oceanos que inscreveram, na ciência nova que começaram a escrever, numa velocidade que lhes permitiu, não apenas a elaboração de um novo e poderoso *stock* de conhecimentos revolucionários, mas a adoção de novidades que compuseram um autêntico sistema revolucionário nos vários aspectos de vivência diária: usos e costumes, alimentos, matérias-primas para o comércio e para a primeira fase de uma preliminar da empresa industrial, técnicas de trabalho que incorporaram e foram, de então diante, essenciais a suas fórmulas de existência social.

Disputando os espaços que descobriam, para o exercício de suas respectivas soberanias e a consequente exploração econômica dos valores materiais que encontraram e de que logo lhes surgiram

como um elemento novo para o poderio mercantil que se iniciava, aqueles europeus fundaram o primeiro grande império ultramarino, que começou a desmoronar em meados do século XVIII, com a independência das colônias britânicas, e tem seu capítulo final na descolonização a que estamos assistindo.

Na execução das políticas que tiveram de adotar, e foi, além de um mero transplante de instituições e de sistemas europeus, uma adaptação resultante das forças locais, representadas nos imperativos telúricos, sociais e culturais, aqueles europeus entraram em conflito. Defendiam seus interesses valendo-se de todos os recursos. Importaram mão de obra da África para as Américas. Escravizaram ou impuseram um sistema social e econômico sobre as populações indígenas com que se defrontaram na hora dos descobrimentos, equivalente não apenas à escravidão pura e simples, mas ao regime da servidão que vigorava na própria Europa de quinhentos a oitocentos. Decidiram os destinos dos espaços onde se haviam instalado e onde se realizavam como potências coloniais, ora pela sorte das armas em guerras que mobilizaram os grupos nativos ou alienígenas, ora pela ação de seus diplomatas, que desse modo escreviam as primeiras páginas do que poderíamos denominar de albores da história diplomática das Américas. O primeiro capítulo dessa história em nascimento fora a partilha de Tordesilhas quando, sob as bênçãos papais, portugueses e espanhóis dividiram o mundo em duas grandes fatias, com o que não apenas definiam suas posições sobre as terras e as águas que descobriam, mas também sobre aquelas humanidades, culturalmente adiantadas ou não, as humanidades que faziam a vida nas Américas, na África e na Ásia misteriosa e distante.

As guerras ocorreram entre portugueses e espanhóis, portugueses e franceses, portugueses e holandeses, espanhóis e ingleses, espanhóis e franceses, ingleses e franceses. Quando se

atingiu a fase da maioridade política e se pôs termo ao mundo colonial, estava definida, perfeitamente, a área de ação política das várias unidades em que se teria de dividir o mundo americano: o latino e o anglo-saxão. Não ocorriam mais dúvidas. Os campos estavam perfeitamente definidos. Para tal, a diplomacia concorrera com seu quinhão, fixando situações e área de influência.

Entre portugueses e espanhóis, três tratados podem ser aqui recordados – o de Utrecht, o de Madri e o de Santo Ildefonso. Por eles, o Brasil foi definido na sua contextura territorial. Entre portugueses e franceses, o de Utrecht encerrou, por algum tempo, as diferenças a propósito da fronteira nas Guianas. Entre espanhóis e franceses, os tratados de Ryswick e Aranjuez asseguraram à França o seu domínio na ilha do Haiti. Entre ingleses e franceses, os tratados de Utrecht e Paris garantiram aos ingleses a Acádia e o Canadá.

O famoso "Pacto de Família", negociado entre franceses e espanhóis, explicaria, por exemplo, a ação britânica mais violenta sobre as Antilhas espanholas e seria posteriormente ainda uma motivação, distante no tempo, é certo, para as operações britânicas sobre a região platina. Os tratados que puseram fim às alianças europeias refletiram-se, naturalmente, sobre as Américas, determinando as áreas de ação soberana que se encerrariam no episódio da independência, já no século XIX.

As relações internacionais, no período de nossa história, foram, assim, episódio da história diplomática dos possuidores de impérios e não capítulos de história que tivéssemos escrito com a nossa participação e a nossa decisão. Foram episódios europeus sobre o mundo americano, mas servem como explicação para muitas das reservas que ainda hoje dificultam relacionamentos mais diretos, menos distanciamento entre os vários membros da grande família que tentamos elaborar em termos de integração e

não de alianças políticas. É que foram promovidas, insista-se na tese, para resolver a problemática europeia na defesa de interesses de potências europeias que não abriam mão de seus títulos de descobrimento e de conquista sobre os solos e as humanidades americanas. Nem por isso, todavia, devem ser ignorados. Porque realmente nos levaram ao plano das relações internacionais. São, consequentemente, uma espécie de pré-história da nossa existência no campo das relações internacionais.

2. Alcançada a independência dos antigos territórios coloniais, ia começar realmente a história diplomática latino-americana. Porque seria fruto de nossa participação no contexto universal e de nossos propósitos para a formulação de uma política que servisse aos nossos interesses mais diretos, visando-se à formulação de um grande princípio de solidariedade, de harmonia e de vinculação estreita entre os integrantes da família continental. Essa história, no entanto, não foi continuada ou mesmo interrompida empresa política fácil de conduzir e, portanto, que se apresentasse realizada em termos de entendimento amplo, sereno, veloz. Houve tropeços vários, que principiaram pelas diferenças que o colonialismo deixara e determinavam a existência daquelas distâncias entre as várias nacionalidades que iniciavam sua vida soberana. Essas distâncias eram muito vivas e ainda não foram totalmente vencidas. Ademais, os problemas da organização dos novos estados contribuíam para dificultar a destruição daquele estado de espírito. Tais problemas de estruturação política interna eram graves e levaram, inclusive, a conflitos entre os novos estados. O quadro que temos à vista na África e na Ásia, a propósito das novas nações que deixaram o "*status*" colonial, é, a certos aspectos, o mesmo quadro que poderemos verificar na vida americana logo após a independência. São problemas, lembra Panikar, comuns aos países novos.

Dissemos que com a independência começava a história diplomática da América Latina. Realmente assim foi. E começava

pelo esforço no sentido da obtenção do seu ingresso na vida internacional pelo reconhecimento de sua existência, como parte do mundo soberano. Será conveniente recordar que a independência fora uma conquista trabalhosa, sangrenta, na América espanhola e na América francesa, como fora uma solução serena, tranquila na América portuguesa, a "Terceira América" da denominação muito acertada de Nestor dos Santos Lima. E se assim fora, ali, também não será desnecessário recordar que essa conquista estava relacionada com a trama de que participavam ingleses e franceses, dominados pela ideia de destruição do velho império espanhol. A intriga, urdida à volta dos sucessos que agitaram e ensanguentaram a América espanhola, vinha de longe. No decorrer do século XVIII, constituirá uma constante das preocupações das duas nações europeias. Os ingleses, nesse particular, não haviam descansado um só minuto. Toda uma vasta infiltração se verificara, no comércio de ideias e de mercadorias de outra espécie, dentro daquele objetivo, Olga Pantaleão, em livro excelente, já nos deu uma síntese admirável da presença britânica nos negócios do Novo Mundo, a título de penetração mercantil, mas no fundo penetração que levaria ao desmembramento do império e, com ele, à conquista de uma posição especial para os negócios ingleses, então, como sempre, a valer-se de todos os ardis para beneficiar-se no deve e haver das nações. Com a perda de seu primeiro império, representado pelas colônias do norte do continente, a velha Britânia via na América espanhola, como posteriormente na América portuguesa, onde também começava sutilmente a penetrar com os seus residentes autorizados e seus barcos também autorizados, campo onde realizar-se em nova experiência colonial, agora sob a forma de um domínio mercantil mais vantajoso, mais lucrativo e muito menos perigoso e dispendioso.

Os interesses de franceses e ingleses na oportunidade, a certos aspectos, poderiam ser, se não combinados, não hostis

entre si. Daí porque vamos encontrar franceses e ingleses no mesmo barco, ajudando, com a exportação de ideias, de doutrinas e de ação combinada, na empresa da independência. Ora, se tal sucedia, se essa influência era assim tão ponderável, haveremos de convir que o ingresso das novas nações que surgiam na América espanhola teria a cobertura dos dois países, interessados em que se associassem a eles como mercados e como áreas de uma atuação política, representada nas instituições que adotassem para estruturação de sua vida nacional.

O reconhecimento da independência não se processou, no entanto, apesar daquele primeiro interesse britânico e francês, com rapidez. Ao contrário, operou-se vagarosamente, acompanhando a marcha dos acontecimentos militares. Esses acontecimentos militares haviam oscilado. Ora eram os rebeldes que se viam vitoriosos, ora eram os peninsulares que dispunham do êxito imediato. Em várias das regiões onde o império se elaborara, a solução fora rápida. No Prata, assim sucedera. No Chile, no Peru e na Grã-Colômbia, como no México, todavia, a guerra cruenta, a "guerra a muerte", da linguagem da época, impedia a independência fácil. Franceses e ingleses, do mesmo modo porque ajudavam, temiam o insucesso das armas rebeldes. Reconhecer como soberanos países onde a força dos vencedores era oscilante, vaga, indistinta, pareceria perigoso. O reconhecimento foi, por isso mesmo, uma partida jogada a longo prazo. Não se processou prontamente. Ademais, aquele princípio dinástico do absolutismo ainda provocara reservas. Não se concebia em grande parte da Europa, a experiência liberal senão como uma traição ao sistema que vira nascer os impérios continentais e, à sombra deles, o ultramar. Os ingleses, que não o defendiam, receavam, porém, a perda de seus interesses comerciais na nova área de mercado, Francisco Miranda recebera toda a ajuda necessária para realizar seus objetivos. As démarches dos delegados dos insurgentes para que os ingleses

se decidissem imediatamente, Canning, realístico, sem deixar de animá-los, entendera, contudo, conveniente prosseguir no jogo político, procurando servir aos interesses mercantis de sua pátria sem compromissos imediatos. Fracassara a expedição ao Prata. Não estava ali uma lição? O panorama europeu, de outro lado, era de considerar devidamente. A ilha, embora, ilha, não devia expor-se aos perigos de uma aventura. Soldados ingleses e marinheiros de Sua Majestade participavam ativamente e admiravelmente das jornadas militares ao lado dos insurgentes. Não seria bastante, no momento? Em 1823, agentes consulares britânicos eram expedidos a Buenos Aires, Montevidéu, Santiago, Lima, Bogotá e México, E em 1825, negociaria tratados de comércio com a Argentina, Colômbia e México, Canning sustentava o princípio de que na América Latina estava agora o equilíbrio para o mundo. A França, no entanto, depois das mudanças que sofrera em sua política externa, abandonara a posição de simpatia pela causa dos insurgentes hispano-americanos.

De início, os novos países de cepa espanhola franquearam seus portos aos navios britânicos. Era, evidentemente, uma providência inteligente. Desse modo, pretendiam conquistar a compreensão e a colaboração mais estreita dos homens de negócio que pesavam nas soluções nacionais. Depois, enviaram seus agentes à Europa, em particular à França e à Inglaterra, para disputar o reconhecimento. É conveniente recordar sempre que Europa significa, com poucas exceções, à época, mundo antiliberal, domínio da Santa Aliança, portanto, império do absolutismo. Qualquer passo no sentido da aceitação, no concerto das nações, de países que se modelavam, nas respectivas instituições, pelos princípios negrejados, heréticos, do liberalismo democrático das revoluções francesas, norte-americana, ou no pensamento dos filósofos ingleses e de alguns avançados estrangeirados espanhóis, era, seguramente, aceitar a novidade, repelida pelas grandes potências continentais, que não

estavam dispostas a ceder na defesa, não do iluminismo do século anterior, mas daquelas fórmulas rígidas do poder emanado de Deus.

Perguntar-se-á, em consequência e a propósito – e a posição da Santa Sé? Partira dela o primeiro ato referente ao exercício de soberanias nas Américas em fins do século XV. Agora, como se comportaria? Sua participação nos destinos das Américas espanhola e portuguesa constituirá capítulo dos maiores de sua ação espiritual. Vangloriava-se do que fizera. Como trataria, na atual conjuntura, aqueles mesmos povos que ajudara a formar, na catequese do gentio, nas escolas que mantivera, nos hospitais que abrira, no encaminhamento moral da sociedade de que, com tanta penetração, era parte integrante? Um clero revolucionário pegara em armas, do mesmo modo porque pregara a revolução, a mudança institucional, o fim do sistema colonial. Sabe-se que o jesuíta Juan Pablo Vizcardo sustentara a causa da independência, acolhido na Inglaterra onde escrevera sua famosa "Carta dirigida a los españoles americanos". O clero criolo era, grossa maioria, favorável à revolução. No México, o cura Miguel Hidalgo e o cura José Maria Morelos chefiavam os insurgentes desde a primeira hora, pagando com a vida a ousadia das atitudes marciais e liberais. A revolução começara no México aos gritos de "Viva Nossa Senhora de Guadalupe". Seria bastante? Valeriam esses gestos como uma colaboração do Vaticano? Do lado dos que se mantinham fiéis a Madri, no entanto, havia igualmente sacerdotes, missionários, religiosos de Ordens várias, como bispos, lutando com as mesmas armas.

O Vaticano, na oportunidade, apesar de todo o esforço dos que vêm analisando a posição que adotou, como sejam Guilherme Furlong, Pedro de Leturia, Rubens Vargas Ugarte, não se declarou prontamente a favor dos insurgentes. Ao contrário, não esqueceu suas ligações com a mãe pátria desses mesmos insurgentes.

Uma Encíclica, expedida a 30 de janeiro de 1816, pelo Papa Pio VII, exortou os insurgentes a manterem-se afetos à Espanha. Já anteriormente, recusara adotar qualquer atitude favorável, como recusara também atender à solicitação de Espanha para que condenasse frontalmente a revolução. Seguiu-lhe as pegadas Leão XII na Encíclica de 24 de setembro de 1824, exortando os rebeldes a abandonar o estado de coisas sangrento que marcava o momento histórico. Com a vitória final de Ayacucho, sucedeu o inevitável – senão um ato público de reconhecimento das independências, negociações diretas com os governos instalados para os assuntos eclesiásticos, o que significava um reconhecimento tácito da situação definida que se criará.

No particular do Brasil, a atitude do Vaticano não foi diferente. Negociara para evitar descontentamento com a Corte de Lisboa, que crescera e se fizera à sombra de um entendimento franco, generoso e permanente com a Roma dos Papas. Só a 23 de janeiro de 1826 se faria a mudança de posição. O assunto foi magistralmente tratado por Hildebrando Acioly em livro memorável sobre a atuação dos Núncios Apostólicos no Brasil.

E os Estados Unidos? No decorrer da revolução, não se haviam manifestado com simpatia pelo movimento. Hesitavam. Não desejavam participar de eventos indecisos. Em 1° de setembro de 1815, emitira uma declaração de neutralidade. Anteriormente, em julho, permitira aos insurgentes o uso dos portos norte-americanos. Faltava aos homens públicos da nação americana a consciência do que valiam a América espanhola e o próprio Brasil para o futuro da posição norte-americana. Jefferson e Adams e Clay constituíam exceção. Monroe seria outra exceção. A falta de notícias a respeito das condições da América Latina era imensa. Além de Cuba, pelo perigo que oferecia se caísse em mãos dos ingleses, e do México, pela fronteira que mantinha, não havia interesse maior pelo que

ocorria ao sul do continente. As vozes que na imprensa se faziam ouvir, favoráveis aos insurgentes, não encontravam eco.

Note-se que os Estados Unidos tinham velha questão com a Espanha, a propósito da Flórida. A aquisição de Luisiana fora outro ponto a constituir matéria prima para o desentendimento. Talvez, por isso, os Estados Unidos não desejavam agravar a situação. E nesse particular, aceitavam as reclamações espanholas toda vez que, em portos norte-americanos, havia qualquer movimento visando a atender militarmente os rebeldes. Em 1811, o Congresso já decidira, num pronunciamento que pode ser tomado como uma decisão visando o futuro e com o futuro aquela famosa doutrina de Monroe, que o povo e governo norte-americanos viam, com inquietação, a possibilidade da transferência de territórios do continente a mãos estranhas. Entre 1818 e 1819, no entanto, Adams compreendeu a gravidade da situação que se poderia oferecer com a independência, a ocorrer a qualquer momento. E sustentou a conveniência de ingleses e norte-americanos juntarem forças para uma operação de envergadura visando a evitar que a Espanha pudesse, com a participação da Santa Aliança, tentar a recolonização.

Os ingleses, que vinham acalentando as esperanças sul-americanas de independência, mas em nenhum momento haviam dado qualquer passo decisivo, recusaram a aliança pretendida, alegando que seus interesses não coincidiam com os norte-americanos, Monroe, que acalentava a esperança desse entendimento com os britânicos, certo da permanência dos novos estados hispânicos na condição de nações soberanas, não se arreceou, então, de adotar uma nova e decisiva posição unilateral – o reconhecimento puro e simples. E a 8 de março de 1822, dirigiu-se ao Congresso solicitando o reconhecimento para a Argentina, Chile, Peru, Colômbia e México. Os debates demoraram. Por fim, aprovada a solicitação, foram sendo nomeados representantes

junto aos governos daqueles países. Em 1824, era a vez da América Central, que se desligara do México. Por fim, em 1824, o Brasil. Esse episódio, estudado magnificamente por Hildebrando Acioly, era uma espécie de fecho da campanha para considerar a América Latina na sua existência internacional.

O Brasil, é certo, teria de esperar ainda que na Europa a situação se esclarecesse. E só em 1825, após a interferência britânica, que se assegurara uma situação especialíssima no comércio conosco e a concessão de empréstimo com que pagamos as dívidas de Portugal, donde a versão de que a nossa independência constituíra operação de compra e se revestira do caráter de um negócio em que os mais beneficiados na conjuntura haviam sido os ingleses, é que fomos aceitos na ordem mundial. O reconhecimento do Uruguai, da Venezuela, do Equador, da Bolívia, do Haiti e São Domingos ocorria muito depois. Entre 1834 a 1866. Em Aix la Chapelle, proposta defendida pela Rússia e pela França, importava em solidariedade à Espanha na sua luta para a recomposição de seu império.

Henry Clay tentara, no Congresso, conseguir uma definição de seu pais com o reconhecimento da independência. Fora vencido. Pesavam razões de estado sobre a impetuosidade ou a temperamentalidade de Clay, acusado de usar da medida para criar-se uma força política que lhe serviria na campanha para a Presidência da República.

Os propósitos de interferência nos negócios das novas nacionalidades por parte de potências europeias, no entanto, não se encerravam. Agora era a própria Inglaterra que compreendia o perigo existente e se movimentava para evitar que ocorressem fatos que pusessem em perigo seus interesses mercantis. Em face do que se desenhava, propôs então aos Estados Unidos manifestação em conjunto com o objetivo de conter o apetite europeu. Sustentava agora a tese anterior que os Estados Unidos em 1819 lhe haviam

proposto e ela recusara. Sabia-se que um Congresso europeu seria convocado e no decorrer de suas deliberações, a causa da América espanhola seria agitada para uma solução relevante. Rush, que representava o governo norte-americano em Londres, como primeira resposta sugeriu declaração imediata da Inglaterra reconhecendo a independência das nações de cepa espanhola da América. Antes de ter em mãos a resposta definitiva de Washington, Canning, que se entendera com a França, obtendo o compromisso de não intervenção nos negócios do Novo Mundo, encerrou as negociações.

Monroe, a essa altura, tomara deliberação mais decisiva quando previamente ouvira dois dos antigos presidentes da República e depois de longo debate com o gabinete, em mensagem, em 25 de dezembro de 1823, ao Legislativo, propôs quatro tópicos de uma nova política. Tomara conhecimento oficial, por comunicação do ministro russo, de que a ação europeia seria realidade. Na nova política, Monroe sustentava que os Estados Unidos não interfeririam nos negócios da Europa, reconheciam como dependentes os territórios ainda sob dominação europeia, não admitiriam, porém, que as novas repúblicas fossem objeto de qualquer tentativa de recolonização, recebendo como hostilidade aberta aos Estados Unidos, qualquer intervenção europeia nos negócios das novas nacionalidades criadas na América. A doutrina, como era natural, provocou espanto no mundo europeu e apenas alguma simpatia nas nações americanas.

3. Encerrada a fase dramática da aceitação da América Latina no concerto das nações livres, surgia agora o problema de sua conciliação interna, isto é, sua aproximação cordial, para uma vivência que permitisse a potencialidade do continente em face dos problemas que angustiavam o mundo. Seria possível essa harmonia de todos? A história diferente das três Américas não importaria numa impossibilidade?

Tem sido afirmado que todo o esforço nesse sentido está contido, inicialmente, nos propósitos e desejos de hispano-americanos, como sejam, Simão Bolívar, Francisco Miranda, Bernardo Monteagudo, San Martin, Vitório Cecílio del Valle, Bernardo O'Higgins. Partira deles a ideia admirável desse concerto fraterno de interesses, decisões e atitudes face ao mundo e aos próprios negócios continentais das pátrias que se haviam criado no século XIX para a vida autônoma. Certo?

Em ensaio que escrevi, à luz de pesquisas de Heitor Lira, sobre as "origens brasileiras do Pan-americanismo", sustentei a tese de que em Alexandre de Gusmão, quando defendeu o princípio da paz nas Américas, mesmo que as metrópoles europeias estivessem em guerra, lançava os fundamentos de uma orientação que levaria fatalmente ao acordo entre os povos que realizavam a empresa, criando-as como um mundo aberto ao futuro. Mais tarde, ainda dentro da mesma tese, em pronunciamentos dos agentes de D. João junto aos governos platinos e posteriormente com a manifestação do Império, na declaração de José Bonifácio, comunicando ao mundo que éramos uma nação soberana e nas instruções baixadas aos nossos representantes junto aos governos que se criavam como consequência da independência na América espanhola, sustentara-se o princípio da vivência pacífica e da convivência harmônica entre as novas nacionalidades. Uma ampla política de entendimento devia ser o objetivo das relações entre elas para que o continente pudesse constituir aquele mundo de tranquilidade e de bem-estar que fora o sonho dos descobridores. E na oportunidade, já se pensava, entre nós, em uma sociedade das nações americanas, recordou Rodrigo Otávio.

Não se pretende negar, com a afirmação que fazemos, que aqueles hispano-americanos tenham a glória de um mesmo pensamento, tanto mais quanto ele passou a constituir uma das constantes da política que, desde Bolívar, foi sendo a preocupação

dos povos de cepa hispânica. Desejei apenas que se registrasse a raiz do pensamento, raiz de que devemos ter a glória porque realmente ela nos pertence.

Tampouco caberá aqui em detalhes historiar o esforço que se fez ou discutir qual dos hispano-americanos será o autor primeiro, entre eles, do projeto de uma assembleia que fortificasse os laços de solidariedade do continente, preservando-o pela decisão de todos das tentativas cobiçosas das potências europeias. O que interessa é saber que uma assembleia examinaria a problemática que surgia e criava obstáculos ao processo de crescimento natural, mas veloz, das nações americanas. Todo um vasto corpo de doutrinas e de providências objetivas deveria ser assentado na grande reunião, Bolívar andava descrente de sua própria obra política. Cedo se apercebera de que "arara no mar". Seu esforço admirável, visando ao equilíbrio e à harmonia entre as facções que se criavam e a uma solução tranquila para as distâncias que já marcavam o momento entre os povos libertados, estava sendo perdido. Sem ser o democrata que muitos imaginam, mas um gendarme necessário, dominado pela ideia do governo forte, disciplinador, quase autocrático, face às condições de cultura dos povos libertados, Bolívar queria tentar, no Congresso do Panamá, obter o que até então parecera uma utopia.

Ao principiar o grande conflito que levaria à independência, a população da América espanhola representava-se assim: América Central e Antilhas – 40,85% de índios, 17,76% de brancos, 17,48% de negros, 23,91% de mestiços; América do Sul, 30,96% de índios, 20,10% de brancos, 18,48% de negros e 30,46% de mestiços. No Brasil, o quadro era este: 23,35% de brancos, 9,14% de índios, 49,75% de negros, 17,76% de mestiços. Compúnhamos uma população de 4 milhões de habitantes. Entre 1821 e 1825, segundo Baron Castro, a situação na América espanhola alterara-se para 18% de negros, 19% de brancos, 36% de índios e 27% de mestiços.

A população da América espanhola experimentara a crueldade da guerra sem quartel. Seu *status* cultural e, portanto, político não era dos mais vigorosos. O primarismo da multidão em armas, como posteriormente na luta cívica para a organização do novo poder, aquele que fosse fruto das conveniências regionais sem ignorar as novidades que os tempos novos impunham e deviam ser também uma expressão do pensamento democrático liberal, em cujo nome se promovera a revolução, constituía elemento negativo. Mestiços, crioulos, índios não se compunham com a gente branca que se mantivera fiel à Espanha. Os chefes militares, como os doutores saídos das Universidades em que Espanha se mostrara tão pródiga para a formação espiritual de seus súditos, de seu lado porfiavam na disputa dos postos de governo.

Mas que governo seria esse tão ambicioso? A fórmula republicana teria sido a solução para todos? A experiência norte-americana seria suficiente? O caso especialíssimo do Brasil monárquico teria alguma influência? A tradição da realeza espanhola e o exemplo que permanecia na Europa, toda ela, mesmo quando sob fórmula constitucional, do sistema monárquico, não provocariam pelo menos a controvérsia, a dúvida?

A solução monárquica que o Brasil adotara com tanto sucesso e responsável pela unidade, que no império espanhol não estava existindo, foi solução que muitos imaginaram solução ideal para impor a ordem e a tranquilidade que os países, saídos da guerra civil sangrenta, precisavam experimentar para prosseguir através dos tempos. No México, recordemos, Iturbide proclama-se imperador. Anteriormente, no Haiti, Dessalines fizera-se aclamar imperador. San Martin e seus seguidores peruanos tinham acreditado na possibilidade de encontrar em casa reinante na Europa um príncipe que viesse reinar no Peru. Rivadavia e seu grupo sustentara a conveniência de uma cabeça coroada para a região platina. Uma delegação fora a Espanha, depois do fracasso de Carlota Joaquina,

para obter monarca que viesse fazer a felicidade de argentinos, paraguaios e uruguaios. Bolívar fora tentado para a aceitação de um trono que cobriria a Grã-Colômbia, que ele estabelecera como República confederada. Recusara formalmente. Pensara-se até em representante das famílias reais indígenas, buscadas como restauração do poder que haviam possuído e como testemunho universal de restituição aos legítimos senhores do continente. Ao findar o século XVIII, Aranda, consciente dos perigos que ameaçavam a estabilidade do império, lembrara a instalação de pequenas monarquias, vassalas de Espanha, com príncipes espanhóis à sua frente, nos vice-reinados em que se dividia o ultramar espanhol. Ninguém lhe dera atenção. O "estrangeirado" não vira com antecipação?

As dúvidas eram grandes. A República como seria experimentada? Sob forma federal ou sob forma confederada, regime presidencialista ou parlamentarista? Civis e militares, exercendo o Executivo? Caudilhos ou presidentes, democraticamente escolhidos, governando? Essa é a tremenda realidade com que se defrontavam os povos que iam experimentar as excelências da vida soberana. Estabilidade governamental constituía, portanto, o ponto nevrálgico da vida continental de raiz ibérica. No Brasil, não esquecer, o Império estava consolidado. Os incidentes posteriores à dissolução da Constituição não haviam autorizado a anarquia. A Carta de 1824, liberal, outorgada pelo imperador depois de consulta à Nação, através das câmaras municipais, dera a segurança necessária ao funcionamento das instituições.

Bolívar, soldado, homem de governo, diplomata, desambicioso, compreendera a gravidade da situação. Toda sua correspondência e suas proclamações revelam seu estado de espírito, sangrando às perspectivas de uma tragédia naquele mundo por que ele sacrificara fortuna, bem-estar, mocidade. Aturdido com a crise latente, Bolívar escreveria: "No pudiendo nuestros pueblos suportar ni

la libertad ni la esclavitud, mil revoluciones harán necesarias mil usurpaciones". Ou então – "No hay salida de la anarquía (la América es ingobernable para nosotros); los patricios dejaran paso a la multitud desenfrenada, que a su vez caerá en manos de tiranuelos". A Conferência de Panamá resolveria?

A Conferência foi convocada para instalar-se no istmo. A princípio, os Estados Unidos e o Brasil tinham ficado à margem pela suspeita que havia à volta de suas atitudes. O Brasil era monarquia, que aos olhos de Bolívar e de muitos próceres da emancipação representava a Santa Aliança. Era acusado de imperialismo. O caso da ocupação do Uruguai estava na linha das preocupações. A ocupação momentânea de Chiquitos provocara outro mal-estar. Bolívar cedera às ponderações de Santander para se não envolver nas questões com o Brasil. Suspeitava, no entanto, de nosso procedimento.

No particular dos Estados Unidos, entendiam que era nação diversificada pela formação política, étnica, religiosa. Ademais, não escondia propósitos de expansão com sacrifício de territórios que haviam integrado o patrimônio espanhol, de que as novas nações eram a continuação.

Apesar dessas reservas, tanto o Brasil como os Estados Unidos foram convidados. Santander, menos restritivo nas suas atitudes para com os dois países e por entender que a reunião deveria incluir todas as vozes do continente, expediu os convites. Os Estados Unidos credenciaram dois delegados. O Brasil, um que não compareceu, o conselheiro Biancardi, que regressou do caminho por ordem do Rio de Janeiro. Corria o boato de que, na conferência, seria examinada e condenada a forma monárquica como solução político-institucional para as Américas. A Inglaterra, por cuja conduta, embora indecisa, Bolívar sentia tanta esperança, mesmo certo de que a aventura britânica ligava-se ao exercício

de sua presença mercantil nas Américas, numa rivalidade que principiava com os Estados Unidos, não sendo assim uma atitude de cordialidade sincera, mas pragmática, também solicitada a estar presente, na condição de observadora. Seria uma espécie de olho europeu no procedimento das novas nações, em face de seus problemas nacionais e internacionais. Em consequência, poderia ser informante autorizado para a Europa ausente.

Compareceram à Assembleia apenas os representantes da Colômbia, México, Peru e Guatemala, esta, pela América Central. O Chile, que se comprometera, não mandou delegado. A Argentina e o Paraguai escusaram-se. A Bolívia também não compareceu.

A 22 de junho de 1826, na Sala Capitular do governo municipal do Panamá, instalou-se a Assembleia que, a 15 de julho decidiu, transferir-se para Tacubaya, no México, que realizou de prático? Elaborou um tratado de União, Liga e Confederação; convenção regulando as reuniões posteriores da Assembleia; convenção relativa à formação dos contingentes militares, que cada estado daria, financiamento das despesas respectivas e comando da força mobilizada. Por fim, uma decisão, de caráter secreto, relacionada com o uso daqueles contingentes. Da Conferência resultava a decisão de uma defesa comum do hemisfério, solução pacífica para as questões que surgissem entre os membros da grande família continental, integridade territorial da mesma, abolição do tráfico de escravos. O idealismo que adotara não se coadunava com a realidade que se estava verificando nos excessos que se registravam a todo instante, na má condução dos negócios públicos dos novos países, já a braços com a incontinência de seus governantes, saídos dos quartéis ou das Universidades.

É preciso não deixar de registrar que anteriormente à Conferência de Panamá, as novas nações continentais haviam firmado pactos entre si, entre Peru e Colômbia (06/06/1822);

Colômbia e Chile (21/10/1822); Colômbia e Províncias Unidas do Prata (08/03/1823); Colômbia e México (03/10/1823). Logo a seguir, 1828, um tratado de paz, entre o Brasil e as Províncias Unidas, punha termo à guerra que lavrava entre as duas nações, desse entendimento saindo como estado soberano, por sugestão brasileira, fique bem acentuado, e nunca por sugestão da missão britânica do ministro Ponsomby, como geralmente se afirma, o Uruguai que, desse modo, deixava a área de dominação brasileira e argentina para graduar-se como pais livre, embora sob a proteção dos dois antigos litigantes.

4. A vida da América espanhola, no decorrer dos anos que se seguiram até encerrar-se o século, não assistiu a independência senão de Cuba. Os outros territórios coloniais, existentes nas Guianas e nas Antilhas, continuaram sob soberania francesa, inglesa, holandesa. Santo Domingo em 1861 cedeu a independência que proclamara para colocar-se sob a proteção de Espanha. Constituíra a única exceção de pais soberano que perdia a própria soberania por decisão que adotara, entregando-se ao antigo dominador, que aceitou a solicitação, mas rapidamente cedeu ao desejo posterior dos nacionais dominicanos quando se decidiram novamente a alcançar a liberdade.

Os conflitos entre os países da América amiudaram-se. Em 1922, Haiti estabeleceu a unidade da ilha, atacando Santo Domingo e apoderando-se de seu território. Em 1827, Argentina e Chile enfrentaram a Confederação Peru-Boliviana. Em 1852, o Brasil entrou em guerra com a Argentina. Em 1848, fora a vez de guerra entre o México e os Estados Unidos a propósito do Texas. Entre 1864 e 1870, Paraguai contra o Brasil, Uruguai e Argentina. Em 1879 e 1883, o Chile contra a Bolívia e o Peru. Em 1829, o Equador e o Peru haviam se atacado por litígio de fronteiras.

Além desses incidentes graves, entre os países do continente, a agressão europeia ocorrera com certa violência. Assim, em 1838, a França tentara uma demonstração naval em Buenos Aires contra a Confederação Argentina; em 1863, fora a vez de Espanha em demonstração naval contra o Peru e Chile; em 1864, a França desembarcava tropas no México e impunha a realeza de Maximiliano.

A formação de unidades de maior extensão territorial, de certo modo valendo como uma restauração dos blocos constitutivos dos vice-reinos, também entrou nas decisões políticas de então, Grã-Colômbia seria um ideal boliviano restaurado. Na América Central, depois da independência, a manutenção da unidade não pudera ser assegurada, não obstante o que, mais de uma vez, voltara-se a ela como solução para as angústias e as desordens que a assaltavam, inclusive uma agressão de flibusteiros, comandados por William Walker. Peru e Bolívia, sob a vontade do general Santa Cruz, haviam experimentado o sistema da Confederação. Juan Manoel Rosas sonhara com a recomposição do vice-reino do Prata, o que explica sua ação militar e política contra o Uruguai e o Paraguai, forçando a intervenção brasileira.

O que ocorria na América, por entre a desordem imposta pelos caudilhos que se sucediam e impediam o processo de desenvolvimento normal, criara uma visão negativa na Europa. O caso brasileiro, sob a monarquia de Pedro II, depois da experiência liberalíssima, mas profundamente grave para a segurança da unidade nacional, experiência verificada com o sistema regencial, constituía uma exceção. No continente, éramos, todavia, o povo que representava uma forma de imperialismo territorial, que herdáramos dos portugueses na fase da formação de nossa base física. Os entendimentos que se tentavam para a solução das contendas de limites, ou antes, para a determinação definitiva do espaço sobre que cada uma deveria exercer o seu direito de soberania

política, ocupando, desenvolvendo, assegurando progresso e procedendo à política de integração, se de um lado conduziam a tratados de limites, navegação, boa vizinhança, comércio, de outro, nos haviam libertado daquela pecha. Éramos o povo imperialista. Escrevia-se abertamente a respeito. Um livro famoso fora *El crimen de la guerra*, da autoria de Juan Batista Alberdi, eminente pensador argentino. Na contenda com a Bolívia circulara um texto sob o título – "La Política Imperialista del Brasil". O tratado de Ayacucho fora conseguido sob ameaças ao Parlamento que pretendera recusar aprovação. A política platina brasileira servira para consolidar a posição brasileira, opondo-se à constituição de um novo império, que seria aquele sonhado pelos estadistas platinos, em particular Juan Manoel Rosas, mas criara a desconfiança constante daqueles povos. No Paraguai, desde a missão Pimenta Bueno, quando tomamos a deliberação de assistir ao país mediterrâneo para assegurar-lhe a independência, contestada pela Argentina, nossa presença decorria daquele propósito inconfundível, mas que teimavam todos em ignorar ou falsear. Herdáramos as diferenças entre portugueses e espanhóis na Ibéria. E a forma de governo monárquico, num mundo de repúblicas, contribuía para agravar as desconfianças. Não encontrávamos amigos. Todos nos olhavam com desconfiança. No Uruguai, os partidos tinham por bandeira simpatia ou sua antipatia aos brasileiros –*blancos e colorados*.

Reagindo a uma interferência indébita dos Estados Unidos, que nos queriam forçar a franquear o Amazonas à navegação internacional, pondo fim à política da porta fechada que adotáramos, mas ignorávamos no particular do rio da Prata, iniciáramos uma medrosa política amazônica, que nos poria em contato com as outras cinco potências sul-americanas que dispunham de espaços no que poderemos denominar de mundo amazônico. Possuíamos a entrada do rio, o que nos garantia o governo das iniciativas. A tentativa de abertura, obtida pelos Estados Unidos, naqueles

países, como arma para forçar-nos a adotar uma nova orientação, não obtivera êxito. Desmanchamos rapidamente a manobra. Nossa diplomacia era astuta, hábil, rápida e cheia de decisão. Seu sucesso continuado, nos pleitos a que fora chamada, assegurava-lhe uma nomeada apreciável.

Esses problemas de limites não compunham, todavia, apenas uma ocorrência que nos separasse dos países hispânicos. Tinham vez, igualmente, entre eles, Chile e Argentina contendiam nesse particular. Argentina e Paraguai também. Como Chile e Bolívia e Peru, Peru e Bolívia, Peru e Equador, Colômbia e Equador, Colômbia e Peru, Colômbia e Venezuela, Venezuela e Guiana Britânica. Toneladas de textos se vinham escrevendo, comprovando os direitos, os títulos jurídicos e históricos que se atribuíam os contendores. A documentação dos arquivos era rebuscada e permitia alegações sobre alegações. O entendimento pacífico entre as novas nações e a mãe pátria, Espanha, permitia a utilização dos depósitos de manuscritos, constantes de dezenas de cedulários que se guardavam em Madri e preferentemente em Sevilha, o velho Arquivo de índias.

A anarquia e a caudilhagem, no entanto, constituíam o mais desolador do quadro que se vivia na América livre. A sociologia negativa que se começava a escrever e de que o "Facundo", de Sarmiento, como "conflitos e Harmonias de las Razas en América" eram espécimes magníficos, fixava o ponto nevrálgico da história regional. A formação política não se lastreava no que pudesse haver de mais digno e mais humano na experiência dos quatrocentos anos já decorridos desde a implantação da Europa com seus domínios ultramarinos, Alexis Tocqueville, que visitava o continente entre 1835 e 1840, escrevia:

> *Depois de vinte e cinco anos de revolução, de liberdade, só se pode esperar, nestes países, a confusão e a desordem.*

> *O viver em perpétua revolução é o estado normal da América espanhola; seus diversos povos, empenhados em devorar-se as entranhas, perderam até a ideia de que é possível empregar a vida em outros objetivos. A sociedade caiu no abismo do qual lhe será difícil sair por seu esforço. Se por momento parecem aquietar-se, é só por consequência da extenuação; é um curto descanso, percussor de um novo período de furor revolucionário.*

Recordando a desordem que lavrava, Júlio Ycaza Tigerino, em "La Sociologia de la Política Hispano-Americana", escreveu:

> *En El Ecuador en menos de cien años treinta y cinco revoluciones, sin tomar en cuenta las rebeliones y motines. En Bolivia, de 1825 a 1898, se produjeron más de sesenta revueltas. Durante la época hubo treinta Presidentes, de los cuales seis murieron asesinados, mientras se dictaban, sólo hasta 1877, diez Constituciones, y la Constitución de 1880 fue reformada seis veces hasta 1931. La costumbre tradicional de asesinar a los Presidentes no se ha perdido aún en la democracia boliviana. El último de turno fue el Presidente Villarroel, cuyo cadáver fue arrojado en 1947 por una ventana del Palacio Presidencial. En el Paraguay, desde 1814, sólo seis Presidentes han logrado terminar sus respectivos mandatos: tres generales y tres civiles. Y desde 1870 hasta la fecha, es decir, en setenta y ocho años, ha habido cuarenta Presidentes, los cuales han tenido que enfrentarse con doce revoluciones y veinte levantamientos armados y con varias guerras con países vecinos. Chile, en su período anárquico de diez años antes de la llegada de Portales al Gobierno, tuvo cinco Constituciones, y el Jefe de Estado, Freire, disolvió tres Asambleas convocadas por él mismo. En Nicaragua, en un período de sólo catorce años,*

> *se sucedieron veintitrés Jefes de Estado, llamados entonces Directores Supremos, México tuvo veintidós Presidentes en nueve años.*

Ora, mesmo em meio a toda essa desventura, a América espanhola começara a compreender a necessidade de novos rumos. Produzia para exportar. Os tratados de comércio que vinha firmando com as potências de Velho Mundo garantindo mercados, sob preços fixados lá fora, davam a impressão imediatista de que, do ponto de vista das relações econômicas, vivia-se com certa segurança. As correntes imigratórias estrangeiras procuravam o Prata, o Brasil, o Peru. Eram italianos, espanhóis, portugueses, alemães e chineses que viam na América um campo para a melhoria de suas condições materiais de vida. As condições europeias, nesse particular, não eram boas. A atração da América não se restringia, por isso, mesmo, apenas à saxônica, alcançando a de raiz ibérica. Uma legislação liberal permitia ao estrangeiro integrar-se na exploração da terra que não lhe era recusada.

Tratados de comércio entre os próprios países continentais foram sendo firmados. Em 1856, a Argentina e o Chile negociaram, e fizeram funcionar até 1868, um acordo comercial pelo qual se permitia que os produtos de cada um desses tivessem entrada livre de gravames nacionais e províncias no território do outro, concedendo-se ainda aos cidadãos de qualquer das duas nações os privilégios comerciais de que gozavam os nacionais da outra. A experiência, conhecida pela denominação de "cordilheira livre", produziu frutos apreciáveis, mas não foi duradoura pelo fato do Chile haver pretendido estender os favores acordados aos produtos que as duas nações recebessem por via marítima, o que, realmente, fugia ao espírito do diploma na sua forma original. Seguiram-se, com semelhantes objetivos, acordos firmados em várias oportunidades pelos países da América Central, que, em

meio às discórdias que dificultavam a unificação política da área, procuravam estabelecer regimes de comércio livre recíproco. O Peru e a Bolívia, tal como a região platina, tentaram, também, idênticos acordos com resultados passageiros.

As conferências continentais que se celebraram e das quais éramos continuadamente excluídos, como os Estados Unidos, atentaram fundamentalmente para os problemas de natureza política, uniões para evitar a conquista, solidariedade, boa vizinhança, confederação, solução pacífica para as contendas continentais, assistência mútua a integrantes dos ajustes firmados em caso de agressão, não intervenção e pouco mais. Foram realizadas em Lima (1947), Santiago (1856), Washington (1856), Lima (1864), Caracas (1883) as atividades norte-americanas sobre territórios pertencentes a antigos espaços coloniais de Espanha, ao lado de interferências europeias eram a razão maior dessas reuniões, inclusive aquela de Washington, a que os Estados Unidos não estiveram presentes. A esses tratados ou convênios, resultantes das conferências, somavam-se os que se firmavam continuadamente entre si os países hispânicos. Tomava corpo, evidentemente, o desejo de uma harmonia que poderia conduzir ao sucesso daqueles princípios de que Bolívar se fizera defensor. No campo das relações internacionais, a América latina saía da pré-história.

5. Os Estados Unidos, cedendo a evidência de que as reservas que lhe faziam estavam a criar-lhe uma posição estranha no continente, procuraram, antes de findar o século, ganhar um pouco do tempo perdido. E provocaram a primeira Conferência Interamericana, que teve sua sessão inaugural a 2 de outubro de 1889. A acusação que já vinha sofrendo de que sua política de expansão territorial era contrária e perigosa aos interesses continentais, tomava corpo. A desconfiança resultante crescia. Do mesmo modo por que nos acusavam através daquela literatura

de reservas, acusavam os Estados Unidos. Frederico de Onis, a propósito, nos deu excelente ensaio em que procedeu ao inventário da atitude dos escritores hispano-americanos na controvérsia com os Estados Unidos, acentuando que, se havia a admiração pelo crescimento daquele país, intensificava-se o receio, a crítica restritiva. O esforço pelo crescimento territorial dos Estados Unidos constituirá um episódio utilizado para propaganda negativa. Realmente, passando-se em revista a história dessa formação territorial, poderíamos encontrar elementos que fortificassem a tese. Em 1803, ocorrera a aquisição, mediante compra, da Luisiana; em 1819, aquisição da Flórida, comprada à Espanha; em 1845, anexação do Texas; em 1848, compra do Novo México e Califórnia, com retificação posterior da fronteira com esse último país, e, ao norte, retificação da fronteira com o Canadá, o que importava sempre em ampliação da área territorial e nunca em sua diminuição. Ao findar o século, pelos caminhos de Santa Fé e do Oregon, as multidões de pioneiros escreviam um novo capítulo na história norte-americana, incorporando, por uma ocupação permanente e útil, todo um imenso espaço interior, sobre que se criavam os territórios federais, mais tarde transformados em Estados da União. O pioneiro elaborava aquilo que Turner chamaria de, com muito acerto, a marcha da fronteira e assegurava, com a grandeza territorial, a grandeza material, representada pela rede de centros urbanos, linhas férreas, caminhos terrestres, desenvolvimento econômico. A conquista do Oeste compunha, aos olhos do mundo atônito, um espetáculo realmente admirável como ação dinâmica e lição de vontade e de decisão.

A previsão do que estava acontecendo fora por nós, no Brasil, cedo registrada, conforme se verifica da exposição, de caráter reservado, que o Intendente Maciel da Costa, que administrava a Guiana Francesa no período em que o possuíamos, enviara ao marquês de Linhares e na qual admitia a potencialidade futura

dos Estados Unidos e do Brasil, que deveriam servir de garantia à ordem do hemisfério, mas deviam evitar o choque, que seria fatal se não se tivesse a precaução de criar um estado tampão entre as duas áreas em desenvolvimento.

No decorrer dos conflitos entre os países hispano-americanos e potências europeias, os Estados Unidos haviam assumido atitude muito pouco diferente. Apenas no episódio da intervenção no México, dera uma colaboração apreciável a Juarez e aos que lutavam pela restauração do regime republicano e pela reentrega do país aos seus legítimos senhores, seus nacionais. O "destino manifesto", que se alegava para a expansão interna, realizava-se naquela operação. Quando Espanha retomava Santo Domingo, houvera um momento de grande expectativa. Os Estados Unidos pensaram em ocupar a ilha, livrando-se da presença espanhola, em nome da integridade do continente e desse modo dignificando-se a doutrina de James Monroe.

A Conferência que se abria agora seria um caminho para desanuviar o ambiente, criando um novo estado de consciência e de relações entre todo o mundo americano. Por que para a Conferência estavam convidados todos os países livres do continente. Note-se que, a essa altura, o Brasil mudara de regime. A 15 de novembro, transformara-se em República Federativa. Incorporara-se, deste modo, ao sistema continental, deixando de constituir aquela exceção que causara tantos distanciamentos e incompreensões. Condenou-se a guerra de conquista, recomendou-se a construção de uma ferrovia intercontinental, sugeriu-se uma política regulatória do uso dos rios interamericanos, fixaram-se linhas de ação para a solução dos litígios pelo uso da arbitragem. Por fim, assentou-se a criação de um organismo que coordenasse, de então em diante, as relações mercantis e fosse uma oportunidade para o melhor relacionamento entre os povos americanos. Esse organismo foi a União Pan-americana, iniciada sob a denominação

de União Internacional das Repúblicas Americanas, com sede em Washington e mantida pelos recursos proporcionados pelos estados membros. Essa assembleia seria o início de uma série de outras que com o andar dos tempos alteraria o conceito de solidariedade continental, partindo para um instrumento que é hoje a Organização dos Estados Americanos, a OEA, com poderes amplos, que incluem a intervenção nos estados membros, a ajuda ou cooperação técnica, a ordem continental, o incentivo ao desenvolvimento.

Encerrada a Assembleia, ia experimentar-se a primeira prova de seu êxito: o caso de Cuba, em armas contra a dominação espanhola. Seguir-se-ia o problema do canal do Panamá, a intervenção europeia na Venezuela e o conflito com a Inglaterra a propósito da fronteira entre a Guiana Britânica e a Venezuela. Ter-se-ia bem claramente a demonstração de como frutificara a reunião no particular da nova orientação a adotar nas relações entre os povos do continente e na interferência indébita de potências europeias nos destinos das Américas.

O episódio da independência de Cuba e participação dos Estados Unidos nessa façanha político-militar, que expulsou Espanha das Américas, tem raiz ainda no século XVIII, quando os ingleses tentaram apoderar-se da ilha para fortificar-se nas Antilhas e assegurar sua posição nas colônias do sul do império que possuíam na América e de que saíram, posteriormente, os Estados Unidos. Alcançada a independência norte-americana, a ideia da anexação de Cuba continuou a perseguir os novos ingleses que viam, na aquisição, aquele mesmo motivo de segurança que herdavam dos colonizadores britânicos. Em livro memorável, José Inácio Rodrigues procedeu ao inventário minucioso de toda essa preocupação e dessa intenção imperial dos norte-americanos. Quando Espanha lutava, num último esforço para vencer a insurreição que Marti planejava e por cuja causa perdeu a vida,

os Estados Unidos viram o momento asado para a intervenção. O afundamento do "Maine" valeu como causa exterior. Com a derrota dos espanhóis, não foi possível, no entanto, a anexação pura e simples como ocorreu com relação a Porto Rico e Filipinas. A reação cubana e a necessidade de dar uma satisfação ao mundo, atônito com a proeza, impediu que se consumasse o velho sonho. A "Emenda Platt", ao texto da Constituição da nova República e pelo qual era possível a intervenção no país para resguardo da independência nacional e restauração da ordem interna quando essa perigasse, pondo em risco talvez a própria segurança do hemisfério, foi o instrumento legal conseguido contra princípios comezinhos de direito público interno e externo.

No particular do canal, os Estados Unidos, não desejando que o capital europeu tivesse em seu poder as ligações entre o Atlântico e o Pacífico para via que se tentava construir desde o período colonial, quando surgira a ideia, procuraram obter os favores da Colômbia, em cujo território passaria a nova via de comunicações. Frustrados em seus propósitos, fomentaram a revolução (1904) no Panamá, reconhecendo de imediato a República que ali se estabeleceu e lhe concedeu o direito preferencial para a construção, que fracassara sob a orientação de Fernando de Lesseps, que rasgara o Canal de Suez.

O conflito entre a Venezuela e a Inglaterra eclodira perante veios auríferos em território litigado pelas duas nações. Os Estados Unidos interferiram favoravelmente à Venezuela. Em resposta, a Inglaterra disse que se os Estados Unidos assumiam o papel de protetores dos países do continente, deveriam consequentemente assumir também as obrigações que decorressem do protetorado.

A ação naval da Alemanha, Itália e Inglaterra sobre a costa venezuelana para exigência de pagamento de compromissos financeiros com o capital que aqueles países representavam e

não estavam recebendo o tratamento que exigiam, não mereceu, de parte norte-americana, apesar do movimento de opinião pública haver se declarado rápida e intensamente favorável aos venezuelanos, a atenção zelosa que se esperava. Ao contrário, foi moderadíssima, conseguindo, por meios suasórios, que os agressores concordassem na arbitragem que pôs fim ao litígio. Um internacionalista argentino, Luiz Drago, à oportunidade, sugeriu a adoção de uma doutrina condenatória do uso da força e da ocupação de territórios na solução de litígios decorrentes de dívidas públicas. Os Estados Unidos só posteriormente, em Haia (1907), concordaram aceitando a tese como integrante do corpo de doutrinas que conformariam um possível direito internacional americano.

6. O século XX iria assistir a profundas transformações na vida universal. Não seriamos estranhos a essas transformações que nos conduziriam a uma participação mais intensa na própria convivência mundial. Duas guerras de âmbito universal e dois conflitos na própria Sul-América provocariam, no particular das Américas, novo *status* e novo procedimento. As alianças militares iriam seguir as alianças para solução dos inquietantes problemas sociais que ideologias e estado de consciência mais ativo despertariam ou provocariam. Um movimento de alerta constante marcaria principalmente o segundo pós-guerra. O quadro realístico da América Latina exigiria, no que diz respeito às relações internacionais ou mesmo às interamericanas, um tratamento novo que não poderia cifrar-se naquelas políticas um tanto utópicas ou meramente simbólicas.

Nos primeiros momentos do século, o que haveria de mais importante no convívio continental seriam as intervenções norte-americanas no Caribe e a luta pela conquista de mercados entre norte-americanos e ingleses. Estes haviam sido os grandes beneficiários do post-independência. Dominavam o mercado

de capitais, as inversões em serviços, concediam empréstimos, governavam a economia de exportação dos latino-americanos. Governavam serena e impavidamente. Não tinham rivais ou competidores, alemães, italianos e franceses não possuíam o mesmo vigor, nem a mesma dinâmica. O que representavam como tal era muito pouco diante do interesse e da atividade britânica. Os capitais excedentes norte-americanos iniciaram o que se admitiu denominar de "diplomacia do dólar". E como tal, foi penetrando na América Latina, em substituição ao capital britânico, aos poucos arredado até mais recentes episódios da perda total de expressão na Argentina, onde ele era o dominador exclusivo.

As intervenções principiaram em 1905, quando a República Dominicana viu sua alfândega dirigida por um funcionário norte-americano que passou a cobrar os impostos com que pagava credores estrangeiros, europeus e norte-americanos do país antilhano. É de 1916 a 1924, a ocupação por forças militares estadunidenses. Em 1915, era a vez do Haiti, ocupado durante dezenove anos também por forças militares norte-americanas. Na Nicarágua, o desembarque dos fuzileiros ocorreu em 1912, só realmente procedendo-se a desocupação em 1933.

A América Central e a região antilhana, onde os interesses norte-americanos eram mais ativos, passaram a denominar-se, na literatura geográfica e diplomática, como "Mediterrâneo Americano". Vasta literatura escreveu-se a respeito. A decisão norte-americana de intervenção, quebrando o princípio do isolacionismo e da preservação de seus interesses, que não deviam afetar os dos outros povos, pregado por George Washington no momento em que deixava o poder e fazia a sua despedida ao povo que libertara e conduzira com tanta prudência e dignidade, recusando a permanência, o continuísmo, para que não o pudessem apodar de monarca disfarçado, era agora tônica dominante. A política do "destino manifesto", sob o novo ângulo

da necessidade, da conveniência e até mesmo do imperativo da expansão para resguardo da potencialidade que a nação alcançava, ou da paz americana, ou ainda a do *big stick*, que Teodoro Roosevelt lançara, estava em marcha decididamente. Os Estados Unidos acreditavam em que serviam a interesses da humanidade nos atos que praticavam impondo ordem e resguardando os seus capitais nas zonas onde se registravam sucessos que punham em perigo a paz e os seus interesses financeiros.

Assistia-se a tudo isso, todavia, no restante das Américas, sem uma palavra de contestação à orientação política, que rompia com todas as deliberações votadas nas assembleias continentais. O Brasil tivera de agir com decisão no episódio do Acre, evitando a guerra contra a Bolívia e impedindo o *Bolivian Sindicate*, que Rio Branco considerava, com muita clarividência, como instrumento de dominação imperialista apropriada para a aventura europeia na África e na Ásia, mas impossível de aceitar-se nas Américas soberanas.

Os conflitos de limites eram ainda a preocupação maior nas nações da Sul-América. Aquelas toneladas de textos, cheios de reivindicações e de razões de ordem jurídica e história que os arquivos e a dialética de juristas bem nutridos nas fórmulas do direito que invocavam, não cessavam de publicar-se provocando uma literatura única no gênero em todo o mundo, e realmente admirável como obra de inteligência, de pesquisa e de sistemática. Até mesmo nós, no Brasil, não escapamos com os trabalhos extraordinários de Joaquim Nabuco e Rio Branco, que sucediam aos tratadistas especializados do Império. Evitáramos conflito com o Peru, que em dado momento pensara em agredir-nos numa aventura militar meio quixotesca, pois segundo os que a haviam imaginado os soldados peruanos nos imporiam, com o reconhecimento da soberania de seu país no alto Juruá, uma paz

que seria assinada em Manaus, depois de ocupada pelas forças vindas do Departamento de Loreto.

Peru e Chile não encontravam acordo sobre o caso de Tacna e Arica. A Argentina continuava sua questão com a Inglaterra, a propósito das ilhas Falkland. Bolívia e Paraguai, sem acesso direto ao mar, disputavam o domínio do Chaco. O Equador litigava com o Peru e com a Colômbia. Honduras não cessava de protestar contra a presença dos ingleses na outra Honduras, a que fora usurpada pelos britânicos. A demarcação de fronteiras operava-se, no tocante ao Brasil e seus vizinhos, como empresa incessante. Desejávamos ter de vez encerrada a problemática de extensão de nossa base física quando essa base física lindava com a de outros povos.

Com a primeira grande guerra, a América Latina ia começar a participar dos destinos do mundo com sua presença um tanto medrosa nos acontecimentos militares e diplomáticos consequentes. Acompanhando os Estados Unidos na sua participação na guerra, quase a totalidade das nações latino-americanas rompeu as suas relações com as nações aliadas. Apenas o Brasil, com missão médica e contingente naval de policiamento do Atlântico, teve presença menos débil. Na Assembleia que passou a constituir a Liga das Nações, a primeira grande assembleia para a disciplina dos negócios universais, por isso mesmo as nações latino-americanas tiveram participação, revezando-se, continuadamente, de acordo com assistemática vigorante na Liga.

Entre a primeira e a segunda guerra, dois choques militares ensanguentaram o continente em sua parte sul – a guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia, e o conflito de Letícia. No primeiro, depois de um esforço inútil dos dois contendores, que não se venciam, mas se esgotavam, chegara-se a uma paz que fora êxito da interferência brasileira pela delegação que mandáramos a Buenos Aires, chefiada pelo chanceler José Carlos de Macedo Soares. No

segundo episódio, os conflitantes foram contidos pela intervenção da Liga das Nações, que designou uma comissão, de que fizemos parte por intermédio do general Cândido Rondon. Por fim, não pode ser esquecido o problema de Tacna e Arica, submetido a um pronunciamento popular entre os habitantes da região para que decidissem a que nacionalidade desejavam pertencer.

Na segunda guerra, a América Latina compareceu com os contingentes militares do Brasil e do México. O estado de guerra contra as potências do Eixo, exerceu-se, incluindo a Argentina, que foi a última nação a declarar a sua posição beligerante. Os acordos de Washington, celebrados entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas, disciplinaram, em termos de ajuda, de financiamentos, a participação das mesmas no abastecimento dos aliados na Europa e dos Estados Unidos da matéria-prima necessária à fabricação de instrumental de guerra ou à movimentação dos parques industriais, que sofriam da perda dos mercados asiáticos ou mesmo europeus, fechados pela marcha das operações. Essa, aliás, uma contribuição admirável, sobre que ainda não se escreveram os livros que a consignam e indiquem na grandeza e na importância de que se revestiu para o sucesso das armas aliadas.

7. A consequência imediata de tudo que ocorria durante o conflito era a mudança de espírito, a inovação tecnológica, as exigências das multidões, que desejavam o reconhecimento de suas angústias e não se conformavam mais com as soluções maneirosas do passado. Descobrira-se, lembra esse homem maravilhoso que foi o padre Lebret, que existiam fome e miséria no mundo. Na América Latina, essa fome e essa miséria entravam pelos olhos da cara. Era preciso enfrentá-las com energia e desejo de resolvê-las. As assembleias internacionais não poderiam mais ater-se a aspectos jurídicos da vida dos povos. Tinham de tomar conhecimento dos novos aspectos da vivência universal.

Às vésperas da entrada dos Estados Unidos na guerra, ocorrera um fato novo, grave, que poderia servir como prefácio à reação que se seguiria dos povos latino-americanos à rudeza de tratamento por parte dos norte-americanos – a nacionalização das refinarias de petróleo no México. Ao invés de uma ação rápida e drástica como sucedia sempre ontem, os Estados Unidos aceitaram a situação, evitando romper a unidade que defendiam para que a guerra pudesse ser realizada e ganha com a ação regular e uníssona do mundo continental. Até um projeto de ação militar sobre a Argentina, que se recusava a dar a sua participação ao lado das demais nações do hemisfério, e para a qual solicitara-se a intervenção do Brasil, foi arredado. Novos tempos? Nova consciência pan-americana? No México, em Chapultepec, assentara-se a criação de um mundo em que houvesse menos desamor entre os homens e em que se pudesse progredir na ambição do progresso e de um bem-estar que fosse comum à espécie humana e não mais se restringisse a poucos privilegiados. Como se ia cumprir essa decisão? Wilson, professor de história, jurista e homem de estado, ao final da primeira guerra denunciara a existência do mundo subdesenvolvido, reclamando para ele um procedimento humano. Não fora ouvido. Era mesmo esquecido até bem pouco quando se começou a proceder ao inventário histórico do assunto para identificar-se os que haviam sido os precursores dessa tarefa de reposição do homem no quadro da dignidade humana. Só se lembravam dele para incriminá-lo pela prática imperialista no Caribe, quando exercera a suprema magistratura de sua pátria.

Na Conferência da Havana, a que a América Latina compareceu, realizada por convocação das Nações Unidas, defendemos o direito de uma política que visasse a permitir que nos desenvolvêssemos com maior velocidade e menor descompasso. A Carta de Havana não inscreveu os nossos pensamentos. Não teve, aliás, aplicação, rejeitada pelos parlamentos de todos os países signatários. Ninguém

ficara satisfeito. Logo a seguir, uma assembleia convocada para Bogotá examinaria as peculiaridades que oferecíamos, Roberto Simonsen defendeu, então, a elaboração do que ele chamava de "Plano Marshall para a América Latina", a exemplo do que se fazia para a Europa. O texto foi discutido amplamente no Brasil. A delegação brasileira omitiu-se na oportunidade na defesa do projeto que, se discutido e aprovado, seria o ponto de partida do que hoje se denomina "Aliança para o Progresso".

Em Bogotá, no entanto, apesar dos tropeços de natureza política, interna, que prejudicaram o andamento dos trabalhos, venceu-se uma etapa difícil. Deixou-se de vez a preocupação jurídica que marcava preferentemente as conferências anteriores. A "Carta de Bogotá", que assegurou constitucionalização ao sistema interamericano, deu forma específica à Organização dos Estados Americanos, coordenando os órgãos existentes e disciplinando-lhes o funcionamento.

No seu capítulo VI, relativo às "Normas Econômicas", proclamou a cooperação entre os estados membros da organização na medida de seus recursos e legislação, com o maior espírito de boa vizinhança, a fim de consolidar suas respectivas estruturas econômicas, intensificar sua agricultura e mineração, fomentar sua indústria e incrementar seu comércio; no caso da economia de um estado membro ser afetada por situações graves para cuja solução não dispusessem de meios satisfatórios, poderia esse estado recorrer ao Conselho Econômico e Social para buscar, mediante consulta, a solução adequada. O Conselho era um dos órgãos da OEA, com estatuto e regimento próprio e a finalidade de "promover o bem-estar econômico e social dos Estados Americanos, mediante efetiva cooperação entre eles", prestando-lhes os serviços técnicos que fossem solicitados. Evidentemente era muito pouco o que ali se concluía.

A Assembleia criou o Conselho Econômico e Social Interamericano e, indo mais longe, votou outro diploma: um convênio econômico, que afirmava o princípio da solidariedade e visava "a manutenção de condições econômicas favoráveis ao desenvolvimento de uma economia mundial equilibrada e expansiva e um alto nível de comércio internacional, em tal forma que contribua para o fortalecimento econômico e ao progresso de cada estado". A cooperação técnica, a cooperação financeira, os interesses privados, a cooperação para o desenvolvimento industrial e econômico, a segurança econômica, as garantias sociais, o transporte marítimo, a liberdade de trânsito, a solução das controvérsias de natureza económica que surgissem entre os estados americanos, os acordos bi ou multilaterais foram os pontos fixados no Convênio para estimular o processo de desenvolvimento econômico do continente, não como um todo isolado, mas como parte integrante do mundo.

Nessa ordem de ideias, celebraram-se convênios de união econômica e aduaneira. Foi o caso da Grã-Colômbia, ressuscitada não na sua forma primitiva, sonhada por Simão Bolívar, como bloco político, mas como unidade econômica. O chamado "Convênio de Quito", firmado em 9 de agosto de 1948, deu-lhe forma. A carta da Organização dos Estados Centro-Americanos, de 14 de outubro de 1951, estabeleceu os vínculos de solidariedade daquela parte do continente, criando, entre outros, o Conselho Econômico.

Outra Conferência, em Caracas, celebrada em 1964, deu mais ênfase aos aspectos econômicos das relações internacionais. Os levantamentos que se efetuavam ofereciam um panorama contristado do processo de desenvolvimento continental. Havia 20 nações subdesenvolvidas e apenas duas desenvolvidas, intensamente desenvolvidas, uma delas, os Estados Unidos, graduados agora na condição de maior potência da terra e responsável pelos destinos do humano; a outra, o Canadá.

A presença da América Latina nas relações internacionais deveria ser, no entanto, de agora em diante uma presença ativa e dominada pela ideologia do desenvolvimento. As revoluções que ocorriam, pois que não tinham deixado de ocorrer, eram agora revoluções que levavam em seu bojo as exigências das populações que ambicionavam melhoria de padrão de vida. Pregavam-se reformas agrárias. Surgiam caudilhos que sustentavam novos princípios. Não eram mais os homens providências de ontem, mas, talvez, emissários de uma nova ordem.

Foi quando o Brasil tomou a decisão, pelo pronunciamento do presidente Juscelino Kubitschek, de alertar os responsáveis pelo sistema continental acerca dessa situação crepitante, explosiva, que era necessário corrigir por meio de um programa que incluísse as reivindicações do continente, que se agastava continuadamente com a prosperidade do Extremo Norte e a pobreza do Sul a começar do Rio Grande. A 9 de agosto de 1958 foi lançada a Operação Pan-americana (OPA). Afirmava-se, no documento inicial, que não se tratava de

> *uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos a prazo curto, mas uma reorientação da política continental, com o fim de colocar a América Latina, mediante um processo de valorização total, em condições de participar mais eficazmente na defesa do Ocidente, através de um sentido crescente de vitalidade e um maior desenvolvimento de suas possibilidades. A Operação Pan-americana não é, assim, um simples programa, mas toda uma política.*

A Operação Pan-americana teve prosseguimento no programa "Aliança para o Progresso", lançado em 1960, pelo presidente John Kennedy. Rompera-se a essa altura todo o sistema que se pretendera até então fazer funcionar nas Américas, com a vitória

de Fidel Castro, em Cuba. A incompreensão norte-americana do que essa revolução poderia valer como episódio a ser utilizado para as mudanças que os Estados Unidos poderiam patrocinar ou mesmo coordenar e dirigir, coube a responsabilidade pela posição que aquela nação passou a adotar incluindo-se na área comunista. Alterava-se, assim, o velho equilíbrio que os próceres de um pan-americanismo utópico sustentavam.

Ao erro inicial, seguiram-se providências para uma política que mobilizasse o continente, considerado em perigo de uma agressão marxista. As reuniões de consulta e os entendimentos entre os governos não produziam, todavia, os resultados que se imaginaram. O procedimento mais acertado seria a execução de programas que visassem, realisticamente, à solução dos problemas que angustiavam a América Latina e de cuja responsabilidade aproveitaram-se agora os que negavam espírito de solidariedade cristã aos norte-americanos para, acusando-os de um pragmatismo excessivo e prejudicial aos interesses dos outros povos do continente, atribuir-lhes um peso maior nessa responsabilidade. As divergências, mesmo nos Estados Unidos, eram grandes. A aplicação dos recursos, decorrentes da "Aliança para o Progresso", não se fazia de acordo com os objetivos visados pelo presidente Kennedy. Um vasto inquérito, para verificar os resultados que se viriam obtendo, a cargo do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Alberto Lleras Camargo, resultou na constatação de rendimento inexpressivo face aos recursos mobilizados.

8. A história da América Latina no campo das relações internacionais foi aqui proposta sumariamente. Resumindo-a, poderemos afirmar que suas características principais podem ser encontradas no esforço para a elaboração de um sistema de convivência entre os povos do Novo Mundo, na interferência norte-americana na vida interna desses mesmos povos, interferência que lhe alienou a confiança e a admiração a que os Estados Unidos

deveriam ter direito pela obra gigantesca que realizaram para criar-se como potência material e espiritualmente poderosa. Mais: na solução de problemas políticos que distanciaram durante algum tempo vários dos integrantes da latinidade americana; nas operações de natureza econômica, representadas pelos empréstimos externos, principalmente europeus, alienação de suas riquezas naturais aos interesses dos capitais alienígenas, manutenção de mercados no exterior através de convênios e tratados de comércio que garantissem preço se compras para os produtos primários que exportassem.

As assembleias que continuadamente se realizavam, convocando o continente para os graves problemas de natureza jurídica que exigiam pronto atendimento, não atingiam objetivos maiores. A mudança de orientação adotada, após a segunda guerra e em face do problema criado pelo episódio de Cuba, levou finalmente à preocupação de um novo sistema, o da integração em termos de economias complementares e solidárias, ao tipo que a Europa executara para vencer a crise, decorrente do fim do colonialismo na África. O mercado comum e os acordos tarifários, o mercado comum centro-americano e o mercado comum sul-americano representam a nova etapa e o critério mais acertado. Em Punta del Este, a estratégia proclamada consubstanciou-se justamente na luta para a destruição do subdesenvolvimento e para um pan-americanismo que deixasse as preocupações meramente jurídicas para proclamar como tônica a solidariedade econômica e cultural. Um instrumento copioso foi previsto e em muitos casos já foi adotado para funcionamento mais veloz e rendimento mais imediato.

No particular de outras manifestações de vitalidade como comportamento nas assembleias internacionais diante dos problemas universais, a história da América Latina no campo das relações internacionais tem um haver muito pequeno ainda.

Ninguém tentou propô-la. Acreditamos que seja esta a primeira tentativa para uma visão global do que ela oferece de expressivo ou menos desinteressante. Essa história, aqui resumida, constituirá um logro, uma mistificação ou nos assegurará uma posição significante no panorama das relações internacionais? Os homens que a vêm escrevendo com a sua dedicação, a sua intrepidez, o seu civismo e o seu sentimento de solidariedade humana seguramente poderão deixar de merecer a nossa compreensão e o nosso respeito? Constroem um pedaço de um mundo que deve crescer e multiplicar-se com a nossa participação e a nossa decisão.

Há, por toda a América Latina, uma exacerbação nacionalista, que causa alarme, receios, mas também provoca a compreensão de um setor que começa a atuar nos Estados Unidos, o setor universitário. Ali, mestres e discípulos sentem que há erros que explicam as distâncias que se criam e se fortificam incessantemente. Três nações novas acabam de surgir na área americana – Tobago, Trinidad e Guiana. Não são partes do mundo latino-americano, o nosso mundo. Mas são parte da humanidade americana. A maturidade que faltava a todos começa a chegar. Será que poderemos responder a Bolívar naquela dúvida que o atormentava e parecia uma verdade impossível de contestar? Poderemos em futuro não muito distante afirmar, contrariando-o, mas satisfazendo seu sonho de anos de luta – não arou no mar?

Maria Cecília Ribas Carneiro foi a historiadora que colaborou com Helio Silva na preparação do seu "O Ciclo de Vargas". Jornalista e historiadora, deixou uma obra importante, hoje pouco referenciada no Brasil.

Escrito em narrativa objetiva e quase coloquial, o trabalho da professora Ribas Carneiro merece inclusão no presente volume, por revelar os diversos ângulos sob os quais o tema das relações com os EUA é comumente avaliado no Brasil. Contém ademais elementos significativos para que se possa entender o papel singular desempenhado pelo Brasil, diferenciando-se no caso tanto da Argentina, quanto do Chile. Contribui igualmente para explicar a decepção do Brasil quando, depois de ter participado da guerra na Itália, deixou de ser contemplado com um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, algo ainda aceso setenta anos depois na mente dos formuladores da política externa do Brasil.

Recorda as diferentes fases que caracterizaram as relações desde a Doutrina Monroe, passando pela declaração de Woodrow

Wilson, de que os "EUA não desejavam uma partícula sequer do território para conquistar", e terminando em Roosevelt que estabeleceu o princípio de que país algum poderia assumir a responsabilidade dos negócios internos das Repúblicas sul-americanas.

Ribas Carneiro assinala as intervenções diplomáticas benevolentes do Brasil no litígio entre Colômbia e Peru (1932-1934), assim como no Chaco Boreal (1927) entre Bolívia e Paraguai. A atuação positiva da diplomacia norte-americana conduziu, segundo a análise da autora, a uma solução pacífica para o conflito, a que seguiu-se a Conferência Interamericana da Consolidação da Paz, da qual participaram os presidentes Getúlio Vargas e Roosevelt (dezembro de 1936).

O princípio da solidariedade americana então esboçado consolidou-se mais ainda na Conferência de Lima, em 1938, já nos preâmbulos da Segunda Guerra Mundial. À exceção da Argentina, cuja política era hesitante e, até certo ponto, pró-nazista, todos os demais participantes uniram-se em formulações de defesa coletiva, que, segundo a professora Ribas Carneiro, contou com a intervenção decisiva da diplomacia brasileira.

Ribas Carneiro narra, em seguida, outro episódio pouco conhecido: o convite feito em janeiro de 1939 para que o chanceler Oswaldo Aranha visitasse a Washington.

É interessante recolher o texto do telegrama enviado por Aranha a Vargas, logo de se sua entrevista com Roosevelt. O teor da conversa então relatado sugere efetivamente a prioridade atribuída por Roosevelt a um entendimento com o Brasil à luz do que estava por acontecer no mundo. Ao final da visita de Aranha, assinaram-se acordos de financiamento que permitiriam a criação do Banco Central do Brasil. Aranha chegou a falar em entrevista que os acordos Brasil-EUA significavam "o primeiro passo para o New

Deal interamericano, baseado na compreensão e na colaboração mútuas".

Em maio de 1940, como consequência da visita do general Marshall ao Brasil, este verificou a penúria das Forças Armadas brasileiras. Em contrapartida da ajuda que pudesse receber, o Brasil ofereceu aos EUA o uso da Base Aérea de Natal e da Ilha de Fernando de Noronha.

O acordo se materializava mais adiante com a decisão norte-americana de financiar e dar tecnologia para a instalação da siderúrgica de Volta Redonda, a primeira usina até então construída fora do mundo "desenvolvido".

A professora relata ainda fragmentos de conversas em torno da posição britânica e narra os entendimentos havidos após o ataque a Pearl Harbor.

16. A política externa do Brasil e a Segunda Guerra Mundial*

Maria Cecília Ribas Carneiro

A política da boa vizinhança aproximou os Estados Unidos dos demais países do continente. Da mesma forma, o Brasil, pelas ações de seus chanceleres Afrânio de Melo Franco e Oswaldo Aranha, principalmente, teve atuação destacada na solução de problemas continentais. A marcha paralela das duas maiores nações americanas, ante as ameaças do comunismo, de um lado, e do nazitanciano, de outro, levou às Conferências Internacionais Pan-americanas que culminaram com a III Reunião de Consulta dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, e a ruptura das relações diplomáticas com os países do eixo, agressores dos Estados Unidos.

Quando Franklin Delano Roosevelt foi eleito, pela primeira vez, presidente dos Estados Unidos da América, em 1932, ele inaugurou um novo sistema político para contornar a terrível crise econômica que, desde 1929, se abatera sobre seu país, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque. Como consequência imediata, formavam-se, diariamente, filas extensíssimas de pessoas desempregadas

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 373, 1991.

que iam receber um prato de sopa para não morrerem de fome. Alguns intitularam esse novo modo de agir do governo que se iniciava de New Deal. E foi com esse nome que passou à História.

Os primeiros cem dias foram dedicados à implantação desse projeto. A primeira das medidas foi a burocrática, seguindo-se outras muito importantes, como a revogação da chamada "lei seca", que era a proibição de venda de bebidas alcoólicas. Esta lei ensejara um grande aumento da criminalidade, com a formação de bandos poderosíssimos, em que corria, não só, muito dinheiro, mas também a influência na classe política. Foi a era dos *gangsters*.

Alguns quiseram qualificar a nova administração de revolucionária. Seria revolucionária, unicamente, porque as medidas adotadas e os objetivos que as ditaram diferiam dos métodos empregados até então. Foi acusada de fascista e de comunista. Na realidade, ela fazia executar algumas ideias progressistas do velho Theodore Roosevelt, primo do presidente eleito, que desejava uma associação entre o mundo dos negócios e o governo. Da mesma forma, aplicava ideias do presidente Woodrow Wilson, que aspirava, graças à intromissão do governo, reprimir, por meio de medidas enérgicas, os abusos no mundo dos negócios. Assim, Franklin Roosevelt parecia, em alguns casos, associar-se aos empresários, e, em outros, era aquele que exercia a autoridade suprema do estado, para reforçar a equidade e a justiça, e lhe dar o seu lugar entre os diversos elementos da vida econômica do país. Roosevelt preconizava que a base da nova política econômica tinha de advir de uma modificação nos hábitos e na maneira de pensar do povo americano. Inclusive o novo presidente era antirracista. E foi, com esse firme propósito, apoiado pela ala progressista do Partido Democrático, que Franklin Delano Roosevelt foi, aos poucos, retirando os Estados Unidos do fundo do poço econômico em que se encontravam. Não foi um trabalho rápido. O novo presidente teve de enfrentar muita oposição, principalmente, por

parte dos políticos do Partido Republicano, chefiado pelo famoso senador William Howard Taft, ex-presidente dos Estados Unidos, e que pregava uma política francamente isolacionista. A América para os americanos. Esse pensamento de Taft ainda perdura, até hoje, entre alguns congressistas norte-americanos, Roosevelt e seus auxiliares preconizavam princípios políticos e meios para um avanço no sentido econômico e do bem-estar social de seu povo.

Quando ele reuniu seus principais colaboradores para o preparo da plataforma de governo que pretendia apresentar como candidato à Presidência da República, teve sempre a seu lado e, durante doze anos, o grande estadista que foi o seu secretário de Estado, Cordell Hull. Com ele, começou os estudos e o planejamento para uma reforma total na política externa norte-americana. Hull sugerira: "Nenhuma interferência nos negócios internos de outras nações". E mais: "Cooperação com as nações do Hemisfério Ocidental, para manter o espírito da Doutrina de Monroe".

E o que era a Doutrina de Monroe? Foi o primeiro documento político em que se proclamava a inteira liberdade da América para resolver os seus problemas sem a interferência da Europa. Esta foi extraída da célebre mensagem do presidente Monroe, de 2 de dezembro de 1823. Nela, ele afirmava que:

> *As nações americanas, por sua livre e independente condição anual não podem, de agora em diante, considerar-se objeto de futura colonização por parte de nenhuma potência europeia.*

Mas as dúvidas deixadas pelo resto do texto emprestaram à Doutrina de Monroe uma interpretação unilateral de defesa exclusiva dos Estados Unidos, interpretação que se agravou resumida na expressão maliciosa: a América para os americanos... do Norte.

E daí originou-se uma política de prevenção contra os Estados Unidos, por parte dos países ibero-americanos, que certos fatos da história desse povo, infelizmente, justificaram, em dado momento.

Apesar do presidente Roosevelt ter dito, em seu discurso de posse, a 4 de março de 1933, que pretendia praticar a política da boa vizinhança, com todos os países do mundo, ela, realmente, floresceu apenas no Hemisfério Ocidental. Foi trabalhando no sentido de maior aproximação com os países latino-americanos que a política da boa vizinhança tomou vulto. Ficou decidido, como ponto fundamental das novas diretrizes, no que concernia às nações latino-americanas, o princípio da não intervenção. Cordell Hull sentia que os países da América Latina nunca chegariam a ser, verdadeiramente, amigos dos Estados Unidos enquanto os ianques se julgassem no direito do interferir nos negócios internos de seus vizinhos latinos. O secretário de Estado sabia que as nações latino-americanas já haviam visto esses princípios enunciados por administrações anteriores e os resultados haviam provocado a desconfiança, o descrédito na política americana, em todos os países ao sul do rio Grande. Os americanos deveriam, então, provar com atos e não com palavras seus novos planos. A ação, embora correta, não seria o suficiente. Teria de ser altamente delicada e com muito tato para não ferir suscetibilidades.

Em um discurso feito no seu primeiro ano de mandato, Roosevelt declarou que não hesitava em dizer que, se ele, por exemplo, estivesse engajado numa campanha política de alguma outra república americana, ficaria fortemente tentado a jogar com os sentimentos de seus compatriotas, daquela república, culpando os Estados Unidos da América, de alguma forma, de ambição imperialista para um engrandecimento egoísta. Como um cidadão de outra república, ele poderia encontrar dificuldade em acreditar, plenamente, no altruísmo da mais rica república americana. Particularmente, como cidadão de uma outra república, encontraria

dificuldade em aprovar a ocupação de outras repúblicas, mesmo como medida temporária. Ele sentia que havia chegado a hora de suplementar a Mobile Doctrine, lançada por Woodrow Wilson, em 1913 – que os Estados Unidos não almejavam "uma partícula sequer de território para conquistas". Roosevelt declarou que nenhum país teria de assumir a responsabilidade dos negócios internos das repúblicas americanas. A manutenção da lei e as decisões de governo, neste hemisfério, só diziam respeito, acima de tudo, a cada nação, individualmente, dentro de suas próprias fronteiras.

E ele aplicou esse princípio, quando, logo nos primeiros meses de seu governo, o general Gerardo Machado, presidente de Cuba, foi deposto. O presidente americano nada fez, os Estados Unidos não tiveram qualquer interferência, de acordo com as ideias de seu presidente. Não haveria intervenção nos negócios de outros países. Também houve outro caso ainda no mês de março de 1933 – o conflito na fronteira da Colômbia com o Peru.

Os peruanos haviam invadido e ocupado o vilarejo de Leticia, a 18 de setembro de 1932. De início, o peru prometera evacuar o lugarejo, mas por dificuldades internas não recuou. O caso tomou vulto e ameaçava tornar-se um sério conflito armado. A Liga das Nações tomou conhecimento do fato e apelou para os Estados Unidos, apesar desse país não pertencer àquela organização internacional. As negociações levaram muito tempo, prolongando-se até o ano seguinte. Foi, então, formada uma comissão da Liga, de que faziam parte o Brasil, os Estados Unidos e a Espanha. Pela primeira vez, a bandeira da Liga das Nações tremulava no Novo Mundo. E foi após reuniões exaustivas entrecortadas de múltiplas dificuldades que se chegou afinal a um acordo. A 24 de maio de 1934, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente Vargas, foi firmado o Protocolo de Amizade e Cooperação entre a Colômbia e Peru. Na ocasião, o plenipotenciário do Peru, embaixador Vitor

Maúrtua, afirmava em discurso: "Ao Brasil, devemos, depois de Deus, a satisfação deste dia de glória para a América".

É preciso que se assinale o grande papel exercido pelo nosso chanceler Afrânio de Melo Franco nesse episódio.

Quando se verificou, na manhã de 5 de dezembro de 1927, o primeiro choque armado, na região do Chaco Boreal, entre as forças bolivianas e paraguaias, o Brasil agiu sempre no sentido construtor, fazendo o possível para a reconciliação dos dois vizinhos. Esse conflito se prolongou por alguns anos, apesar da colaboração de outros países da América. Mais tarde, já no governo Vargas, pareceu ao Brasil propício o momento para que, apesar de todos os fracassos de sucessivas negociações, fosse mantida sua posição conciliadora e tomasse novas iniciativas. Mas qualquer movimento do governo brasileiro era tolhido, porque a Liga das Nações já se ocupava da questão. Foi então que Peru e Bolívia solicitaram que fosse sustada a ação da Comissão da Liga, preferindo confiar a solução do litígio aos quatro países limítrofes: Brasil, Argentina, Chile e Peru. Lamentavelmente, todas as indicações formuladas pela chancelaria brasileira para pôr um fim à ação bélica, foram rejeitadas. Por isso, não só o Brasil, como os outros três países declararam não poder aceitar a incumbência dos beligerantes para continuar a tentar obter uma solução pacificadora.

Em outubro de 1933, o Brasil recebia em sua capital, o Rio de Janeiro, a honrosa visita do general Augustin P. Justo, presidente da República da Argentina, acompanhado pelo famoso chanceler Saavedra Lamas. Os dois presidentes aproveitaram a oportunidade para examinar o problema do Chaco. Foi acordado que os dois países fizessem um apelo conjunto aos beligerantes, para que cessassem a luta. E, da ata assinada, então, constavam indicações de meios para chegarem a um entendimento. Mas houve problemas diplomáticos, que o Brasil não quis atingir, que o obrigaram a desistir de seus

propósitos, outras tentativas também fracassaram. Desanimada de encontrar uma solução, a Comissão de Inquérito da Sociedade das Nações deu por encerrados seus esforços e regressou à Europa. Nada conseguira realizar. E o problema do Chaco continuava. Em abril de 1935, a Argentina, o Chile, o Peru e os Estados Unidos apelam para o Brasil, julgando indispensável sua atuação, o Brasil aceitou, mas declarando ser imprescindível que houvesse negociações diretas entre os contendores.

Nessa ocasião, o presidente Getúlio Vargas vai a Buenos Aires retribuir a visita do presidente argentino.

A recepção foi tão carinhosa, por parte não só do governo como do povo argentino, que os olhos da América e do mundo se voltaram para lá, na esperança de uma solução. Isto porque a guerra no Chaco representava um perigo permanente para a paz e a segurança de todos os países da América. Entretanto, não foram pequenas as dificuldades que o nosso chanceler, José Carlos de Macedo Soares, teve de enfrentar nas reuniões de Buenos Aires, o Brasil, dessa vez, passou a empenhar-se a fundo na pacificação, apesar do pessimismo do chanceler argentino. Getúlio Vargas, embora desejando permanecer na Argentina até a assinatura do tratado de paz que tanto almejava, foi obrigado a cumprir o protocolo e seguir para o Uruguai, onde visitaria o presidente Terra. Mas, Macedo Soares prosseguiu em seu trabalho. Depois de inúmeras dificuldades, de conversações sem fim, depois mesmo de chegar ao desânimo de pensar ser impossível resolver o impasse, o nosso chanceler, na madrugada de 9 de junho, conseguiu que Paraguai e Bolívia consentissem no início da desmobilização e deixassem as demais questões para serem resolvidas na Conferência da Paz. No dia 12 de junho de 1935, realizou-se a assinatura do protocolo de paz, no Palácio do governo de Buenos Aires, em sessão presidida pelo presidente Justo. Era uma grande vitória da diplomacia brasileira e, em especial, do chanceler Macedo Soares.

O acontecimento culminante no programa de boa vizinhança do novo governo norte-americano foi a Conferência Internacional para a Manutenção da Paz, realizada em Buenos Aires, em dezembro de 1936. Para dar maior significação, Roosevelt decidira comparecer, pessoalmente, à abertura dos trabalhos. Ato sem precedência de um presidente dos Estados Unidos. Assim foi que aproveitou a oportunidade para realizar visitas de cortesia a outras capitais de maior importância na América do Sul. Foi recebido calorosamente por toda parte.

A 20 de novembro, Cordell Hull já passara pelo Rio de Janeiro, de navio, com destino à Conferência de Buenos Aires. Aqui fizera contatos importantes. No dia 27 de novembro, chega, finalmente, a nossa capital o presidente Roosevelt, onde é recebido com grande entusiasmo popular, e também pelo governo, principalmente com sua presença na sessão conjunta do Legislativo e da corte suprema Sobre isso ele comentou que "estavam mostrando, nas relações internacionais, aquilo que de há muito sabiam em relações particulares – bons vizinhos faziam uma boa comunidade". E mais adiante acrescento:

> *Podemos, assim, descartar a linguagem perigosa da rivalidade; podemos pôr de lado a linguagem vazia dos 'triunfos diplomáticos' ou 'barganhas espertas'. Podemos esquecer todo pensamento de dominação de coalizões egoístas ou de equilíbrios de poder. Esses falsos deuses não têm mais lugar entre os vizinhos americanos.*

Foi o êxito, ainda parcial, da diplomacia americana na questão do Chaco que criou um ambiente propício à convocação, pelo presidente dos Estados Unidos, da conferência Interamericana de Consolidação da Paz, que se reuniu em Buenos Aires de 1º a 23 de dezembro de 1936.

Já nessa época tínhamos a figura brilhante de Oswaldo Aranha como nosso embaixador nos Estados Unidos que, em Washington, deu grande apoio à convocação da conferência. Ele, desde 1934, que ocupava aquele cargo e gozava de grande prestígio pessoal junto ao presidente Roosevelt. E era a pessoa de confiança de Vargas. Nas conversações que o presidente americano manteve, aqui no Rio de Janeiro, com o presidente do Brasil, a harmonia foi completa, graças aos entendimentos anteriores com o nosso embaixador, os discursos dos dois presidentes, então pronunciados no banquete do Itamaraty, tiveram singular significação, porque, anteciparam os rumos da Assembleia de Buenos Aires, revelando a perfeita densidade de sentimentos e ideias. No Itamaraty, desde janeiro. Quando chegou a carta convocação de Roosevelt para a Conferência, já se trabalhava intensamente sob a presidência do chanceler Macedo Soares. O presidente dos Estados Unidos desejava apenas determinar a melhor forma de assegurar a manutenção da paz entre as repúblicas americanas. Roosevelt não era um visionário, mas um grande estadista que se apercebia das dificuldades crescentes na Europa com o crescimento do nazi-fascismo. Ele queria estar tranquilo quanto a América.

Como em todas as conferências passadas e as que se seguiram, logo surgiram divergências entre Estados Unidos e Argentina. A política argentina sempre esteve mais próxima da órbita da Inglaterra. Assim, apesar da calorosa recepção a Roosevelt, receava-se um não entendimento entre os dois países. Coube, então, ao Brasil desempenhar a missão conciliadora. Essa atitude harmonizadora da comissão brasileira recebeu os maiores agradecimentos por parte de Cordell Hull do subsecretário de Estado norte-americano, Summer Welles.

A nossa delegação, chefiada pelo chanceler Macedo Soares, era composta por figuras eminentíssimas como Oswaldo Aranha, nosso embaixador em Washington; Rodrigues Alves (embaixador

em Buenos Aires), ministro Hildebrando Accioly e ainda, Edmundo da Luz Pinto.

A 8 de dezembro, Getúlio Vargas escreve a Aranha, fazendo comentários sobre a conferência:

> *Pelos jornais, apenas fazia vaga ideia da existência das duas correntes em luta na conferência. A tua carta deixou-me melhor esclarecido a respeito. Dou inteiro apoio ao pacto de segurança. Penso que é isso o que convém aos nossos e no interesse do continente e devemos empregar todos os esforços para que triunfe. É indispensável que a nossa delegação esteja firme e decidida nesse sentido. Se houver vacilação, previna-me.*

No dia 22, Oswaldo segue para o Rio Grande. Para assuntar a política local, ligada à sucessão presidencial, o presidente da Argentina, general Augustin Justo, em discurso, fez os maiores elogios a Vargas, o presidente só comparecera ao banquete oferecido pela delegação brasileira para fazer essas declarações Oswaldo conta ainda que o chanceler argentino Saavedra Lamas dissera que, além da consagração dos nossos ideais, a conferência brindou-nos com uma grande vitória: a americana. E continua o nosso embaixador:

> *Esta gente chegou à convicção definitiva de que só há um ponto firme para a sua política: o Brasil. E mais, que desta gente só terão hostilidade. Isto foi 'mais que tudo' como diz o povo. Amanhã almoçarei com Hull e o Welles a fim de confirmarmos os assuntos a serem discutidos contigo e com o Costa (Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda).*

Oswaldo se apressava em mandar detalhes, porque a delegação norte-americana seguiria, no dia 26, para o Rio de Janeiro e ele pretendia passar o Natal no Alegrete com sua mãe.

Na Conferência de Buenos Aires, foi tomada uma decisão de suma importância, que viria ter seria repercussão anos depois – se a paz do hemisfério viesse a ser ameaçada por algum país fora da América, as repúblicas americanas concordavam em se consultar, mutuamente, em vista das diretrizes políticas e ações que tivessem tomado anteriormente. Isto significava para Roosevelt que governos de boa vontade poderiam se reunir para discutir e encontrar meios para assegurarem a paz, "a conferência de Buenos Aires, declarou o presidente americano, deveria servir de inspiração para os povos das Américas, e um exemplo para o resto do mundo".

Um dos acontecimentos de maior repercussão na vida internacional americana foi, sem dúvida, a Conferência Internacional, reunida em Lima, a 9 de dezembro de 1938. A nossa delegação foi presidida pelo embaixador Afrânio de Melo Franco, acompanhado pelos seguintes delegados: Altino Arantes, Hildebrando Accioly, Pedro da Costa Rêgo, Levi Carneiro, Edmundo da Luz Pinto e Rosalina Lisboa Miller.

O clima político na Europa já era ameaçador após várias anexações nazistas. A tensão começara na América. Era chegado o momento de agir em benefício do Hemisfério Ocidental! Já na Conferência de Buenos Aires, fora criado um sistema de consulta no caso de ameaça à paz geral. Essa consulta significou uma evolução do pan-americanismo. Depois de Lima, a doutrina de solidariedade continental tomou forma. Essa foi a contribuição definitiva que a conferência trouxe para a segurança, paz e o destino da América.

O princípio da solidariedade americana já de há muito vinha norteando nossa política externa. Oswaldo Aranha, na Conferência de Buenos Aires, declarara que:

> *O Brasil não somente considera um agravo infligido a ele mesmo, o que se fizer a qualquer outra nação americana, mas vai ainda mais longe e considera como agravo próprio*

> *qualquer fato que possa ferir a soberania de um país continental.*

A Conferência de Buenos Aires evitara fazer referência à ameaça externa e o princípio brasileiro ficou diluído naquele instrumento de paz.

Em Lima, esse princípio ressurgiu com um pronunciamento escrito de Cordell Hull. Disse ele:

> *Queremos viver em paz com todas as nações do mundo, mas nenhuma dúvida deve subsistir a respeito da nossa determinação de não permitir a invasão deste hemisfério pelas forças armadas de nenhuma potência, nem de nenhuma combinação de potência.*

E continua:

> *A propagação de doutrinas por certas nações e a execução de medidas paralelas podem pôr fim, dominar ou destruir a ordem social, as instituições de outros países. Tais medidas baseiam-se sobre teorias falsas de superioridade de classe ou de raças, e ainda de hegemonia nacional, ressuscitadas em algumas partes do mundo. Não há lugar, no Hemisfério Ocidental, para a implantação de tais doutrinas, as quais nossos países, bem como a esmagadora maioria do mundo civilizado, rejeitaram há muito tempo.*

E acrescenta:

> *Não deve subsistir nenhuma dúvida sobre a determinação das repúblicas americanas em não permitirem a invasão deste hemisfério por quem quer que venha agir nele de maneira inamistosa ou contrária ao nosso espírito internacional.*

A solução a que se chegou sobre o problema básico da grande assembleia, o da defesa coletiva das Américas contra ameaça ou interferência externas, representou a consagração do ponto de vista do Brasil. Em Lima surgiram, como era de se esperar, divergências entre os pontos de vista dos Estados Unidos e da Argentina, quando se tratou de dar forma definitiva à declaração de solidariedade continental. Em suas memórias, Cordell Hull diz que, enquanto viajava a bordo do navio "Santa Clara", a única interrogação que tinha era se todas as repúblicas americanas considerariam o perigo, a ponto de tomar uma atitude comum e decisiva. E tinha seus motivos. No dia 1º de dezembro, ainda a bordo, Hull recebeu um telegrama de Oswaldo Aranha, então nosso ministro das Relações Exteriores. Foi informado de que o chanceler argentino José Maria Cantillo, em seu discurso de abertura da Conferência de Lima, planejava rejeitar a ideia de qualquer pacto de segurança coletiva. Aranha avisou que Cantillo se opunha a qualquer rompimento das repúblicas latino-americanas com a Europa e em um apoio exclusivo nos Estados Unidos para proteção, porque a linha exterior norte-americana era instável devido às possibilidades de mudança de sua política interna. Aranha lhe dissera, ainda, que o governo brasileiro procuraria convencer Cantillo de que um discurso, nesses termos, levaria a conferência a uma discordância completa, desde o início.

Charles Fenwick, especialista em Direito Internacional, membro durante os trabalhos da conferência, nas conversações que teve com os delegados de outros países, em alertá-los para os perigos de uma guerra num futuro próximo, achava indispensável que as repúblicas americanas se unissem visando a defesa do continente.

Nos últimos dias, depois de debatidos 23 pontos capitais, quando se cogitava da redação final dos princípios de solidariedade continental, surgiram problemas entre a Argentina e os Estados Unidos. Oswaldo Aranha, informado no Rio de Janeiro, telegrafou

ao presidente Ortiz da Argentina, conclamando-o a aceitar a fórmula apresentada por Cordel Hull. Mas a Argentina não cedia. Os presidentes Vargas, do Brasil, Ortiz da Argentina e Baldomir do Uruguai mantiveram contato telefônico nesse sentido.

No dia 24 de dezembro, o presidente Vargas concedia ampla autorização a Afrânio de Melo Franco para decidir acerca do ponto em discussão. Afora pequenas modificações, a redação deveria basear-se na proposta argentina. Cordell Hull cedeu, em favor da unidade continental. Ele preferiu uma aprovação unânime a forçar uma declaração mais de acordo com o pensamento dos Estados Unidos. Disse ele:

> *A declaração de Lima foi um grande passo depois dos acordos pan-americanos anteriores. Afirmou a intenção das repúblicas americanas de se ajudarem, mutuamente, em caso de ataque exterior, direto ou indireto, qualquer uma delas. A declaração não foi um triunfo para uma nação, mas para o Novo Mundo.*

A atividade exercida por Oswaldo Aranha, no Rio de Janeiro, procurando aproximar os pontos de vista argentino e norte-americano, muito contribuiu para a solução final.

No dia 27 de dezembro de 1938, encerrava-se a 7ª Conferência Pan-Americana. Nöbel, ministro alemão no Peru, fez um relatório ao ministro do Exército do Reich, em que descreve os prós e os contras da reunião. Em dado trecho diz: "A Alemanha foi citada, nominalmente (apenas) pelo Paraguai, mas esteve à frente da Itália e do Japão como alvo principal dos ataques, de um modo geral".

No dia 6 de janeiro de 1939, pouco mais de uma semana do término da conferência de Lima, o chanceler brasileiro recebeu um telefonema de Washington, o subsecretário de Estado, Summer Welles, lhe participava a decisão do presidente Roosevelt, dada a situação mundial, de dirigir um telegrama ao presidente Vargas,

solicitando que enviasse Aranha aos Estados Unidos para com ele conferenciar. Esse contato pessoal de membros dos dois governos era necessário, no momento Oswaldo Aranha agradeceu a honra, mas declarou que iria falar com Getúlio, a quem caberia decidir. Por esse motivo, solicitava que o convite não fosse enviado antes de falar com o presidente. O resultado da entrevista seria comunicado através da Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro. No mesmo dia, à tarde, Aranha conversou com o presidente. À noite, Vargas mandou chamá-lo e determinou que concordasse com a expedição do convite.

Assim, que no dia 9 de janeiro o nosso presidente recebeu um telegrama de Franklin Roosevelt:

> *Surgiram durante os últimos meses várias questões de grande importância nas quais nossos dois governos são igualmente interessados. Seria, particularmente agradável que essas questões pudessem ser discutidas em conversações diretas entre altos funcionários de nossos respectivos governos, pela maneira franca e amistosa e com o espírito de mútuo auxílio que, felizmente, são tradicionais nas relações entre o Brasil e o Estados unido. Com tal propósito, eu formulo, por intermediário de V. Exa., e conveniente para ele, eu sugeriria que a visita realizasse tão cedo quanto possível, depois do dia 1º de fevereiro. Eu tenho muita esperança de que seja possível a seu ministro das Relações Exteriores aceitar este convite e visitar Washington, onde ele fez tantos amigos durante sua missão como embaixador de V. Exa. nesta capital e onde teremos, eu e os membros do meu governo, o maior prazer em acolhê-lo. Queira aceitar as seguranças da mais alta consideração, juntamente com a expressão de minha simpatia pessoal. Assinado – Franklin Roosevelt. (Texto copiado do Arquivo de Vargas).*

Vargas reuniu, no Palácio Guanabara, os ministros da Guerra, Marinha, Fazenda e Relações Exteriores. Submeteu o assunto aos presentes. Todos concordaram com a visita do nosso chanceler.

A 13 de janeiro, foi enviada a resposta de Vargas. No dia 17, a Embaixada Americana no Rio de Janeiro entregou ao ministro das Relações Exteriores a ementa com os assuntos a serem tratados e que haviam sido solicitados por Vargas.

Aranha e sua comitiva, composta pelo chefe de seu gabinete, o cônsul-geral, João Carlos Muniz, Marcos de Souza Dantas, Luis Simões Lopes e um secretário particular, o 2º secretário Sérgio de Lima e Silva partiram do Rio de Janeiro a 29 de janeiro, a bordo do "New Amsterdam". Durante a viagem, Aranha estudou os documentos e, com seus auxiliares, redigiu as conclusões que mandou a Getúlio, em 9 de fevereiro, logo que chegou a New York. No dia 12, ele foi recebido pelo presidente Roosevelt que se achava doente, de cama. Em seu relatório a Vargas, o chanceler brasileiro descreve, com minúcias, o encontro e depois transmite-lhe a mensagem do presidente:

> *1. Que a guerra europeia era inevitável; 2. que tudo faria para que seu país não interviesse diretamente na guerra; 3. que estava equipando economicamente e militarmente os Estados Unidos para poderem enfrentar essa situação e ajudar os demais países continentais; 4. que o Brasil poderia contar com o seu país e V. Exa. com a cooperação pessoal dele; 5. que não seria candidato à reeleição, salvo imposição de guerra, mas esperava que o governo continuasse nas mãos de seu partido; 6. que seu sucessor, mesmo republicano, teria de seguir essa política de união de nossos povos; 7. que tinha ainda, mais de dois anos de governo, durante os quais desejava ajudar a obra governamental de V. Exa., a econômica, bem como a militar; 8. que manteria V. Exa.*

> *ao corrente dos acontecimentos universais esperando de V.Exa. a mesma cooperação, pois estava convencido de que juntos poderiam, nossos países, favorecer a prosperidade continental e proteger a paz dos povos americanos.*

As negociações se prolongam pelo mês de março. Oswaldo Aranha teve nova oportunidade de conversar, a sós, com o presidente Roosevelt. Este confirmou tudo quanto dissera anteriormente e acrescentou detalhes sobre a posição da Alemanha:

> *O trabalho alemão na América do Sul era grande, o que sabia pelo Intelligence Service, 'incluído' disse-me textualmente, 'no Estado de Vargas', no Exército e outros departamentos no Brasil e em outros países. A intriga com a Argentina, quer conosco, quer como Brasil, é uma das preocupações alemãs e nisso estão gastando milhares de marcos; que V. Exa. deveria tomar precauções e que contasse com ele, com seu governo e com seu país em qualquer eventualidade e para qualquer medida que quisesse adotar; que V. Exa. deveria mandar os militares aos Estados Unidos e, logo depois, ir conversar com ele, fazendo, assim, a visita prometida e devida por V. Exa., pessoalmente, e pelo presidente do Brasil.*

A missão Oswaldo Aranha teve grande atuação no setor econômico, principalmente pelos contatos com o *Export and Import Bank*. Finalmente, a 9 de março, são assinados, em Washington, os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos. O primeiro acordo se relacionou à criação do Banco Central. Roosevelt se compromete a pedir ao Congresso que o autorize a conceder um crédito de 50 milhões de dólares, a fim de auxiliar a formação desse Banco. Como consequência, nesse mesmo dia, os bônus do governo do Brasil subiram de cotação de 8% para serem cotados a 18,3%.

Os esforços de Oswaldo Aranha estavam coroados de êxito. Nesse mesmo dia, ele deveria partir de New York. Antes de embarcar deu uma entrevista coletiva à imprensa em que declarou:

> *O acordo firmado hoje entre os Estados Unidos e o Brasil significa o primeiro passo para um New Deal interamericano, baseado na compreensão e na colaboração mútuas.*

Em outubro de 1938, quando se tornou aguda a crise que precedeu a guerra diante do fervoroso apelo em favor da paz, então feito pelo presidente Roosevelt, o presidente Vargas, dirigiu-lhe um telegrama aplaudindo o gesto, que disse exprimir os sentimentos, as tradições, as esperanças dos povos da América e merecer caloroso apoio do Brasil. Em abril de 1939, Roosevelt fez um apelo semelhante aos chefes de governo da Alemanha e da Itália, e, Vargas teve igual reação, telegrafando-lhe incontinenti.

De 23 de setembro a 3 de outubro de 1939, portanto, poucos dias após o início das hostilidades na Europa, efetuou-se, na cidade do Panamá, a Primeira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Essa reunião era uma consequência dos acordos firmados em Buenos Aires e Lima. A delegação brasileira era chefiada pelo embaixador Carlos Martins, nosso representante em Washington, e composta pelo ministro Manuel César Góis Monteiro, conselheiro Bueno do Prado e o primeiro-secretário Berenger César, além de assessores, várias resoluções foram adotadas. Entretanto, a atividade principal da reunião girou em torno do problema do mar continental. Quando uma certa hesitação parecia dominar a conferência, o Brasil resolveu publicar o seu voto. Pugnávamos pelo princípio do mar continental. Esse documento foi, posteriormente, incorporado à ata final da reunião. Aqueles princípios, expostos pelo Brasil, veio a filiar-se a Declaração do Panamá que estabeleceu os limites marítimos da neutralidade

americana. Mais uma vez, o Brasil marcava sua oposição na política exterior.

A 25 de maio daquele ano de 1940, o general George Marshall viera ao Brasil, em missão especial, convidado pelo general Góis Monteiro. Sob o ponto de vista das relações de amizade Brasil-Estados Unidos, a missão teve completo êxito. Entretanto, quando o general Marshall deixou o nosso país, ia seriamente impressionado com o nosso desaparelhamento militar, verifica que não poderia contar com o Brasil, nesse setor. Após alguns dias entre nós, Marshall teve oportunidade de visitar vários estabelecimentos militares em diversos estados. Em junho, regressou aos Estados Unidos, levando a bordo do "Nashville" a missão militar brasileira chefiada pelo general Góis Monteiro. Com ele, seguiram o coronel Canrobert Pereira da Costa, majores José Machado Lopes e Aguinaldo Caiado de Castro e os capitães Orlando Eduardo da Silva e Ademar José Álvares da Fonseca, o conflito europeu fizera com que Góis deixasse de aceitar os convites feitos pela Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Polônia, Portugal e Espanha. Góis e Marshall, ainda no Rio de Janeiro, haviam tido muita ocasião para trocar ideias. Góis Monteiro dissera a Marshall que, no caso de uma guerra mundial, antes que os Estados Unidos estivessem envolvidos, a posição geográfica do Brasil e sua situação em face dos países sul-americanos exigiriam uma concentração do grosso de suas forças no Sul. O Brasil precisaria, também, manter abertas as comunicações marítimas e garantir a integridade territorial da região Nordeste. Para alcançar esse segundo objetivo, era necessário obter ajuda do exterior. Isto é, o que o Brasil gostaria de receber dos Estados Unidos. Em troca, oferecia aos americanos o uso da base aérea de Natal, inclusive a Ilha de Fernando de Noronha.

Summer Welles escreve ao embaixador Jefferson Caffery, no Rio de Janeiro, nesse sentido, comenta que as bases são pequenas e necessitariam ser ampliadas, ou mesmo construir novas. E diz

que mesmo que o Brasil quisesse ocupar Fernando de Noronha, com forças suficientes para evitar sua captura, no caso de invasão por mar ou de ataque aéreo e que o Brasil dispusesse dessa tropa, o perigo poderia chegar antes dos reforços brasileiros, sugeria que Caffery tivesse uma longa conversa com Oswaldo Aranha, pessoal e confidencial. Deveria tratar de vários detalhes nesse sentido, enfatizando a importância estratégica das bases em pauta, pois ambas estavam ao alcance de voo dos bombardeiros europeus que operavam nas bases do oeste da África. Também poderiam ser utilizadas para facilitar o transporte de Aviões, homens e munições para o Hemisfério Ocidental. Que ele mostrasse o papel que essa possibilidade de transporte poderia representar no apoio a movimentos subversivos promovidos no continente sul-americano por governos europeus ou outros não americanos.

O nosso chanceler esclarece que no Exército não havia divergências de opinião quanto à necessidade de uma plena colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil. Entretanto, diz ele, os oficiais brasileiros não aprovariam um plano geral para a defesa continental. Devido à presença de uma grande parcela da população de origem alemã e à existência clandestina do integralismo, de tendência nazista e, ainda, ao fato de que um número considerável de oficiais do Exército ter grande admiração pela máquina militar alemã, o governo brasileiro teria de agir com muita cautela. Aranha conclui dizendo que o Brasil acompanhará os Estados Unidos em qualquer emergência, mas não quer ter compromisso com outro país.

O tenente-coronel Lehman Miller, chefe da missão militar norte-americana estava para chegar Oswaldo diz a Caffery que o coronel Miller terá boa acolhida, mas que o governo brasileiro não quer vê-lo acompanhado por outros "oficiais norte-americanos em trajes civis".

No dia 7 de junho, Caffery leva Miller à presença de Aranha. Este é muito franco. Diz que há um ponto nevrálgico na questão do acordo militar, a que chama de reverso da medalha – "membros do Exército e da Marinha não acreditam em receber dos Estados Unidos a única coisa de que precisam: armamentos". E continuam as negociações para aquisição de armamentos. Mas o governo americano esbarra com uma dificuldade dentro de casa – o Legislativo.

O nosso ministro da Guerra se avista com frequência com o coronel Lehman Miller. Aranha alerta Caffery – se os Estados Unidos não encontrarem um meio de auxiliar o Brasil a adquirir armamentos, as autoridades militares brasileiras, forçosamente, se voltarão para a Alemanha. E era preciso atentar para o fato da origem de nosso equipamento bélico, que a maioria era alemã. Finalmente, Roosevelt consegue aprovação do Senado norte-americano e pode assinar a resolução que autoriza os secretários da Guerra e da Marinha a fabricar ou obter armas de defesa para serem vendidas às nações americanas.

Roosevelt lutava com grandes dificuldades internas, por causa da Lei da Neutralidade e outros entraves do Congresso. Além do mais, em junho de 1940, já fervia a campanha para a sucessão presidencial. Mas Roosevelt, Cordell Hull e Sumner Welles tudo faziam para maior aproximação com o Brasil.

Após a conferência realizada no Panamá, ficou acordado que os participantes deveriam se reunir, em setembro de 1940, na cidade de Havana. Entretanto, as ocorrências da política internacional fizeram sentir a necessidade de se abreviar o prazo. Assim é que a II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas se realizou em Havana, de 21 a 30 de julho de 1940, representando novo e considerável avanço no sentido de dar bases concretas à solidariedade continental, o chefe da

delegação brasileira foi o embaixador Mauricio Nabuco. A comitiva se compunha de João Neves da Fontoura, Sebastião do Rego Barros, ministro Antônio Camilo de Oliveira, Marcos de Souza Dantas (do Banco do Brasil), cônsul-geral Anibal Sabóia Lima, conselheiro Bueno do Prado, primeiro-secretário Vasco Leitão da Cunha e a cônsul Dora Vasconcelos, acrescida, posteriormente, por Paulo Hasslocher, Valder Sarmanho e Aguinaldo Bolitreau Fragoso. Essa reunião representou novo e considerável avanço no sentido de dar bases concretas à solidariedade continental. O Brasil apresentou quatro projetos, sendo um da maior importância e que teve o seu texto aproveitado na resolução aprovada, tratava da administração provisória de colônias europeias na América. Uma das mais importantes resoluções da conferência foi a XV relativa à "Assistência Recíproca e Cooperação Defensiva das Nações Americanas", que começava declarando que:

> *Todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território e contra as soberanias, independência política de um Estado americano será considerada como um ato de agressão contra os Estados que assinam esta Declaração.*

Em julho de 1940 – a guerra europeia dava mostras de ser uma luta prolongada e com tendências a se alastrar por todo o mundo. A Alemanha já dominava da Escandinávia, a Áustria e da Holanda até Paris, o governo francês se refugiara em Vichy, após assinar o Armistício, deixando parte do país sob ocupação alemã. De Gaulle, de Londres, incitava seus compatriotas à resistência, o Japão, na Ásia, ensaiava seus passos em direção à Indochina Francesa. Era fora de dúvida que os países americanos vinham se certificando que o Oceano Atlântico em vez de os afastar dos perigos, tornava-os, de certo modo, vulneráveis a ataques imprevisíveis.

Antes mesmo do período dos acordos militares sobre a questão das bases aéreas de Natal e Fernando de Noronha, Vargas já avançara até a propositura de uma empresa nacional, para o que pleiteava um empréstimo. Carlos Martins, nosso embaixador em Washington, expõe, confidencialmente, essa sugestão ao Departamento de Estado. Vargas lhe adiantara ter numerário suficiente para realizar o plano siderúrgico com a companhia organizada no Brasil. Precisa, tão somente, de crédito no *Export and Import Bank*, não inferior ao prazo de cinco anos, com a garantia do Banco do Brasil, para aquisição de maquinaria nos Estados Unidos. O nosso presidente avança, cada vez mais, no sentido de barganhar as bases de Natal e Fernando de Noronha, em troca da instalação de nossa usina siderúrgica. No fim do ano de 1940, Carlos Martins, escreve a Vargas:

> *Segundo me informou, em New York, o coronel Macedo Soares (nosso companheiro Edmundo Macedo Soares), e aqui me cientificou o Sr. Warren Lee Pierson (presidente do Export and Import Bank), os trabalhos preparatórios para a construção de nossa siderurgia estão em marcha franca.*

Entre 1934 e 1935, o governo americano tivera notícia de que a Alemanha e o Japão intentavam acordo que determinasse uma ação conjunta para o futuro. Em 1936, tornaram público o Pacto Anticomintern, ao qual a Itália aderiu um ano mais tarde. A 11 de setembro de 1940, Cordell Hull, em conversa com embaixador francês Henri Haye, chama atenção para aqueles movimentos políticos. Diz que "Hitler intentava ser o conquistador brutal e feroz destruidor da Europa, e que a camarilha de militares japoneses estava resolvida a seguir o mesmo curso na região do Pacífico, desde o Havaí até o Sião". A 27 de setembro de 1940, Alemanha, Itália e Japão firmaram a Tríplice Aliança. Evidentemente que esse pacto visava, diretamente, os Estados Unidos. Roosevelt e Hull

continuam a chamar a atenção para os perigos do nazismo. O ano de 1940 se encerrava com prognósticos cada vez mais sombrios. A Inglaterra, sozinha, sob o governo de Winston Churchill, lutava pela própria sobrevivência, pela sobrevivência dos princípios democráticos.

Roosevelt e Churchill eram duas figuras, de certa forma, antagônicas. Enquanto o primeiro planejava um após-guerra sem a sujeição de povos em colônias, o segundo não admitia essa ideia. O primeiro-ministro inglês era um vitoriano em pleno século vinte. Ele não admitia o fim do Império Britânico. O presidente americano, cada vez que se reunia com Churchill, agia com a máxima cautela.

Em entrevista coletiva de 23 de fevereiro de 1945, Roosevelt, interrogado pelos jornalistas quanto à ocupação da Indochina, relata que Churchill não gostara da ideia, aceita por Stalin e Chiang Kai-shek de dar àquele país um governo formado por elementos de diversas nações, até que ele estivesse no ponto de se governar sozinho. Mas Churchill vetou porque Burma poderia fazer a mesma coisa com a Inglaterra. Um jornalista interroga o presidente americano:

– *Is that Churchill's idea on all territory out there, he wants them all back just the way they were*?

FDR – *Yes, he is mid-Victorian on all things like that*...

E mais adiante, outra pergunta:

– *Do you remember the speech the Prime Minister made about the fact that he was not made Prime Minister of Great Britain to see the empire fall apart?*

FDR – *Dear old Winston will never learn on that point. He has made his specialty on that point. This, of course, is off the record*.

Esse procedimento inglês criou as maiores dificuldades para os Estados Unidos. Haja vista o caso do apresamento do nosso

navio "Siqueira Campos", além de outros. Nessa ocasião, foi preciso uma extraordinária habilidade e uma paciência sem limites do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, para que não prevalecessem as exigências dos chefes militares, à frente do qual se achava o chefe do Estado-Maior, general Góis Monteiro, que queriam o nosso rompimento de relações com a Inglaterra.

A grande salvação da Inglaterra foi a Lei de Empréstimo e Arrendamento que Roosevelt conseguiu arrancar do Congresso norte-americano.

A política exterior do Brasil era feita com firmeza e dignidade. Nos momentos decisivos, nós lideramos a América Latina, foi graças ao Brasil e ao seu chanceler que se firmou e praticou o princípio da solidariedade continental. E os Estados Unidos sabiam que poderiam contar conosco.

A 7 de dezembro de 1941, dá-se o ataque surpresa da base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, por forças japonesas, por trás disto há uma longa história. Mas vale a pena relatar a cena do encontro em Washington, dos enviados japoneses e o secretário Cordel Hull. Era um domingo. Os japoneses haviam solicitado uma entrevista para a uma hora da tarde. Hull concordou em recebê-los às 13h45. Só chegaram às 14h05, Hull fê-los esperar mais 17 minutos. Nessa ocasião, às 14h22, chega a notícia do bombardeio de Pearl Harbor, ocorrido às 13h20 (hora de Washington).

Cordell Hull recebe-os com grande tensão. Lê, cuidadosamente, a resposta apresentada e, com a maior indignação disse:

> *Devo dizer que em todas as minhas conversações com V. Exa., [referindo-se ao embaixador Nomura], durante os últimos nove meses, jamais proferi uma palavra de inverdade. Nos meus cinquenta anos de vida pública não vi um documento tão cheio de infames, falsidades e desvirtuamento dos fatos*

> *e isto em escala tão vasta, que nunca imaginei, até hoje, que qualquer governo deste planeta fosse capaz de conferi-las.*

Roosevelt queria conhecer a atitude brasileira o mais breve possível, o Rio de Janeiro seria a sede de uma Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Getúlio Vargas, no dia 8, reúne o Ministério. É decidida, por unanimidade, declarar solidariedade aos Estados Unidos. Em seguida, telegrafa a Roosevelt. Em resposta comovida, o presidente americano diz que "o pan-americanismo passara do domínio dos convênios ao campo da ação positiva".

A delegação americana vem chefiada por Summer Welles. A saúde do velho secretário Hull não lhe permitia enfrentar o calor de janeiro no Rio.

No dia 15, instala-se formalmente a III Reunião de Consulta, em sessão solene no Palácio Tiradentes. Como anfitrião, Getúlio Vargas profere o discurso de boas-vindas:

> *A agressão aos Estados Unidos, no Oceano Pacífico, a que se seguiu a declaração de guerra da Alemanha e da Itália ao grande país amigo, tinha necessariamente, de agrupar-nos ainda uma vez. Aqui estamos, por tanto, representantes soberanos da família americana de pátrias livres e amantes da paz, para reafirmar à nação bruscamente atacada, a nossa solidariedade unânime e resolver, com prudência e decisão, o que convier à segurança e à proteção dos nossos povos.*

A Argentina, como já era de se esperar, criou obstáculos a uma decisão unânime de ruptura de relações diplomáticas com os países do eixo (Roma-Berlim-Tóquio), o Chile foi envolvido pelo seu vizinho. Ante esse impasse, Oswaldo Aranha achou mais importante uma decisão unânime, mesmo que não fosse aquela desejada por quase a totalidade das repúblicas irmãs.

A diplomacia brasileira agiu, em tão difíceis circunstâncias, com uma habilidade digna das suas melhores tradições. E, sem dúvida, seu grande arquiteto foi o nosso chanceler. O Brasil poderia dar uma demonstração de prestígio e de força, apoiado pelos demais países americanos, isto resultaria no isolamento ostensivo dos países dissidentes. Por isso, preferiu a fórmula conciliatória:

> *As repúblicas americanas, obedecendo aos preceitos estabelecidos por suas próprias leis e de acordo com a posição e circunstâncias de cada uma no atual conflito continental, recomendam a ruptura de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália, por haver o primeiro desses estados agredido e os outros declarado guerra a um país americano.*

Em consequência disso, durante todo o ano de 1942, os nossos navios mercantes passaram a ser alvo dos submarinos alemães e italianos que infestavam o Oceano Atlântico de norte a sul. Somente nesse período, perdemos 24 navios mercantes, sendo que cinco foram afundados em três dias e pelo mesmo submarino alemão, o U-507. Esse ataque levou o povo às ruas, a caminho do Palácio Guanabara, pedindo guerra ao Eixo. No dia 22 de agosto, o presidente Getúlio Vargas reúne o Ministério e assina o "estado de beligerância" contra a Itália e a Alemanha. Só entramos na guerra contra o Japão em 1945. Mas isto já e outra história.

Quero concluir com uma declaração de Cordell Hull em seu livro de Memórias. Ele diz que a participação do Brasil na segunda Guerra Mundial encurtou o conflito em três ou mais anos, modificando assim o curso da história.

A Conferência de Paz de Haia de 1907 constitui um dos mitos mais persistentes no imaginário da política externa do Brasil. Rui Barbosa, significativamente conhecido como a "Águia de Haia" foi responsável, por sua retórica e seu profundo conhecimento do direito internacional, pela permanente volúpia de representantes brasileiros em reuniões internacionais de convencer pelo discurso. Churchill dizia que em sua longa carreira política ouvira muitos discursos que mudaram sua opinião sobre os temas em discussão. Nenhum, porém, jamais havia mudado seu voto...

No subconsciente, porém, dos ministros e presidentes do Brasil que falam na Assembleia Geral da ONU, subsiste por certo ainda o desejo de convencer e emular o mito de Rui Barbosa.

Agnello Uchoa Bittencourt foi geógrafo, administrador e historiador. Presidiu o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. O artigo a seguir registra a conferência que proferiu em série organizada pelo IHGB sobre a Conferência de Haia.

Agnello traça em linhas épicas a formação dos grandes impérios do século XIX, assim como os incidentes e os desentendimentos de várias ordens que precederam a I Guerra Mundial. Tentou-se em vão na I Conferência de Haia, em 1899, o que o autor chama de "a ordenação da convivência". O Brasil não compareceu à Conferência por considerar que outros países, além do México, não tinham sido convidados.

Em 1907, realizava-se a II Conferência da Haia, desta feita com 18 países latino-americanos representados. Na sugestiva formulação do autor "repetia-se o esforço de, sobre mar adverso, lançar uma ponte sobre a Utopia"!

Escolhido por Rio Branco, Rui Barbosa chegou à Haia num momento em que o Brasil, vencida a desordem dos primeiros anos da República, parecia estar dando certo, sustentado pelo café e pela borracha. Rio Branco, sempre atento à necessidade de mostrar ao mundo a melhor imagem do Brasil, antecipou a possibilidade de que Rui lograsse este objetivo.

O autor discorre com detalhes a atuação do nosso delegado nos quatro meses que durou a Conferência, assim como suas manifestações sobre os principais temas da agenda. E conclui, dando as razões pelas quais Rui não veio a aceitar o convite para participar da Conferência da Paz de Versalhes.

O artigo acha-se muito bem escrito e toca em alguns detalhes que contextualizam apropriadamente a ação de Rui Barbosa. É encomiástico, sem ser hagiográfico! Daí a sua originalidade e sua inclusão na presente antologia.

17. O Brasil e a Conferência de Haia*

Agnello Uchôa Bittencourt

Valham as minhas primeiras palavras como evocação, e evocação reverencial, daquele mestre e amigo que foi Américo Jacobina Lacombe, titular óbvio do encargo de falar, nesta série de conferências, sobre a participação do Brasil na Conferência de Haia, o que vale dizer, falar sobre Rui Barbosa. O que faria com as credenciais de toda uma existência, uma longa existência, competentemente dedicada ao estudo da vida, da obra e do tempo de Rui. Preferiu não assumi-lo, pela precariedade de sua saúde. E, envaidecendo-me, admitiu pudesse eu fazê-lo. Tentarei.

1. O contexto mundial: porque as conferências de paz

Os anos finais do século XIX e os primeiros do século XX se enchem de conflitos aqui e ali, veem a desagregação final do que fora o sistema colonial espanhol, veem o Império Otomano desarticular-se, veem o advento da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão como novas potências – parceiros agora inarredáveis –, veem outra partilha dos espaços econômicos periféricos. Uma difícil acomodação de interesse e sentimentos.

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 379, 1993.

Após sua unificação, provida sob a liderança de Bismarck, após a vitória militar sobre a França em 1870, cresceu a Alemanha em população e renda. Uma afirmação de imagem e uma expansão de horizontes em que convergiam desenvolvimento científico, dinamismo econômico, expansão do potencial militar, orgulho nacional.

Era aquele um momento de mudança. Havia um outro jogo de poder com novos parceiros. As ambições antigas tinham de ceder e compor-se com novas ambições. E mudava também a tecnologia, inclusive a da guerra.

Sommervell destaca dois instantes da Inglaterra para balizar a germinação de uma outra história: quando Isabel morreu (1603), tinham os ingleses batido a Invencível Armada; quando Vitória morreu (1901), estavam sendo colocadas as primeiras quilhas a marcar a expansão da Marinha alemã.

Logo após seu enorme sucesso sobre a França, e com a unificação da Alemanha sob a hegemonia prussiana, Bismarck se empenhava para que o orgulho dos franceses, rudemente vulnerado pela derrota e, em especial, pela perda da Alsácia e da Lorena, se compensasse com possíveis êxitos em outros espaços na África. Assim se absorveria o gosto de ação dos oficiais e se atenuaria a vontade de revanche, além do que se expunha a França a desgaste pelos prováveis desentendimentos com a Inglaterra e a Itália.

A mesma necessidade de mercados e de afirmação tencionava os outros parceiros no jogo de poder, que agora não era mais só europeu. Com os lances para compor o complicado equilíbrio das potências, as antigas e as emergentes, a configuração geográfica dos impérios se alterava.

De há muito instalados – dominações anteriores ao século XIX –, portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e, em menor escala, franceses. O relembrar suas presenças pelo mundo afora,

mesmo chegando ao fastidioso, se faz indispensável. Presenças se verificando sobre grandes territórios ou sobre diminutas possessões insulares ou pequenos enclaves continentais. Por terras e mares, os impérios, entre pujantes e exaustos, se defrontam.

Portugal domina Angola e Moçambique na África; Goa, Diu, Damão e Timor, na Ásia. A Espanha ainda conserva Cuba e Porto Rico, na América; as Filipinas, na Ásia; parte de Marrocos, na África. A Inglaterra controla a Índia, Ceilão e Cingapura, na Ásia; o Egito e a Colônia do Cabo, na África; Honduras, Bahamas, Jamaica, Trinidad, Barbados e uma das Guianas, na América. Está presente também no Canadá, na Austrália, em Nova Zelândia. A França tem Guadalupe, Martinica, S. Pierre e Miquelon, uma das Guianas. A Holanda se mantém na Malásia e na Indonésia, na Ásia; em Curaçao e uma das Guianas, na América. E o Império Otomano, já em desagregação, continua a controlar uma cunha na Europa – alguns estados balcânicos.

Aproximando-se o fim do século XIX, em guerra com os Estados Unidos (1898), a Espanha perde Filipinas, Cuba e Porto Rico. Novas ocupações se sucedem na África, promovidas por italianos, franceses, ingleses e alemães. A Itália tenta conquistar a Etiópia (1896). Cultivará seu sonho africano, começando a realizá-lo com o domínio da Líbia, somente obtido já bem entrado o novo século (1911). A França, que já dominava a Argélia (1830) e o Gabão (1842), domina a Tunísia (1881), Dahomey, Costa do Brasil e a Conferência de Haia.

Marfim (1898), a Indochina. A Inglaterra avança sobre o Sudão (1898), Nigéria, Quênia e Uganda (estas últimas conquistas realizando por intermédio de grandes empresas). A Alemanha se apropria de frações da África: a África Alemã do Sudoeste (1884), a África Oriental Alemã (1885), o Togo e Camarões (1885); obterá depois partes do Gabão e do Congo (cedidas pela França em 1911).

O debilitamento da Turquia, o "Doente da Europa" – então se dizia –, viabiliza o indormido nacionalismo balcânico, ou seja, aduba o processo histórico, que continua em nossos dias, de busca da congruência entre a percepção de identidade étnico-linguístico-religiosa, a comunhão de interesses e a autodeterminação dos povos que o Congresso de Berlim (1878) admitiu fossem estruturados em cinco estados – Romênia, Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia –, e atribuindo Bósnia e Herzegovina à administração da Áustria. Uma inquieta configuração de nações a envolver disputas territoriais e a convivência de ressentimentos e ojerizas. Ninguém satisfeito.

O Congresso de Viena, em 1815, rearrumara o mapa da Europa. No seu último vintênio, o século XIX via outro mapa. Com a unificação da Alemanha e a da Itália. Com a desagregação do Império Otomano. Com a Alsácia e a Lorena, tomadas a França, absorvidas pela Alemanha. Com a vontade de expansão da Rússia, em antagonismo com a Áustria, a Inglaterra e o Japão.

Findando o século, outro também já é o mapa da África. Novas geometrias do poder e do rancor, desenhadas pelas guerras, mantidas sob a permanente expectativa de novas guerras.

Entre 1896 e 1897, França e Rússia se aproximam, inclusive com aparatosas visitas do czar Nicolau II à França e do presidente Félix Faure à Rússia. No xadrez das potências, esse movimento respondia a aproximação da Alemanha e Áustria, bem como a da Inglaterra à Alemanha e a Itália.

Em 1898, os franceses atravessam a África, chegando a Fashoda, nas nascentes do Nilo. Com o que descontentam os ingleses, que sentem sua presença no Egito ameaçada.

A Guerra do Transvaal e Orange (1899-1902) enseja aos ingleses o controle da África do Sul.

O episódio de Fashoda, ao proporcionar-lhes a percepção de que um confronto com os ingleses lhes seria afinal desfavorável,

deixando-os à mercê dos alemães, deu aos franceses a consciência de sua vulnerabilidade. E, ao renunciarem, com penoso agravo do orgulho nacional, a sua presença no Alto Nilo, abrirão caminho para a Entente Cordiale (1904), pela qual ingleses reconhecem a legitimidade da presença da França em Marrocos, o que viria a ser confirmado em tratado entre França e Espanha; e os franceses reconhecem a legitimidade da presença inglesa no Egito.

O kaiser Guilherme II, com sua sede de glória, bem representativa de uma Alemanha próspera e em expansão, alegando que a Alemanha havia sido esquecida nessa partilha, fará ruidosa e provocadora visita a Marrocos, até desfilando em Tanger (1905).

Rússia e Japão se desentenderão em 1904, não aceitando os russos que os japoneses estabeleçam influência na Manchúria e na Coreia. A Inglaterra, aliada do Japão, e a França, aliada da Rússia, se entenderão para não envolver-se no conflito. A guerra terminará com a vitória do Japão em 1905. Uma tal derrota e a desorganizadora insurreição interna nesse ano, esmagada com grande derramamento de sangue, evidenciarão que a Rússia não seria uma aliança militarmente confiável.

Em meio à turbulência nacional do Affair Dreyfuss, os franceses procuram acalmar os alemães com a queda do seu chanceler, Delcassé, que por tantos anos se identificara com a expansão e a consolidação do império francês. Dois dias depois, os alemães exigem que a presença francesa em Marrocos seja submetida a uma conferência internacional. A Conferência de Algeciras (1906) estabelece a independência de Marrocos, não sem reconhecer no país os interesses franceses e espanhóis.

No mesmo ano, um tratado entre Inglaterra, França e Itália reconhece a independência da Etiópia.

Alteração pacífica de soberania, a única firmada por negociação, sem interferências externas nem ameaça militar: a secessão da Noruega, que em 1907 se desprende da Suécia.

Tantas tensões fecundavam a tecnologia das armas, geravam colossais despesas com aumento e aparelhamento de exércitos e marinha. *Corrida armamentista* foi a etiqueta que se após a essa desvairada disputa quanto a quantidade de divisões, a blindagem das belonaves, o calibre dos canhões.

Com os imperialismos em confronto, graves crises. Há um cheiro de pólvora no ar. A guerra se torna uma possibilidade iminente, para qual todos se preparam. E até as atenções dos estados-maiores e do mundo se deslocam dos confrontos bilaterais chegando a beligerância, como entre Rússia e Japão, ou quase chegando, como entre Inglaterra e França; pensa-se na hipótese do conflito generalizado, cujas motivações se acentuam com a saturação dos espaços coloniais. Tudo já é de uns poucos, que querem mais. E na Europa, os Bálcãs fervem. Como sempre.

2. A segunda conferência: expectativas

Umas nações polos e umas nações satélites. Umas, com suas esquadras e seus exércitos; e sua arrogância. Apropriando-se da África e do Pacífico. Outras, porventura resmungantes, com sua incapacidade de impor-se ou sequer de fazer-se ouvir. Apenas expectadoras aturdidas. Tal era o mundo com que se findava o século XIX e nascia o século XX. Tal era um mundo em que, mesmo com a relutância deste ou daquele governo, se percebia a necessidade de algum consenso para a ordenação da convivência. Admitiu-se instrumentar a procura desse consenso pelas Conferências da Paz. Admitia-se que um foro de abrangência ampla pudesse absorver tensões, talvez prevenir guerras, ao menos disciplinar a beligerância. Tentou-se em 1899, ao reunir-se a Primeira Conferência, estabelecer um corpo de regras de conduta para

as nações, suposto capaz de evitar a solução de contendas pelas armas. Um esforço que resultou frustro. Não lograra a Conferência sequer encaminhar a mais importante questão que tencionava as relações internacionais – a do desarmamento. Seria essa uma prova, pensavam tantos, da inviabilidade da Paz. O que não desarmou os pacifistas. Se a premissa para muitos era a inevitabilidade da guerra, por que tais conferências? Por que uma segunda quando a primeira não ultrapassara enunciados platônicos? Ora, havia os pacifistas. Alguns conspícuos como o jornalista William Stead, a correr o mundo em uma cruzada contra as guerras; ou o milionário norte-americano Andrew Carnegie. Entre governos, havia os pouco interessados em uma discussão tão ampla, na qual entrariam numerosas nações fracas, econômica e militarmente fracas – vozes dispensáveis, entendiam as potências. Mas a pressão dos pacifistas crescia, ganhava substância com o amparo de numerosos militantes. E a Rússia precisava de uma trégua na corrida armamentista, de modo a que não se visse em maior risco, com sua artilharia superada e suas dificuldades orçamentárias. Precisava de tempo, indispensável para modernizar sua força. Em 1904, na oportunidade da Exposição Universal de Saint Louis, em comemoração do centenário da aquisição pacífica da Lusitânia, a União Parlamentar da Paz sugeriu ao presidente T. Roosevelt que promovesse a convocação de uma nova Conferência de Paz.

Roosevelt iniciou articulações com esse objetivo. Mas Rússia e Japão, em guerra, ponderaram sobre a inoportunidade do encontro, o que foi prontamente acolhido pelo governo norte americano.

Tão logo cessada a guerra entre russos e japoneses, em 1905, o governo russo solicitou a Roosevelt que declinasse em favor do czar Nicolau II do papel de promotor da II Conferência. Com a concordância de Washington, o czar fez a convocação. Prevista originalmente para 1906, transferiu-se para 1907, pela ocorrência no Rio de Janeiro, naquele ano, da Conferência Pan-americana.

O que deu mais tempo às difíceis negociações para a fixação de uma agenda.

A Primeira Conferência reunira em Haia 108 delegados de 26 países, entre os quais apenas um da América Latina, o México. O Brasil, convidado, recusara-se a comparecer porque outras nações sul-americanas não haviam sido convidadas.

A Segunda Conferência veio a reunir-se, também em Haia, com 256 delegados de 44 países, ampliando-se por pressão dos Estados Unidos, para 18 o número de países sul-americanos representados.

Repetia-se o esforço de, sobre mar adverso, lançar uma ponte para a Utopia.

3. O contexto brasileiro: porque Rui

O primeiro convidado foi Joaquim Nabuco. Reunia as condições necessárias para o exercício do papel: cultura, experiência diplomática e relacionamentos internacionais conspícuos, sensibilidade política, encanto pessoal. O "Correio da Manhã" propôs o nome de Rui. Outros jornais o acompanharam. O convite a Rui passara a impor-se. Foi feito, Rio Branco chegou a pensar em manter os dois. Não dava. Um tinha de ser o primeiro, o outro não podia ser o segundo. Rui, embora relutante, ficou.

O convite a Rui representava, por parte de Rio Branco, a prova da superação do episódio de quatro anos atrás, ao tempo da negociação cujo desfecho foi o Tratado de Petrópolis, quando Rui manifestara sua discordância à orientação adotada por nossa chancelaria, até solicitando demissão do posto de plenipotenciário, de que se encontrava investido nessa negociação. Entendia que Rio Branco fizera concessões territoriais excessivas ou indevidas à Bolívia. Uma discordância que significava incômodo contratempo para o governo brasileiro, dado o imenso prestígio de Rui.

A lembrar que em 1906 Rio Branco, em nome do presidente Afonso Pena, convidara-o para delegado brasileiro ao 3º Congresso Internacional Americano (Conferência Pan-americana), do qual o governo do Brasil seria o anfitrião. Apesar dos gestos de apreço e deferência de Rio Branco, Rui não aceitou em participar da delegação, mas aceitou fazer a saudação a Root, chanceler norte-americano.

Agora, para o encontro de Haia, Rio Branco teve de muito insistir. Valeu a insistência. Rui era a maior figura intelectual do país. Um intelectual com forte densidade política. E se não tinha experiência diplomática, sobravam-lhe conhecimentos jurídicos, pugnacidade, capacidade oratória, domínio de línguas, prontidão de resposta.

E aí deu-se, em favor do interesse nacional, a convergência de três ricas personalidades: Joaquim Nabuco, sem o menor ressentimento, foi à Europa preparar a chegada de Rui, fazendo contatos para explicar que gigante era o primeiro delegado brasileiro em Haia; Rio Branco, aureolado pelo sucesso na solução de pendências sobre fronteiras, foi incansável municiador da delegação em Haia, suprindo-a diariamente de informações e referências; e Rui.

Os brasileiros cultivavam um sonho de grandeza e glória, que realizações sustentadas pelo café e pela borracha pareciam estar viabilizando. A modernização do Rio de Janeiro lhes enchia os olhos: sua capital vencia a febre amarela; dotava-se de um porto compatível com sua importância econômica e político-administrativa, e agora, além do alargamento de ruas e da abertura de outras avenidas, exibia a Avenida Central. Rio Branco encantava o povo com seus sucessos diplomáticos na fixação das fronteiras. O Brasil ganhara um Cardinalato, então único na América do Sul. Estendiam-se as ferrovias. Criava-se em 1907 a Comissão de Linhas

Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Major Cândido Rondon. Santos Dumont representava continuamente uma fonte de contentamento e orgulho – pelo que fazia e pelo que se sabia da repercussão dos seus feitos: em 1901, com o "No 6" conquistava o Prêmio Deutsch, ao demonstrar a dirigibilidade de balões; em 1903, com o "No 9", ao estacionar na calçada de sua residência em Paris; em 1906, com o "14-Bis", ao fazer o primeiro voo mecânico homologado; em 1907, com o primeiro "Demoiselle". E se iniciava o programa de reequipamento naval com que o Brasil iria ter o maior couraçado do mundo.

Um cuidado constante de Rio Branco era a imagem do Brasil no exterior, aqui descabendo discuti-la. Discutir quanto seria essa uma versão autocomplacente do Brasil e quanto se distanciaria do país real ou não o representaria inteiro. Valha aqui apenas o registro do sentimento nacional. Aquele sonho de grandeza e glória, Rio Branco agenciava para que se realizasse. E agenciava para que o mundo soubesse dessa realização. A Conferência Pan-americana de 1906 no Rio de Janeiro valera como oportunidade para veicular boa imagem do país que a acolhia. Agora, a Conferência de Haia ia ser um foro excepcional, a atrair a atenção de governos e jornais de todos os países. Um palco. O Brasil precisava passar lá a imagem com que Rio Branco o pretendia. Rui, com sua erudição, com seus recursos tribunícios, com seu destemor, com a dedicação total às suas missões, era o instrumento ideal para isso.

4. A atuação de Rui: o Incidente Martens

Por proposta da delegação russa, quando se constituiu a estrutura de trabalho da Conferência, Rui foi eleito presidente honorário da Primeira Comissão. Uma deferência, a dever-se em parte ao conhecimento que dele tinha um dos delegados russos, o Conde Prozor, que havia sido ministro no Rio, em Buenos Aires e em Montevidéu; em parte ao trabalho diplomático desenvolvido

antes da Conferência pelo Barão do Rio Branco para que ao Brasil coubesse uma posição distinta, na pessoa de seu primeiro delegado.

Logo a Conferência daria conta da presença de Rui pela frequência de sua participação nos trabalhos das comissões e em plenário. A princípio, não uma boa imagem. Quem era e a que se propunha aquele homenzinho obstinado e entediante, a estorvar o andamento das sessões?

A irritação que suas intervenções começaram por suscitar se transformaria em espanto e respeito a partir de um episódio, em que de repente a figura de Rui se revelou para os demais delegados na sua verdadeira dimensão. Passou-se ao reconhecimento de sua competência e de sua seriedade; ao reconhecimento, também, de sua pugnacidade, de sua prontidão para o combate.

Tal foi esse episódio: discutia-se na Primeira Comissão o uso bélico dos navios mercantes, Rui acabara de falar; presidindo a sessão, o delegado russo De Martens, internacionalista de prestígio, de forma acrimoniosa faz-lhe o comentário de que aquela Conferência descabia cuidar de política; aplausos como que sancionavam a rejeição ao delegado brasileiro; Rui, em destaque porque se sentava à mesa diretora, pediu a palavra; ficaram todos atentos esperando um desfecho desagradável, talvez um escândalo; não sem ironia, ao contestar o representante de um império autocrático, Rui lembrou que envelhecera na vida parlamentar, que presidia o Senado do seu país ("onde as instituições parlamentares contavam mais de sessenta anos de existência"), que conhecia os deveres da tribuna nas assembleias deliberantes e seria incapaz de deles abusar; e discorreu, com exuberância e brilho, sobre o incontornável caráter político de tantos temas, atinentes à Conferência, a envolver a composição dos interesses supremos das nações (Discurso de 12 de julho); pasmo e admiração de quantos o ouviram; a que se acrescentava ver o próprio De Martens procurar

Rui, após a sessão, como que sinalizando o seu respeito. "Depois deste incidente, escreveu Rodrigo Octávio, que o testemunhou, já não eram proferidas em vão quaisquer palavras que Rui pronunciasse".

5. A atuação de Rui: o desafio da agenda

Quatro meses durou a Conferência, Rui trabalhou intensamente, como era do seu hábito. Não só atento a todas as intervenções de outros delegados, às vezes prolixas, nem sempre claras, estudava cada questão, ele próprio, comparecendo a comissões e plenário, sempre bem suprido de argumentos, expostos com sua conhecida capacidade de articulação, a fluir de forma torrencial, fosse em arrazoados escritos, fosse de improviso.

A variedade e a complexidade dos assuntos a tratar conduziram a que a Conferência se estruturasse em quatro comissões de estudos, estas desdobradas em subcomissões. Pois Rui abordou todos os temas da agenda. Com sua vivência de produção caudalosa de pareceres, discursos, conferências e artigos, aquela faina não lhe era estranha. Todos os textos apresentados pela delegação brasileira são de sua redação. E ainda tinha de fazer intervenções de improviso, com as incitações de cada instante.

Depois do "incidente Martens" não podia mais ser ignorado. E não o foi. Conquanto permanecendo com o imperdoável defeito de não representar a França, ou a Rússia, ou a Alemanha.

Destacam-se algumas de suas intervenções. Os seus discursos a seguir referidos são os da tradução de Bomilcar, quase todos revistos pelo próprio Rui.

Inviolabilidade da propriedade privada no mar. Uso bélico de navios mercantes

Submeteu-se a Conferência este quesito: cabe conservar ou abolir a política atualmente em vigor de captura e confisco de navios mercantes sob pavilhão inimigo?

O Brasil acompanhava a proposta dos Estados Unidos no sentido da supressão do corso e da abolição do direito de captura (Discurso de Rui Barbosa de 28 de junho). Longa discussão. Saía-se de um impasse para outro nas votações. Projetos alternativos ao dos Estados Unidos iam sendo apresentados pelo Brasil, a Bélgica, a Rússia, a França, a Áustria-Hungria, sem que se chegasse ao *quorum* regimental para aprovação.

A Conferência não conseguiu chegar a um texto conclusivo.

As delegações se preocupariam com tema conexo, o uso bélico de navios mercantes. Rui lembrava que em 1870 Bismarck estimulara os armadores alemães a darem condições de combate aos seus navios: seria uma "esquadra voluntária", a complementar os vasos de guerra alemães contra a França. A literatura técnica na França, observava, tendia a recomendar a rejeição da Declaração de Paris, de 1856; e nos países que afirmaram sempre houve opiniões contrárias, muitos recusando-se a dá-la como fato consumado. Percebia como engrossava essa preferência pela legitimação do corso. Temia Rui que essa transformação de navios mercantes em vasos de guerra escondesse, "sob sua fraseologia e seu aparato técnico, o restabelecimento do corso". Assim, concluía, "não tendo meio de me opor à consagração legal desse perigoso instrumento de guerra, meus votos são que adotemos as garantias mais estritas contra a desnaturação de que é suscetível" (Discurso de Rui Barbosa, de 12 de julho).

Tribunal de Presas

Cuidava-se do apresamento de navios mercantes, durante uma guerra, pelos beligerantes; e da criação de uma corte internacional para isso, o Tribunal de Presas.

Partiu a Conferência de duas propostas. A alemã preferia uma justiça de ocasião, constituída ao romper de cada guerra, nas duas semanas subsequentes ao início da beligerância. A inglesa preferia uma corte de justiça permanente, na qual teriam assento nações dispondo de marinha mercante com mais de 800 000 toneladas.

Prevaleceu para votação a fórmula inglesa, com alterações.

Rui empenhou-se em modificar o quadro da distribuição dos lugares nesse tribunal de presas. Demonstrou que a partilha proposta não passava de "um tecido de injustiças" (Discurso de 22 de agosto). Em vão.

A Conferência votou quase por unanimidade por um tribunal de 15 membros, dos quais oito indicados pelas potências privilegiadas e sete por todos os outros países, em rodízio. Para fazer a unanimidade faltou um voto, o do Brasil, que votou contra, sozinho.

O arbitramento obrigatório

Tratava-se de definir a obrigatoriedade do recurso ao arbitramento sobre diferendos entre nações e da constituição de uma corte internacional para dirimi-los.

Sobre o princípio básico, a posição do Brasil, na palavra de Rui:

> *[...] bastaria abraçarmos o princípio do arbitramento obrigatório, ampliando o mais possível os casos de sua obrigação, ainda que sob a reserva, quase em toda parte até aqui havida como necessária, por todos os povos, dos*

> *casos relativos à sua independência, à sua honra, aos seus interesses essenciais ou vitais.*

Fixado esse princípio, a melhor forma de instrumentá-lo, opinava Rui, não seria uma corte permanente, mas juízos arbitrais em cada caso constituídos:

> *A renúncia do direito de escolher cada qual os seus juízes está em antagonismo com a própria essência do arbitramento. Depois, a submissão a um tribunal inevitável, importaria entre as nações soberanas, uma abdicação palpável de soberania.*

Resumia: "Nada, pois, de tribunal obrigatório, mas tão somente a obrigação do arbitramento" (Discurso de 23 de julho).

Prevaleceu a ideia do tribunal permanente, uma ideia que já fora adotada pela Primeira Conferência, conquanto sob forma pouco propícia à sua viabilização. Restava discutir como compor a nova corte.

Um projeto que reunia contribuições da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos foi apresentado. A partir desse projeto, a delegação norte-americana expôs sua fórmula de composição da corte: para oito países, privilegiados, haveria uma participação permanente, por períodos de 12 anos; para os demais países, mediante rodízio, participação de 10 anos (três países), de quatro anos (13 países, inclusive o Brasil), de dois anos (quatro países) e de um ano (18 países). Não se entendia como pudessem todas as nações dispor das mesmas prerrogativas de representação.

Do Brasil, Rio Branco faz gestões diplomáticas para modificar a posição dos Estados Unidos. Não o conseguindo, passa instruções a Rui para que defenda o princípio da igualdade das nações. Rui não queria outra orientação, aquela se ajustava ao seu passado e

ao seu gosto: "Estou satisfeitíssimo firmeza nosso presidente e linguagem vossência".

Rui também apresenta um projeto. E levanta uma questão regimental: faltava competência à comissão para manifestar-se. Criou-se uma subcomissão de sete plenipotenciários para opinar: Marshall (Alemanha), Nelidov (Rússia), Choate (Estados Unidos), Bourgeois (França), Kapos-Mere (Áustria-Hungria), Tornielli (Itália) e Rui Barbosa. Eram os Sete Sábios. Aliás Oito, com a designação, também, de Edward Fry (Inglaterra, por sugestão de Rui. Comentário de Ernest Lémonon, que fez exaustivo registro de quanto aconteceu na Conferência: "A subcomissão não logrou vencer a intransigência do primeiro delegado do Brasil, vendo-se forçada a restituir os projetos à Comissão de estudos do qual os havia recebido".

O delegado norte-americano apresentou novo projeto, que lhe parecia conciliatório. Rui continuou intransigente. Não podia abrir mão de três premissas: o princípio da igualdade dos estados; o direito de cada estado nomear um membro para a Corte Arbitral; a prerrogativa de os estados em litígio escolherem seus juízes, dentro da Corte (Discurso de 18 de setembro).

Propôs o delegado inglês que a Conferência tão só criasse a Corte Arbitral, deixando-se para depois a definição de como designar essa magistratura. Rui achou que aquela proposta era mais inaceitável que as outras. Dizendo assim, era pouco. Disse-a "de todo indefensável". O modo de compor a Corte fazia-se consubstancial a decisão de criá-la. Se não se conseguia acordo sobre como organizá-la descabia pretender fazê-la existir.

A essa altura, dava-se inesperado comportamento das delegações latino-americanas. Apoiavam Rui. Votavam com ele. Rui se constituíra o porta-voz dos pequenos. Um resultado que

Rio Branco obtivera graças a trabalho sistemático junto a cada chancelaria.

Com a retirada da proposição de Rui, restavam duas proposições – a norte-americana e a inglesa. A primeira foi rejeitada; com a segunda não se chegou a consenso. A Primeira Comissão tinha de ser conclusiva. Seu presidente, Bourgeois, se empenhava para que se chegasse a uma fórmula: um enunciado genérico, a consagrar a ideia de criação de uma Corte Arbitral, que seria implantada quando se chegasse a um acordo sobre sua composição.

Como chamar a isso. Seria uma recomendação, sugeriu o russo Nelidov. Melhor seria voto, propuseram os delegados italiano e sueco. Preferiu-se declaração. Quando a Conferência a aprovou, deu-lhe rótulo de voto.

Lémonon debita a Rui, à sua obstrução (assim qualifica o que seria a lógica de suas intervenções), o insucesso da ideia de Corte. Na verdade, Rui impedira a legitimação da desigualdade entre os estados.

Cobrança de dívidas de estado: a Doutrina de Drago

Em 1902, a Inglaterra, a Alemanha e a Itália estabeleceram um bloqueio naval à Venezuela para induzi-la ao pagamento de empréstimos vencidos e não pagos, além de indenizações por danos ou supostos danos sofridos por súditos daqueles países em virtude de turbulências políticas. O ministro do Exterior da Argentina, Luís Drago, propôs, como um corolário da Doutrina de Monroe, não se consentisse a cobrança de dívidas por via militar. O que passou ao Direito internacional como a Doutrina de Drago.

Na Conferência, a delegação norte-americana propôs que em primeiro lugar se recorresse ao arbitramento na hipótese de

dívidas contratuais; e se este fosse recusado ou não atendido, seria válida a coerção militar.

Com a presença do próprio Drago, que representava seu país, quase todas as delegações da América Espanhola se manifestaram pela inteireza da Doutrina de Drago, rejeitando essa versão que a atenuava.

Dificílimo o papel de Rui. Seguindo orientação do governo brasileiro, votou com a proposta norte-americana, apenas sugerindo outra redação, que não lhe alterava o essencial. Além da argumentação jurídica, lembrava pragmaticamente quanto de inconveniente havia em ostentar-se uma doutrina que protegia devedores, resguardando sua inadimplência: inconveniente ao desestimular a concessão de empréstimos, a que os países latino-americanos tanto recorriam (Discurso de Rui Barbosa de 23 de julho).

6. Depois de Haia

A atuação de Rui ia sendo acompanhada pelo público no Brasil, com a cobertura que lhe davam todos os jornais. Em outros países, a imprensa dela cuidou, ora louvando-a, ora atacando-a.

Rio Branco estimulava os jornais, e até ia às suas redações, empenhado em dar, com a correta informação, o justo relevo à presença do Brasil em Haia.

O regresso de Rui ao Rio foi triunfal. Voltava para o dia a dia dos pareceres jurídicos, das lides forenses, dos entendimentos e desentendimentos da política, a do Brasil e a da Bahia. Voltava para o trato de suas rosas em São Clemente. No Brasil, consolidara sua popularidade, chegava à condição de mito. E sua imagem adquirira dimensão internacional.

As tensões que haviam inspirado a Segunda Conferência chegaram ao paroxismo em 1914. Dos sonhos dos pacifistas

transitava-se para um pesadelo planetário. Em 1919, calados os canhões, organizou-se a Conferência de Versalhes.

Convidado a chefiar a delegação brasileira, recusou-se. Não obstante, havia desejado essa investidura;

> *Meu coração, pois, e meu espírito se dilatariam do contentamento em contribuir de qualquer modo, embora modestíssimo, para a construção da paz, que vai por termo à calamidade e coroar o heroísmo sobrenatural da resistência, que a conteve.*
>
> *Confesso, mesmo, ter-me sorrido, fugazmente, a esperança de ser em mim que recaísse a indicação de falar pelo Brasil na grande assembleia do código das nações.*

Rodrigues Alves havia sido eleito pela segunda vez presidente da República. Não chegou a exercer o mandato devido à doença que logo o levaria à morte. Rui a ele se dirige em carta para explicar porque declinava do encargo. A divulgação de que a chefia da delegação não lhe caberia, mas ao ministro das Relações Exteriores, desagradou-o. Ficaria em um papel secundário. Não lhe agradava a notícia em si e não lhe agradava a forma com que fora veiculada. Temia, mesmo, dada a probabilidade de Rodrigues Alves não assumir a Presidência, de não vir a contar com retaguarda tranquila e exemplar, como a que Rio Branco lhe assegurara. Temia ter de pedir demissão da Europa em pleno exercício da condição de delegado do Brasil.

Afonso Arinos oferece outra explicação, ou uma razão mais forte: a de que Rui ficara abespinhado em saber que Pandiá Calógeras e Epitácio Pessoa haviam sido convidados para participar da delegação brasileira, sem que ele, Rui, fosse antes ouvido. O que pode ter sido armado para, conhecendo-se lhe a altivez e o temperamento, suscitar em Rui uma atitude reativa.

Havia certeza na Europa de que Rui estaria presente em Versalhes. Tanto que, quando o ministro Fontoura Xavier, que nos representava em Londres, foi falar com Lloyd George, então primeiro-ministro, sobre os navios alemães apreendidos pelo Brasil, dele ouviu: "Nós arranjaremos isso com o Dr. Barbosa".

E ficara assentado que em Versalhes o Brasil teria cinco delegados, o mesmo padrão de representação das grandes potências. Sem Rui, o quadro alterou-se. Fontoura Xavier ouviu de Lloyd George: "O Brasil terá apenas um delegado". ("O Tempo". Edição especial *in memoriam*, 15-1-1924).

O embaixador e sócio efetivo do Instituto, Vasco Mariz, traça um amplo quadro da política externa do Brasil na segunda metade do século XX. Vasco Mariz, diplomata de carreira, teve grande experiência em postos no Brasil e no exterior. Foi embaixador do Brasil no Equador, Israel, Chipre, Peru e Alemanha Oriental.

Vasco inicia a sua apresentação elogiando o espírito profissional dos funcionários do Ministério diante do que ele qualifica de "injunções políticas obtusas".

Identifica seis veículos diferentes na orientação da política externa do Brasil entre 1945 e 2000: (1) alinhamento moderado com os EUA (1945-1961); (2) política externa independente (1961-1964); (3) alinhamento excessivo com os EUA (1964-1966); (4) alinhamento moderado com os EUA (1967-1993); (5) apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano; (6) alinhamento moderado com os EUA, com divergências comerciais.

É interessante observar que o ponto de referência dos períodos identificado por Vasco Mariz são os EUA. O período é historicamente curto para que se possa efetivamente avaliá-lo separadamente em seis fases. O artigo, porém, é muito valioso ao recordar com certa minúcia o que aconteceu no período em que o Brasil passou de uma expectativa benevolente da aliança com os EUA (inclusive como vistas à obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU) para um sentimento de negligência.

Vasco Mariz resgata muitos diplomatas de relevo ao longo dessa trajetória. Resgata também um episódio pouco conhecido envolvendo Robert Kennedy, que teria afirmado não ter o Brasil junto aos EUA o poder que tem o México. Dada a "culpa" americana em relação àquele país, "os mexicanos podem dizer ou fazer o que quiserem que os EUA fecharão os olhos e os ouvidos. Já o Brasil não tem esse poder de barganha e é melhor não tentar gestos impensados (...)". Esse tipo de pensamento seria responsável por diferenças que o Brasil e México até os dias de hoje não conseguiram aparar.

Seguem-se narrativas de episódios ocorridos no início do período militar em que se procura valorizar as posturas do Itamaraty como reveladoras dos interesses permanentes do Brasil.

Vasco Mariz conclui que nesse período a política externa do Brasil foi "bastante oscilante". Trata-se de uma visão de quem atuou em todos estes momentos. Seu depoimento torna-se, portanto, bastante útil para o leitor interessado em conhecer uma "visão de dentro" e até certo ponto benevolente do Itamaraty.

18. A política externa do Brasil nos últimos 50 anos*

Vasco Mariz[1]

Para melhor entender a condução da política externa brasileira, é preciso conhecer o ministério que a inspira e a implementa. O Itamaraty tem sido bastante injustiçado, pois vem levando a culpa de iniciativas infelizes, promovidas por outros órgãos do governo ou políticos de renome. Na diplomacia bilateral tem sido frequente a necessidade de os embaixadores desenvolverem um trabalho persistente para desfazer gafes de altos personagens do governo, que chegam às capitais estrangeiras e negociam, por vezes, atabalhoadamente. E depois as embaixadas levam meses para consertar os estragos.

O Itamaraty possui um plantel de funcionários de alta categoria, talvez o conjunto mais bem preparado do serviço público. Por isso, gozam no exterior, e sobretudo na América Latina, de considerável respeito profissional. Alguns países vizinhos e africanos enviam jovens diplomatas para fazerem estágios no

---

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 398, 1998.

1 Vasco Mariz sócio titular, foi embaixador do Brasil no Equador, Israel, Chipre, Peru e Alemanha Ocidental. Palestra realizada no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, a 18 de novembro de 1996 (atualizada).

Instituto Rio Branco, nossa academia diplomática. Na diplomacia multilateral, frequentemente diplomatas brasileiros têm exercido franca liderança nos debates mais difíceis na ONU, OEA, GATT, UNESCO ou FAO. Já a Secretaria de Estado, o Itamaraty, antes no Rio de Janeiro e agora em Brasília, nem sempre funciona com a firmeza ou a clareza que deveria ter, devido a injunções políticas obtusas, ou aos caprichos dos presidentes ou chanceleres políticos de plantão. Daí resultam, por vezes, instruções equivocadas ou inexequíveis às embaixadas ou às missões multilaterais.

Infelizmente, no cenário político interno, o Itamaraty tem pequeno peso específico, porque não é um ministério que pode dar emprego às mãos-cheias, aos partidos políticos. Por isso, em nossa história recente, partidos importantes recusaram a pasta de Relações Exteriores. No entanto, em países como os EUA, a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha, o cargo de chanceler é o mais disputado e prestigioso. Esse desinteresse de certo modo debilita o Itamaraty e o faz vulnerável a pedidos ou exigências de políticos ou até da grande imprensa. Por todas essas razões, nossa política externa tem sido morna, ou tem feito alguns ziguezagues decepcionantes perante o mundo e, em especial, diante das Américas. Seja como for, os profissionais do Itamaraty têm-se empenhado com muita competência, às vezes cumprindo instruções pouco hábeis, guinando demasiadamente à direita ou à esquerda, conforme os ventos de Brasília. Exemplificando: o desgaste que o Brasil sofreu nos anos sessenta defendendo a política colonial portuguesa, mais de uma vez nos isolou nas Nações Unidas e até hoje ainda é lembrada na política bilateral com as nações africanas. Recentemente, por capricho do presidente Itamar Franco, ficamos igualmente quase isolados na defesa de Fidel Castro em conferências interamericanas. Mas examinemos rapidamente o que foi a política externa brasileira no período de 1945-1995.

Grosso modo podemos concluir que o Brasil teve seis períodos com orientação diferente em sua política externa, nos últimos cinquenta anos, a saber: 1°) alinhamento moderado com os EUA (1945-1961); 2°) política exterior independente (1961-1964); 3°) alinhamento excessivo com os EUA (1964-1966); 4°) alinhamento moderado com os EUA (1967-1993); 5°) apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano (1993-1994); e 6°) alinhamento moderado com os EUA (1995-1997), com divergências em matérias comerciais. Passo a comentar em separado cada um desses períodos.

Os feitos alemães no final dos anos trinta e no início da 2ª Guerra Mundial levaram o presidente Getúlio Vargas, influenciado pelos meios militares, a uma política oportunista favorável ao Eixo, mas depois da entrada dos EUA na guerra, nosso hábil estadista, instado por Osvaldo Aranha, soube tirar partido do território brasileiro como porta-aviões para a ofensiva aliada na África do Norte. Enviamos tropas à Itália e demos depois todo o apoio à criação da ONU. Nessa época, tivemos considerável peso específico, já que a América Latina representava o bloco mais numeroso da organização (cerca de 25%), posição essa que fomos perdendo à medida que foram sendo admitidos dúzias de novos países da África e da Ásia.

Coube-nos falar em primeiro lugar na 5ª Assembleia Geral da ONU e essa ordem dos discursos transformou-se em tradição. Mas como o 2° orador é o presidente dos EUA, ou o secretário de Estado, em geral a imprensa pouca atenção dá às palavras do representante do Brasil.

No início do funcionamento da ONU, em 1947, o Brasil teve ocasião de presidir a 2ª Assembleia Geral em momento dramático, quando Osvaldo Aranha agiu com habilidade e firmeza ao fazer aprovar, em instante crucial, a criação do Estado de Israel, fato que

até hoje é recordado anualmente com gratidão naquele país. Em várias ocasiões teve o Brasil a oportunidade de desempenhar papel de relevo nas Nações Unidas afirmando-se como uma das melhores lideranças do 3° Mundo. Em uma das vezes que ocupamos a presidência do Conselho de Segurança, em 1964, na pessoa do embaixador José Sette Câmara, a famosa Resolução 242, até hoje importante para a estabilidade política do Oriente Médio, foi em parte elaborada pela delegação brasileira.

De um modo geral, nossos chanceleres logo depois do fim da 2ª Guerra Mundial, o diplomata Pedro Leão Veloso e o político gaúcho João Neves Fontoura, foram pouco empreendedores. Na realidade, estávamos em plena guerra fria e não havia espaço de manobra política para nossa diplomacia. No entanto, seu sucessor o jurista Raul Fernandes obteve expressiva vitória nas Nações Unidas ao capitanear a candidatura da Iugoslávia ao Conselho de Segurança, contra as pressões de Stalin, que insistia em destruir o deviacionismo do Marechal Tito. Raul Fernandes organizou ainda e presidiu a chamada Conferência de Quitandinha, em 1947, durante a qual foi aprovado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o famoso TIAR, concebido para conter alguma aventura militar soviética em nosso continente. Nessa mesma linha, em 1948, na Conferência de Bogotá, o Brasil apoiou a criação da Organização dos Estados Americanos, como reestruturação da antiga União Pan-Americana. Nessa conferência de Bogotá, Roberto Simonsen propôs aos EUA o lançamento de uma espécie de Plano Marshall para a América Latina. Já o jurista Vicente Rao e o político paulista José Carlos de Macedo Soares não se alçaram acima da mediania, no Itamaraty, como chanceleres.

A explosão da primeira bomba atômica soviética, em julho de 1949, aumentou a tensão internacional, já agravada pela recente vitória das forças de Mao Tse-Tung e a criação da República Popular da China. A Alemanha dividira-se em dois estados e o bloqueio

de Berlim demonstrava a decisão de Moscou de confrontar o Ocidente. Nas Nações Unidas, o Brasil acompanhava com atenção, no Conselho de Tutela, a evolução política para o advento dos povos coloniais à independência. Durante a invasão da Coreia do Sul, em 1950, o Brasil esquivou-se ao pedido norte-americano para enviar soldados brasileiros, mas em 1952 foi assinado um controvertido Acordo Militar Brasil-EUA. A partir dessa época, começaram as pressões de Portugal e nossas ambivalências na ONU, em relação à descolonização. Entretanto, já parecia claro que o alinhamento com os EUA não estava rendendo as vantagens esperadas: o Itamaraty ensaiava os primeiros passos de uma diplomacia econômica e comercial, que tomaria impulso no período JK. Desapontada com os programas de assistência técnica dos EUA, a diplomacia brasileira passou a propugnar medidas de caráter multilateral.

Parece-me oportuno sublinhar que, nos anos cinquenta e sessenta, o Itamaraty já desempenhava papel importante nas negociações internacionais de caráter econômico e comercial. Não só no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) e nas conferências da ONU para o comércio e o desenvolvimento (Unctad), mas também na negociação de acordos comerciais de transporte aéreo, trigo, café e açúcar, e no Clube de Haia, as delegações brasileiras quase sempre eram chefiadas por diplomatas especializados. Nas comitivas de ministros de Estado havia sempre um diplomata em posição de destaque, de modo a assegurar um perfeito entrosamento entre os diversos ministérios e dar continuidade aos temas em pauta. Até mesmo nas reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) pontificaram diplomatas do porte de Roberto Campos, Otávio Dias Carneiro, Edmundo Barbosa da Silva, Sérgio Frazão e outros. A elaboração do famoso Plano de Metas de JK teve a participação de vários diplomatas. Recordo que mais tarde Dias Carneiro foi ministro da Indústria e Comércio durante o governo João Goulart; Campos foi ministro

do Planejamento de Castelo Branco, Sergio Frazão foi presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC); Edmundo Barbosa da Silva foi presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA); e, mais recentemente, Paulo Nogueira Batista foi presidente da Nuclebrás, que ajudara a criar no governo Geisel. E não devemos esquecer, no terreno cultural, os diplomatas Sérgio Paulo Rouanet e Antônio Houaiss que nos governos Collor e Itamar foram ministros da Cultura, Rubens Ricúpero foi ministro da Fazenda de Itamar Franco.

Eu mesmo, para exemplificar em nível mais baixo, cheguei a chefiar uma delegação do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA, o CIES, em 1969, no impedimento de nosso colega Hélio Beltrão, então ministro do Planejamento. Também em 1963, como diretor de Organismos Internacionais do Itamaraty, representei o Brasil na Comissão de Produtos de Base da FAO e, em outra oportunidade, fui o principal assessor do professor Josué de Castro na Conferência Geral da FAO, com a mui discreta recomendação do chanceler para conter os arroubos terceiro-mundistas do nosso brilhante delegado, o que não foi tarefa fácil. Aliás, nosso colega Antônio Correa do Lago chefiou a delegação brasileira à outra Conferência Geral da FAO, da qual também fiz parte. Mais recentemente, o Itamaraty também teve participação significativa na negociação da moratória e da dívida externa, durante o governo Sarney, com o diplomata Jório Dauster.

O governo Juscelino Kubitschek, em seus primeiros dois anos, não se preocupou muito com a política externa, mas endividou-se demasiadamente para construir Brasília e com isso incorreu na ira do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Pressionado pelos credores, JK ameaçava romper como FMI e nomeou o banqueiro mineiro Walter Moreira Sales (depois ministro da Fazenda) para embaixador em Washington, numa tentativa de reaproximação com os meios bancários

norte-americanos. No entanto, na Assembleia Geral da ONU de 1957, no discurso inaugural de Osvaldo Aranha, o Brasil pela primeira vez se apresentou claramente como membro do mundo subdesenvolvido, abandonando afinal seu excessivo alinhamento aos EUA e ao Ocidente europeu. Nessa época era evidente o desinteresse de Washington pela América Latina. Em 1958, o político mineiro, Francisco Negrão de Lima foi o primeiro chanceler brasileiro a expressar nosso inconformismo de aceitar um *statu quo* injusto no continente e em formular nossa decisão de desempenhar um papel de liderança no desenvolvimento harmônico das economias da região. Eram os primeiros passos da Operação Pan-Americana, que daria muito o que falar nos próximos anos. Lembro ainda que, em 1959, foram restabelecidas as relações diplomáticas e comerciais com a URSS.

O início formal da ofensiva diplomática brasileira foi uma carta pessoal do presidente Kubitschek ao presidente Eisenhower, seguida do discurso do orador oficial Augusto Frederico Schmidt na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1959, fazendo um apelo enérgico e veemente pelo desenvolvimento econômico do continente. O curioso é que, em 1959, o banqueiro paulista Horácio Lafer assumiu o Itamaraty dividindo funções com o poeta Schmidt, que acabou ocupando a cena interamericana no final do governo JK. A Operação Pan-Americana almejava atrair auxílio maciço norte-americano para a região, a fim de compensar a falta de um plano Marshall para a América Latina. Afinal, a Alemanha e a Itália, ex-inimigos dos EUA, estavam recebendo importante ajuda e o Brasil, aliado que participara na 2ª Guerra Mundial, nada recebera.

A mensagem da diplomacia brasileira no mesmo podium da ONU, em 1960, foi proferida pelo chanceler Horácio Lafer quer reiterou nossos pontos de vista anteriores. Obtivemos, pela primeira vez, notável ressonância graças a importante editorial

do jornal New York Times sobre o tema principal do seu discurso. O candidato a presidente norte-americano John F. Kennedy pediu à nossa delegação na ONU o texto completo do discurso de Lafer. É inegável que nossas teses provocaram, indiretamente, a criação do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e a famosa Aliança para o Progresso. Em suma, a nossa OPA era demasiado atraente para que prosperasse: Washington apropriou-se da iniciativa e relançou-a pouco depois como sendo de sua própria lavra. Ao final dos anos sessenta, quando eu chefiava nossa delegação junto à Organização dos Estados Americanos, ainda ouvi várias referências elogiosas à iniciativa brasileira da OPA. Finalmente, recordo que, nessa época, o Brasil participou das operações militares da ONU no Congo e no Oriente Médio.

Durante o governo JK, o grupo de diplomatas economistas (Roberto Campos, Dias Carneiro, Barbosa da Silva, Miguel Osório de Almeida e João Batista Pinheiro), a turma de secos e molhados como era chamada jocosamente, acabou com a diplomacia de punhos de renda e iniciou a diplomacia econômica.

O advento de Jânio Quadros como presidente da República teria considerável repercussão na política externa brasileira. Foram seis meses agitadíssimos com o político paulista buscando uma desmesurada projeção continental. Chegou até a planejar a conquista e aquisição das Guianas, a fim de obter para o Brasil uma controvertida "Janela para o Caribe". Seu plano era adquirir a Guiana francesa, provocar uma revolta na Guiana holandesa para incorporá-la ao Brasil e, finalmente, partilhar a Guiana inglesa com a Venezuela, que pleiteava a Guiana Essequiba. Gestões secretas foram realizadas em Washington sem sucesso. A renúncia de Jânio felizmente abortou essa execrável tentativa imperialista, que teve aliás mínima publicidade e não chegou a empanar nossa imagem no continente. Nosso agitado presidente tentava imitar a Indonésia de Sukarno, que acabava de ocupar militarmente a Nova

Guiné holandesa e o Timor português, sem qualquer reação das grandes potências.

Teve Jânio Quadros um chanceler da melhor qualidade: Afonso Arinos de Melo-Franco, que criou para Jânio, a famosa política externa independente, depois adotada por João Goulart, que visava obter dos EUA uma relativa autonomia de atuação política, sem afetar, entretanto, nossa posição ideológica ocidental. Em suma, uma política externa que se assemelhava à posição do general De Gaulle, na França. Infelizmente, elementos esquerdizantes no Brasil radicalizaram e o rápido governo Quadros foi cheio de incidentes diplomáticos, que culminaram com infeliz condecoração a Che Guevara em Brasília. Numerosas embaixadas foram abertas nos novos países africanos com alguma precipitação, iniciando uma agressiva política diplomática para a África, que até hoje não deu dividendos concretos. Aliás, Arinos foi o primeiro chanceler brasileiro a pisar na África: compareceu à cerimônia da independência do Senegal e posse do presidente Leopold Senghor.

A política externa independente, nos termos em que a esquerda festiva se agitou no Brasil, não poderia dar certo porque nossa margem de manobra em relação às diretrizes americanas continuava bastante limitada. A esse respeito, relato expressiva conversa que eu tive em Washington em 1961, com o irmão do presidente Kennedy, o senador Robert Kennedy, assassinado mais tarde, quando se candidatava também à presidência. Na época, incomodava ao Departamento de Estado o apoio que o Brasil dava a Fidel Castro e nos esforçávamos por evitar sua expulsão da OEA. Em almoço na Universidade de Georgetown, fui colocado ao lado de Kennedy e ele me perguntou o que era afinal essa política exterior independente.

Expliquei-lhe que o Brasil, tal como a França do general De Gaulle, julgava ter o direito de divergir de algumas posições

norte-americanas, embora, como a França, continuássemos firmemente dentro do bloco ocidental. Acrescentei que também o México tinha uma posição semelhante à do Brasil em relação a Cuba. Bob Kennedy cresceu para mim e levantou a voz para dizer que o Brasil não podia se comparar à França e tampouco era realista nos compararmos ao México. Estranhei sua reação em relação ao México e Robert Kennedy explicou-se: os EUA têm um grande complexo de culpa com o México por lhe haverem, no passado, tomado à força enormes territórios. Acrescentou Kennedy: por isso os mexicanos podem dizer ou fazer o que quiserem que os EUA fecharão os olhos e os ouvidos. Já o Brasil não tem esse poder de barganha e é melhor não tentar gestos impensados, arrematou o irmão do presidente Kennedy. Espero que os senhores conselheiros tenham entendido as sutilezas da conversa. Consequência remota dessa atitude da elite intelectual norte-americana foi a recente criação do tratado do Nafta e o vultoso auxílio dado ao México por ocasião da crise financeira de 1995.

A inesperada ascensão do gaúcho João Goulart, tão inexperiente e imaturo, à presidência da República foi amenizada pela notável atuação de Francisco Clementino San Tiago Dantas como chanceler, aliada à habilíssima embaixada de nosso colega deste Conselho Técnico, Roberto Campos, em Washington. Ambos realizaram excelente trabalho em defesa e esclarecimento do que se pretendia realmente com a política externa independente. Na época, era eu chefe do setor de imprensa de nossa embaixada em Washington e por ocasião da delicada crise da 2ª Conferência de Punta del Este, em 1962, Roberto Campos e eu utilizamos as divergências entre a Casa Branca e o Departamento de Estado, em relação a Cuba, para neutralizar na imprensa americana os efeitos da dúbia posição brasileira. Ao final da conferência, conseguimos jogar os mais importantes colunistas americanos contra as trapalhadas de sua própria delegação em Punta del Este. Mal se

falou no Brasil, cuja atitude de defesa de Castro era difícil justificar. Lembro-me que, ao terminar a conferência com a expulsão de Cuba da OEA, San Tiago Dantas enviou a Roberto Campos um telegrama de parabéns pela maneira como conseguimos manipular a imprensa americana.

A visita oficial de Jango aos EUA ocorreu em 1962, no meio do fogaréu da nacionalização da ITT no Rio Grande do Sul pelo então governador Leonel Brizola. Apesar dos pesares, tudo correu bem e o anedotário foi numeroso e divertido e não me privo de recordar alguns episódios *sui generis* pouco conhecidos. Como chefe do setor de imprensa da embaixada, preparei 92 fichas com todas as possíveis perguntas, com suas respostas, para as diversas entrevistas de imprensa. Logo depois da chegada de Jango a Washington, ensaiamos severa sabatina com o presidente e com prazer constatei que ele fizera seu *homework*. Aliás, ele saiu-se bem em todas as entrevistas de imprensa e eu ganhei uma promoção.... Divertida e angustiosa foi a primeira entrevista com o presidente Kennedy: Jango desejando reafirmar a política exterior independente, proclamou em certo momento ser um presidente independente. Aí aconteceu algo surpreendente, que nos foi contado por Roberto Campos: Kennedy levantou-se subitamente, deu a volta à grande mesa em torno da qual estavam sentados, e chegou até Jango, que embaraçado levantou-se também. Sorrindo Kennedy apertou-lhe a mão, felicitando-o por afinal ter encontrado um presidente independente. Lamentou que ele, sim, era dependente do Congresso americano, da imprensa, de seu partido, de Kruschev, De Gaulle, etc. Foi um vexame! Mas Kennedy nessa reunião propôs-nos organizar uma comunidade afro-luso-brasileira com subsídios norte-americanos, que seriam canalizados através do Brasil. O objetivo era terminar com a guerra civil em Angola e Moçambique, que estava em seu ponto mais sangrento. San Tiago Dantas desconversou, mas prometeu

responder antes do fim da visita de Jango aos EUA. De volta à embaixada, nosso brilhante chanceler decidiu fazer um teste e debater com os funcionários diplomáticos e adidos militares os prós e contras dessa possível comunidade. Lembro-me que o então ministro Miguel Osório de Almeida, um de nossos diplomatas mais inteligentes e notável economista, foi impiedoso. "Isso vai ser a comunidade do analfabetismo!" – disse ele. Um por um, todos os presentes se manifestaram em contrário. Não se falou mais no assunto. Apesar de numerosos fatos pitorescos, a viagem de João Goulart aos EUA teve um aspecto positivo, pois resultou no financiamento das metas fixadas por Kubitschek.

Escuso-me por demorar nestes pormenores, pois me parece que a chamada política externa independente foi uma etapa da maior significação para obtermos mais *elbow room* em nossas posições internacionais. A revolução de 31 de março de 1964 pôs ponto final a essa valiosa tentativa de conseguir maior autonomia dentro dos limites do mundo ocidental da época, sem buscar a confrontação com os EUA. Infelizmente, nossos desavisados esquerdistas empurraram Jânio e Jango a adotarem posturas exageradas que comprometeram a valiosa iniciativa aos olhos de Washington. O desvio durou três anos apenas, entre 1961 e 1964, mas deixou várias sementes proveitosas, que depois foram discretamente revividas pelo Itamaraty nos governos Geisel e Figueiredo.

Depois de Arinos e San Tiago Dantas, o presidente Goulart teve ainda mais três chanceleres em rápidas administrações de poucos meses cada, todos sem tempo para marcar sua atuação. Os primeiros foram dois ilustres juristas, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Saliento, porém, no curto mandato do diplomata João de Araújo Castro, seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em 1963, que foi talvez o texto melhor fundamentado da era da política externa independente, ainda hoje digno de estudo.

Após o golpe militar de 1964, o governo Castelo Branco teve por chanceler o competente diplomata Vasco Leitão da Cunha. O curioso é que, pela primeira vez, o próprio presidente da República preocupou-se em definir pessoalmente as diretrizes de nossa política externa, talvez para melhor esclarecer as ambiguidades e distorções da administração anterior. Assisti ao discurso pronunciado pelo marechal Castelo Branco no Palácio Itamaraty, em julho de 1964, com alguma apreensão para quem simpatizava e havia defendido a política externa independente. Passo a resumir e cito alguns trechos:

> *A política externa não deveria mais ser qualificada de independente, pois a independência adquirira valor terminal e perdera sua utilidade descritiva num mundo dominado pela confrontação do poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros (...). O nacionalismo havia-se transformado em opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas. A posição do Brasil decorre da fidelidade básica da sociedade ao sistema democrático ocidental (...). Mas cada questão será examinada à luz do interesse nacional e, em cada caso, far-se-á a distinção entre políticas destinadas a salvaguardar interesses básicos do sistema ocidental e políticas destinadas a satisfazer interesses individuais das potências guardiãs do mundo ocidental.*

Naquela cerimônia de diplomação dos alunos do Instituto Rio Branco, o presidente Castelo Branco arrematou definindo para o Brasil uma política de círculos concêntricos, priorizando as relações com os países limítrofes.

Com essas palavras voltava, o alinhamento com Washington, embora ligeiramente qualificado. Mas não foi culpa de instruções do Itamaraty quando nosso novo embaixador nos EUA, general

Juracy Magalhães, exagerou ao afirmar: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Se Jango se havia desviado por demais à esquerda, agora Juracy exorbitava. A esse respeito, o embaixador Pio Corrêa assegurou-me que as palavras de Juracy foram deliberadamente deturpadas pela imprensa. Jocosamente, ele quis parafrasear a frase de um magnata norte-americano: "O que é bom para a Standard Oil é bom para os Estados Unidos". Em verdade, seriam permitidas pelo governo militar apenas divergências decorrentes de interesses nacionais específicos. Em consequência, o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba em 1964 e participou com tropas da Força Interamericana de Paz, que assegurou a ordena República Dominicana. No entanto, em 1965, o governo brasileiro recusou-se a enviar tropas para o sudeste asiático e não assinou o Tratado de Tlatelolco, de proscrição de armas nucleares na América Latina. Como vemos, o alinhamento não foi total e temos vários outros exemplos durante o governo militar. Juracy Magalhães depois foi chanceler e fez um esforço para convencer o governo português de que a independência das províncias ultramarinas era uma fatalidade inelutável e ofereceu a cooperação do Brasil na fase de transição. Seu secretário-geral, nosso colega Pio Corrêa, esteve em Portugal com essa missão.

No governo Costa e Silva esteve à frente do Itamaraty o hábil político mineiro José de Magalhães Pinto, que soube dar rédeas a sua assessoria com sua "diplomacia da prosperidade". Tentou e conseguiu obter para o Brasil mais espaço, pelo menos dentro da política interamericana. Baseado em instruções suas, coube-me a iniciativa na OEA para tentar obter do governo Nixon um maior auxílio econômico e financeiro para o continente, através da Cecla (Comissão Econômica da América Latina). No plano bilateral, entretanto, crescia uma sombra à nossa fronteira sul: a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que criaria sérios problemas com a Argentina. Magalhães Pinto continuou a recusar-se a assinar o

Tratado de Não Proliferação Nuclear e resistiu ao governo norte-americano na sua reivindicação de direitos compensatórios (*countervailing duties*) sob alegação de *dumping* de produtos brasileiros.

É indispensável sublinhar que o governo brasileiro, e sobretudo o Itamaraty, agiram com extrema cautela e habilidade nas delicadas negociações com a Argentina, visando acomodar os receios e ressentimentos do país vizinho, que se estenderam às Nações Unidas, onde a cancelaria argentina tentou fazer condenar o Brasil pelos níveis propostos para a represa de Itaipu. A querela atravessou um período de mais de dez anos e foi um desafio às administrações dos chanceleres Gibson Barbosa e Azeredo da Silveira, só sendo resolvida em definitivo pelo ministro Saraiva Guerreiro. É de louvar-se a prudência com que reagiram os presidentes Médici, Geisel e Figueiredo, bem assessorados pelos três experimentados diplomatas que conduziram nossa política externa nesses onze anos. Por mais de uma vez, estivemos à beira de uma verdadeira crise militar com a Argentina.

Gibson Barbosa se distinguira como embaixador em Assunção, onde conduziu com habilidade as difíceis negociações como Paraguai para a aprovação do projeto binacional de Itaipu. Em crucial impasse, ajudou a impor a única solução que restava, defendendo a fórmula binacional. No entanto, a opção aceita na época pelo governo brasileiro desperta até hoje dúvidas e objeções diversas.

Já como chanceler, Mário Gibson enfrentou situações delicadas criadas pelos emigrados políticos brasileiros nos países vizinhos, pelo terrorismo e sequestros políticos. Visitou vários países da África, superando a injusta oposição interna fomentada por Portugal, e esteve também no Oriente Médio tentando uma fórmula conciliatória para os problemas da região. Em seu discurso

na ONU em 1971, Gibson defendeu a decisão do Brasil de estender seu mar territorial até 200 milhas da costa brasileira, no que foi apoiado por numerosos países. Pregou ainda o desarmamento e a reformada Carta das Nações Unidas. Já Azeredo da Silveira teve a sorte de ser apoiado por um chefe de alto calibre intelectual, o general Geisel, que muito se interessou pela política exterior. Silveira denominou sua orientação política de "pragmatismo responsável" e deu grande impulso à sua política africana, iniciada por Jânio Quadros e continuada por Gibson Barbosa. Mas Silveira enfrentou momentos difíceis em que recebeu todo o respaldo de Geisel: crise com a Argentina (insolúvel no seu mandato), o reconhecimento de Angola e a condenação do sionismo na ONU como doutrina racista.

O Brasil pouco havia feito pela independência de Moçambique, pois ainda estávamos muito pressionados por Portugal e pela comunidade portuguesa em nosso país, que utilizaram todos os meios para atrapalhar nossa política africana, iniciada por Jânio Quadros. Por isso, o Itamaraty não quis ficar para trás por ocasião da independência de Angola, país muito mais importante para nós. Assim, o chanceler Silveira timbrou em que o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer o governo comunista do MPLA em Angola. Foi um erro ou um grande mal-entendido: após o Brasil somente os países socialistas estabeleceram relações diplomáticas com Angola e isso em consequência da presença de tropas cubanas naquele país. Antes da independência, só havia notícia da chegada de alguns conselheiros russos e cubanos. Dias depois do nosso reconhecimento, desembarcaram milhares de tropas cubanas naquele país e o chanceler Silveira ficou em situação embaraçosa. A linha dura militar indignou-se com o fato e Silveira balançou. Só foi salvo pelo presidente Geisel, que tinha opinião própria e estava ao corrente de todos os meandros da questão. Passaram-se vários meses em que o Brasil foi a única embaixada ocidental em

Luanda, até que a França e outros países europeus reconhecessem o controvertido regime de Angola. Por outro lado, é inegável que o Brasil foi realista e independente, já que com o tempo, apesar de tudo, o governo comunista angolano acabou reconhecido por todos, inclusive pelos EUA.

Mas houve equívoco do Itamaraty, poucos meses depois, na votação nas Nações Unidas do projeto árabe de condenação ao sionismo como um movimento racista. Cedendo às pressões árabes, o Brasil apoiou o projeto de resolução na votação em nível de Comissão da ONU. A repercussão foi enorme, dentro e fora do Brasil. A comunidade judaica brasileira tudo fez junto ao general Geisel para mudar nosso voto na sessão plenária e o presidente estava disposto a ceder e a abster-se nessa votação final da matéria. Aí o departamento de estado americano complicou tudo: os jornais de Washington publicaram que o governo americano estava tentando convencer o governo brasileiro a mudar o voto. Depois dessa notícia, logo reproduzida na imprensa brasileira, alterar nossa posição seria uma humilhação para nosso governo e assim, no plenário da ONU, mui a contragosto, confirmamos a condenação ao sionismo. A celeuma foi considerável e, mais uma vez, a boa estrela de Silveira bruxuleou, mas Geisel salvou-o, pois dirigiu pessoalmente as negociações. Estava eu de partida para Israel, como novo embaixador do Brasil, e o presidente Geisel pediu-me para explicar pessoalmente o ocorrido ao primeiro-ministro Menahem Begin e ao chanceler Moshe Dayan, que entenderam nosso dilema e lamentaram a inabilidade do Departamento de Estado.

Seja como for, teria sido mais prudente, desde o início do debate do projeto árabe, abstermo-nos na Comissão competente e depois no plenário, já que o tema era muito sensível para árabes e judeus. Outros pontos de fricção com o governo americano na época foram o acordo nuclear Brasil-Alemanha, a situação dos

direitos humanos no país e a denúncia pelo presidente Geisel do Acordo de cooperação militar Brasil-EUA, em 1977.

Mas Gibson, Silveira e depois Saraiva Guerreiro fizeram muito pela nossa política externa, pois aproveitaram a abertura política internacional que o presidente Kennedy encorajara, ao dar força efetiva aos chamados países do 3° Mundo, que a partir de 1963 criaram uma saudável alternativa à tremenda polarização resultante da crise dos mísseis em Cuba. Daí surgiu o famoso grupo dos "não alinhados", que buscaram tirar partido dos erros e fraquezas de Washington e Moscou. Assim, o Brasil foi adotando gradualmente uma posição mais flexível nas Nações Unidas, mais próxima ao Grupo, embora sem aderir formalmente. Registre-se que participamos das reuniões dos "não alinhados" apenas com o caráter de observadores. Não exagero ao dizer que, nos anos sessenta e setenta, o Brasil dividiu com a Índia a liderança do Terceiro Mundo. Nossa atuação na ONU foi brilhante, sobretudo na política anticolonial e também na luta por vantagens comerciais no GATT e Unctad. Os três mencionados chanceleres nem pareciam representar um regime militar conservador e elevaram o Brasil, no plano mundial, talvez ao mais alto nível histórico de nossa política externa, agindo com notável independência e, ao mesmo tempo, mantendo excelente diálogo com os EUA. Os chanceleres Gibson, Silveira e Guerreiro foram incansáveis e visitaram numerosos países africanos e do Oriente Médio, onde outros chanceleres brasileiros jamais haviam estado. Nessa época, já se começa a falar do Brasil como uma "nova potência emergente".

É preciso sublinhar, no entanto, que esse trabalho persistente e continuado por mais de vinte anos, só foi realizado graças à estabilidade política do regime militar, que teve mérito e o bom-senso de conceder liberdade de ação a seus competentes chanceleres, seja no campo bilateral, seja na diplomacia multilateral. Gibson Barbosa dirigiu a diplomacia brasileira por quatro anos e meio,

Silveira por cinco anos exatos e Saraiva Guerreiro por seis anos – o chanceler que mais tempo permaneceu no cargo desde o Barão do Rio Branco. Essa proveitosa continuidade foi determinante para a obtenção dos numerosos êxitos conseguidos por nossa diplomacia.

Aliás, ilustres cidadãos brasileiros se destacaram de várias maneiras na constelação dos organismos internacionais e marcaram época pela sua eficiência nos períodos de sua atuação. Entre eles, recordo nosso colega do Conselho Técnico, embaixador Edmundo Barbosa da Silva, que presidiu o GATT em 1960 e 1961, o Dr. Marcolino Candau, que foi diretor-geral da Organização Mundial de Saúde, o Dr. Paulo Berredo Carneiro, que desfrutou de notável prestígio na Unesco, também nosso colega Hervásio de Carvalho na Agência Internacional de Energia Atômica, de Viena, o Dr. Josué de Castro, que se celebrizou na FAO, Osvaldo Aranha que presidiu a dificílima Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947, e o embaixador João Clemente Baena Soares, que por dez anos foi secretário-geral da Organização dos Estados Americanos.

Azeredo da Silveira soube colocar o Brasil numa posição bastante independente em plano internacional e promoveu oportunamente o reconhecimento da China comunista, mesmo contra a vontade da linha dura militar. Saraiva Guerreiro também teve atuação importante ao negociar e finalmente concluir, em outubro de 1979, o acordo com a Argentina sobre Itaipu-Corpus. Pouco depois, o presidente Figueiredo visitou Buenos Aires normalizando completamente as relações entre os dois países e pavimentando assim o caminho para a intensa cooperação que o Brasil e a Argentina têm nos dias de hoje. Na guerra das Malvinas, o Itamaraty atuou habilmente, apesar da estreita margem de manobra, e conseguimos manter excelentes relações com a Argentina, sem indispormo-nos com os ingleses. O chanceler Guerreiro foi feliz também nas negociações como Grupo Andino e na execução do Pacto Amazônico. A fim de debelar as últimas

desconfianças dos países africanos em relação ao Brasil, Guerreiro visitou vários desses novos estados e também foi o primeiro chanceler brasileiro a fazer visitas a China, Índia e Paquistão. Cabe registrar ainda, na mesma administração, a eleição por unanimidade do diplomata brasileiro João Clemente Baena Soares para a Secretaria Geral da OEA, em Washington.

Ainda no regime militar ocorreram importantes fatos paralelos ao Itamaraty na política externa brasileira: uma política comercial agressiva, mas, em certos casos, pouco avisada, do Ministério da Fazenda, concedeu vultosas linhas de créditos a países estrangeiros que avolumaram perigosamente nossa dívida externa. Os créditos abertos a Polônia, Iraque, Peru, Bolívia, Moçambique e outros, no valor de vários bilhões de dólares, dificilmente nos serão pagos. Essas iniciativas em geral não foram estimuladas pelo Itamaraty, que mais de uma vez advertiu o governo militar dos riscos que estávamos correndo apenas para benefício de intermediários ou empreiteiras brasileiras.

Outro item que perturbou nossas relações internacionais durante os governos militares foi a venda de armas por empresas brasileiras semiestatais, que chegaram a obter expressiva parcela das vendas mundiais de equipamentos pesados e sofisticados. Eu mesmo, mais de uma vez, no Equador, Israel, Chipre e Peru, fui instruído a apoiar e até mesmo a negociar vultosas vendas de armas. Aliás, algumas dessas empresas criaram problemas delicados em vários pontos do mundo, como no Iraque, que o Itamaraty foi chamado a tentar solucionar. Outro aspecto controvertido tem sido a atuação de algumas empresas construtoras brasileiras no exterior. Infelizmente, elas nem sempre se comportam a contento e alguns embaixadores tiveram graves problemas com autoridades locais. Por outro lado, a política externa dos anos 80 e 90 deixou de ser exclusivamente governamental e está sendo negociada em outros fronts: no Mercosul, na União Europeia, na Organização

Mundial do Comércio, nos círculos das ONGs, na vigilância dos conglomerados e multinacionais e nos investimentos dos grandes fundos de pensões.

O restabelecimento da democracia no Brasil acabou levando o político maranhense José Sarney ao poder. Homem de alguma vivência internacional, convidou o banqueiro paulista Olavo Setúbal para chanceler, que só se demorou no cargo seis meses. Setúbal tentou fazer o que denominou uma política de 'resultados', mas não chegou a implementá-la, passando o ministério ao ex-governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré. Embora Sodré seja um homem do mundo, não chegou a demonstrar verdadeiro interesse pelo cargo. Fez bem, entretanto, em restabelecer relações diplomáticas com Cuba, pois afinal o Brasil não poderia ser o último país latino-americano a reatar com Fidel Castro. Abreu Sodré ficou com Sarney até o fim de seu governo, conduzindo uma política morna durante mais de três anos. Ainda assim, encorajou o início das conversações sobre o Mercosul. Lembro que as primeiras iniciativas de integração, a Alalc, de 1960, e a Aladi, de 1980, não obtiveram sucesso. O próprio presidente Sarney foi o orador na Assembleia Geral da ONU de 1985.

Após a abertura democrática, nossa política externa teve de encolher-se bastante em consequência dos problemas criados pela dívida externa, embora os motivos das divergências com os credores europeus e dos EUA fossem diferentes. A declaração unilateral da moratória, os protestos provocados pela divulgação internacional das queimadas na Amazônia e a morte de Chico Mendes puseram o Brasil na defensiva e isso afetou nossa atuação diplomática. Felizmente, pouco a pouco a dívida foi sendo negociada e foi possível virar essa triste página. Continuaram, porém, as questões pendentes de pirataria da propriedade intelectual: informática, CDs, vídeos, patentes em geral, sobretudo do setor dos produtos farmacêuticos. Mas o governo brasileiro combateu eficazmente

essas violações das regras internacionais do jogo e em 1996 foi afinal aprovada uma satisfatória lei de patentes. O presidente Collor de Melo soube contornar habilmente as questões ecológicas com o auxílio do Itamaraty, convocando para o Rio de Janeiro a grande conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentado e ecologia, a ECO-92, que foi um indiscutível sucesso internacional. Persistem, porém, alguns problemas da chamada "cláusula social", que nos poderão ainda criar confrontações delicadas na Organização Mundial do Comércio.

Fernando Collor tentou impregnar modernidade em nossa política externa, aproveitando o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim. O jurista Francisco Rezek foi seu chanceler por um ano e meio, mas pouco se distinguiu embora o Itamaraty tenha brilhado na organização da ECO-92. Seu sucessor foi o cientista político paulista Celso Lafer, que deu prioridade a uma política exterior voltada para a nova ordem mundial, com ênfase nos assuntos econômicos e comerciais. Lafer esteve no cargo apenas seis meses.

Com a renúncia de Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que convidou para seu chanceler o senador Fernando Henrique Cardoso. Estabeleceu ele relações diplomáticas com algumas das novas repúblicas que se desprenderam da União Soviética e deu impulso às relações bilaterais com os países vizinhos, com vistas à entrada em vigor do Mercosul. Mas Cardoso poucos meses esteve à frente do Itamaraty e, ao ser nomeado ministro da Fazenda, passou a pasta a seu secretário-geral, o diplomata santista Celso Amorim, que teve positiva atuação ao organizar uma ofensiva diplomática comercial no Extremo Oriente, que conhecia bem. Como chanceler brasileiro, Amorim visitou os chamados Tigres asiáticos, além da China e do Japão, com boas perspectivas comerciais para o futuro. Menos feliz foi seu apoio reiterado a Fidel Castro em reuniões interamericanas.

Em janeiro de 1995, entrou em vigor o Mercosul e assumiu a presidência da República o senador Fernando Henrique Cardoso, que nomeou chanceler seu antigo secretário-geral no Itamaraty, o competente diplomata Luís Felipe Lampreia, ex-assessor de Azeredo da Silveira. E o presidente inaugurou uma espécie de diplomacia presidencial, que parece estar dando bons resultados graças ao seu carisma pessoal, preparo intelectual e fluência no manejo de vários idiomas. De um artigo do ministro Lampreia na Folha de S. Paulo (28-01-1996) sobre política externa, identificam-se facilmente as seguintes prioridades do Itamaraty até o fim do atual governo: renovar e revitalizar nossas principais parcerias externas e aprofundar novas e importantes parcerias com a China, Índia e África do Sul. Afirmou o chanceler que vamos intensificar nossa política asiática e explorar as oportunidades que surgirem na África. Aliás, Cardoso visitou, em 1996, Angola e África do Sul. No entanto, tenho pouco entusiasmo pelo recente envio de tropas brasileiras a Angola, decisão que vários presidentes se esquivaram acertadamente. Ao bilateralismo clássico, que estamos ativando com a chamada diplomacia presidencial, soma-se o intenso multilateralismo dos anos noventa. A Organização Mundial do Comércio será palco de intensa atividade de defesa dos nossos interesses comerciais, e a integração hemisférica é área prioritária da diplomacia multilateral brasileira.

Em 1996, foi finalmente assinada a criação da Comunidade Afro-Luso-Brasileira, em sessão realizada em Lisboa com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante a visita que o chanceler Lampreia fez aos EUA, em setembro último, foram realizadas negociações com vistas ao processo de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). No entanto, é postura do Itamaraty completar em primeiro lugar a integração da América do Sul, que está progredindo satisfatoriamente. Aliás, o Brasil foi o país-sede, em Belo Horizonte, em 1997, de uma reunião ministerial

hemisférica que tentou definir as condições para a estruturação da Alca, que parece interessar bastante às autoridades comerciais norte-americanas.

Infelizmente, a nova lei Helms-Burton prevê represálias contra as empresas estrangeiras que operam em Cuba, em antigas propriedades expropriadas por Fidel Castro. A União Europeia e o Canadá já deram entrada na Organização Mundial do Comércio de uma queixa formal contra os EUA. O Brasil tem apenas a empresa Sousa Cruz, que pertence à British Tobacco, que construiu fábrica em Cuba e pode ficar vulnerável a medidas repressivas. No discurso inaugural da Assembleia Geral da ONU de 1996, Luiz Felipe Lampreia manifestou seu desagrado contra a Lei Helms-Burton, esclarecendo, porém, que "a atitude do Brasil não é de apoio a Cuba, Líbia e Irã, mas de repúdio ao princípio ilegal da ação extraterritorial dessas leis". Fernando Henrique reiterou essa posição na cúpula latino-americana de Viña del Mar, Chile. O Itamaraty continua empenhado em obter a eleição do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e se prepara para a próxima Unctad, que o Brasil terá o privilégio de dirigir na pessoa do experiente diplomata Rubens Ricupero, como secretário-geral da conferência.

Finalizando, podemos concluir que, nestes cinquenta anos, o Brasil teve uma política externa bastante oscilante. Se no século passado ficamos à mercê dos ingleses, depois da 2ª Guerra Mundial tivemos espremidos entre a rivalidade russo-americana. Se de 1945 a 1960, nossa política externa foi moderada e tímida devido à Guerra Fria, já de 1961 a 1964 ela foi demasiado ousada e irrealista com Jânio Quadros e João Goulart. Nos primeiros anos do regime militar, esteve também por demais alinhada aos Estados Unidos da América, mas nos governos Médici, Geisel e Figueiredo prevaleceu a experiência e o bom-senso do Itamaraty em busca de uma maior autonomia internacional sem confrontações. Com a

volta da democracia em 1985, nossa política externa foi seriamente perturbada pela moratória unilateral e pela negociação da dívida externa. Com o fim da polarização internacional, a nova ordem mundial deverá dar a nossos diplomatas maior independência para empreender uma política mais enérgica de promoção dos interesses comerciais brasileiros. A experiência internacional do atual presidente da República e sua vivência como chanceler, certamente facilitarão as atividades do Itamaraty na direção das grandes metas históricas de nossa política internacional.

O presente artigo, sem lidar diretamente com o tema das relações internacionais, aborda de forma ampla e conceitual, um tema crucial para a identidade, a memória e a história no historicismo brasileiro.

Seu autor, o professor e historiador Arno Wehling é presidente do IHGB desde 1996. Autor de inúmeros livros, artigos, conferências, Wehling exerceu, entre outros postos acadêmicos, o de reitor da Universidade Gama Filho.

O texto a seguir transcrito associa, mediante sucessivas visões do Descobrimento do Brasil, a questão de descobrimento às grandes etapas da historiografia brasileira. Ao fazê-lo procura analisar o tema das relações entre conhecimento histórico e sociedade, e o da identidade nacional. Concentra sua análise em dois tipos de percepção: a do historismo ou historicismo romântico erudito e a do historicismo cientificista. Estabelece a distinção entre "descobrimento" e "achamento" e conclui que "o descobrimento do Brasil possui uma pluralidade de significados".

Wehling analisa a seguir o entrelaçamento entre memória e história, a começar pelo período decorrido entre a fundação do IHGB em 1838 e a morte de Varnhagen, "o principal historiador do historicismo brasileiro", em 1878. E assinala que a historiografia então prevalecente era influenciada por um "clima cultural mais amplo, predominantemente romântico em estética, eclético em filosofia pura, e liberal em filosofia política". Daí a conclusão de que se tratava não de um exercício acadêmico, mas sim de um projeto político-ideológico profundamente ligado ao estado brasileiro e à elite sócio-política que o dirigia, cujos vetores eram a consolidação do próprio estado e até 1845, ameaçado por movimentos políticos que buscavam redefini-los ou desmembrá-lo, à anulação de uma identidade nacional em torno de alguns valores e interesse básicos e à manutenção da forma monárquica de governo.

Daí a importância de incluir este texto na presente Antologia. Ao remeter-nos ao descobrimento e às percepções originais do país que se formava, o texto analisa o tema da identidade nacional e, portanto, da inserção competitiva do Brasil no mundo, em torno dos eixos principais entre os quais ainda gira a atuação internacional do país: América do Sul, EUA, Europa e África.

O artigo é denso e longo. Aborda o tema de intencionalidade ou da casualidade do descobrimento do Brasil. Analisa a seguir a fase do historicismo cientificista a partir de 1878, cujos temas principais eram: identificar algumas "leis basilares" da História do Brasil (Capistrano de Abreu); identificar os traços fundamentais da formação étnica do Brasil; deslocar do estado para o povo brasileiro o foco das investigações; e encontrar o "ethos" do caráter nacional brasileiro.

Wehling nota ao final do texto como Varnhagen e Capistrano permanecem como pontos focais da discussão do tema do descobrimento e da colonização inicial do Brasil. E, portanto, acrescento eu, da identidade do país e de sua relação com o mundo.

19. As recepções do descobrimento: história, memória e identidade no historicismo brasileiro*

Arno Wehling [1]

O Descobrimento do Brasil foi objeto, como qualquer evento histórico de larga significação, de diferentes e frequentemente contrárias recepções. A proposta deste estudo consiste em identificar algumas dessas recepções sob as perspectivas em geral divergentes da história, entendida como historiografia, e da memória social, entendida como um construto ideológico que afirma expressamente valores de indivíduos e grupos sociais[2].

Houve sucessivas visões do Descobrimento do Brasil, nos dois planos considerados, desde o próprio século XVI. Como grandes conjuntos de recepções podemos identificar o da *crônica colonial,* o do *historismo ou historicismo romântico-erudito,* certamente até hoje o mais significativo por motivos adiante discutidos, o do *historicismo cientificista,* o dos *intérpretes do Brasil à época do modernismo* e o das *interpretações da análise universitária*. Grosso modo, o primeiro

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 407, 2000.

1 Sócio titular.

2 Arno Wehling e Maria José Wehling, Memória e História: convergências e enfrentamentos, in Arno Wehling e Maria José Wehling (Coord.), *Memória social e documento*. UNI-RIO: 1997, p. 5 ss.

conjunto cobriria o período colonial, entre a primeira crônica geral do Brasil, de Pero Magalhães Gândavo (1576) e a *Corografia Brasílica,* de Manuel Aires do Casal (1817); a fase historista estende-se de fins da década de 1830, quando se inicia a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, até 1878, com a morte de Francisco Adolfo de Varnhagen, sem de todo extinguir-se; a fase cientificista vai de tese de concurso de Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, até a década modernista de 1920; a fase dos intérpretes do Brasil vai desta década até os anos quarenta, quando começam a aparecer os primeiros frutos da recém instalada estrutura universitária brasileira, que alcançará seu apogeu com consolidação dos cursos de pós-graduação em história nos anos 70 e 80.

Essa periodização, a despeito do esquematismo que exercícios do gênero acarretam, tem a vantagem de associar a questão do descobrimento às grandes etapas da evolução da historiografia brasileira, permitindo sua articulação a problemas mais amplos que a envolvem, como o das mudanças dos eixos reflexivos da história e demais ciências sociais, o das relações entre conhecimento histórico e sociedade e o da identidade nacional.

Na impossibilidade de abarcar, pelos limites físicos deste trabalho, todas as mencionadas recepções, concentramos a análise em duas delas, a do historismo ou historicismo romântico-erudito e a do historicismo cientificista[3]. A opção justifica-se sobretudo porque foram essas as responsáveis pelas matrizes mais importantes e difundidas em relação ao tema do descobrimento.

3 Estudamos e distinguimos ambos os conceitos em Arno Wehling, A temática do historicismo, In: *A invenção da história – estudos sobre o historicismo*, Rio de Janeiro: UGF-UFF, 1994, p. 10ss.

Preliminar semântica e conceitual

O descobrimento do Brasil não é um "fato" rigorosamente autoexplicado que se imprime à nossa percepção, como no velho sonho da epistemologia positivista. Como todo acontecimento histórico é construído, desconstruído e reconstruído em função de referências que sempre estão em movimento, quer pela evolução da problemática cientifica, quer pelas injunções sociais e simbólicas que possam ter.

Como essa aporia da impossibilidade da autoexplicação reflete-se nas versões historista e cientificista, é necessário realizar alguma demarcação semântica e conceitual.

O termo *descobrimento* já foi questionado em diversas ocasiões, por motivos técnicos, mas também ideológicos. A polêmica mais recente, de fins da década de 1980 ao início da seguinte, girou em torno das comemorações do 5º Centenário da chegada de Cristóvão Colombo ao Caribe, isto é, à "descoberta da América".

A principal crítica dirigiu-se ao caráter eurocentrista da expressão, emprestado um papel ativo e axial aos europeus e outro, passivo e complementar, aos povos americanos "descobertos". A forte presença de comunidades indígenas no México, Peru, Equador e Bolívia, entre outros países, tornou a questão ainda mais abrangente política e ideologicamente, levando à solução supostamente pasteurizada do "encontro de culturas", em substituição à referência tradicional.

Outro aspecto diz respeito à efetiva extensão do significado de termo descobrimento, o que levou à distinção entre descobrimento e achamento. Particularmente relevante nas historiografias portuguesa e espanhola, a questão implicava em responder o que era efetivamente um descobrimento, pela clara identificação de seu significado. Essa maneira de enfocá-la levou, logicamente, à valorização dos efeitos do acontecimento.

Foi o que fez Jaime Cortesão, distinguindo entre o achamento, correspondente à presença física em território desconhecido, e descobrimento, envolvendo consequências políticas, jurídicas e cartográficas[4]. Nos textos portugueses da época não há a definição tão clara que encontramos na própria legislação castelhana, cujas capitulações e ordenanças do século XVI distinguem formalmente as etapas de descobrimento, conquista e povoamento, aproximando-se o primeiro, portanto, do "achamento" endossado por Jaime Cortesão[5].

Somente mais recentemente parece consolidada a ideia de que o descobrimento corresponde um processo de incorporação material e simbólica, que não existe numa presença sem outros desdobramentos além do mero registro informático, mesmo que este busque caracterizar uma posse nominal.

Por outro lado, houve – tanto nos momentos que iremos considerar como posteriores – a constatação, conscientiza em vários matizes ou implícita, de que o descobrimento *stricto sensu,* isto é, o acontecimento caracterizado pela chegada da expedição de Cabral ao futuro território da Bahia, foi o ponto inicial de outros "descobrimentos" do Brasil. As várias regiões sucessivamente incorporadas ao domínio dos portugueses ao longo de quase três séculos, corresponderam a outros tantos descobrimentos, que nos planos do conhecimento histórico e da memória social em âmbito nacional sempre corresponderam a elos de uma corrente iniciada em Cabral, ao passo que para as recepções regionais e locais significaram a identificação de suas próprias raízes, afastando para o ponto mais distante o momento cabralino.

Assim ocorreu, no século XVI, com as fundações de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba e

4 Jaime Cortesão, *Teoria geral dos descobrimentos portugueses*, Lisboa: Seara Nova, 1940, passim.

5 *Recopilaciones de Leyes de Indias*, Madri, 1971, Livro, IV, título I.

Rio Grande do Norte; no seguinte, com as do Ceará, Maranhão, Pará, futuro Amazonas e Rio Grande do Sul, para complementar-se no século XX com a do Acre.

No plano simbólico, aliás já intuído por Gonçalves de Magalhães[6] e Capistrano de Abreu,[7] para lembrar autores das duas fases que examinaremos, o descobrimento do Brasil deu-se pela incorporação ao imaginário europeu da nova natureza tropical e do novo homem, que se refletiu, entre os séculos XVI e XVIII, na construção de representações, como as do paraíso terrestre, do eldorado, da bondade natural ou canibal. Uma segunda descoberta simbólica dar-se-ia com os viajantes europeus da primeira metade do século XIX, cujas percepções – textuais e iconográficas – influenciaram profundamente não apenas suas culturas de origem, mas a própria autoimagem brasileira.

Portanto, quer semanticamente, quer *rationae materiae,* o descobrimento do Brasil possui pluralidade de significados, vários dos quais elaborados nos contextos do historicismo e do cientificismo.

Historismo e Descobrimento do Brasil

Memória e história entrelaçam-se fortemente no historismo ou historicismo romântico-erudito, a despeito da presunção de historiadores e etnógrafos de realizarem um trabalho de natureza rigorosamente cientifico e objetivo.

Entre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e a morte de Varnhagen, o principal historiador do historismo brasileiro, em 1878, delineou uma certa forma de interpretar a história do Brasil, com determinados fundamentos

6 Domingos José Gonçalves de Magalhães, Os indígenas do Brasil perante a história, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 23, 1860, p.3 ss.

7 João Capistrano de Abreu, Capítulos de história colonial, Rio de Janeiro: Briguiet, 1954, p. 305 ss.

teórico-metodológicos, compromissos sociais e produtos, que estenderam sua influência para muito além de sua época. A recepção do descobrimento do Brasil teve aí particular significado.

A historiografia resultante desse contexto teve dois produtos maiores que constituíram seu *ethos* e sua marca na cultura brasileira. Coletivamente, os artigos e documentos publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que se constituíram na primeira massa crítica sistematicamente elaborada sobre a formação e a evolução do país. Individualmente, a *História geral do Brasil, de* Francisco Adolfo de Varnhagen, com primeira edição publicada em 1852-1854 e segunda edição da década de 1870[8], juntamente com outros trabalhos da época, constituíram grande *corpus* documental e interpretativo sobre a história do país, sobretudo colonial.

A inspiração teórica e o método eram buscados no historicismo europeu, particularmente na sua vertente antinaturalista, representada por Vico e Herder e nos filósofos, historiadores e publicistas como Ranke, Michelet, Thierry ou Tocqueville, sem que houvesse, nos historiadores brasileiros, claras e coerentes definições em matéria de conceptualização histórica e trabalho investigativo. Não obstante, os trabalhos, com variações de qualidade, inspiraram-se nos princípios mais gerais do historicismo romântico-erudito, ou historismo, como o papel da compreensão na história, o valor da interpretação e o significado do documento.

O clima cultural mais amplo, predominantemente romântico em estética, eclético em filosofia pura, e liberal em filosofia política, dava o tom do ambiente intelectual em que se produziram estes trabalhos.

8 Arno Wehling, *Estado, história e memória – Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Essa historiografia, porém, não fazia um exercício acadêmico. Ela tinha um projeto político-ideológico profundamente ligado ao estado brasileiro[9] e à elite sócio-política que o dirigia, cujos vetores eram a consolidação do próprio estado, recém-constituído com a independência e, até 1845, ameaçado por movimentos políticos que buscavam redefini-lo ou desmembrá-lo; a construção de uma identidade nacional, em torno de alguns valores e interesses reputados básicos; e a manutenção da forma monárquica de governo.

É com esses condicionamentos que se pode melhor entender a recepção do descobrimento do Brasil nessa etapa.

Nos autores desta fase, o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral aparece como aquele que efetivamente desencadeou o processo de colonização por um país europeu. O principal historiador brasileiro da época afirmava que a expedição portuguesa às Índias, encontrando terras a oeste, fato do qual Vasco da Gama já suspeitara, iniciou oficialmente a presença lusa no Novo Mundo[10].

A posse da terra por Pedro Álvares Cabral, à qual seguiu-se a conquista e colonização de novo território pelos portugueses, segundo Varnhagen, era um fato histórico significativo, mas que não baseava por si só o direito português ao domínio. Este era assegurado.

> *Não em virtude do chamado direito de conquista, ou descobrimento, equivalente ao de primeiro ocupante, mas sim em virtude de um trato solene, feito com a nação*

9 Idem, As origens do Instituto Histórico, in: *A invenção da história*, op. cit., p. 110 ss.

10 Francisco Adolfo de Varnhagem, *História geral do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos,1975, v. I, p. 165.

> *que descobrira as Índias Ocidentais [grifo do autor] e sancionado pelo Sumo Pontífice...*[11]

Varnhagen valoriza assim o domínio português, legitimando-o antes mesmo de sua concretização física pelo descobrimento. Tendo consciência da intensa presença de navegadores espanhóis e franceses pela região que viria a ser a do litoral brasileiro nos primeiros anos do século XVI e reconhecendo a "pouca importância dada ao Brasil" neste período devido ao comércio das especiarias, Varnhagen reforçava a tese da legitimidade do domínio português sustentando sua legalidade, à luz do tratado entre dois estados ibéricos seis anos antes do descobrimento.

Nessa mesma direção, conduzia suas pesquisas sobre a época do descobrimento, pelas quais, aliás, deu contribuições significativas e reconhecidas na Espanha, França, Estados Unidos e América espanhola. Descobriu, em Sevilha, documentos de Colombo que lhe permitiram precisar a estada deste navegador na Guiné, na década de 1480, e retificar locais por ele atingidos no Caribe, além de descobrir novos aspectos das viagens de Sebastião Cabot e Alonso de Santa Cruz. Pesquisou ainda mais intensamente a vida de Américo Vespúcio[12]. Não era, portanto, estranho ao tema dos descobrimentos ibéricos, mas, ao contrário, um reconhecido especialista.

Com tal autoridade, procurou reabilitar a figura do navegador florentino, propondo-se a continuar a obra de Alexandre Von Humboldt. Opondo-se à tradição iniciada com Bartolomeu de Las Casas, que não só valorizava a obra de Colombo como diminuía até a desmoralização de Vespúcio, Varnhagen, em diversos trabalhos

11 Idem, v. I, p. 167.

12 Idem, Cartas de Américo Vespúcio na parte que respeita às suas três viagens ao Brasil, traduzidas e anotadas criticamente pelo visconde de Porto Seguro, *RIHGB*, 1878, p. 5-31. O autor vinha publicando seus estudos sobre o tema desde 1858.

publicados entre 1858 e 1878 procurou estabelecer o papel do navegador nas viagens à América. Baseado em pesquisas realizadas nos arquivos de Lisboa, Sevilha, Viena e alguns franceses, publicou estudos e documentos procurando, nestes, separar os textos originais de Vespúcio dos apócrifos que circulavam desde o século XVI[13]. Seu procedimento, considerando o estado da polêmica e a confusão reinante mesmo entre os especialistas, foi, ao estilo de Ranke nas suas orientações metodológicas, o de recusar as interpretações anteriores e procurar recuperar os fatos através da pura reconstituição documental.

Assim, conseguiu fixar pontos controvertidos, como o roteiro da primeira viagem de Américo Vespúcio[14], a forjicação da carta de 18 de julho de 1500 relativa à sua segunda viagem à América e o roteiro da segunda viagem, feita na companhia de Alonso de Ojeda, assinalando inclusive a presença da expedição no litoral do atual Rio Grande do Norte. Analisou também os roteiros da terceira e quarta viagens do navegador, estes com referências importantes sobre as primeiras expedições enviadas pelo governo português no litoral brasileiro[15].

Sempre que lhe foi possível nos estudos sobre Vespúcio, procurou destacar as relações deste com a coroa portuguesa, lamentando expressamente os prejuízos causados à expansão portuguesa no Atlântico por D. Manuel I, por não mantê-lo a seu serviço, permitindo a recontratação pela Espanha[16].

13 Idem, *Amerigo Vespucci, son caractère, ses écrits (même les mons authentiques), sa vie et ses navigations*, Lima : El Mercurio, 1865, p. 55 ss.

14 Idem, *Le premier voyage de Americo Vespucci dèfinitivement expliqué dans ses détails*, Viena, C. Gerold, 1869, p. 47-49.

15 Idem, Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin, Viena, C. Gerold, 1870, p. 50.

16 Idem, História..., vol. I, p. 93.

Por que essa preocupação?

Embora procurasse resguardar uma objetividade rankeana em matéria de crítica documental e interpretação histórica, Varnhagen compartilhava do projeto político do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da elite conservadora brasileira vinculada, à época da fundação daquela entidade, ao partido regressista. Defendia a integridade territorial do Império, sua forma de governo, a monarquia constitucional e predomínio branco numa sociedade fortemente marcada pela presença da escravidão negra e da população indígena espalhada pelo interior. Sentia-se também responsável pela edificação da identidade nacional que, num país novo, recém-independente e de dimensões continentais como o Brasil, necessitava ser consolidada de inúmeras formas. A maneira pela qual entendia colaborar para a consecução destes fins era do estabelecimento de um sólido conhecimento do passado e sua divulgação para toda sociedade.

Varnhagen encarava a historiografia como a mais importante demonstração de maturidade social e política de um país e instrumento privilegiado de formação dos espíritos; nunca lhe escapou essa dimensão pedagógica da história, típica da pedagogia social do romantismo, e sua obra, coerentemente ancorada nesses valores, permeou-se de lusofilia. É sempre do ponto de vista português ou, muito precocemente, luso-brasileiro, que analisa as situações históricas, o que lhe valeu embates com os indianistas românticos, como Domingos Gonçalves de Magalhães e apodos, mais tarde, de ultranacionalista, como Manoel Bonfim, que o considerava um "reacionário bragantino", o "português Varnhagen"[17].

No caso da conjuntura dos descobrimentos e particularmente do descobrimento do Brasil, essa tese lusófila aparece claramente,

17 Manuel Bonfim, O Brasil na América, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 337.

pois concluir pela legalidade do domínio tanto pelo tratado de Tordesilhas como pela sua efetivação por meio da posse apresentada pelo descobrimento, confirmava integralmente o direito português à terra ante outros povos europeus; quanto à submissão dos indígenas, sua justificativa, exposta no *Memorial Orgânico,* fundava-se no direito de conquista arguido por analogia com outras situações históricas, como as invasões germânicas, ampliado pelo argumento etnocêntrico da superioridade das culturas civilizadas (como a portuguesa) sobre a selvagem (como a indígena)[18].

O esboço dessa teoria, embora não sua aplicação a casos históricos concretos, encontrava-se no opúsculo *Como se deve escrever a história do Brasil,* do botânico Karl von Martius, premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1843 como o melhor texto sobre o tema e que deveria servir de roteiro para os futuros autores nacionais[19]. A despeito da diferente influência intelectual – Martius, iluminista[20], Varnhagen, historicista – são muitos os pontos em comum. Numa antecipação da tese do branqueamento da população brasileira, intuída em Varnhagen e conceptualizada, à época do modernismo, por Oliveira Viana, dizia Martius que: "O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluentes das raças indígena e etíope"[21].

A valorização do papel precursor dos portugueses na expansão europeia, raiz do próprio descobrimento do Brasil, também era afirmado por Martius:

> *[...] o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexo com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos*

18 Francisco Adolfo de Varnhagen, *Memorial Orgânico*, Madrid R. Domingues, 1849-1850, p. 15 ss.

19 Karl Friedrich Philip von Martius, Como se deve escrever a história do Brasil, in *RIHGB*, 6, 1844, p.15 ss.

20 Arno Wehling, A concepção histórica de von Martius, *RIHGB*, 385, 1994, p. 721.

21 Karl Friedrich Philip von Martius, *op. cit.*, p. 385.

> *portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portugueses*[22].

Entendemos, assim, porque dessa matriz historicista o descobrimento aparece como a origem oficial do Brasil, ponto inicial de um desenvolvimento unilinear que desemborcaria no presente; as expedições portuguesas, particularmente a expedição de Cabral, ofuscam boa parte do processo de expansão europeia; ou a carta de Caminha aparece como a "certidão de batismo" do Brasil[23], dando consequências notariais à posse.

Pela mesma época, isto é, de fins da década de 1840 a inícios da seguinte, ocorreu uma polêmica, no âmbito do Instituto Histórico, que se incorporou à discussão acadêmica do descobrimento do Brasil e, através dos compêndios escolares, ao imaginário de parte significativa da população brasileira – a polêmica da intencionalidade ou casualidade do descobrimento.

O tema foi provocado pelo Imperador Pedro II, que o sugeriu ao Instituto. Em 1852, surgiu, na Revista da instituição, o trabalho de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, intitulado "O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve alguns indícios para isto?". Nele, o autor concluía pela tese da intencionalidade, a partir do prévio conhecimento da terra, baseado sobretudo no trecho da carta de Caminha em que este menciona o mapa de Bisagudo[24]. Essa tese

22 Idem, p. 391.

23 Expressão corrente ao longo dos autores que seguiram a matriz varnhageniana de interpretação da *História do Brasil* e cujo exemplo mais recente encontrou em Helio Vianna, *História do Bras*il, São Paulo, melhoramentos, 1963, p. 43; o mesmo autor, ainda utilizando a linguagem jurídica, fala em "auto de nascimento do Brasil".

24 Joaquim Norberto de Sousa e Silva, O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve ele alguns indícios para isso? *RIHGB*, 15, 1852, p. 125.

foi logo refutada pelo poeta indianista Antonio Gonçalves Dias, não apenas um escritor romântico, mas também responsável por trabalho de coleta de documentos para a história do Brasil em arquivos portugueses. Nas "Reflexões acerca da 'Memória' do ilustre membro o sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva", de 1855, foi defendida a tese do acaso, que de certa retiraria o brilho do feito de Cabral e como tal foi interpretada posteriormente[25]. A tréplica de Joaquim Norberto foi publicada no mesmo número da Revista *Refutações às reflexões do dr. Gonçalves Dias*[26]. O tema, entretanto, não chegou a motivar Varnhagen, que, ignorando a polêmica em sua *História Geral*, olimpicamente manteve na segunda edição o texto no qual afirmava "o descobrimento casual desta região", embora previsível, pois, segundo ele, desde a viagem de Vasco da Gama, orientadora da de Cabral e com a vulgarização do caminho da Índia, o descobrimento pelos portugueses "não poderia deixar de ter lugar nos anos imediatos"[27].

O interesse acadêmico pelo descobrimento do Brasil nesse contexto historicista revelou-se também nas edições da carta de Pero Vaz de Caminha. Ocorreram ao longo do século XIX sete edições integrais das quais quatro brasileiras: a primeira, do padre Manuel Aires do Casal, em sua *Corografia brasílica,* de 1817, publicada no Rio de Janeiro; as subsequentes, na *Coleção de noticiais para a história e a geografia das nações ultramarinas* (Lisboa, 1826); na Revista do Instituto Histórico, pelo próprio Varnhagen, em 1877; em edições da Academia das Ciências de Lisboa e do Arquivo da Torre do Tombo, ambas de 1892; e as do *Livro do Centenário,* do Rio de Janeiro e a do Instituto Geográfico

25 Antonio Gonçalves Dias, Reflexões acerca da "Memória" do ilustre membro o sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, *RIHGB,* 18, 1855, p. 289.

26 Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Refutações às reflexões do dr. Gonçalves Dias, *RIHGB*, 18, 1855, p. 355.

27 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História...*, v. I, p. 70.

e Histórico da Bahia, também ambas de 1900. Quanto à carta de mestre João, sua primeira edição coube igualmente a Varnhagen, tendo sido publicada em 1843 na Revista do Instituto.

Para o público mais amplo, fora do necessariamente restrito mundo acadêmico, qual terá sido, nesse ambiente do historicismo romântico-erudito que delimitamos, a recepção do descobrimento? Pelas indicações que dispomos da imprensa da época e dos compêndios escolares então utilizados, as informações e os valores nelas embutidos não diferem da interpretação acadêmica. O mais expressivo exemplo, pela extensão de sua influência, foi o compêndio de Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil,* cuja primeira edição, de 1861, foi seguida no restante do século por muitas outras. Esse fato deveu-se não apenas às características positivas do manual, para as exigências da época que foi escrito – e, sintomaticamente, foi fortemente criticado pelo expoente da historiografia brasileira na geração seguinte, Capistrano de Abreu[28], como porque tratou-se de livro adotado no Imperial Colégio de D. Pedro II, do qual Macedo seria professor de História no Brasil.

A adoção no Colégio Pedro II, instituição padrão do ensino no país, fez com que o livro de Macedo rapidamente se difundisse pelo Brasil, tornando-se praticamente, em nível escolar, a versão oficial de sua história[29]. Ademais, o autor aplicava à escola secundária a matriz interpretativa de Varnhagen, o que, por via indireta, acabou atendendo às expectativas deste, quando pediu ao imperador Pedro II que promovesse a utilização de sua *História Geral do Brasil* nas escolas do país, como forma de acentuar o conhecimento da história nacional e estimular o patriotismo da juventude[30].

28 Em correspondência ao Barão do Rio Branco, publicada por Helio Vianna, *Cultura política*, 17, 1942, p. 337.

29 Arno Wehling, ..., p. 188.

30 Francisco Adolfo de Varnhagen, *Correspondência ativa*, Rio de Janeiro: INL, 1962, p. 332.

No que respeita à temática do descobrimento, portanto, nada existe no compêndio de Macedo que destoe da perspectiva ou da interpretação de Varnhagen, tornando-se assim a extensão popular das teses sobre o assunto defendidas por este historiador, inclusive no que respeita à valorização da presença portuguesa, ofuscando as atividades de franceses e espanhóis. Capistrano de Abreu, referindo-se ao compêndio de Macedo, disse que este havia introduzido no Colégio Pedro II os "quadros de ferro" de Varnhagen[31], difundido para escala muito mais ampla seu esquema explicativo lusófilo e politicamente centrado.

Cientificismo e Descobrimento do Brasil

Muito diferente da historiografia do historismo ou historicismo romântico-erudito foi a do historicismo cientificista que se lhe seguiu. 1878 é ano cômodo para periodizar a mudança de eixo historiográfico, não somente pelo falecimento de Varnhagen, mas pelo necrológio que Capistrano de Abreu lhe dedicou, reconhecendo-lhe o valor inegável, mas assinalado as diferenças de concepções entre ele e os novos historiadores, influenciados pela sociologia positiva ou pelo evolucionismo[32].

O conhecimento histórico pretendido pela nova geração não se fundava mais na pura hermenêutica documental do historismo. A epistemologia que professavam vinculava-se ao cientificismo, entendido com radicalização das concepções cientificas inspiradas direta ou indiretamente na física newtoniana e que metodologicamente traduziam-se no forte reducionismo da história, da sociologia e da antropologia/etnografia aos padrões explanatórios das ciências naturais. Nesse final de século XIX e

31 João Capistrano de Abreu, *Correspondência*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.168.

32 Idem, Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, *Ensaios, 1. Série*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, v. I, p. 55.

início do século XX pelo qual balizamos nosso estudo, as influências doutrinárias mais marcantes do cientificismo no Brasil foram o positivismo, lato à Littré, ou escrito, de Comte, o evolucionismo, especialmente em sua verte spenceriana e o determinismo climático de Buckle[33].

No plano sócio-político, também não estavam mais em pauta questões como a construção do estado ou a da identidade nacional ante tendências secessionistas. Vencidas, foram substituídas por outras, de ampla ressonância popular e político-partidária, como as questões do termino da escravidão, da troca da monarquia pela república, entrada de imigrantes e do nacionalismo extremado, "jacobino", de forte conotação antilusitana, sobretudo na década de 1890.

A tendência acadêmica mais moderna apontava para uma historiografia menos interessada nos aspectos políticos e militares, do que nos aspectos sociológicos e antropológicos da formação brasileira. Encontrar algumas "leis basilares" da história do Brasil, na expressão de Capistrano de Abreu; identificar os traços fundamentais da formação étnica do Brasil; deslocar do estado para o povo brasileiro o foco das investigações; encontrar o *ethos* do *caráter nacional brasileiro,* eis os grandes temas desta historiografia cientificista[34].

Ela não teve o monopólio do conhecimento histórico, por que muitas das instituições da época, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os institutos históricos provinciais/estaduais e os cursos jurídicos, mantinham forte tradição historista. Mas estas já constituíam corrente secundária no plano acadêmico, dominado pelas novas indagações intelectuais.

33 Arno Wehling, Capistrano de Abreu, a fase cientificista, in *A invenção ...,* p. 190.

34 Idem, p. 180 ss.

O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral sofreu os efeitos dessas formulações de perspectivas. Ele passou a ser encarado fundamentalmente como epifenômeno da "expansão de um organismo", no jargão spenceriano corrente à época. O descobrimento aparecia simultaneamente como o efeito da expansão do organismo português ao Brasil e como etapa inicial da constituição de um novo organismo, que logo incluiria elementos indígenas e africanos. Assim, o descobrimento aparecia como o ponto de um organismo (no que respeitava à origem portuguesa) e célula inicial de outro[35].

Ao passo que em Martius/Varnhagen reconhece-se na formação brasileira a miscigenação, mas considera-se a predominância do elemento português, nos autores influenciados pelo cientificismo, a principal consequência do descobrimento pelos portugueses foi a forte influência de indígenas e negros, promovendo um equilíbrio entre as três etnias, situação favorecida pelas próprias raízes miscigenadas dos portugueses que os tornaram mais adaptáveis ao processo[36].

Os autores desse momento, menos compromissados com uma visão lusitanista, deram destaque, na análise de conjuntura dos descobrimentos, à presença não portuguesa no Brasil, analisando o que um deles, Capistrano de Abreu, chamou as "pretensões" francesas e espanholas ao descobrimento.

Capistrano, apesar disso, concluiu sua tese de 1883, *O descobrimento do Brasil – seu desenvolvimento no século XVI,* ainda numa fase marcadamente cientificista, com a distinção entre os aspectos factuais ou cronológicos do descobrimento e os aspectos históricos mais amplos determinados pela colonização posterior.

35 João Capistrano de Abreu, *O descobrimento...*, p. 80 ss.

36 A discussão encontra-se em diversos autores da época; mais explícita em Silvio Romero, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1945, v. I, 83 ss e 277 ss (primeira edição de 1888).

> *É, portanto, com os documentos de que dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500.*
>
> *E foram os espanhóis que o descobriram, porque Cabral viu terra mais de meado abril; Pinzon viu-a em fevereiro e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinas de terra, já dobrara o cabo de Santo Agostinho para o sul e tornava para o norte.*
>
> *Esta é a solução cronológica.*
>
> *A solução sociológica é diferente; nada devemos aos espanhóis, nada influíram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os franceses.*
>
> *Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os portugueses.*
>
> *Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se devem principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes provocado e povoado por broncas tribos nômadas*[37].

O historiador e filólogo João Ribeiro, num manual renovador, publicado pela primeira vez em 1900 e fortemente influenciado pela Kulturgeschichte de Lamprecht, portanto no mesmo ambiente cientificista dos autores franceses e ingleses que quase sempre influenciavam os intelectuais brasileiros, afirmou que o Brasil foi descoberto pelo "ciclo dos navegadores do oeste", isto é, espanhóis, que se complementou pelo "ciclo dos navegadores do sul", portugueses.

37 João Capistrano de Abreu, *O descobrimento...*, p. 41.

> *Depois dessas viagens de Pinzon e Lepe, ficou verificada e configuração piramideforme do Brasil, pelo conhecimento da linha da costa ao norte e a curva dela para sudoeste.*
>
> *Pelo que acabamos de relatar, não há dúvida alguma que os espanhóis tiveram a prioridade histórica ou cronológica do Brasil. Outras razões, porém, haviam de prevalecer, sobretudo, entre essas, o prévio acordo diplomático entre Espanha e Portugal, sob o arbítrio da Santa Sé.*
>
> *(...)*
>
> *O Brasil, sem embargo do descobrimento, para os portugueses foi dádiva de sua diplomacia*[38].

Outro autor contemporâneo, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima, em curso ministrado na Sorbonne, em 1911, examinou a questão das presenças espanhola e francesa, concluindo igualmente pela prioridade daquela, deixando em aberto esta[39].

O também historiador e diplomata Barão do Rio Branco, ainda vinculado à matriz intelectual e política de Varnhagen, não deixou de destacar, numa síntese da história do Brasil publicada em 1889, as presenças de Pinzon e Lepe, sublinhado o fato de que "...Vicente Yanez Pinzon tinha descoberto todo o litoral norte do Brasil, desde o cabo que ele denominou Santa Maria de la Consolación ... até o cabo de São Vicente, hoje cabo Orange"[40].

Na memória que redigiu sobre a questão fronteiriça da Guiana, contencioso entre o Brasil e a França, submetido ao arbitramento

38 João Ribeiro, *História do Brasil*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958, p. 31-32.

39 Manuel de Oliveira Lima, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 37.

40 Barão do Rio Branco, *Esquisse de l'histoire du Brésil*, Rio de Janeiro: MRE, 1945, p. 24.

do presidente da Suíça, em 1895, Rio Branco, representante oficial do país, repetiu aquela conclusão, dizendo que "sabemos que toda a costa setentrional do Brasil, inclusive a do território contestado, foi descoberta em 1500 pelo navegador espanhol Vicente Yanez Pinzon..."[41].

No plano da memória social, entretanto, deu-se o inverso. Continuou majoritariamente difundida a perspectiva varnhageniana de uma história política constituída de grandes episódios políticos, cujo primeiro marco foi o descobrimento cabralino. Isso deveu-se certamente à larga difusão do compêndio de Joaquim Manuel de Macedo nas escolas secundárias do país e de outros manuais, como o do Padre Rafael Galanti, que expressavam a mesma inspiração.

Por outro lado, não é de desconsiderar a força das colônias portuguesas em algumas cidades brasileiras, traduzida, nesse plano, pelas ações comemorativas dos reais gabinetes de leitura e liceus literários, como ocorreu no 3º Centenário da morte de Camões em 1880 e nas comemorações do 4º Centenário do Descobrimento, nas quais foi sublinhada a relevância da expedição de Cabral.

Nas discussões que, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, precederam as comemorações do 4º Centenário do Descobrimento, o etnógrafo general Couto de Magalhães sugeriu, em 1898, que estas culminassem com a edição de um livro intitulado *Quarto centenário do Descobrimento do Brasil*, o que de fato ocorreu. Propunha que as comemorações se realizassem sob dois pontos de vista, "um europeu e português, outro americano e brasileiro"[42]. Propunha, também, a seleção e estudo de dez figuras emblemáticas do início da colonização, cinco portugueses e cinco

41 Idem, *Questões de limites – Guiana Francesa*, Rio de Janeiro: MRE, 1945, p. 37.

42 Quarto centenário do descobrimento do Brasil, Rio de Janeiro: IHGB, 1901, p. 9.

indígenas. Entre os portugueses, a primeira biografia indicada foi a de Cabral[43].

Em outubro de 1899, o secretário Henri Raffard reiterou afirmação que fizera no ano anterior sobre as comemorações, afirmando que o Instituto não cabia fazê-lo ruidosamente, "com o espocar de foguetes", mas com a produção intelectual, que seria o livro do centenário[44]. No ano seguinte, ocorreram diversas sessões especiais dedicadas ao descobrimento, com a presença do presidente da república, de representantes de Portugal e de outras autoridades. Na sessão de 22 de abril de 1900, o presidente do Instituto, Olegário Herculano de Aquino e Castro, em seu discurso, deu a medida da extensão das comemorações, além das acadêmicas, que redundaram em publicações como a mencionada e a do *Livro do Centenário:*

> *Entre nós, revela-se animado o espírito público, procurando condignamente memorar o início e o desenvolvimento da sociedade brasileira; cerimônias religiosas, festejos oficiais e populares, literários e artísticos, exposições industriais, monumentos... excepcional e pomposa representação da nação portuguesa... prenunciam o brilhantismo com que vai ser solenizado o centenário do descobrimento do Brasil*[45].

No mesmo discurso, aliás, entrando pouco mais verticalmente na temática do descobrimento, o presidente do Instituto não deixou de afirmar a intencionalidade da ação cabralina, destacando "a influência da vontade"[46].

43 Idem, p. 11.

44 Idem, p. 86.

45 Idem, p. 88.

46 Idem, p. 82.

Podemos sublinhar, portanto, quanto ao tema da recepção do descobrimento à luz de um enfoque que combine historiografia e memória social, a existência de dois momentos distintos, o do historismo, ou historicismo romântico erudito e o do historicismo cientificista. Cada qual tem, no campo historiográfico como figura emblemática, um grande historiador, respectivamente Varnhagen e Capistrano e diferentes perspectivas, que redimensionam o significado do evento, conforme se adote a visão politocêntrica do primeiro ou a visão sociocêntrica do segundo. Há, em consequência, conclusões divergentes significativas, como a ideia do predomínio português contraposta à da presença dominante da mestiçagem. Elas apenas não modificam substancialmente dados factuais, mais os rearranjam de acordo com premissas e procedimentos diversos – como a admissão explícita da prioridade espanhola no segundo momento, embora reconhecendo o fato da colonização subsequente ser portuguesa.

Por outro lado, no campo da memória social, existe nos dois momentos o predomínio de uma recepção lusófila, não obstante a existência, no primeiro, de uma forte corrente indianista e, no segundo, de um forte tom jacobino. Ambos, porém, foram insuficientes para impor-se à versão popularizada da matriz varnhageniana, para a qual a história do Brasil compunha-se de uma corrente formada por elos que se iniciavam em Cabral e cujo substrato foi essencialmente português.

O texto que se segue, sobre o Rio de Janeiro como pedra angular das relações França-Brasil é de autoria do embaixador Marcos de Azambuja. Diplomata de carreira, Azambuja exerceu altas funções no Itamaraty, em particular como secretário-geral de política exterior e subsecretário-geral para África, Ásia e Oriente Médio. Foi embaixador na delegação em Genebra, em Buenos Aires e em Paris. De regresso ao Brasil, foi presidente da fundação França-Brasil e membro de diversos conselhos. É sócio do IHGB. Azambuja se expressa no texto com a verve que o caracteriza e com a capacidade que lhe é reconhecida de narrar e comentar temas de qualquer natureza sob um ponto de vista original.

Marcos assinala a influência da cultura francesa no Rio de Janeiro, mediante nomes de logradouros e edifícios, e comenta que "os franceses não podem pretender a titularidade da descoberta do Brasil, mas não abandonam a pretensão de terem eles sido os verdadeiros inventores do Brasil".

Sua tese central é a de que "a presença francesa no Rio de Janeiro em meados do século XVI produziu, talvez, mais arte e melhor documentação do que a presença portuguesa na mesma época. Recorda o acordo entre os tamoios e os franceses que terá sido figurativamente a primeira aliança forjada entre atores brasileiros com estrangeiros. Menciona os depoimentos de Jean de Léry como a primeira grande reportagem internacional sobre o Rio de Janeiro. Refere-se ao relato de Montaigne sobre o "baile brasileiro" em Rouen, primeira festa indígena jamais realizada na Europa.

Refere-se igualmente à aventura francesa no Maranhão, assim como à aventura dos Corsários Duguay-Trouin e Duclerc e não deixa de comentar que foi invasão napoleônica da península Ibérica que levou em 1808 o príncipe regente de Portugal a viajar para o Brasil e pôr em marcha o processo que culminou com nossa independência. Antes, a invasão de Caiena trouxe-nos a vitória na única guerra havida com a França.

A cultura brasileira, por outro lado, foi forte e decisivamente influenciada pela chegada ao Brasil em 1816 da missão artística francesa que, segundo o autor, representou "uma outra descoberta do Brasil". A cultura francesa foi predominante no Brasil ao longo de todo o século XIX até, na realidade, a I Guerra Mundial.

Mas a presença francesa prosseguiu em muitos campos: o militar, com a missão do general Gamelin e o cultural, que entre outros feitos, levou a criação da universidade de São Paulo.

Da história mais longínqua, Azambuja passa ao tempo "presente" com a liderança francesa, à qual aderiu o Brasil após a II Guerra Mundial como forma de promover a multipolaridade no contexto internacional.

Finaliza com numerosos exemplos da centralidade de imagem do Rio de Janeiro no imaginário cultural e empresarial francês.

20. Rio de Janeiro, pedra angular das relações França-Brasil[*1]

Marcos Castrioto Azambuja[2]

Je veux-fois abandonner ce monde
Et hazarder ma vie aux fortunes de l`onde
Pour arriver au bord auquel Villegaignon
Sous le Antarctique a semé votre nom
Ronsard, Discours contre la fortune, 1565

Meu trajeto habitual de casa até a fundação que presido, poderia servir, de alguma maneira, como roteiro para minha palestra desta tarde.

Moro, literalmente, ao lado de três edifícios com nomes surpreendentemente cultos e eruditos: Charles Baudelaire, Paul Valéry e Stéphane Mallarmé. Ocupam esses prédios o terreno da antiga sede da embaixada da França (ou de França, como diziam nossos maiores com prazer e evidente galicismo) e que em seu melhor momento abrigou Paul Claudel e Darius Milhaud.

* N.E.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Nº 422, 2004.

1 Discurso proferido na Abertura das Atividades Culturais do ano de 2004, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 17 de março.

2 Sócio honorário brasileiro.

Poucos metros adiante, e sempre naquele trecho final da Praia do Flamengo, pouco antes de chegar ao Edifício Biarritz, encontro o edifício La Fontaine. À minha direita, o prédio leva o nome poético de "La Tour de Blois".

Como se todo esse florilégio imobiliário dos grandes nomes da geografia e da literatura francesa, não bastasse, antes de chegar ao meu destino, bordejo a praça Paris, vislumbro o nosso Palácio Garnier e o belo chafariz que o conde D`Eu comprou na França, e que triunfa hoje no local onde antes estava o palácio Monroe. A substituição da homenagem ao presidente americano pela arte francesa certamente agrada aos nossos amigos gauleses, mas não a mim, que lamento o desaparecimento do velho Senado, que não chega a ser o verdadeiro velho Senado daquela maravilhosa Crônica de Machado de Assis. Avisto depois a ilha de Villegaignon, o perfil do nosso porta-aviões que vi deixar seu antigo nome de Foch para adotar o de São Paulo em memorável cerimônia em Brest, passo pelo Santos Dumont que, mais do que um Aeroporto é, por quem lhe dá o nome, uma verdadeira metáfora da relação França-Brasil e talvez de mais não precisasse para ilustrar a ligação densa, longa e rica entre a França e nós, e, sobretudo, sobre a França e o Rio.

Os franceses não podem pretender a titularidade da descoberta do Brasil, mas não abandonam a pretensão de terem sido eles os verdadeiros inventores do Rio de Janeiro.

Os portugueses, alegam eles, não teriam aqui parado com ânimo definitivo, se não fosse a resposta à implantação francesa. É a precária Henriville que aqui fixa para sempre São Sebastião.

Existe no Museu de Rouen uma extraordinária talha que mostra índios nossos transportando o pau-brasil até naves francesas que, fundeadas em águas brasileiras, aguardam para levar a carga preciosa até a Europa. Talvez este seja um dos primeiros registros, não escritos, em que brasileiros e a riqueza que nos deu

o nome apareçam. Gostaria de que esta peça estivesse em alguma instituição cultural brasileira, tanto a aprecio. Rouen, *hèlàs*, é longe.

Não pretendo nem tratar da feitoria de Cabo Frio (de novo, os franceses escolhem bem os pontos de seu desembarque) nem ir longe na descrição da aventura da França Antártica.

Espero que esteja aqui entre nós Vasco Mariz sabedor e narrador desse e de outros episódios e a quem devo o encorajamento para erigir em Provins um memorial a Nicholas Durand de Villegaignon transportando para isso uma grande pedra da pequena ilha que até hoje guarda o seu nome na baía de Guanabara e que serviu de base ao monumento.

O que pretendo destacar é como a presença francesa no Rio de Janeiro em meados do século XVI produziu, talvez, mais arte e melhor documentação do que a presença portuguesa aqui nessa mesma época.

Quando o embaixador em Paris, pude acompanhar o trabalho de preparação desse excelente *Guia de Fontes parta Histórias Franco-Brasileira*, em que se encontra de maneira tão precisa e minuciosa o registro de como a França nos viu até a nossa independência. Faço uma referência afetuosa de como contribuiu para esse projeto meu saudoso Vladimir Murtinho e presto um tributo a Esther Caldas Bertolletti. O Guia simplesmente não existiria sem o trabalho de ambos.

Permitam-me uma digressão e um exagero: devemos aos franceses no Rio talvez o primeiro episódio da nossa história diplomática. Entre tamoios e eles forja-se uma aliança, a primeira que a parte brasileira negocia com atores estrangeiros.

Faço essa última referência não inteiramente a sério, mas apenas para indicar que entre os nativos destas praias e os franceses do outro lado do oceano sempre houve vocação para o diálogo e entendimento. Ou para ruidosos desentendimentos,

como foi aquela guerra das lagostas, em que o fulcro residia em saber se as mesmas andavam ou nadavam. O grave é que faziam ambas as coisas.

Deve-se, também, a Jean de Léry a primeira grande reportagem internacional sobre o Rio. De novo aí o começo de uma longa história. Ao longo dos séculos e de maneira quase obsessiva, os franceses tentam nos explicar e nos entender. Lamento constatar que, em geral, a qualidade intelectual dos sucessores é menor do que o engenho e a arte do primeiro grande repórter francês em terras cariocas.

É na França que se trava a primeira grande polêmica pública sobre nós, dividindo-se a opinião entre autores como Léry e Thévet, defensores e detratores de como se havia construído e perdido a França Antártica.

Presentes assim nos primórdios da vida política, comercial e intelectual do Rio de Janeiro, os franceses são também os primeiros a trazer para a Europa uma grande festa brasileira. Destaco o episódio que sempre me pareceu extraordinário. Em Rouen (a França para o Brasil dos nossos primeiros tempos é sempre a da Normandia e da Bretanha), índios brasileiros e normandos fantasiados de brasileiros produziram um grande espetáculo para a corte de Henrique II e Catarina de Médicis. Foi o chamado "Bal Brésilien". O cronista principal do evento foi ninguém mais do que Michel de Montaigne que escreve dois de seus ensaios luminosos sobre a impressão que lhe causara os visitantes brasileiros.

Não é pouco caminho. Meio século depois do descobrimento, os brasileiros já estavam presentes na França como virtuais e improváveis aliados e como objeto de intenso interesse artístico e cultural. Não sei em 2005, ano a nós dedicado, obteremos repercussão tão intensa e contaremos com presenças tão

prestigiosas para os eventos que iremos patrocinar. Não será fácil ir além de versos de Ronsard e de ensaios de Montaigne.

De tal modo o Brasil trabalhou o imaginário dos franceses que, talvez, tenhamos sido objeto de uma extraordinária fraude. A viagem do Gonneville ao Brasil e seus tratos com uma tribo liderada pelo cacique Essomericq, filho de Arosca, talvez nunca tenha ocorrido. Por muito tempo, a obra passa por relato fidedigno de uma expedição verdadeira, hoje discutível e, se desacreditada, poderá ter o consolo de ser umas das primeiras obras de ficção que tem o Brasil e os brasileiros como tema.

Não quero esquecer entre festas, navegações, interesses comerciais e fraudes literárias, a baiana Catarina Paraguassú – *Catherine du Brésil* em alguns registros – a primeira brasileira de cuja visita à França se tem memória e que lá se batiza. Forma com Diogo Álvares uma das primeiras raízes de nossa genealogia.

Não há registro de que Madame Caramuru tenha feito compras em Saint-Malo o que, se for verdade, faria dela uma singular exceção aos milhões de suas conterrâneas, que, seguindo seus passos, visitariam depois a França.

Ao fazer esses apontamentos tão breves e superficiais nesta casa dedicada a um estudo tão mais rigoroso e profundo da história, procurei destacar um só fato: o de que há quase quinhentos anos franceses vêm ao Rio, brasileiros vão à França e de que entre eles e nós se estabelece um fascínio recíproco que é uma das constantes da nossa relação.

Já levo dez minutos de palestra e ainda ando por volta de 1560. Nesse passo não vos sobraria paciência nem a mim fôlego para fazermos juntos a viagem dessa relação. Passo assim por alto e de longe a aventura francesa no Maranhão e todos os episódios que de maneira legítima ou ilegal nos fizeram tocar um ao outro durante o período colonial.

No Brasil fechado durante todo esse ciclo (costumo dizer que os portugueses tiveram aqui uma política próxima do Shogunato, no Japão), só poderiam acontecer incursões de corsários e aventureiros. Duguay-Trouin e Duclerc ilustram as vicissitudes dos nossos contatos daquela época, mas não honram nem a França nem a coragem duvidosa dos que estavam encarregados da nossa defesa.

Fechados os portos do Brasil, o que restava eram espíritos abertos e é através deles que a França volta, na segunda metade do século XVIII, a ter influência no Brasil.

O espírito iluminismo chega ao Brasil trazido por brasileiros, portugueses e outros que chegavam de Coimbra ou de outros centros irradiadores da inteligência europeia, com a irresistível força das ideias cuja hora chegou. Diretamente da França ou com baldeação em Portugal, ou pela vertente norte-americana, os ventos de mudança daquela época aportam também no Brasil. É, contudo, o imperador dos franceses que, ao obrigar em 1808 o príncipe regente de Portugal a viajar com poucas armas e muitas bagagens para o Brasil, quem põe em marcha o processo que vai culminar com a nossa independência.

Transplanta-se para aqui a fermentação das duas revoluções fundadoras da modernidade ocidental. A norte-americana e a francesa. Para nós que imaginamos a globalização como um fenômeno recente, é interessante ver que, apesar de obstáculos artificialmente criados, o mundo sempre foi aberto pela irresistível pressão do comércio (apoiado tantas vezes pelas armas) e pelo inevitável contágio das ideias.

É nessa quadra turbulenta que tivemos nossa única guerra com a França. Fomos vitoriosos. Uma pequena expedição, por ordem da corte do Rio de Janeiro, parte do Pará, conquista Caiena e derrota a guarnição napoleônica da Guiana. Nota de pé de página

da história, talvez, mas de qualquer maneira, mais um exemplo desse Fio de Ariadne, que faz séculos nos liga à França.

A derrota final de Napoleão nos traz enfim, uma bela herança. Chega ao Rio de Janeiro em 1816 a Missão Artística Francesa que representa, de alguma maneira, uma outra descoberta do Brasil.

A Missão teve além do mérito de nos revelar à Europa e ao mundo, o mérito ainda maior de nos revelar a nós mesmos. Quando penso hoje na transição Colônia-Império no Brasil, o faço tendo como referência à obra desses missionários culturais.

A partir de então não exageraria em dizer que ao longo de todo o século XIX (estou aqui considerando um século XIX que só terminaria em 1914) foi dominante a influência francesa no Brasil. Não preciso dar exemplos. Seriam inúmeros.

Com a Primeira Grande Guerra, a França perde poder e influência. Pouco depois de seu fim, uma outra missão francesa virá ao Brasil, esta militar, liderada pelo depois malfadado general Maurice Gamelin.

Não posso esquecer, contudo, uma outra missão francesa tão fecunda quanto a de 1816, e que vai criar a Universidade de São Paulo e tanto contribuir para a modernização do nosso modelo de educação superior.

Diminui, em alguma medida, desde então, a influência francesa entre nós. Por um tempo, as esquerdas eram seduzidas pela experiência soviética e as direitas, pelos modelos alemão e italiano. A voz das democracias se ouve cada vez mais em inglês e, depois da II Guerra Mundial, consolida-se o crescente predomínio do mundo que a França designa com não pequena medida de ressentimento como anglo-saxônico.

Para enfrentar as incertezas dessa nova época tão cheia de desafios e com instrumentos reduzidos de poder para preservar sua presença e seu prestígio, a França desenvolve algumas

propostas fundamentais: a da construção da multipolaridade na vida internacional, a da defesa da diversidade cultural e do fortalecimento da latinidade.

Chego assim, à essência mesma do que queria lhes dizer hoje. A França busca fortalecer o mundo multipolar. Nessa construção o Brasil é um dos polos necessários.

Para que um país possa ter papel importante nessa construção, é preciso reunir características de que o Brasil dispõe. É preciso ser uma potência regional com interesses globais. É necessário que seja um país capaz de ter uma reflexão organizada sobre a situação internacional e presença atuante nos foros internacionais; é preciso que tenha credibilidade política e econômica e que seus gestos sejam marcados em boa medida pela racionalidade e previsibilidade.

Ao relacionar estes requisitos fica evidente como não são muitos os países que reúnem esses predicados. Além dos membros permanentes do Conselho de Segurança não seriam mais de dez os países que tenho em mente e que constituem a rigor em verdadeiro diretório *de facto* da sociedade internacional.

Quem fala em multipolaridade quase sempre está pressupondo que, para o sistema poder funcionar, se estabeleça e funcione um multilateralismo dotado de credibilidade e eficácia.

Em outras palavras, só uma sociedade multipolar atuando através de um multilateralismo bem-estruturado é capaz de se antepor ao unilateralismo, que é a vocação natural das superpotências, sobretudo quando, como agora, não há outra que possa servir de contrapeso à vontade imperial dos Estados Unidos.

A França, por outro lado, deseja fortalecer a diversidade cultural. A francofonia é instrumento e expressão dessa política, mas também é essencial que se façam alianças como aquela que já existe com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e

a lusofonia, bem como com os outros grandes idiomas do Ocidente para que esse pluralismo seja de fato eficaz.

Uma outra vertente dessa luta pela diversidade cultural que tanto une brasileiros e franceses – ao longo de todo o espectro de opiniões políticas – é a defesa de regulamentação internacional adequada para a proteção, sobretudo, do audiovisual, que pela natureza e custo de sua produção e pelas especificidades da sua distribuição permite uma grande margem de controle e manipulação por parte da potência ou das potências dominantes.

Franceses e brasileiros concordam que o mundo será mais rico e mais fértil na medida em que a diversidade cultural seja preservada. Não se trata evidentemente de procurar limitar o que fazem os países de língua inglesa (o que seria um esforço vão), mas preservar a riqueza de ideias e percepções de todas as culturas e civilizações, o que pode vir através da defesa da diversidade cultural.

A França, por fim, se faz campeã mesma da ideia da latinidade (não esquecer que a própria expressão América Latina é uma invenção francesa) e também aí o Brasil é um sócio indispensável. Estamos no mesmo barco e com os espanhóis, italianos, os portugueses, com mexicanos e argentinos, entre outros, e com os romenos em boa medida, temos causas comuns, que se expressam com naturalidade, tantas as afinidades que existem nesta grande família do espírito humano.

Poderia desenvolver longamente cada um desses três pontos. A rigor, cada um deles poderia ser objeto de uma palestra exclusiva. Não o farei, contudo.

O essencial é dizer a França busca sócios para o desenho nesse mundo multipolar, multilateral cultural e linguisticamente diversificado para que, em alguma medida, se desenhem alternativas à hegemonia norte-americana. Sem nós, a França sabe

que a América Latina não teria capacidade de fazer ouvir a sua voz e de fazer valer seus interesses.

Somos assim, hoje, duas potências médias que aproximam: a França uma potência média declinante; o Brasil uma potência média emergente. O Brasil, com sua democracia consolidada e sua economia estabilizada, se aproxima dos modelos franceses. A França cada vez mais plural em sua composição étnica se aproxima e compreende melhor a experiência brasileira.

Essas convergências entre os franceses e nós requerem, sem dúvida, o aval e a intervenção dos dois governos respectivos. Requerem, contudo, que as duas comunidades nacionais se comprometam com essas políticas, as façam suas e que a sociedade civil dos dois países dê um vigoroso respaldo às ideias de multipolaridade internacional, diversidade cultural e de valorização da latinidade.

Sem uma vigorosa adesão dos dois povos a esses objetivos não será possível mobilizar todas aquelas forças e todas aquelas energias indispensáveis para que prospere essa grande visão.

Salvo no terreno particularmente complexo de atividade agrícola e pecuária, em que brasileiros e franceses têm visões muito diferentes, no resto, os pontos de contato são muitos, e os caminhos a trilhar, quase sempre relativamente fáceis.

Referi-me até agora à colaboração entre a França e o Brasil, essencialmente, no plano nacional. Procurarei agora, explicar por que o meu juízo existe um papel específico para que o Rio de Janeiro desempenhe um papel importante na construção dessas estratégias de aproximação.

O Rio de Janeiro é para a França, ainda, a cara do Brasil. Não ignoram, evidentemente, a transferência do poder político para Brasília; o deslocamento do centro de gravidade das decisões econômicas para São Paulo; a importância cultural de Salvador

e a projeção da Bahia sobre a África. Cuidam, evidentemente da vizinhança transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa. A Amazônia não está esquecida.

A França tem formada uma certa ideia do Brasil e a cidade que melhor expressa essa ideia é o Rio de Janeiro, para eles a síntese de tudo que faz o Brasil ser ele mesmo.

No que se refere à especificidade das relações franco-brasileiras, o Rio de Janeiro não perdeu a sua centralidade. Procuro explicar-me: para que uma cidade possa ter um papel importante no desenho da sociedade internacional, é preciso que reúna um amplo conjunto de atributos e circunstâncias. Acredito que a França considera que o Rio reúne quase todas essas condições.

Faço uma não longa enumeração de algumas dessas condições legitimadoras: a existência de conexões portuárias e aeroportuárias; o funcionamento de um mercado financeiro e comercial significativo; um embasamento cultural rico e diversificado; densidade e liberdade dos meios de comunicação; presença de instituições acadêmicas e culturais, nacionais e internacionais relevantes e, por fim, um espírito verdadeiramente cosmopolita.

Essa relação não é exaustiva, mas creio que todos identificamos que o Rio de Janeiro reúne essas condições e oferece adicionalmente, outras, complementares.

Detenho-me um momento nas possibilidades de entrelaçamento de instituições culturais e acadêmicas francesas e brasileiras. Penso especificamente no nosso Instituto que encontra afinidades e simetrias com pelo menos duas das academias que compõem o Institut de France. Já existe – e faz tempo – entre nossas instituições e as francesas um bom e fluido diálogo. Para que prosperem as políticas a que fiz referência é preciso que esse diálogo se adense e se torne cada vez mais operacional.

Ao fazer, no começo desta palestra, um apanhado de apenas alguns dos numerosos pontos de aproximação históricos entre nós e a França, quis sugerir que, além das condições objetivas que venho indicar, acumulamos a herança de cinco séculos de convivência, que o Rio de Janeiro ocupa um lugar de destaque no imaginário internacional e, sobretudo, no imaginário francês.

Disse uma vez Claudel, que o Rio de Janeiro era a única cidade grande do mundo que não havia expulsado a natureza. O Rio continua a ser mágico e emblemático para os franceses, que identificam na nossa cidade uma das mais interessantes experiências criadas pelo homem nos trópicos.

Quero concluir e não porque me falte matéria. Porque reunimos aqui no Rio tantas empresas francesas; porque somos o destino obrigatório de quase todo turismo francês que tem o Brasil como destino; porque temos universidades, academias e instituições que como este Instituto são capazes de dialogar e refletir com seus equivalentes franceses; porque temos vários séculos de idas e vindas, porque não queremos que o mundo tenha um só dono, mas seja uma rica tapeçaria cultural e política, por isso e por muito mais estou convencido de que há um grande futuro para o tipo de sociedade internacional que franceses, brasileiros (e por que não cariocas) queremos construir.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	10,9 x 17cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Electra LH 17, Chaparral 13 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)